



Campus da UFPB

Conceitos

ISSN 1519-7204

N. 19, Vol. 2 (Dez. 2013) 156 páginas

Ricardo de Figueiredo Lucena e Ricardo da Silva Araújo (Orgs.)

A r	evista Conceito	s é uma publicação para divulgação de artigos científicos-pedagógicos,
produzidos por docentes da Universidade Federal da Paraíba e colaboradores, promovida pela ADUFPB -		
Seção Sindical do ANDES-SN, com distribuição gratuita e dirigida aos filiados da Entidade.		
	Ficha catalográ	fica elaborada na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba
	C744	Conceitos / Ricardo de Figueiredo Lucena e Ricardo da Silva Araújo (Orgs.). – Vol. 2, n. 19 (Dez. 2013) João Pessoa: ADUFPB-Seção Sindical do ANDES-SN, 2013.
		Semestral
		ISSN 1519-7204
		Ensino superior - periódicos. 2. Política da educação - periódicos. 3. Ensino público - periódicos. I. Lucena, Ricardo de Figueiredo. II. Araújo, Ricardo da Silva. III. ADUFPB.

CDU: 378

Conceitos

É UMA PUBLICAÇÃO DA ADUFPB/SSIND. DO ANDES-SN

Centro de Vivência da UFPB - Campus I - Cx. Postal 5001

CEP 58051-970 - João Pessoa/Paraíba - Fones: (83) 3133-4300 / (83) 3216-7388 - Fone/Fax: (83) 3224-8375

Homepage: www.adufpb.org.br - E-mail: adufpb@terra.com.br

João Pessoa - Paraíba - Dezembro de 2013 - Edição número 19

APOIO CULTURAL

CREDUNI

CONSELHO EDITORIAL:

Albergio Claudino Diniz Soares (UFPB)

Albino Canelas Rubin (UFBA)

Beatriz Couto (UFMG)

Galdino Toscano de Brito Filho (UFPB)

Ivone Pessoa Nogueira (UFPB)

Ivone Tavares de Lucena (UFPB)

Jaldes Reis de Meneses (UFPB)

Lourdes Maria Bandeira (UnB)

Luiz Pereira de Lima Júnior (UFPB)

Maria Otília Telles Storni (UFPB)

Maria Regina Baracuhy Leite (UFPB)

Mário Toscano (UFPB)

Martin Christorffersen (UFPB)

Mirian Alves da Silva (UFPB)

Vanessa Barros (UFMG)

Virgínia Maria Magliano de Morais

Waldemir Lopes de Andrade (UFPB)

■ ORGANIZAÇÃO, EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

Ricardo Araújo (DRT/PB 631)

■ FOTOS/ILUSTRAÇÕES/GRÁFICOS:

Originais fornecidos pelos autores.

■ REVISÃO:

Rejane Araújo

■ FOTOGRAFIA DA CAPA: Marcello Bulhões Chapeus na Festa de São Pedro - Maranhão

■ FICHA CATALOGRÁFICA: Edna Maria Lima da Fonseca (Bibliotecária da Biblioteca Central da UFPB).

■ DIVULGAÇÃO E IMPRENSA:

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA ADUFPB (ASCOM/ADUFPB) Jornalistas responsáveis:

Renata Ferreira e Ricardo Araújo.

■ COLABORAÇÃO E LOGÍSTICA:

Célia, Da Guia, José Balbino, Lu, Nana e Valdete.

■ GESTOR DE CONVÊNIOS - ADUFPB/CREDUNI Marcelo Barbosa

■ DISTRIBUIÇÃO E CIRCULAÇÃO:

Gratuita e dirigida aos filiados do sindicato.

Os textos assinados são de responsabilidade integral do autor e não refletem, necessariamente, a opinião da revista. É permitida a reprodução total ou parcial de textos, fotos e ilustrações, desde que seja citada a fonte e o autor da obra.

■ CONTATOS:

E-mails:

adufpb@terra.com.br (Célia Lopes)
adufpbimprensa@gmail.com (Ricardo Araújo)

■ NÚMEROS ANTERIORES:

A ADUFPB disponibiliza no site do sindicato (www.adufpb.org.br), na seção Revistas, todos as edições da Revista Conceitos em formato digital (PDF), que podem ser adquiridas gratuitamente (downloads) para consulta.



DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB - GESTÃO 2013/2015

Presidente

JALDES REIS DE MENESES (CCHLA)

Vice-Presidente

ROMILDO RAPOSO FERNANDES (CE)

Secretária Geral

TEREZINHA DINIZ (CE)

Tesoureiro

MARCELO SITCOVSKY SANTOS PEREIRA (CCHLA)

Diretor de Política Educacional e Científica FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA (CCS)

Diretora de Política Social

MARIA DAS GRAÇAS A. TOSCANO (CCS)

Diretor Cultural

CARLOS JOSÉ CARTAXO (CCTA)

Diretor de Divulgação e Comunicação RICARDO DE FIGUEIREDO LUCENA (CE)

Diretor de Política Sindical

CLODOALDO DA SILVEIRA COSTA (CCM)

Diretora para Assuntos de Aposentadoria AUTA DE SOUSA COSTA (CE)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia ABRAÃO RIBEIRO BARBOSA (CCA)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia **PAULO CÉSAR GEGLIO (CCA)**

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras MARINO EUGÊNIO DE ALMEIDA NETO (CCHSA)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras NILVÂNIA DOS SANTOS SILVA (CCHSA)

Diretor da Secretaria-Adjunta do Campus do Litoral Norte CRISTIANO BONNEAU (CCAE)

Suplente da Secretaria-Adjunta do Campus do Litoral Norte BALTAZAR MACAÍBA DE SOUSA (CCAE)

Suplente da Secretaria

WLADIMIR NUNES PINHEIRO (CCM)

Suplente da Tesouraria

MARIA APARECIDA BEZERRA (CCS)

Sumário

Revista Conceitos - Ano 2013, Número 19, Volume 2.

PÁG. 9

APRESENTAÇÃO

PÁG. 10

As interfaces entre poder, violência e educação no pensamento de Hannah Arendt

Marco Aurélio Silva Aristéia Mariane Kayser

PÁG. 18

Violência na escola

Marinalva Freire da Silva

PÁG. 24

As bases da formação e da atuação inicial do professor: uma perspectiva de análise

Paulo César Geglio Joallyson Gonçalves Bezerra

PÁG. 31

Calcinatio: arte, transformação e conhecimento Robson Xavier da Costa

PÁG. 38

Os "anos de chumbo" na Paraíba

Maria de Fátima Marreiro de Sousa

PÁG. 51

Aguaceira: aproximações à problemática da acessibilidade à água no semiárido

Ricardo de Figueiredo Lucena Elimar Maria N. de Souza PÁG. 58

Aspectos éticos e legais do processo de adoção no Brasil

Eliane Marques Duarte de Sousa Werna Karenina Marques de Sousa Erick Hauss Marques de Sousa

PÁG. 65

Anayde Beiriz e as trilhas de sua época (1905-1930)

Mariza de Oliveira Pinheiro

PÁG. 75

Religiosidade e urbanidade na Parahyba

José Flávio Silva

PÁG. 84

Dinâmica intraurbana:

fragmentação e emergência de novas centralidades

José Augusto Ribeiro da Silveira

PÁG. 94

Abordagens sobre a noção de paisagem.

Um diálogo entre olhares de arquitetos paraibanos

Rossana Honorato

PÁG. 107

Cinco olhares sobre a contemporaneidade

(Günter Grass, Arthur Schnitzler, Ernst Jünger, Marguerite Duras e Dorothy Parker)

Amador Ribeiro Neto

PÁG. 114

O papel do imaginário na construção social da realidade

Bertrand de Souza Lira

PÁG. 125

Narciso acha feio o que não é Facebook. As redes sociais, o Ego e as tribos pós-modernas. Cláudio Cardoso de Paiva

PÁG. 134

Importância da voz na constituição do sujeito Telma C. N. Queiroz

PÁG. 141

Um desejo de teoria: a invenção fracassada de Philippe Chaslin Fabienne Hulak PÁG. 146

Análise Qualitativa e Quantitativa de Proteínas Totais e H-Ras em Escherichia coli Recombinante Cultivada Sob Diferentes Concentrações de MgSO4 Correlacionando Com o IPTG (Isopropil beta-D Galactosídio)

Creusioni Figueredo dos Santos Bruno Oliveira de Veras Yago Queiroz dos Santos

PÁG. 151

Sobre o livro de Walter Laqueur "Os últimos dias da Europa: epitáfio para um velho continente" Elza Regis de Oliveira

O sabor e o saber

O ano de 2013 foi um ano de muitas reviravoltas. As ruas estiveram cheias de jovens que anunciavam o desejo de mudança e de participação. A bola da Copa não é tão redonda assim e nesse ano vimos que se não reclamássemos o que nos é de direito não seria os donos do poder que iriam fazer isso por nós. O sabor das massas nas ruas fez acender a necessidade de novos olhares sobre o momento que estamos passando e impôs a urgência de se desenvolver novos saberes sobre o que se pode enxergar nessa nova configuração política e social. Estão postos os desafios para 2014.

A Revista Conceitos no. 19 vem fechar 2013 com um cabedal de textos que apontam novamente para o profícuo universo da produção intelectual dos nossos sindicalizados e dos nossos convidados. A Conceitos aproveita o movimento das ruas para se lançar ao sabor dos olhares e opiniões de outros docentes que não sejam necessariamente da UFPB. Convidar e aceitar a participação de professores de outras universidades é apontar para a construção de um espaço de saber diverso, distinto e, certamente, potencialmente mais saboroso. Afinal, o sabor do saber está antes de tudo no diálogo acadêmico e na possibilidade de ouvir o outro.

Assim, a Conceitos trás nas suas páginas o artigo "As interfaces entre poder, violência e educação no pensamento de Hannah Arendt", dos colaboradores Marco Aurélio Silva e Aristéia Mariane Kayser, da Universidade de Santa Maria, RS, e "Violência na Escola", da professora Marinalva Freire, da UFPB, exemplos do diálogo que queremos tornar mais amplo e profícuo na academia. Temos ainda texto na área de psicologia, escrito pela professora Fabienne Hulak, do Departamento de Psicanálise da Universidade de Paris VIII - traduzido pela docente da UFPB, professora Eugênia Correia -, além de artigos nas áreas de comunicação, literatura e história. Prova de que construímos um local privilegiado do debate de ideias, o que dá a dimensão do que já conquistamos e do que ainda temos que conquistar.

Portanto, vamos em frente com muito gosto e na trilha de R. Barthes: "nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível".

Boa leitura a todos(as).

Os Organizadores.

Marco Aurélio Silva*, Aristéia Mariane Kayser**

As interfaces entre poder, violência e educação no pensamento de Hannah Arendt

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é de fomentar uma reflexão sobre a relação entre violência e educação, na perspectiva da ilustre filósofa política alemã, Hannah Arendt, que defendeu arduamente o pensar sobre a liberdade e suas consequências. Arendt menciona a importância de não se banalizar o fenômeno da violência, que se caracteriza pela via da própria instrumentalidade e se distingue do poder, da força e da autoridade. Portanto, sob o ponto de vista da autora, a violência contrapõe-se ao poder e é uma reflexão complexa, que se sustenta pela via da filosofia política.

Palavras-chave: Educação; violência; política; poder.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to encourage reflection on the relationship between violence and education from the perspective of renowned German political philosopher Hannah Arendt, who advocated hard thinking about freedom and its consequences. Arendt mentions the importance of not trivialize the violence phenomenon, which is characterized by means of instrumentality itself and distinguishes the power, strength and authority. Therefore, from the point of view of the author, violence is opposed to power and is a complex reflection, which is supported by means of political philosophy.

Keywords: Education, violence, politics, power.

1. Introdução

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois, na política, lidamos com aqueles que já estão educados (ARENDT, 1992).

Hannah Arendt, de origem alemã, optou pela teoria política, e não, pela filosofia política. Sua teoria política pautava-se no conceito de pluralismo, no que tange à abrangência política, pois, na base conceitual desse pluralismo, estavam a liberdade e a igualdade política defendida pela autora, que faz menção à inclusão do outro. Percebe-se, então, uma aproximação da filosofia de Nietzsche, Bergson e Paul Ricoeur.

No ano de 1957, publicou "A condição humana", em que propunha uma "[...] reconsideração da condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes" (ARENDT, 1981, p. 13). Já em 1961, publicou "Entre o passado e o futuro", onde aborda temas como liberdade, autoridade e a crise na educação e na cultura. Para a autora, políticas, leis e convênios são pautas que devem ser praticadas e adequadas segundo a realidade que permeia o social. Ela fazia uma crítica à democracia representativa e considera válida a democracia direta ou os sistemas de conselhos. Aqui, percebemos uma aproximação com a teoria de Putnam (2000). Como filósofa, Arendt conseguiu transitar pelos principais temas da Filosofia contemporânea e discutir sobre a Filosofia existencialista, a política, o Direito e a teoria do totalitarismo, porém enfatizando sempre a ação aplicada na realidade, considerando os fatos por meio dos quais tudo se revelaria. Pelo viés dessa perspectiva, busca enfrentar o problema da legitimidade jurídica.

A experiência deve ser a base do pensamento político. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a história, por meio da qual se verificam as rupturas ou possíveis continuidades. Assim a autora transita entre o passado e o futuro e tenta explicar que a norma jurídica só tem sentido quando aplicada.

A obra "Sobre a Violência" trata da investigação da natureza e das causas da violência. A estrutura da obra é dividida em três partes.

Na primeira, a autora considera que os acontecimentos políticos nos colocam em um sistema de disputa que gera guerras e violências. Aquelas são consideradas como um sistema social que dinamiza as outras organizações sociais; estas surgiram pela conquista do espaço. Um exemplo disso seria uma guerra entre nações visando conquistar uma sociedade ou sua estruturação, e a paz, a justificativa pelo propósito de guerra e sua continuação.

No primeiro capítulo, a autora se propõe a analisar o poder e a violência, estudando a teoria de vários autores como Marx, que considerou que o Estado, em si, é um estrumento regulador da violência. Segundo Arendt (1992),

[...] o que distingue a teoria do próprio Marx de todas as demais teorias em que a noção de 'fazer a história' encontrou abrigo é somente o fato de apenas ele ter percebido que, se se toma a história como o objeto de um processo de fabricação ou elaboração, deve sobrevir um momento em que esse 'objeto' é completado, e que, desde que se imagina ser possível 'fazer a história', não se pode escapar à consequência de que haverá um fim para a história. Sempre que ouvimos grandiosos desígnios em política, tais como o estabelecimento de uma nova sociedade na qual a justiça será garantida para sempre, ou um guerra para acabar com todas as guerras, ou salvar o mundo inteiro para a democracia, estamos nos movendo no domínio desse tipo de pensamento (p.114).

Já no segundo capítulo, faz uma análise sobre a possível relação e distinção entre o poder e violência e propõe parâmetros para que se possam entender os acontecimentos políticos particulares. Na perspectiva teórica de Bobbio (1992), os "[...] direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas reconhecidos, porém efetivamente protegidos, até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado (p.30)". A crítica da autora é sobre o consenso de que a violência seria a manifestação de poder, conforme explicitado por Weber, que considera que "[...] o Estado é o domínio de homens sobre homens com base nos meios de violência legítima, isto é, supostamente legítima", pois "[...] nenhuma outra atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação" (ARENDT, 1981, pp.191-2).

Segundo Habermas (1980), ao contrário

de Weber, Arendt (1981) "[...] concebe o poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, no contexto da comunicação livre de violência (p.100). Uma das finalidades da educação é de não perpetuar um discurso abstrato, e sim, de enfatizar a ele e a ação. Os sujeitos são detentores dessa dinâmica, caso contrário, ela estará justificando a violência dentro e fora dela. O poder não pode ser perpetuado pela força. Por exemplo, quando vários sujeitos se unem em prol de um objetivo, tornam-se fortes. Isso significa que o poder é diferente da força. Nesse caso, percebe-se uma aproximação com a teoria de Locke (2010).

A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz uma com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela (p. 71 · § 95).

A autora refere que as definições de poder relacionam-se ao Estado soberano (França e Inglaterra) · um dos principais representantes da Inglaterra foi Thomas Hobbes, no Século XVII · e coincidem com a perspectiva da antiguidade grega, que definia as formas de governo na perspectiva do domínio do homem sobre o outro. Todavia, a autora menciona que, na contemporaneidade, existe uma complexidade conceitual no que tange à definição de poder, o qual ficaria restrito ao uso da força do Estado. A autora é contra as teses do instinto inato no que se refere à dominação e à agressividade, que são defendidas pelos ilustres pensadores Hobbes e Maquiavel.

O poder, segundo Hobbes, é o controle que permite os preços e regular a oferta e a procura de modo que sejam vantajosas a quem detém esse poder. O indivíduo de início isolado, do ponto de vista da minoria absoluta, compreende que só pode atingir e realizar seus alvos e interesses com a ajuda de certa espécie de maioria. Portanto, se o homem não é realmente motivado por nada além dos seus interesses individuais, o desejo de poder deve ser a sua paixão fundamental. É esse desejo de poder que regula as relações entre o indivíduo e a sociedade e todas as outras ambicões.

porquanto a riqueza, o conhecimento e a fama são as suas consequências. Hobbes mostra que, na luta pelo poder, como na capacidade inata de desejá-lo, todos os homens são iguais, pois a igualdade do homem reside no fato de que cada uma, por natureza, tem suficiente potencialidade para matar um outro, já que a fraqueza pode ser compensada pela astúcia. A igualdade coloca todos os homens na mesma insegurança; daí a necessidade do Estado. A raison d'être do Estado é a necessidade de dar alguma segurança ao indivíduo, que se sente ameaçado por todos os seus semelhantes (ARENDT, 1989, p. 169).

Arendt (1985) menciona que a "[...] burocracia ou o domínio de um intrincado sistema de órgãos no qual homem algum pode ser tido como responsável, e que poderia ser chamado com muita propriedade o domínio de Ninguém" (pp. 20-1). Essa é a forma mais vigorante na democracia representativa.

2. PODER E VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DE ARENDT

Arendt (1985) entende que é de reponsabilidade da ciência política a conceituação teórica e a distinção entre os conceitos poder, força, autoridade e violência, que não podem ser classificados como antagónicos nem como sinôminos pelo fato de serem diferentes entre si, mas se coadunam erroneamente no desenvolvimento da mesma função. Segundo Arendt (op,. cit), é fundamental saber quem governa quem, pois a atribuição das quatro palavras-chave acima mencionadas é de indicar quais os mecanismos que o homem utiliza para governar o outro (p.23).

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a "violência" nem sequer merece menção. Isto indica o quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, desconsideradas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas

violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram, sempre fortuitos, nem sérios nem precisos" (Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal (ARENDT, 1981, p. 16).

Segundo Arendt (1985, p. 24), o "poder" significa agir em comum acordo e quando desaparece o grupo que o originou também segue esta tendência, portanto sendo um fim em si mesmo e as pessoas utilizam dessa distorção conceitual para justificar os fins. Ela acrescenta a "[...] violência não reconstrói dialeticamente o poder. Paralisa-o e o aniquila" (ARENDT, 1985, p. 12).

Já no que se refere à "força", deveria ser entendida no âmbito de uma linguagem terminológica, que abrange duas perspectivas: as "forças da natureza" ou as "forças das circunstâncias", em que se desenvolve um mecanismo de liberação de movimentos físicos ou sociais. O conceito de "autoridade" é aplicado às pessoas, e para que se possa conservá-la, é necessário respeitar a pessoa ou cargo. Já a "violência" tem por finalidade um caráter instrumental que justifica o propósito da independência natural, mas, em seus estágios, é substituída para justificar os fins.

Para Arendt (1985), o poder precisa de legitimidade e deve ser uma oposição à violência. Emana do povo, que deve se manter unido, pois aspectos de violência e de comando não cabem dentro desse escopo de projeto. Mas a sociedade é acostumada a desenvolver uma relação errônea no que tange à combinação da violência com o poder. Entretanto, não se pode concluir que a autoridade, o poder e a violência estão no mesmo nível e têm o mesmo sentido, porquanto a violência não sustenta nenhum sistema ou governo, e o poder só pode ser sustentado pelo apoio daqueles que dão o consentimento e pelos números. Nesse contexto, a tirania não se justifica, porque é impotente, pois a população não lhe confere respaldo. O terror nasce depois da violência, e sua finalidade é de manter o total controle. A violência não cria o poder, e seus mecanismos podem destruí-lo. Assim se justificaria o caráter instrumental. Arendt (1985) assevera que "a forma extrema de poder é o Todos contra Um, e a forma extrema da violência é o Um contra Todos" (p. 35).

A violência nunca poderá ser a essência de um govermo, mas o poder, que deve ser legítimo e integro. Nesse sentido, os cidadãos são os principais aliados. Entretanto, é um processo que se dá na relação entre iguais. Contudo, na perspectiva da autora, é pela via da legitimidade que se compreende a obediência às normas das instituições políticas e às leis que regem a dinâmica de um país, pois a finalidade de uma lei é sempre um ato impositivo, em que existem a questão do consentimento do processo punitivo e a sanção ao sujeito que deixa de cumprir com as normas da lei.

No capítulo terceiro, Arendt (op. cit.) se propôs a analisar a natureza e as causas da violência. Ela entende que a violência não é um ato animalesco nem irracional, ela pode ser originária do ódio, todavia, esse fenômeno não é autimático, pois é criado pelas diversas condições dadas pela razão, ou seja, o senso de justiça.

A linha tênue do fenômeno são as condições e a rapidez com que a violência acontece, portanto, a dificuldade é de distinguir uma emoção natural e a racionalidade, pois, se optarmos pela racionalidade humana, estaremos desenvolvendo um processo de desumanização do homem (p.35). Para a Filosofia, as emoções não influenciam na racionalidade, e o ódio e a violência não podem ser considerados como irracionais, mas apenas quando substitutos (p. 36). Segundo Arendt (op,. cit), "poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada o seu próprio curso, ela conduz à desaparição do poder" (p.44).

[...] nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital, eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo (ARENDT, 1985, p. 94).

A racionalidade da violência está em alcançar objetivos em curto prazo (ARENDT, 1985). Entretanto, a "[...] prática da violência, como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento"

(p.45). A autora critica a burocracia dizendo que,

[...] quanto mais burocratizada a vida pública, maior será a atração exercida pela violência. Em uma burocracia plenamente desenvolvida, não há como discutir, a quem apresentar reclamações, sobre quem exercer as pressões do poder. A burocracia é a forma de poder onde todos são privados de liberdade política, do poder de agir, já que o governo de Ninguém não é a ausência de governo, onde todos são igualmente destituídos de poder temos uma tirania sem tira (op., cit. p. 45).

A violência, sob o ponto de vista de Arendt, jamais poderá ser a fonte do poder, pois, quanto mais violência, menos poder, e a arena política é o campo dessas relações e do totalitarismo, que leva o poder a aparecer pela via da autoridade sendo inquestionável. Segundo a autora, apesar de ilegítima, a violência é justificável, no entanto deve ser usada em último recurso. O poder legítimo poderá justificar sua ação violenta quando o povo o apoiar.

Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas. A subjetividade da privatividade pode prolongar-se e multiplicar-se na família; pode até tornar-se tão forte que o seu peso é sentido na esfera pública; mas esse "mundo" familiar jamais pode substituir a realidade resultante da soma total de aspectos apresentados por um objeto a uma multidão de espectadores.

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna (ARENDT, 1981, p. 67).

O fenômeno violência, educação e cultura é multifacetado, porém as várias formas de violência ainda se apresentam obscuras, porque o poder e a violência pertencem à concepção política dos negógicos humanos. A violência serve para dramatizar e enfraquecer o sistema, portanto, a proposta da autora é de diminuir o efeito da ação, e a justa medida são o poder e a política.

3. A REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA NA EDUCAÇÃO

O esboço do projeto conceitual sobre a violência, na perspectiva de Arendt, é instrumental para desenvolver uma crítica sobre a compreensão da violência na educação. Então, como entender que, na história da humanidade, houve guerras, e os vencedores são ensinados na escola? Com que objetivo se ensinam e se transformam em objetos de políticas públicas os casos sensacionalistas? Qual o objetivo da educação em se propor a ensinar conteúdos sensacionalistas?

É preciso recorrer às outras áreas do conhecimento para que se possa analisar a complexidade dos fenômenos no que tange à temática violência na educação. Está-se tentando seguir os passos de Arendt na busca da contrução teórica sobre o referido assunto, portanto, violência e agressividade não são categorizadas da mesma forma, ou seja, não seriam a mesma coisa. Por isso, é necessário distinguir um marco teórico dos discursos produzidos, no que diz respeito à violência expressa na educação e à que é produzida pela educação, pois a tendência é de classificá-las como de igual sentido. A educação deve fazer uma autocrítica de como tem conduzido esse processo no âmbito da sala de aula, nos cursos de aperfeiçoamento para os professores e em sua relação com os estudantes.

3.1 COMO SE CONSTROEM ELEMENTOS DE AÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA?

A teoria arendtiana visa considerar um caminho que seja pela ação, e isso é verificado no campo da educação, pois é necessário considerar a realidade da violência social, e o que se verifica é uma prática cada vez mais recorrente, no âmbito das políticas educacionais, com a pretensão de administrar a violência ou apenas amenizá-la. Mas, quais são as consequências dessa prática? O fio condutor é tênue e complexo. O exemplo da reflexão teórica desenvolvida por Arendt (1985), na tentativa de uma contraposição entre a violência e o poder da mesma forma se propõe a aproximar a política da educação, visando criar alternativas. A autora entende que os negócios

humanos surgem a partir de duas esferas estruturantes: a ação - "práxis" - e o discurso - "lexis". Essa relação é constitutiva e circunda por meio da relação entre essas vertentes em que se constituem os seres humanos. Assim, quando a educação efetiva o seu discurso e sua ação, está se contrapondo à violência, revela a realidade e, ao mesmo tempo, cria novas relações e realidades. Segundo Arendt (1981), "a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si (p. 188)". A educação não pode ser redentora da palavra, do conhecimento, nem ser autônoma, ela deve considerar os sujeitos como protagonistas, pois, do contrário, estará justificando a violência.

Para a autora, a estrutura familiar é um sedimento de uma pré-política, porque existe uma organização onde as pessoas vivem juntas por necessidade. Nessa esfera familiar, existe o mais alto grau de desigualdade, em que os sujeitos são dependentes e em que há a figura do outro, que é autoritário e que comanda. Nesse escopo, a liberdade não existiria, porquanto livre é aquele capaz de deixar o lar e consequentemente, de se envolver na política. Observa-se que a força e a violência seriam justificadas nesse espaço privado, ou seja, elas não acontecem no espaço público, que oportuniza ao sujeito diferentes experiências e possibilidades de ser ouvido. O fato é que a vida pública possibilita a mais completa diversidade de olhares e entendimentos sobre um mesmo objeto. No âmbito educacional, o mundo público não é percebido e está submetido à tutela do privado, em que a educação é resquício da extensão familiar e ainda se constitui como um espaço de violência.

A violência na escola só poderá diminuir quando considerada como espaço público de manifestações políticas e de liberdade entre os sujeitos, o que requer uma revisão das estruturas educacionais. É fundamental entender o paradoxo entre educação e sociedade e na perspectiba da educação para o trabalho. Então, de que forma caracterizar a escola como um espaço público? Ela pode, realmente, ser considerada assim?

A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude perante o âmbito do passado. É sobremodo difícil para o educador arcar com esse aspecto da crise moderna, pois é de seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado (ARENDT, 1992, pp. 243-244).

Arendt concebe que a escola só pode ser considerada como um espaço público se der condições para se potencializarem as ações dos sujeitos - é o chamado agir com significado. A ação do mundo moderno é responsável pela deterioração da ação política, ou seja, enfatiza o sucesso da violência. A tedência da tradição pedagógica do ocidente é de ser um processo de normatização, por meio do qual os indivíduos se adaptam ao processo de transmissão do conhecimento, e pelo viés dessa perspectiva é que a escola tem se apresentado como transmissora de violência. Nesse contexto, somos propensos a acreditar na ação, que não se apresenta propriamente como tal, e o que se verifica é o império do silêncio.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Campos. 1992.

Hannah Arendt. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária; Rio de Janeiro, Salamandra; São Paulo, Edusp, 1981.

_____, Arendt. **Sobre a violência**. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade, Ed. Universidade de Brasília 1985.

_____, Arendt. **Origens do totalitarismo.** Tradução Roberto Raposo. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____, Arendt. **Entre o passado e o futuro**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Habermas, Jurgen. **O conceito de poder de Hannah Arendt.** In: Rouanet, S.P. & Freitag, B. (orgs.) Habermas. São Paulo, Ática, 1980 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Abril Cultural, 2010.

Marinalya Freire da Silva *

Violência na escola

RESUMO:

A violência surge de modo peculiar, conforme os arranjos societários de onde se originam. É definida como o fenômeno que se manifesta nas diferentes esferas sociais. Como não poderia ser diferente, a violência alcançou o ambiente escolar, tema que merece destaque na imprensa, atualmente, por se tratar de um fenômeno que desnorteia o ambiente pedagógico e inviabiliza o bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Este estudo visa oferecer uma reflexão sobre a escola na preparação dos alunos, com vistas a uma vida responsável, numa sociedade livre, com espírito de tolerância e de respeito às adversidades

Palavras-chave: Violência; alunos; escola; processo ensino-aprendizagem.

ABSTRACT:

Violence shows up in a peculiar way, as per the social arrangements where it comes from, being defined like a phenomenon whose manifestation occurs in different social spheres. As it could not be different, violence has entered the school environment, a theme deserving detachment in today's press as it is a phenomenon that misleads the pedagogical environment, turning the good development of the teaching-learning process impracticable. This study aims to offer a reflection about the school on the preparation of students whose target is a responsible life in a free society, guided by tolerance and respect to adversities.

Key-words: Violence; students, school; teaching-learning process

O tema "violência escolar" tem se destacado nos meios de comunicação nos dias atuais. É um tipo de violência muito preocupante, assim como os demais, que tem se transformado em um grande problema pedagógico. Certamente, não é um fenômeno social recente. Entretanto, é possível afirmar que suas manifestações e os atores nela envolvidos se multiplicam. A novidade consiste na multiplicidade das formas que assume na atualidade, algumas muito graves, cuja crescente incidência chega a configurar o que se pode chamar de uma "cultura da violência", assim como o envolvimento de pessoas cada vez mais jovens no cenário. No Brasil, a violência tem alcançado as escolas de maneira preocupante para pais e educadores.

Não existe uma violência, senão uma multiplicidade de atos violentos cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos textos sociais, que variam de um período histórico a outro. Não podemos negar que se trata de um problema da teoria social e das práticas políticas, pois, na história da Humanidade, tem-se revelado em manifestações individuais e coletivas.

A violência é considerada como parte da própria condição humana e surge de modo peculiar, conforme os arranjos societários de onde se originam. Portanto, pode ser definida como o fenômeno que se manifesta nas diferentes esferas sociais, tanto no espaço público quanto privado. É apreendida de forma física, simbólica, de acordo com o pensamento marxista. Candau (2001, p. 104) argumenta que,

para que haja violência, é preciso que a intervenção física seja voluntária [...]. A intervenção física [...] tem por finalidade destruir, ofender e coagir. [...] A violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra [...]. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é alvo da ação violenta.

A violência é qualquer agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de lhes causar dano, dor e sofrimento. As agressões são consideradas, com frequência, atos de violência. É comum falar-se também de violência contra certa categoria de coisas, sobretudo, a propriedade privada. A intenção de ferir, de ofender e de atingir de forma deliberadamente negativa o outro seria um constituinte de violência, porém não o suficiente para sua caracterização.

A atenção dispensada à agressão física é questionada por muitos, considerando-se outras formas de relações agressivas quanto à mecanização e à industrialização da violência, como as que se dão em larga escala, as guerras modernas, por exemplo. Outro constituinte atualmente questionado e tradicionalmente referido pelo senso comum é a violência como um ato individualizado, pautado por psicopatias, dirigido contra outro, e que causa às vítimas sofrimento, dor e, até, morte.

Considerar que muitos agressores não se sentem culpados ou responsáveis por suas ações, que são treinados ou socializados, de forma intencional ou por modos de vida, para serem violentos, desloca a ação preventiva para o campo das relações sociais coletivizadas, focalizando não indivíduos apenas, mas grupos, comunidades e organizações. E se a violência não envolve, necessariamente, uma agressão física, no confronto direto de algumas pessoas com outras, então a distinção entre essa e outras formas coercitivas de infligir danos, dor e morte fica enevoada. Uma política que, deliberada ou conscientemente, conduza à morte de pessoas pela fome ou doença pode ser qualificada de violenta.

A noção de violência está sempre relacionada a uma referência externa. Ela é comumente representada por atos exercidos pelos outros ou por fatos externos, do lado de fora de nossas casas, nas escolas, nas ruas, na periferia das cidades e entre os cidadãos econômica e culturalmente marginalizados. Pretendemos que a violência esteja distante de nós. Todavia, essa ideia de violência é apenas a faceta visível, pois ela está presente também do lado de cá, dentro de nossas casas, de nossas escolas e de nós, pelo que não há como ignorar essa questão crucial posto que, cotidianamente, somos parte dela.

Como podemos observar, não é fácil definir a violência. Diferentes abordagens foram realizadas, ao longo dos últimos anos, por filósofos, psicanalistas, cientistas sociais, teólogos, políticos entre outros estudiosos. De modo geral, os meios de comunicação e o senso comum associam a violência à agressão física e à criminalidade e só

se preocupam com o tema quando causa grande impacto social, conforme temos acompanhado em várias partes do Brasil e do mundo.

Na concepção de Sposito (1998, p. 60), "violência é todo ato que implica a ruptura de um nexo social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade de relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito".

Lamentavelmente, a sociedade de um mundo capitalista como o nosso valoriza o homem pelo que ele tem, pode oferecer; o consumo, esse monstro insaciável, somente valoriza o que é material, palpável e faz do ser humano objeto exposto à venda, através da exploração da mão de obra; valemos o quanto pesamos; não temos tempo para o outro, porque a corrida pelo ouro é assustadora; o ser humano é descartável.

Amor – o que é isso? Para que serve? Não há tempo para o amor, para o diálogo, ninguém ajuda ninguém. As pessoas se unem pelas conveniências. Há uma inversão total de valores. As crianças não têm mais infância saudável, não têm muito contato com os pais, faltam·lhes o carinho, a compreensão e o ombro amigo. Em casa, assistem a constantes conflitos e agressões entre os pais. Crescem desamadas, vivendo os problemas confitivos da família; perdem a autoestima, o gosto pelo estudo e vão à escola com uma carga afetiva intensa. Lá, basta o olhar de um coleguinha para praticarem agressões. Agridem os colegas, os professores, os que trabalham na escola; em casa, também agridem irmãos quando têm; e ao alcançarem a idade de 11, 12 ou 13 anos, buscam refúgio nas drogas.

Sabemos que o fenômeno da violência não é problema do Século XXI, vem desde os tempos remotos, conforme dissemos. Basta ler a história das antigas civilizações para constatarmos os indícios de atos violentos pela sobrevivência, pelos ritos de passagem, próprios da cultura da cada povo da época. Mas a violência não surge do nada, tem suas causas, como as têm todos os fenômenos. "Violência gera violência", diz o ditado popular. O combate à violência não deve ser feito simplesmente punindo ou com campanhas por entidades religiosas e políticas para se atingir a consciência de toda a sociedade. É mister que esse processo seja amparado por uma boa organização social.

Candau et al. (2001) apresentam oito ti-

pos de violência, tanto no âmbito físico, moral quanto no psicológico:

Violência simbólica: configura-se com a utilização de imagens que incitam preconceitos;

Violência institucional: relacionada às ações de mutilação do corpo;

Violência urbana: inclui os vários tipos de crime presentes nas cidades, como sequestro, assaltos, entre outros;

Interferência de grupos externos: está relacionada ao mercado do narcotráfico;

Depredação escolar: diz respeito à danificação do patrimônio escolar:

Brigas entre alunos e suas agressões: ocorre quando há desavenças entre os alunos;

Agressões entre adultos: quando há desavenças entre os professores e os alunos;

Violência familiar: ocorre quando há conflitos entre pais e filhos no ambiente doméstico.

Farei algumas considerações sobre a violência doméstica por ser o carro-chefe dos outros tipos aqui citados. Segundo Silva & Holanda (2009: 17-22), a violência doméstica é um problema gravíssimo, que atinge milhares de crianças, adolescentes e mulheres no mundo inteiro. Consiste em um problema que afeta muitas pessoas, independentemente de sexo, raça, crença nível social, cultural, religioso. É muito preocupante porque ocorre sob dois aspectos: pelo sofrimento imenso que causa às suas vítimas, geralmente, silenciosas; e, comprovadamente, a violência doméstica, que inclui a negligência precoce e o abuso sexual, que prejudicam o bom desenvolvimento físico e mental da vítima. Atualmente, essa é a maior preocupação nas reuniões das escolas com pais e/ou responsáveis por crianças e adolescentes. É um fenômeno que ocorre extramuros, mas traz sérias consequências no processo ensino-aprendizagem, na socialização, bem como no cotidiano escolar, pois é constante as crianças chegarem à escola vítimas de violência familiar, com manchas roxas pelo corpo, queimaduras no rosto, nos braços, nas mãos, nas plantas dos pés (provavelmente causadas por cigarros, água fervente), vergões nos braços, pés e tórax (o que induz que a criança foi amarrada); ferida na boca, nos lábios e nos olhos e ainda o desenho característico de uma dentadura de adulto na pele. Infelizmente, ainda citamos, com as pesquisadoras acima referidas, que é "muito comum ocorrer outras formas de violência doméstica tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas: tapas, puxões de orelhas, xingamentos, falta de carinho, de higiene, de alimentação adequada[...]". Por conseguinte, "a criança que sofre emocionalmente pode ter problemas para brincar com os colegas, ter medos exagerados; sentir-se muito triste; afastar-se das pessoas; apresentar atitudes autodestrutivas e baixo rendimento escolar".

Segundo o documento da UNESCO (2003), "as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos, a maior parte dessas agressões provém de ambiente doméstico. Estimase que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os incidentes e as violências domésticas provocam 64,4 % de mortes de crianças e adolescentes no país, segundo dados de 1997."

Esse é o cenário onde trabalham os professores do Ensino Fundamental.

Rocha (2001, p. 38-44) refere que a violência doméstica é um problema muito sério (a meu ver, de difícil solução). Para entendê-la, devemos conhecer, pelo menos, as diversas faces, como, por exemplo:

Abandono: ausência do responsável pela criança ou adolescente;

Negligência: Consiste em privar a criança de algo de que necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento saudável, o que significa omissão de cuidados básicos (alimentação, remédio etc., quando os pais têm condições financeiras);

Violência física: qualquer ação única ou repetida intencional cometida por agente agressor adulto:

Violência psicológica: ameaças, humilhações, gritos rejeição etc.;

Abuso ou vitimização sexual: todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de dezoito anos;

Violência verbal: em que se configura a violência psicológica.

Enfim, a violência doméstica pode, também, perpetuar um modelo de reação agressiva e violenta nas crianças que estão com a personalidade em formação. Na concepção de Melo (2002 apud SILVA & HOLANDA, 2009, p. 22), a violência doméstica pode comprometer o desenvolvimento cognitivo das crianças e dos jovens e interferir negativamente em sua capacidade de ler, de interpretar, de se concentrar e de se integrar e interagir com os colegas. Isso levará as crianças e os adolescentes a problemas disciplinares, pouco rendimento escolar, notas baixas, reprovação e, consequentemente, a uma baixa autoestima e falta de motivação para as tarefas escolares e sua integração na escola.

É inegável que a violência na escola é uma consequência da violência doméstica. Os especialistas em educação deduzem que o aumento acelerado da violência escolar se deve, geralmente, a uma crise de autoridade familiar, pois os pais não impõem disciplina aos filhos, deixando-a a critério da escola, que é a continuação do lar. As crianças não têm em casa a figura de autoridade, elemento sine qua non para o seu desenvolvimento. Quando os professores tentam assumir o papel disciplinar, que lhes é passado como tarefa exclusiva, na maioria das vezes, os pais resolvem confrontá-los.

No artigo art. 26 § 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, está escrito:

A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instituição promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais e religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A escola por refletir o meio onde está inserida, está exposta à penetração de agentes externos que tentam retardar o bom desenvolvimento integral do cidadão, criando, por conseguinte,

insegurança nos que a compõem. Assim, a violência está presente constantemente no âmbito das escolas públicas, o que provoca medo, desrespeito, preconceito racial e sexual, assim como a diversidade que nela existe. Ensinar a criança e o adolescente a conviverem com as diversidades (sexuais, culturais, religiosas, raciais e econômicas) é uma tarefa hercúlea, é um martírio, muitas vezes, para o professor, pois ele não pode nem deve permitir tais condutas e a quem cabe uma tomada de decisão para solucionar ou amenizar as dificuldades dos educandos.

É preocupante sabermos que a escola não satisfaz aos anseios da sociedade, pois as estatísticas registram altos percentuais de evasão escolar, repetências, reprovações. A escola não acompanhou o andar da carruagem tecnológica, parou no tempo e no espaço; as grades curriculares, quase todas obsoletas, professores despreparados, desestimulados pelos baixos salários que não atendem às suas necessidades e, portanto, buscam "fazer bicos" com o ensino porque lhes falta tempo para estudar e planejar suas aulas.

Martins (2004) alerta-nos para o fato de que, atualmente, a escola funciona sob o controle e a exigência de um modelo de ordem das Secretarias Federal e Municipal, por meio de regulamento como modelos de comportamento que a sociedade de consumo impõe, de práticas pedagógicas e de currículos distantes da realidade dos alunos, fatores responsáveis pela desvalorização da escola e pelo número assustador de evasão.

Essas mudanças respondem pela fragmentação na formação dos professores, pela redução impiedosa de sua remuneração, pelo profundo mal-estar causado pela insatisfação patente nos meios educacionais, pela desvalorização da educação e do Magistério cujo saldo negativo é a grave crise de violência nas escolas. Isso sem contar com a falta de políticas educacionais voltadas para uma aprendizagem do indivíduo crítico, reflexivo, conhecedor dos seus direitos a deveres e de ume verdadeira democratização da escola.

A escola, lamentavelmente, é vista por muitos professores como promotora da violência, por se manifestar sob a forma de comportamentos autoritários, de poder e de superioridade. Muitos gestores se colocam como "proprietários" das escolas, logo, detentores do poder e das tomadas de decisão, o que gera muitos conflitos entre e com os professores e repercute, obviamente, no processo ensino aprendizagem do aluno. Além disso, o clima de insegurança tomou um rumo muito preocupante devido à ação do crime organizado e do narcotráfico em algumas cidades brasileiras (SPOSITO, 1998). Santos (1999) chama a nossa atenção para o aumento da criminalidade e do sentimento de insegurança, principalmente nas periferias, o que leva a vida escolar a amargurar, de forma mais patente, os impactos dessa nova situação.

Vejamos algumas causas da violência escolar, que esse autor os (1999, p. 15) apresenta:

- O contexto familiar em que o indivíduo é criado e educado (abandono);
- As **relações interpessoais e de grupos de parte** (exclusão social);
- A escolaridade (problemas de disciplina e falta de medidas preventivas ou paliativas);
- O contexto social comunitário (no meio, há fatores que propiciam a violência: ausência de assistência social, presença de crimes e outras condutas antissociais);

- A influência dos meios de comunicação.

Melo (2002) enuncia que, muitas vezes, o professor contribui para a violência quando decide manter a ordem, mas desempenha um papel violento e ambíguo, pois sabemos que, quanto maior for a pressão, maior será a violência dos alunos para tentar garantir as forças que assegurem sua vitalidade como grupo.

Como é possível observar, a violência é um problema que se faz presente nas escolas e se manifesta de variadas maneiras entre os envolvidos no processo educativo, o que não deveria existir porque a escola é o lugar de formação da ética e da moral dos sujeitos envolvidos (alunos, professores, funcionários). E a falta de uma democratização faz com que haja ações coercitivas, por parte do poder e do autoritarismo de professores, coordenadores e diretores, num escala hierárquica, em que os alunos ficam no meio dos conflitos profissionais que terminam por refletir dentro da sala de aula. Além disso, a violência

que domina as ruas, a violência doméstica, os latrocínios, os contrabandos e os crimes de colarinho branco têm levado muitos jovens a perderem a credibilidade em relação a uma sociedade justa e igualitária, capaz de promover o desenvolvimento social em iguais condições para todos, tornando-os violentos, de acordo com esses modelos sociais.

Nas escolas, a relação cotidiana deveria traduzir respeito ao semelhante, por meio de atitudes que conduzam à amizade, à paz e à integração das pessoas, com vistas a alcançar os objetivos traçados no projeto político-pedagógico da Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deixo as palavras finais por conta de Paula Cervelin Grassi, representante da Pastoral da Juventude no Conselho Nacional de Juventude, que assim se expressa em seu artigo *JUVENTUDE*, *EDUCAÇÃO E* TRABALHO:

Embora sejam múltiplas as condições dos jovens, a experiência deles no Brasil é ainda marcada pelo percurso tradicional que passa pela educação e pelo trabalho – elementos centrais vividos segundo as desigualdades de idade, gênero e classe.

Desde que seja garantido o acesso à educação, é na escola e na universidade que os jovens passam boa parte de seu tempo. Tempo fragmentado entre as múltiplas relações do ensino-aprendizagem, socialização com colegas e professores, busca do caminho para a concretização dos próprios sonhos, olhando sempre para o futuro profissional.

Toda essa vivência exige da educação muita proximidade da vida real, além da capacidade de assegurar aos estudantes a reflexão sobre o lugar de cada um no mundo como sujeito histórico. A qualidade do ensino, bem como a formação que constrói novas relações humanas baseadas na igualdade e na justiça, também é essencial para o universo escolar.

A escolaridade, somada ao acesso a outros direitos básicos, pode determinar a trajetória profissional do jovem. Seu ingresso no mercado de trabalho, no Brasil, em geral acontece em postos simples e de pouca qualificação. No entanto, quando se trata especificamente de mulheres e negros, a inserção se torna ainda mais difícil, além do risco de desemprego ser maior, como apontam diversas pesquisas.

No caso dos negros, sejam ou não estudantes, a situação é preocupante, já que compõem a grande maioria dos jovens desempregados. Sua presença na escola e na universidade tem crescido recentemente, em boa parte por causa do sistema de cotas, mas ainda há muito por fazer a fim de interromper os "ciclos de continuidade" na agregação.

Uma educação cidadã e humana, somada ao trabalho decente e justo para todos, é o horizonte que desejamos alcançar.

Referências

CANDAU, Vera; LUCINDA, Maria da C; NASCIMENTO, Maria das Graças. **Escola e violência.** Rio de Janeiro: DO & Iglu.1989.

CARDIA, Nancy. Violência urbana e a escola *In* **Revista Contempora- neidade e Educação.** Rio de Janeiro: IEC, Ano II, n. 2, 1997.

GRASSI, Paula Cervelin. Juventude, Educação e trabalho. Coluna: A juventude no Brasil. *In* **O DOMINGO.** SEMANÁRIO LITÚRGICO-CATE-QUÉTICO. ANO LXXXI- remessa VII-5-5-2013 N° 23. Coluna JUVENTU-DE NO BRASIL, p.4.

MARTINS, Ana Cristina et.al. *A escola na comunidade local.* **Espaço S - Revista de Educação Social,** n. 4, junho 2004. Odivelas: Instituto Superior de Ciências Educativas.

MELO, Maria Matilde Gomes de. "Agressividade como problema escolar"

[Monografia de Pós-graduação em Letras] Campina Grande: UFCG, 2002.

SANTOS, José Vivene R. "O fenômeno da violência em duas escolas: um estudo de caso". [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRG, 1999.

SILVA, Maria Verônica Ferreira da & HOLANDA, Luciana de. "A violência na escola como um problema pedagógico". [Monografia de Pós-graduação em Psicopedagogia]. UNAVIDA/IESP. João Pessoa, 2009

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência *in* **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.** São Paulo: Cortez, julho de 1998, n.104.p. 58-75.

UNESCO. **Desafios e alternativas:** violência nas escolas. Edição publicada pela Representação da UNESCO no Brasil. 2003

Paulo César Geglio *

Joallyson Gonçalves Bezerra **

As bases na formação e da atuação inicial do professor: uma perspectiva de análise

RESUMO:

O presente artigo aborda uma discussão sobre dois aspectos importantes da formação do professor. O primeiro diz respeito ao entendimento de que todo professor, antes de ingressar no curso de formação inicial, já tem uma concepção sobre o que é ser professor, e isso influenciará sobremaneira a sua prática. Estamos nos referindo ao fato de que todos os professores foram alunos e aprenderam o ritual da escolarização e o que é ser e o que deve fazer um professor. Muitas das práticas vivenciadas como aluno, na educação básica, constituem os saberes dos professores em início de carreira. O segundo aspecto é o fato de que a formação acadêmica do professor sofreu várias mudanças e influências político-filosóficas ao longo de sua institucionalização, o que gerou incertezas no professor sobre o seu papel na escola e na sociedade.

Palavras-chave: Formação de professores; assimetria invertida; saberes docentes.

ABSTRACT:

The current article deals with a discussion on two important aspects regarding the teacher's formation. The first one is related to the understanding that every teacher, before starting the initial formation in the course, already has a conception of what is being a teacher and this will influence especially his or her practice. We make reference to the fact that all teachers were students and thus learned about the school ritual as well as how it is being a teacher and what one is supposed to do. Many of the practices experienced as student, in the elementary education, do constitute the teachers' knowledge in their initial career phase. The second aspect regards the fact that the teacher's academic formation underwent several changes and political-philosophical influences during its institutionalization, generating uncertainties in the teacher about his or her role in the school and in the society.

Keywords: Teachers' formation; inverted asymmetry; teachers' knowledge.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios mundiais para melhorar a educação escolar da população é a formação dos professores. Isso todos sabem, e a palavras "todos" não se refere somente àqueles que atuam na área de Educação ou aos pesquisadores acadêmicos, mas a todos os cidadãos, sobretudo aqueles que, de forma direta ou indireta, utilizam a escola pública. Assim, se perguntarmos a qualquer pessoa quais sugestões ela tem para melhorar a qualidade da escola, invariavelmente citará, entre outros aspectos, a formação do professor. É claro para todos os cidadãos que a formação do professor é imprescindível para a oferta de educação escolar de boa qualidade. Mas, o que poucos sabem é como deve ser conduzida essa formação, para que seja compatível com as necessidades da sociedade atual.

Não temos a pretensão de apresentar, neste texto, a fórmula para isso. Nossa intensão é de apresentar dois aspectos que consideramos importantes nessa discussão e que não podem ser desconsiderados nas análises sobre a qualidade da formação dos professores: o fato de que a área de Educação é um campo de atuação onde os profissionais já sabem o que devem fazer em seu ofício, antes de ingressar no curso de formação inicial, e que é uma profissão que sofreu significativas mudanças e influências político-filosóficas ao longo de sua existência. Todo professor foi aluno e, portanto, teve lições sobre como ensinar com diferentes professores. Foi uma experiência contextualizada, com exemplos bons e ruins, dos quais os mais significativos imprimiram marcas no professor, às quais que ele recorrerá ao exercer sua profissão.

1. OS MOMENTOS PRIMORDIAIS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Ser professor é tornar-se aprendiz para a vida toda, é estar sempre em construção. Segundo Nunes (2001), o professor constrói e reconstrói seus conhecimentos de acordo com as necessidades de utilizá-los e com suas experiências, percursos formativos e profissionais. Bejarano e Carvalho (2003) dizem que é no período da educação básica que os futuros professores começam a construir as formas peculiares de

entender os processos de ensino e de aprendizagem e quando começa o processo de criação do modelo de professor.

Cunha (2001) afirma que mais do que os conteúdos aprendidos, os modelos de docência dos professores são definidos pelas práticas escolares e acadêmicas vividas. As experiências marcantes e a lembrança de antigos professores são grandes forças na construção docente e influencia o professor em suas posturas e crenças. Essas experiências vividas no período anterior à graduação podem ser consideradas como o início da formação do professor, visto que tais experiências, além de influenciarem a prática dos futuros professores, também podem exercer peso decisivo no momento da escolha pela graduação em licenciatura. Dessa forma. o percurso formativo do futuro professor e as situações vivenciadas por ele agregam-lhe experiências que contribuem para a constução de uma concepção a respeito de como deve ser um professor.

Como parte fundamental na construção da prática docente e da reafirmação, ou na revisão de posturas e de crenças está a formação inicial. A graduação é a maior força impulsionadora da carreira docente de um licenciando, porquanto é a fase em que os futuros professores adquirem os saberes docentes que os habilitam a conduzir o processo de ensino e de aprendizagem escolar e em que os graduandos constroem e desenvolvem as competências necessárias para o exercício profissional, por meio do aprendizado de conteúdos específicos de determinada área do conhecimento humano. É na formação inicial que os futuros professores observam que o conhecimento é um fenomeno em construção e não, apenas, um conjunto de informações que são transmitidas de um emissor para um recptor. Também nessa fase o licenciando percebe a importância das discussões em sala de aula e de considerar o conhecimento prévio dos alunos com os quais atuará. Na graduação, os futuros professores passam pela formação profissional que os prepara para atender às suas futuras demandas profissionais.

De acordo com Fiorentini et. al. (1998), as pesquisas educacionais tendem a valorizar os saberes docentes na formação de professores. No Brasil, o perfil dos professores tem passado por transformações também em função das mu-

danças no foco dos saberes docentes. Os autores afirmam que, durante a década de 1960, havia uma valorização quase que exclusiva dos conhecimentos específicos do professor; na década de 1970, os valores passaram para os aspectos didáticos e metodológicos, em detrimento do conhecimento específico da disciplina; nos anos de 1980, as dimensões sociopolíticas e ideológicas da prática pedagógica dominaram o discurso educacional: em 1990, o cenário foi marcado pela busca de paradigmas voltados para a compreensão da prática docente e dos saberes dos professores, embora tais temáticas ainda sejam pouco valorizadas nas investigações e nos programas de formação de professores (NUNES, 2001). Atualmente as discussões acerca da formação inicial e continuada de professores têm se pautado na valorização da pesquisa e na formação de intelectuais capazes de refletir sobre os diferentes dados de entrada com os quais eles se deparam no cotidiano (SIL-VA, 2009). Formar um professor é também capacitá-lo para lidar com os conflitos resultantes das relações que se estabelecem entre os saberes provenientes dos diversos grupos sociais (CORREIA, 2008). Esse fato corrobora, assim, a característica dinâmica da formação e da atuação profissional do professor.

A constante construção e a reconstrução dos saberes das ciências e dos grupos sociais exigem do professor uma formação que o capacite a trabalhar em um contexto de conhecimentos inconstantes e de multiplicidade cultural. Essas duas competências devem ser construídas pelos futuros professores durante sua formação inicial. Segundo Carvalho e Gil-Pérez (2011), até pouco tempo, os estudos centravam-se nas características do bom professor ou nas diferenças entre bons e maus professores. Hoje as pesquisas tratam dos conhecimentos que eles precisam adquirir. Isso supõe uma superação de concepções essencialistas do professor e que valoriza o seu processo de formação. Assim, as pesquisas na formação de professores e os saberes docentes procuram dar voz ao professor a partir da análise de suas trajetórias e histórias de vida. Nóvoa (2007) assevera, nas atuais pesquisas, que o professor deixa de ser apenas um conjunto de competências e técnicas e passa a mostrar o quanto seu modo de vida e suas experiências estão ligados ao seu perfil profissional.

1.1. SIMETRIA INVERTIDA

Paiares (1992) considera que os alunos. como sujeitos do processo educacional, formam muitas crenças educacionais a partir do momento em que iniciam sua escolarização. Assim, desde pequenos, eles constroem uma ideia do que é ensinar, sobretudo no que diz respeito a qual deve ser o papel do aluno e do professor e em relação ao ritual do processo de escolarização. Com o tempo, todas essas crenças vão se consolidando e formando redes. Quando os alunos chegam ao Curso de Licenciatura, particularmente, no período em que precisam cumprir o estágio de ensino, eles trazem essa bagagem sobre o que é ser professor, que foi construída ao longo do tempo que passaram na escola de educação básica, desde o ensino infantil. Essa é uma das peculiaridades da preparação do professor: ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar, porém, numa situação invertida. O conceito de simetria invertida ajuda a descrever esse aspecto da profissão e da prática do professor, que se refere ao fato de que a experiência como aluno, não apenas no curso de formação docente, mas também ao longo de sua trajetória na escola de educação básica, é constitutiva do papel que exercerá futuramente como professor.

O complexo processo de escolarizaçção na educação básica faz com que os futuros professores, ao ingressar nos cursos de graduação em licenciaturas, tragam consigo um capital docente adquirido em seus anos de discente. A observação e a apreensão das boas atitudes e posturas de professores e a observação crítica das más e não desejadas práticas deixam nos lienciandos (futuros professores) marcas que são potencialmente influenciadoras de suas posturas e crenças. Com essas marcas preconcebidas, eles ingressam nos cursos de licenciatura e, muitas vezes, passam incólumes por essa etapa inicial de formação e iniciam suas práticas profissionais mimeticamente aos exemplos de seus professores da educação básica (FULLER, 1969). Fuller (1969) lança duas hipóteses para explicar essa replicação da educação. A primeira é de que a formação inicial de professores está sendo falha ao implementar mudanças substanciais nos futuros professores; a segunda hipótese é de que os alunos dos cursos de licenciatura não estão preparados para se beneficiar da formação que recebem.

Considerando as hipóteses de Fuller (1969), Calderhead (1991) diz que aprender a ensinar é algo diferente de outras aprendizagens da vida acadêmica. O autor considera que o futuro professor deve entrar nessa formação consciente de que, para se ajustar às novas aprendizagens, é importante questionar suas experiências e valores. Além disso, é fundamental analisar não só os currículos, mas também a forma como o conhecimento é construído e como as experiências são interiorizadas. Se os alunos dos cursos de licenciatura, durante o processo de formação inicial, não refletirem sobre certas posturas e crenças que detêm a respeito do que é ser professor e do que é ensinar e aprender no contexto escolar, suas práticas pedagógicas como professores serão apenas replicações, e não, reformulações do que já sabiam antes do curso de formação inicial. Portanto, o futuro professor deve ingressar no Curso de Licenciatura consciente de que, para aprender a ensinar, será necessário fazer uma análise crítica dos seus valores e experiências a respeito da educação que recebeu. Essa reflexão deve ser suficiente para que ele atue profissionalmente, considerando o contexto social, temporal e econômico onde está inserido como professor. Isso não significa que ele deva negar ou desconsiderar as marcas da sua experiência como aluno na educação básica, pois elas compõem a construção do seu repertório de saberes e práticas docentes, porém elas não podem ser vistas como modelo exclusivo para sua prática.

As crenças sobre educação que os alunos constroem durante os anos da educação básica são inflexíveis e são raras as mudanças que ocorrem a partir do contato com teorias e práticas discutidas e vivenciadas no Curso de Licenciatura, que o autor denomina de formação de préserviço (KAGAN, 1992). Ele também afirma que a inflexibilidade dessas construções funciona como um filtro na relação dos futuros professores com os programas dos cursos de licenciatura, ou seja, as contribuições dos cursos de formação inicial são mínimas quando vistas através desse filtro de crenças.

Não se deve considerar, porém, essa inflexibilidade como um filtro, pois, em face das posturas dos professores da educação básica, os alunos apenas iniciam a construção do modelo de professor que pretendem assumir. Essa inflexibilidade deve ser entendida como parte do pro-

cesso de idealização que há em muitos professores. Se a construção de um modelo de docência não tivesse iniciado no ideário do futuro professor, não existiria essa inflexibilidade ou essa resistência, pois não havia uma idealização prévia para ser confrontada com as novas entradas no sistema do conhecimento docente. Gariglio (2010) considera fundamental a importância da teoria, dos conhecimentos e dos procedimentos acadêmicos realizados nos cursos de formação inicial dos professores, pois, durante a graduação, os alunos continuam sofrendo influências transformadoras, sobretudo ao entrar em contato com novos professores, novas informações e novos métodos de ensino e experiências. Assim, a formação inicial de professores não ocorre unicamente pela mediação com o programa ou currículo do curso, mas também por meio das posturas e das práticas docentes que os professores da graduação assumem. Com o ingresso no Curso de Licenciatura, os futuros professores têm a oportunidade de entrar em contato com docentes que desenvolvem, por meio do currículo, bem como da corporeificação das palavras (FREIRE, 1996), experiências que lhes permitem continuar construindo o perfil de professor que assumirá. Dessa forma, mudanças significativas e positivas podem ocorrer também na graduação, validando a simetria invertida para essa fase de formação.

Huberman (2000) descreve o ciclo de vida profissional dos professores, cuja primeira fase é a entrada na carreira. Nessa fase, segundo Huberman (2000), é possível identificar dois estágios distintos: o de sobrevivência e o de descobertas. O primeiro deles é vulgarmente chamado de choque real. É quando o professor se depara com a prática docente e percebe a distância entre as ideias e as realidades cotidianas das salas de aula (HUBERMAN, 2000). Nesse momento, por causa do choque entre a idealização e o real, o professor encontra dificuldades diversas, desde problemas no relacionamento com alunos até a falta de recursos materiais e estruturais. Nessa fase, exige-se que o professor saiba lidar com esses problemas, daí o nome de estágio de sobrevivência. Entretanto, há também a fase da descoberta que, segundo Huberman (2000), é caracterizada pelo entusiasmo inicial do professor. Isso ocorre quando ele se encontra em uma situação de responsabilidade: ter que cuidar de uma sala de aula, de muitos alunos, elaborar seu próprio programa etc. Esse momento é positivo para o professor, considerando que é uma resistência contra a fase da sobrevivência. As duas fases iniciais na carreira do novo professor são vividas paralelamente e, segundo o autor, uma pode se impor sobre a outra ao longo do início da entrada na profissão. É por isso que, em relação a esses aspectos, há vários perfis de professores que vão desde os entusiasmados até os frustrados.

Fuller (1969) propõe categorias de preocupações educacionais que também investigam o grau de desenvolvimento profissional dos professores. Ele divide esse desenvolvimento em três fases, com base nas preocupações que os professores assumem. Inicialmente, há uma fase do pré-ensino, caracterizada pela escassa ou inexistente experiência de ensino do professor, que o leva, basicamente, a não ter preocupações com o ensino. A segunda fase é a de preocupações, caracterizada como de primeiros contatos com o ensino, que são autocentradas no professor, que o autor denominou de preocupações consigo mesmo. Finalmente, há uma fase de preocupações posteriores, ou, na linguagem de Fuller, a fase de late concerns, em que o campo de preocupações se descentra da imagem do professor, dirigindo-se mais aos próprios alunos e à sua aprendizagem.

2. A FORMAÇÃO INSTITUCIONALIZADA

A necessidade da formação docente não é recente. O primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores foi instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres (DUARTE, 1986). Porém, esse assunto só ganhou importancia de fato no Século XIX, quando, após a Revolução Francesa, veio à tona o problema da instrução popular (SAVIANI, 2009). No Brasil, o preparo de professores emergiu de forma explícita após a independência, quando se cogitou a respeito da organização da instrução popular.

O objetivo, neste texto, não é de fazer uma abordagem histórica da formação de professores, mas ressaltar alguns aspectos que são importantes para entender as bases da formação e da atuação do professor. Com esse proposito, consideramos que é de importância fundamental a compreensão de que o currículo, bem como o

perfil profissional do professor são construções históricas, resultantes de mudancas gradativas.

Nos últimos trinta anos, houve, sobretudo no cenário brasileiro, acentuado aumento nas discussões e pesquisas acadêmicas sobre a formação de professores, e o assunto passou a ser um importante foco das políticas públicas educacionais dos diversos governos (NASCIMENTO et. al., 2010). Diferentemente do que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, a produção de conhecimentos sobre a formação e a atuação de professores, nos últimos anos, mudou de um enfoque estritamente técnico a respeito da atividade docente, para o enfoque político (anos 1980) e pedagógico (anos de 1990 e 2000). Assim, nos cursos de formação de professores, a tendência tecnicista predominante, dos meados dos anos 1960 até o início dos anos 1980, reforcou problemas já existentes, como o tratamento neutro, universal e estritamente científico dos conteúdos de ensino; a dicotomia entre teoria e prática; a fragmentação das disciplinas de formação geral e o distanciamento entre as realidades escolar e social. O papel do professor foi reduzido à simples execução de tarefas programadas e controladas. Sua formação tinha como base prepará-lo para memorizar as informações científicas que seriam exigidas dos estudantes e aplicar procedimentos didáticos sugeridos por especialistas em Educação.

A expansão da rede de ensino, depois do golpe militar de 1964, requereu um maior número de professores para atender a uma crescente população escolar, sobretudo no que diz respeito aos professores das disciplinas científicas, pois a visão dos dirigentes do regime militar era de tornar a escola um local de seleção de mentes voltadas para as ciências exatas e naturais. Essa perspectiva de escola e de ensino começou a mudar com a maior difusão das teorias cognitivistas no Brasil, principalmente com a concepção de sujeito construtivista e de construção do conhecimento com base na teoria interacionista de Piaget. A imagem do professor como um transmissor de informações foi substituída pela imagem do orientador de experiências educativas e de aprendizagens significativas (NASCIMENTO et. al., 2010). Tal ideia passou a fomentar as discussões a respeito da necessidade de mudanças nas propostas de formação de professores. Com essa visão, os professores deveriam desenvolver suas ações educativas e respeitar as singularidades e as fases de desenvolvimento intelectual dos estudantes, estimulando-os em um processo de superação constante de obstáculos cognitivos e didáticos.

Segundo Saviani (2009), a formação de professores passou a ser discutida nas principais conferências sobre educação a partir do final dos anos de 1970 e início de 1980, quando esteve em pauta a necessidade de reformular os cursos de licenciatura. Na primeira metade da década de 1970, ainda sob influência das teorias comportamentalistas de ensino e de aprendizagem e da tecnologia educacional, a formação de professores de ciências, por exemplo, privilegiava a dimensão técnica e a instrumentalização de sua ação educativa (NASCIMENTO et al., 2010). Predominava uma visão funcionalista da educação, em que a experimentação, a racionalização, a exatidão e o planejamento tornaram-se os principais determinantes na formação desses profissionais (NASCIMENTO et al., 2010). Foi também em meados dos anos de 1970 que especialistas e pesquisadores em educação passaram a criticar a formação oferecida aos professores, o que deu origem a um movimento de oposição e rejeição aos enfoques técnico e funcionalista.

A incorporação da dialética marxista, na análise da educação escolar, possibilitou destacar o papel crítico e revolucionário que deveria ser assumido pelos professores (NASCIMENTO et. al., 2010). Nos processos educativos, cabia a esses profissionais discutir com os estudantes as contradições existentes na sociedade brasileira, deixando evidentes as relações entre opressores e oprimidos por meio de conscientização e politização, tendo em vista a luta pela reversão da escola excludente (SAVIANI, 2009). No entanto, a adoção de ideias e de práticas educativas que visavam à formação crítica e política dos estudantes não foi tolerada pelo regime autoritário vigente no país. No final dos anos de 1970 e início de 1980, as teorias educacionais que consideravam a escola como reprodutora das relações sociais permearam as discussões sobre a atuação de professores e influenciaram algumas disciplinas dos cursos de formação docente (CORREIA, 2008). Assim, o espaço escolar passou a ser visto como um lócus de mudanças, onde novas ideias podiam ser discutidas e implementadas.

Na primeira metade da década de 1980, os debates sobre a formação docente sugeriam que

o professor deveria conscientizar-se a respeito da função da escola na transformação da realidade social dos alunos e das articulações da prática educativa com a prática social mais ampla (NAS-CIMENTO et. al., 2010). Os cursos de licenciatura deveriam, portanto, formar educadores, ressaltando a primazia do ato de educar sobre o ato de ensinar. A imagem do educador dos anos de 1980, como facilitador da aprendizagem, emergiu em oposição à figura do especialista em conteúdo; o organizador das condições de ensino e de aprendizagem, ao técnico da educação dos anos de 1970.

As discussões sobre a formação de professores incorporaram a dimensão da relação entre teoria e prática, um assunto que é alvo de discussões e pesquisas até os dias atuais (NASCIMEN-TO et. al., 2010). A formação docente passou a ser vista segundo uma perspectiva multidimensional, em que deveriam estar integrados o aspecto humano, o técnico e o político. Surgiram severas críticas aos currículos dos cursos de formação docente, pois eles continuavam apoiados na ideia do acúmulo de conhecimentos teóricos para posterior aplicação no âmbito da prática. Uma concepção representativa e coerente com a lógica da racionalidade técnica, segundo a qual a atividade profissional consiste na resolução de problemas por intermédio da aplicação da teoria e da técnica científicas (SCHÖN, 2000).

Em meados dos anos de 1990, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9.394/96 e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, as escolas passaram a ser vistas como instituições que deveriam possibilitar aos estudantes uma formação geral de qualidade, visando ao desenvolvimento de capacidades para pesquisar, buscar informações, selecioná -las e analisá-las, assim como a capacidade de aprender a aprender, ao invés do simples exercício de memorização. Assim, a formação dos professores passou a enfocar a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar diferentes tecnologias. Percebemos, então, que a formação do professor centrada no domínio e nas técnicas de transmissão do conhecimento, nos anos de 1960/70, passou para uma concepção de professor como agente de mudanças sociais, cuja consciência e engajamento políticos constituíam as bases fundamentais da formação nos anos de 1980. Nos anos de 1990 e 2000, a formação do professor, gradativamente, passou a ter uma variedade de enfoques, como o princípio da inclusão e da multiculturalidade, o uso das tecnologias de comunicação e informação e o ensino baseado no desenvolvimento de competências e habilidades.

3. CONCLUINDO

De todas as profissões, as que lidam com as relações humanas, sobretudo a de professor, são as mais complexas, incertas e desgastantes. Trata-se de atividades profissionais que, embora sejam compostas por um conjunto de princípios e técnicas, não podem pressupor um resultado eficaz com base em seu protocolo de ação. O professor, ao exercer a sua ação, usa a subjetividade e os saberes tácitos, e a intuição está presente em sua prática. O sucesso que ele atinge em um momento de atuação profissional, em uma sala de aula, em um dia de aula, não é garantia de sucesso em outros momentos e contextos de aula, e mais, sua técnica não serve de modelo para seus pares. Isso faz da profissão docente uma prática, ao mesmo tempo, única e universal. Única para cada professor, com o seu jeito de ensinar e sua fórmula. Universal porque a formação comporta princípios e diretrizes que demarcam o estudo da profissão com saberes específicos.

Referências

BEJARANO, N. R. R.; CARVALHO A. M. P. Tornando-se professor de ciências: Crenças e Conflitos **Ciência & Educação,** v. 9, n. 1, p. 1–15, 2003.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso em: 28 mar. 2013.

CALDERHEAD, J. The Nature and Growth of Knowledge in Student Teaching. **Teaching & Teacher Education**, v. 7, n. 5-6, p. 531-535, 1991.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CORREIA, M. L. A formação inicial do professor: os desafios e tensões que a prática pedagógica impõe. **ANALECTA** Guarapuava, Paraná v.9 n. 2 p. 11-20 jul./dez. 2008.

CUNHA, M. I. Aprendizagens significativas na formação inicial de professores: um estudo no espaço dos Cursos de Licenciatura, **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.5, n.9, p.103-16, 2001.

DUARTE, S. G. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação.** v. 14, n.40, jan./abr. 2009.

FIORENTINI, D.; SOUZA e MELO, G. F. Saberes docentes: Um desafio para acadêmicos e práticos In: GERALDI, C. (org.). Cartografias do trabalho docente: Professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado das Letras, ALB, 1998.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FULLER, F. F. Concerns of teachers: a developmental conceptualization. **American Educational Research Journal**, v. 6, n.2, p. 207-226, 1969.

GARIGLIO, J. A. O papel da formação inicial no processo de constituição da identidade profissional de professores de educação física. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 11-28. dez. 2010.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 2000. p. 31-46.

KAGAN, D. M. Professional grouth among preservice and beginning teachers. **Review of Educational Research**, v. 62, n. 2, p. 129-69, 1992. Disponível em: http://www.jstor.org. Acesso em: 03 fev. 2013.

MOREIRA, A. F. B. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 73, dez. 2000.

NASCIMENTO, F.; FERNANDES, H. L.; MENDONÇA, V. M.; O ensino de ciências no Brasil: História, formação de professores e desafios atuais. **HISTEDBR**, Campinas, n. 39, p. 225-249, set. 2010.

NÓVOA, A. Vidas de Professores. Porto: Porto Editora, 2007.

PAJARES, M. F. Teachers' Belief and Educational Research: Cleaning Up a Messy Construct. **Review of Educational Research**, v. 62, n. 3, p. 307-332, 1992. Disponível em: http://www.jstor.org. Acesso em: 03 fev. 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação.** v. 14, n.40, jan./abr. 2009.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

NUNES, D. R. P. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 97-107, jan./abr. 2008

SILVA, I. M. Avaliação, reflexão e pesquisa na formação inicial de professores/as. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 151-167, mar. 2009.

Calcinatio1: Arte, transformação e conhecimento

RESUMO:

Este ensaio objetiva discutir as relações educativas no mundo contemporâneo com o uso das imagens no ensino de Artes Visuais. Trabalhamos com a concepção do processo alquímico de Calcinatio aplicado à Educação em Artes Visuais, aliado ao paradigma indiciário (GUINZBURG, 1990) e aos conceitos de cognição imaginativa (HOBBIS, 2000) e de representação (CHARTIER, 1991). O texto consiste em considerações teóricas tecidas pelo autor a respeito de questões-chave para o ensino de Artes Visuais na contemporaneidade, com base em suas experiências como educador em Artes Visuais, comparadas com a literatura da área.

Palavras-chaves: Calcinatio; Educação em Artes Visuais; Cognição imaginativa; Representação; TICs.

ABSTRACT:

This paper discusses the educational relations in the contemporary world through the use of pictures in teaching visual arts. We work with the design of the alchemical process of Calcinatio applied to Education in Visual Arts, ally the evidential paradigm (GINZBURG, 1990), the concepts of imaginative cognition (HOBBIS, 2000) and representation (CHARTIER, 1991). The text consists of theoretical considerations woven by the author on issues key to the teaching of the contemporary visual arts from his experiences as an educator in visual arts, compared with the literature.

Keywords: Calcinatio; Education in Visual Arts; Imaginative cognition; Representation; TICs.

^(*) Professor doutorando do Departamento de Artes Visuais, CCTA – UFPB – Campus João Pessoa. Email: robsonxavierufpb@gmail.com.

^{1.} O Calcinatio é a transformação pelo fogo na Alquimia. O fogo purgador, que resulta em uma cinza branca chamada "albedo". Depois de realizado o processo, o corpo sobrevivente é purificado de todos os males, sua energia. O ego consciente está aberto para as experiências numinosas e relacionado ao mito da Fênix, que sofre autocombustão e renasce das próprias cinzas. (DINIZ, 2010, p.24-25)

1. O lócus: entre a informação e o conhecimento

Em todo processo educativo, veiculam-se informações variadas que devem ser trabalhadas, selecionadas e apreendidas para, só então, serem transformadas em conhecimento sobre si mesmas e sobre o mundo. O que se apreende do mundo, por meio dos mecanismos de comunicação e significação, é assimilado como possibilidade de ação e de intervenção diante da vida, e as informações são transformadas em conhecimentos próprios. Para compreender esse caminho, devemos diferenciar duas variáveis: "informação" e "conhecimento".

Informação é um conjunto de dados apreendidos sobre determinado tema, desde que o processo de comunicação se instaure, ou seja, é necessário que a mensagem seja compreendida entre o seu emissor e o seu receptor. Para que isso ocorra, é necessário significar a informação em um nível mental e semântico. A informação pode ser apreendida de forma direta pelos sentidos, ou de maneira indireta, por meio dos signos e dos sinais que são analisados a partir dos dados. Os dados são formas simbólicas, um sistema de representação que pode ser apreendido quando existe a interpretação dos sinais presentes.

O conhecimento é a apreensão de associações de conceitos vivenciados e baseados em fontes de informações diretas ou indiretas. Apresenta um cunho subjetivo e depende das vivências pessoais. Dessa forma, não se podem transmitir conhecimentos, e sim, dados, que podem ser incorporados inicialmente como informações. Os dados e as informações, quando vivenciados como experiências, podem se tornar conhecimentos ancorados na memória pessoal ou coletiva. A concepção de memória coletiva (HALBWACHS, 2004) reflete a formação de uma vivência conceitual dos fatos, por meio da qual se podem compreender os acontecimentos históricos da humanidade que não podem ser vivenciados apenas individualmente.

Para desenvolver o conhecimento, propusemos o uso da compreensão da "Cognição Imaginativa", que exige uma reflexão teórica baseada na estrutura dos estudos culturais, na "representação cognitiva" de Hobbes (filósofo inglês) e na concepção de "representação" de Roger Chartier (historiador francês). Para Hobbes, cada pensamento ou concepção é uma forma de representar os objetos ou coisas do mundo, e o conhecimento tem início com o pensamento representacional. As imagens mentais do mundo são chamadas de cognição, ideias, conceitos, informação, conhecimento etc. Cognição é a capacidade de processar esse conhecimento podemos intitular de cognição.

A representação cognitiva é também chamada de representação sensível quando ocorre na presença do objeto, e quando de sua ausência, ocorre a representação imaginativa. Assim, para Hobbes, existem categorias de representações variadas, como *phantasma*, *imago*, *imaginatio* e *memória*.

Hobbes faz uma relação intrínseca entre pensamento representado e sensação, dizendo que a sensação nos causa enganos visuais e que esse é um traço característico de toda percepção animal, na busca por uma compreensão sobre os objetos e as coisas do mundo. Assim, ele distingue o objeto da imagem do objeto. Suas definições levam à construção da possibilidade de uma representação cognitiva imaginativa.

As ideias da filosofia natural de Hobbes e sua teoria da percepção datam de 1649, quando ele escreveu seu tratado óptico. Compreendemos que esse trabalho pode contribuir para a concepção da origem da teoria da imagem, quando afirma:

Uma luz, uma cor assim figurada [isto é, representada], isso se chama uma imagem. E, segundo uma instituição da natureza, todo ser animado começa por julgar que essa imagem é a visão da coisa mesma (...) [Sendo que] mesmo os homens (...) confundem a imagem com o próprio objeto. (HOBBES apud LEIVAS, 2007).

Chartier (1991) refere que a representação é o produto do resultado de uma prática, que está repleta de elementos simbólicos que, ao serem indagados, transformam-se em novas formas de representação. Ou seja, nas práticas culturais, nunca temos fatos, mas representações deles. "A representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo" (MAKOWIECKY, 2003).

Percepção e cognição são elementos presentes no universo cultural humano, formas de interagir com a realidade e a utopia. Essas relações se estabelecem por meio da capacidade do ser humano de criar interações, que são mediadas pelas metáforas. Palavra derivada do latim, *metaphóra*, e do grego, *metáfora*, que significa mudança, transposição, em português, refere-se à utilização da palavra fora do seu sentido convencional, trabalhando com a dualidade de significados. Está ligada também à compreensão do sentido figurado das expressões.

A metáfora está presente na arte, tanto no momento da produção, quanto compreensão ou da relação com as imagens. Essa relação está ancorada no discurso sobre arte como campo imagético, na busca contemporânea da articulação entre arte como área de conhecimento e teoria do imaginário (DURAND, 2001).

Concordo, particularmente, com essa maneira de compreender a arte e as possibilidades de ser aplicada no campo da Educação contemporânea. Cabe, então, aos cursos de formação inicial das universidades na área específica e às ações de formação continuada de professores em arte fomentar o aprofundamento da compreensão dos estudos culturais aplicados a Educação em Artes Visuais no Brasil.

2. O CANCINATIO NA EDUCAÇÃO EM ARTES VISUAIS

A educação do ser humano é em um processo contínuo de transformação cotidiana, do nascimento até a morte. Aprendemos e apreendemos o mundo que nos cerca, experimentando, em muitos momentos da vida, perdas (mortes simbólicas) e ganhos (resiliências). Essa experiência, única, diferenciada para cada pessoa, consiste no conjunto de estímulos externos e de processamentos internos que se estabelecem por meio da interação do ser humano com o seu entorno, na perspectiva de formar o ciclo do Cancinatio, ou seja, o processo de aceitação da perda e da preparação para uma nova etapa. Saímos fortalecidos depois do luto de uma grande perda e adquirimos novos conhecimentos capazes de amortecer as próximas e inevitáveis quedas.

Entendo que o processo educativo acontece em qualquer espaço no cotidiano das pessoas. Alguns desses processos são mediados pelas escolas e pelas instituições, e isso possibilita a formação de pensadores/pesquisadores (alunos ou professores), em sistemas educativos formais ou informais e em qualquer nível de ensino. O

conhecimento só se estabelece por meio da ação educativa significativa e consciente.

O professor tem um papel fundamental no desenvolvimento das competências pessoais dos educandos. Acredito que o procedimento que mais educa é o exemplo. Por isso, não consigo conceber um educador que faz todo um discurso sobre a não violência e bate no filho em casa; que apregoa o mal do fumo para a saúde e pede licença para fumar no corredor da escola; que contribui com a campanha pela inclusão e pela diversidade e apresenta comportamentos discriminatórios

O verdadeiro educador educa em tempo integral, não tira férias de si mesmo e, de uma forma ou de outra, é exemplo para inúmeras outras vidas. Muitas vezes, até aqueles alunos mais difíceis só querem atenção. Como professores, devemos estar atentos aos sinais propostos pelo grupo, seguindo o paradigma indiciário (GUINZBURG, 1990), e apresentar uma atitude de investigadores na sala de aula, perceber os detalhes, as pistas e montar o quebra-cabeça, criando links e conexões para conhecer as possibilidades dos educandos e apresentar atitudes apreendentes frente aos desafios surgidos no cotidiano educativo.

Relembro as experiências com dança, teatro e Artes Visuais inclusivas, desenvolvidas pela Fundação de Apoio ao Portador de Deficiência FUNAD, do Governo do Estado da Paraíba, onde trabalhei na Coordenadoria de Apoio ao Portador de Deficiência Mental (CODAM), durante o período em que atuei nesse espaço educativo desenvolvendo atividades de artes ao longo do ano, que culminavam em um grande espetáculo e uma exposição, em que cada uma das pessoas (usuários) tinha possibilidade de mostrar seu melhor trabalho para a comunidade educativa. Isso me faz pensar que educamos quando confiamos e acreditamos no potencial do outro, e não, em suas limitações.

3. EDUCAÇÃO EM ARTES VISUAIS E TICS

Pensar a prática pedagógica da Educação em Artes Visuais, aliada ao uso das novas tecnologias, continua sendo um desafio constante para o educador. O problema começa na formação inicial, nos Cursos de Licenciatura em Artes

Visuais, que privilegiam, na maioria das vezes, os meios tradicionais em detrimento do ensino das novas tecnologias. Os conteúdos trabalhados em muitas disciplinas teóricas e práticas não ultrapassam a produção visual da década de 1980. Por esse motivo, temos uma febre de projetos de ensino de Artes Visuais focados na produção modernista da arte brasileira. Ainda vivemos uma Tarsilite1 aguda. Em exposições da produção de alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio, ainda vemos séries de abaporus², de bandeirinhas volpianas³, os clássicos girassóis e/ou o quarto de Van Gogh4. Nada contra o uso de conteúdos ligados à arte pós-impressionista e moderna, o grande problema é que muitos trabalhos são apresentados como contemporâneos, mas utilizam uma concepção moderna de arte, com recursos das novas tecnologias, como a manipulação de imagens no computador ou em rede, trabalhos que privilegiam a forma em detrimento do conceito.

A Arte acompanha a tecnologia ao longo da história e sempre esteve à frente de novas descobertas e possibilidades. Tal como a Arte, o ensino deve utilizar a mediação tecnológica como veículo para a criação. A maioria dos professores ainda usa em suas aulas como tecnologia o mimeógrafo a óleo ou a álcool, o projetor de slides, o retroprojetor, o episcópio e a copiadora como meros recursos auxiliares do trabalho burocrático da secretaria da escola e não percebe o potencial educativo das novas tecnologias da informação e comunicação. Outro problema que tenho encontrado nas escolas é a falta de compreensão e de apoio das coordenações pedagógicas e da direção, no que diz respeito à autorização do uso desses recursos por parte do professor para as atividades pedagógicas, o qual, muitas vezes, sequer chega a manipular os equipamentos, que são utilizados de forma restrita por funcionários das escolas. A biblioteca é outro problema encontrado no contexto escolar, porquanto, não raras vezes, o acesso ao acervo é restrito ao bibliotecário ou ao funcionário.

O final da década de 1980 e início dos anos

1990 foi o auge do uso do vídeo na escola, no Brasil, com a criação do Projeto TV Escola, A maioria das escolas de todo o país receberam antenas parabólicas, vídeos e kits de fitas para gravar a programação da TV Escola, com excelentes programas sobre arte e outras áreas do conhecimento. Cabia à escola gravar os conteúdos e utilizá-los em sala de aula. Esse serviço era disponibilizado gratuitamente em algumas capitais para os professores cadastrados. O uso do vídeo (imagem móvel) foi um fator preponderante para a divulgação, a implantação e a popularização da proposta triangular de ensino de Arte em todo o país, base para a ampliação do Projeto Arte na Escola, a partir da pesquisa do grupo do Rio Grande do Sul (PILLAR e VIEIRA, 1999). Existe hoje uma geração de professores que fizeram toda a formação inicial aprendendo a trabalhar com imagem móvel e fixa, a partir da leitura de imagens. O que mudou com o uso da imagem nas aulas de Artes Visuais não foi apenas a tecnologia aplicada, mas também a concepção de recurso e de arte inserida no processo.

Nas últimas décadas, vivemos uma revolução mais acentuada, com o aprimoramento dos meios eletrônicos digitais - TV, DVD, MP3 a MP7, celular androide, GPS, notebook, netbook, datashow, câmera digital, filmadora digital, projetores digitais, etc. - e o acesso a eles, que são recursos amplamente utilizados pelos jovens e pelos artistas contemporâneos. Projetos de inclusão digital são alardeados em todos os recantos do país, com apoio governamental e do terceiro setor. A maioria das escolas públicas já conta com, pelos menos, um pequeno laboratório de informática, quase todos subutilizados e/ou sucateados, já que a tecnologia evolui rapidamente, e a reposição de máquinas e a atualização dos equipamentos não acompanham o ritmo dessas inovações. Além disso, os educadores não estão preparados para usar esses recursos. Tenho me deparado com professores que resistem em levar os alunos para o laboratório da escola, porque temem que danifiquem as máquinas e que as despesas com os reparos fiquem a seu encargo.

^{2.} Tarsilite é um termo empregado para se referir à influência da obra da artista Tarsila (1886 - 1973) do Amaral e ao uso de referências visuais associadas as suas obras nas escolas brasileiras em todos os níveis de ensino.

obras nas escolas brasileiras em todos os níveis de ensino.

3. Abaporu (1928) – óleo sobre tela · é considerada a obra-prima da artista Tarsila do Amaral da fase antropofágica do modernismo brasileiro, adquirida pelo colecionador argentino Eduardo Constantini, em 1995, por US\$ 1,5 milhões.

^{4.} Alfredo Volpi (1896 – 1988): artista brasileiro modernista, pintor ítalo-brasileiro, famoso pelo uso da têmpera sobre tela, associada às formas das bandeirinhas e dos casarios estilizados.

^{5.} Vincent Van Gogh (1853 – 1890): pintor holandês do pós-impressionismo, conhecido em todo o mundo devido a sua trágica história de vida e à qualidade dos seus trabalhos. É considerado um dos mais talentosos artistas de todos os tempos.

Outros temem o fato de os alunos dominarem programas e conhecimentos sobre informática que eles desconhecem.

Apesar de todo o discurso da construção coletiva do conhecimento, do papel do professor como facilitador, do incentivo à formação do professor reflexivo, ainda temos colegas que temem admitir que precisam se abrir para novos conhecimentos, para a possibilidade permanente de construir o saber em conjunto com os alunos, que busque tornar o conhecimento necessário e significativo para a resolução de problemas. Há que se ressaltar que as TICs não resolvem todos os problemas na escola e que devem ser utilizadas de forma adequada.

O uso indiscriminado das TICs na escola não garante, por si mesmo, que os alunos tenham uma aprendizagem significativa. Porém, com a ampliação do pensamento artístico e o saber em Arte e sobre Arte, isso vai acontecendo ao longo do tempo escolar. Para isso, é necessário promover o contato com a Arte e com os artistas, ir além das possibilidades oferecidas pela escola e garantir que o conhecimento seja efetivamente significativo e diferencial.

Além da aprendizagem e do domínio técnico das novas tecnologias, é preciso mudar a concepção sobre o próprio conceito de arte no mundo contemporâneo, porque a compreensão, articulada com as novas tendências da arte contemporânea, ajuda o professor a modificar sua concepção de ensino e arriscar-se a usar as novas tecnologias disponíveis na escola e na comunidade, com o apoio incondicional dos alunos. Essa atitude garante as transformações que se almejam e estabelece o cancinatio.

3. CURRÍCULO INTEGRADO⁵ NO ENSINO DE ARTES VISUAIS

Desde a década de 1980, o discurso educacional apontava para práticas interdisciplinares, posteriormente, para a multidisciplinaridade e, no final do Século XX e início do XXI, para a possibilidade de se adotar a transdisciplinaridade na educação, embora a estrutura educacional brasileira ainda seja refém da organização educacional tradicional e historicamente implantada no ensino.

Ainda chamamos de grade a estrutura das disciplinas do currículo e, na maioria das vezes, desconsideramos o currículo oculto na prática educativa. Em uma das escolas onde atuei como professor de Arte, enfrentei a diretora para levar minha turma para observar *in loco* uma apresentação de dança popular em uma praça próxima à escola, quando estava trabalhando com a cultura local, porque a direção da escola não considerava esse tipo de ação como aula.

Práticas multi ou transdisciplinares são exceções nas escolas brasileiras. Muito se fala e pouco se faz. Comumente, a estrutura escolar é compartimentada e disciplinar, portanto, precisamos repensar essa estrutura. Ainda ouvimos muitos relatos de experiências na área de educação em Artes Visuais, onde ela é utilizada apenas como recurso para a atuação de outras disciplinas. É uma prática muito comum o professor de História ou de outra disciplina desenvolver um trabalho ou discutir um conteúdo e solicitar que o professor de Artes Visuais faça uma ilustração utilizando outras linguagens para que os alunos apreendam com mais facilidade os conteúdos.

Durante o 17º Encontro Nacional da ANPAP6, em um momento da discussão sobre a apresentação de seu trabalho, Ana Mae Barbosa⁷ falou da possibilidade de um currículo tipo cardápio, em que os alunos pudessem escolher sua melhor formação, optando ou não por disciplinas que direcionem para sua área de atuação. Ela citou o Programa de Pós-graduação da ECA/USP8 como modelo, em que os alunos podem optar por qualquer disciplina de qualquer programa de pós da ECA, desde que seja interessante para sua pesquisa e indicada pelo orientador. Essa é uma possibilidade distante da maioria das universidades brasileiras e mais distante ainda das escolas do ensino básico, no entanto não deixa de ser um caminho possível.

O trabalho com projetos educativos · práti-

^{6.} O currículo integrado é caracterizado por conteúdos organizados com temas articuladores, que surgem a partir das demandas sociais prioritárias (regionais ou nacionais) e está centrado nas necessidades dos alunos.

^{7. 17}º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, realizado na UDESC em Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 2008.
8. Ana Mae Bastos Barbosa: doutora em Artes e professora aposentada da ECA/USP, da área de Educação em Artes Visuais, autora de importantes livros sobre Arte/Educação no Brasil e criadora da Proposta Triangular de Ensino.

^{9.} Escola de Arte e Comunicação da Universidade de São Paulo.

ca cada vez mais comum nas escolas brasileiras - pode ser uma possibilidade viável para que a concepção de currículo integrado favoreça a interconexão entre fronteiras e áreas distintas do saber e promova um diálogo efetivo e construtivo, visando construir o conhecimento integral e significativo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola, o saber significativo pode ser construído a partir de diversos caminhos. Considero o estudo das visualidades e da cultura visual como possibilidades. No Brasil, como concepção educativa, ela foi amplamente divulgada com base nas ideias de Hernández⁹ (1999). Essa concepção foi sedimentada por inúmeras publicações e pela tendência de alguns programas de pós na área de Artes Visuais trabalharem nessa linha de pesquisa, como o Programa de Pós-graduação em Cultura Visual da Universidade Federal de Goiás, pelo intenso trânsito do Prof. Fernando Hernández no Brasil, com apoio do Instituto Arte na Escola, e de inúmeros pesquisadores brasileiros, dos quais foi orientador, e da publicação e tradução de seus livros no Brasil.

Gostaria de ressaltar que a cultura visual nasceu como concepção teórica inserida no conjunto de conhecimentos gerados pelos estudos culturais, amplo campo de debate multidisciplinar, que envolve a contribuição da História, da Antropologia, das Ciências Sociais, da Psicologia, da Linguística e de outras áreas do conhecimento. Essa e outras concepções de ensino de Arte, como na proposta triangular (BARBOSA, 1991), o multiculturalismo (RICTHER¹⁰, 2003;

MASON¹¹, 2001) e a estética do cotidiano e da interculturalidade (RICHTER, 2003) desdobramse em práticas pedagógicas utilizadas nas escolas brasileiras.

Para o professor de Artes Visuais, a cultura visual não compreende apenas a possibilidade de ampliar olhar para o uso da imagem, incluindo, além das obras de arte, aquelas que formam o repertório imagético do educador e do educando no cotidiano - a TV, o cinema, cartazes, outdoors, moda, internet, revistas impressas - e absorvendo aspectos da própria arte contemporânea – as linguagens híbridas, a videoarte, a videoinstalação, as performances, o site specific etc. O diferencial não está apenas na concepção ampliada de imagem, mas também na forma de se relacionar com ela.

No mundo das visualidades, a cultura visual estimula o olhar e a reflexão. Para que possamos formar um juízo de valor sobre as imagens traba-Ihadas, é necessário um enfrentamento. É preciso garantir a formação dos educandos para indagar sobre a vida, visto que a dúvida é o caminho para uma aprendizagem significativa. Não basta ler a imagem, temos que estabelecer uma relação analítica efetiva, que possibilite uma compreensão de todo um contexto relacional que envolve os conceitos e os bastidores dos processos de produção, as mensagens comerciais (subliminares) contidas na versão final das imagens e sua articulação com a formação estética do aluno. Precisamos estimular o educando a ser crítico e estar atento ao mundo das imagens em que está mergulhado para colocarmos efetivamente em prática um processo educativo que transforme o olhar dos alunos diante da vida cotidiana e que o estimule a estabelecer o Calcinatio, a quebrar paradigmas e a ampliar conceitos.

^{9.} Fernando Hernández: doutor em Artes e professor da Escola de Belas Artes da Universidade de Barcelona; autor de importantes livros e artigos sobre cultura visual e projetos de trabalho na escola, traduzidos para vários países, incluindo o Brasil.

^{10.} Ivone Richter: Doutora em Arte, professora e pesquisadora aposentada da Universidade Federal de Santa Maria; autora de livros e artigos sobre ensino de Arte e multiculturalismo.

^{11.} Rachel Mason: Doutora em Arte/Educação, professora da Roehampton University nos EUA; autora de livros sobre arte/educação e multiculturalismo traduzidos para vários países, incluindo o Brasil.

Referências

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2013.

DINIZ, Lígia (Org.). **Mitos e arquétipos em arteterapia**: os sinais para alcançar o inconsciente. Rio de Janeiro: WAK, 2010.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HALBWACHS, MAURICE. La memória colectiva. Espanha: Univ. Zaragoza. 2004.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HOBBES, Thomas. **Tratado sobre el cuerpo**. Madrid, Espanha: Editorial Totta, 2000.

LEIVAS, Cláudio R. C. **A teoria da representação cognitiva de Hobbes.**Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/artigos/v12/m337171.htm. Acesso em: 18 de junho de 2013.

MAKOWIECKY, Sandra. **Representação:** a palavra, a ideia e a coisa. Disponível em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2181.Acesso em: 18 de junho de 2013.

MASON, Rachel. **Por uma arte/educação multicultural**. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

RICHTER, Ivone. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino de Artes Visuais**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

PILLAR, Analice Dutra e VIEIRA, Denyse. **0 vídeo e a metodologia triangular de ensino.** São Paulo: Fundação lochpe, 1992.

Maria de Fátima Marreiro de Sousa *

Os "anos de chumbo" na Paraíba

RESUMO:

A Comissão Nacional da Verdade, instituída, em Brasília, no dia 16 de maio de 2012, tem intensificado estudos, através de uma série de documentos e outras informações, para dar continuidade às investigações a respeito das violações dos direitos humanos, ocorridas no período de 1946 a 1988 no Brasil. A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, ao instalar a Comissão Nacional da Verdade, lembrou uma frase antológica de Galileu Galilei: "a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz" (brasil.com.br, 2012). Outras comissões auxiliares foram criadas nos diferentes Estados da Federação, a exemplo da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Paraíba, que tem buscado mais informações a respeito desse importante período da história do país, particularmente sobre o que ocorreu na própria Paraíba. Mas, em que pese esse esforço investigativo, além do que já foi publicado há cerca de três décadas em livros e outros meios, recentemente, foi realizada uma pesquisa - de 07 a 13 de novembro de 2012, 2013 - sobre a memória da ditadura entre jovens universitários do Campus de João Pessoa da UFPB. O resultado revelou que a maioria dos estudantes pouco ou até mesmo nada sabia a respeito do assunto.

Assim, esta breve reflexão tem o objetivo de explicitar aspectos de natureza política e econômica do Brasil na época em que se deu o regime militar, dando destaque ao Estado da Paraíba, dedicando o especialmente a esses jovens, como parte de um compromisso com um trabalho educativo mais amplo e que deve ser perene, em função da preservação dessa memória e do desenvolvimento de uma consciência crítica do povo paraibano.

Palavras-chave: Modernização; Ditadura; Paraíba.

^(*) Maria de Fátima Marreiro de Sousa é professora Doutora pela UFRRJ e membro do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB – Campus de João Pessoa PB.

ABSTRACT:

The National Commission for Truth, established in Brasilia on May 16, 2012 has intensified studies through a series of documents and other information, to continue the investigations about the human rights violations that occurred in the period between 1946 to 1988 in Brazil. The president of Brazil, Dilma Rousseff, to install the National Truth Commission, recalled a phrase anthology of Galileo Galilei: "force can hide the truth, tyranny can stop her from moving freely, fear can delay it, but time ends up bringing light "(brasil.com.br, 2012). Other auxiliary committees were set up in different states of the federation, such as the Truth Commission State of Paraíba State, which has sought more information about this important period in the history of the country, particularly about what happened within the Paraíba. But in spite of this investigative effort, beyond what has already been published around four decades in books and other media, recently, a survey was conducted - from 07 to 13 November 2012 (MARREIRO, 2013) on the memory dictatorship between young college Campus João Pessoa UFPB. The results revealed that the majority of students at little or no knowledge about the subject. Thus, this brief reflection is intended to clarify aspects of political and economic conditions in Brazil at the time that gave the military regime, highlighting the state of Paraíba, dedicating it especially these young people as part of a commitment to a broader educational work and should be perennial, depending on the preservation of that memory and the development of a critical consciousness of the people of Paraiba.

Keywords: Modernization; Dictatorship; Paraíba.

Modernização brasileira na época da Ditadura: integração econômica, injustiça e opressão

No início da década de 1960, a política brasileira era predominantemente de conteúdo nacionalista, com a presença interventora do Estado, e tinha o apoio de amplas massas, inclusive do empresariado industrial. Porém, havia um movimento contrário, influenciado, sobretudo, pelos Estados Unidos, que defendia a tese liberal de internacionalização da economia brasileira que possibilitaria, principalmente, um alto grau de modernização do país dentro de um esquema de monopolização de mercados que favorecia a grandes grupos internacionais.

O Brasil - e, de resto, toda a América Latina - sempre foi região significativa para o engrandecimento das nações capitalistas centrais do mundo. Esse movimento liberal era apoiado por diversos empresários, pela classe média tradicio-

nal e pela chamada aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador. Esses eram contrários à política de fortalecimento do mercado interno, de valorização da produção nacional (que era baseada no modelo denominado de substituição de importações) e, principalmente, contra a reforma agrária.

O Sr. Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil nessa fase, tendo como vice-presidente o Senhor João Goulart. Após a renúncia de Jânio Quadros, Goulart, para manter o seu compromisso com as forças políticas reformistas e de esquerda, propôs algumas reformas de base que fortaleciam a posição nacionalista de desenvolvimento do país, via dinamização do mercado interno. Essas reformas de base incluíam a reforma agrária.

As lutas políticas que se travavam até 1963 eram marcadas por dois movimentos básicos: de um lado, uma parte da classe capitalista dos

novos empresários industriais, da classe política identificada como nacionalista, os setores sindicais e outros segmentos, defendendo o fortalecimento do mercado interno, como alternativa para o desenvolvimento do país, e do lado oposto, setores do empresariado já identificados com o mercado externo, da velha classe dominante composta de grandes fazendeiros e comerciantes atrelados ao comércio externo (especificamente da antiga oligarquia agrário-comercial, ligadas ao café, em São Paulo) dos senhores de engenho, no Nordeste, enfim, de todos aqueles elementos vinculados à chamada aristocracia rural brasileira.

Os interesses do capital externo no país, sobretudo norte-americanos, associados a interesses de natureza interna por maior expansão das rentabilidades privadas e aspirações econômicas monopolistas, viabilizaram articulações políticas para fragilizar o sistema de proteção à indústria nacional. A Instrução 113 da SUMOC é um exemplo concreto da vitória das forças políticas em favor das empresas estrangeiras, abrindo a entrada de equipamentos industriais no país sem cobertura cambial.

As forças de oposição, principalmente os grupos identificados como de esquerda, opunham-se às ideias liberais e defendiam a tese do fortalecimento da presença do Estado na economia, nacionalizando as empresas estrangeiras e o controle das remessas de lucros ao exterior. Parte delas investia num projeto socialista para o país, contrapondo-se ao liberalismo internacionalista. O discurso das forças liberais e conservadoras era, naturalmente, bem diferente: propagandeavam-se o empreendedorismo individual e as forças livres do mercado para regular a economia, entre outros aspectos de igual conteúdo.

O confronto desses interesses culminou com o Golpe Militar de 1964, materializando uma transformação radical nos rumos econômicos, políticos e sociais no Brasil. O desenvolvimento do país passaria a ser vinculado a uma nova orientação, sob o comando de um estado ditatorial, submetido aos interesses do capital internacional.

Com nova orientação econômica e política pós-1964, o país vivenciou um tipo de desenvolvimento de sua economia através de forte processo de industrialização, sob o governo ditatorial dos militares e do controle internacional. A mo-

dernização brasileira da década de 1960 apresentou significativas diferenças do processo que vinha sendo conduzido desde 1930 a 1963, que se caracterizava, basicamente, por empenhar o fortalecimento do mercado interno e superar a dependência aos países capitalistas centrais.

A chamada "Revolução de 64" optou pela internacionalização da economia brasileira, comandada pelos interesses do grande capital, especialmente os oriundos dos Estados Unidos. A modernização dessa época, ao invés de aprofundar as liberdades democráticas, defendidas, com muita ênfase, no Governo de João Goulart, lançou-as no anacronismo e usou, de forma incomparável, as mais duras formas de repressão aos direitos civis e humanos. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) é a mais contundente prova disso.

Um aspecto particular e inovador das novas relações internacionais estabelecidas pós-1964 é que, ao invés das empresas estrangeiras exportarem para o Brasil sua cara tecnologia, passaram a investir diretamente no país. E não demorou muito para cativar boa parte do empresariado nacional a associar-se ao capital externo e a identificar-se ideologicamente com seus novos parceiros. Revigorava-se o liberalismo no Brasil. A burguesia industrial brasileira, outrora influenciada pelas ideias e posições herdadas de Getúlio Vargas, passou a se unir aos seus antigos opositores: à aristocracia rural e aos grandes latifundiários com seus interesses sempre priorizados para a agricultura de exportação.

O discurso das forças liberais e conservadoras propagandeava o empreendedorismo, as forças "livres" do mercado para regular a economia, o revigoramento da moralidade administrativa e o desenvolvimento econômico. O regime militar instalado em 1964 estendeu-se por 21 anos e teve os seguintes presidentes, todos oficiais do Exército: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista de Figueiredo (1979-1985). Em 9 de abril de 1964, a junta militar que assumiu o poder através do golpe outorgou o ato institucional nº 1 (Al-1), que decretava:

- A realização das eleições indiretas para Presidente da República num prazo de dois dias, a partir de sua publicação e de eleições diretas em outubro de 1965;

- O fortalecimento dos poderes do presidente, que poderia apresentar emendas constitucionais ao Congresso e aprová-las por maioria simples, além de poder também suspender temporariamente os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, em nome de "interesses nacionais". O presidente tinha ainda a prerrogativa de decretar estado de sítio sem a autorização do Congresso:
- A suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos.

O presidente nomeado pelo Congresso foi o marechal Castelo Branco, com o apoio dos governadores dos estados participantes do golpe (Carlos Lacerda – Guanabara – Ademar de Barros – São Paulo · Magalhães Pinto – Minas Gerais).

Vicentino (1997) faz referência à seguinte particularidade do momento:

Em dez dias, chefes militares locais agiram com quase total liberdade, investigando e prendendo sumariamente líderes políticos de esquerda, além de jornalistas, estudantes, intelectuais ou simplesmente pessoas consideradas "subversivas". Efetuaram em torno de 50 mil prisões no período. A violência foi particularmente intensa nos estados do Nordeste, região sob jurisdição do Quarto Exército. Cassaram mandatos de muitos parlamentares e suspenderam direitos que atingiram 441 pessoas em dois meses.

Florestan Fernandes (1982) asseverou que a ditadura militar instaurada em 1964 constituiu o pré-requisito político da aceleração do desenvolvimento capitalista e da incorporação do Brasil ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas centrais. Para ele, tratava-se de uma modernização controlada de cima e a partir de fora com mão de ferro.

Na visão de Josué de Castro (2006), a modernização brasileira, cuja base é o seu desenvolvimento econômico, implica um resultado, para muitos, constrangedor, não revelado em sua inteireza pelos mentores da Ditadura de 1964:

O desenvolvimento econômico do Brasil, quando medido através dos índices da renda per capita, não pode

ser contestado. Mas se procurarmos auferi-lo, através da distribuição real das rendas pelos diferentes grupos sociais, mostra-se ele então bem menos efetivo. E a verdade é que o progresso social não se exprime apenas pelo volume da renda global ou pela renda média per capita, que é uma abstração, e sim por sua distribuição real. E essa distribuição, em lugar de melhorar, de mostrar sua tendência a uma benéfica dispersão, cada vez mais se concentra em certas áreas e nas mãos de certos grupos. Faltou ao Governo a coragem de tocar nas estruturas de base, causadoras desse desequilíbrio, e de promover, com o processo de desenvolvimento, esse nivelamento reequilibrante do conjunto econômico do país.

Castro entende que, mesmo industrializando-se, a nossa economia seguiu os ditames de uma economia de tipo colonial, politicamente desinteressada pela sorte da maioria. Tratava-se de desenvolver os polos já desenvolvidos, inviabilizando um projeto econômico que contemplasse a expansão da distribuição mais justa da renda. A modernização brasileira revelou, a partir de 1964, seu caráter conservador, apesar de os seus mentores insistirem numa propalada 'Revolução de 1964', tentando imprimir um conteúdo emancipacionista para o país. O tempo mostrou, no entanto, que, além do deseguilíbrio regional, com suas regiões industrializadas, de um lado, e seus bolsões regionais de miséria, de outro, seria comprovada a complexa relação de submissão dos governos ditatoriais às forças econômicas e políticas externas.

O PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, do governo do primeiro ditador militar - Castelo Branco - foi o primeiro passo para a implantação de uma nova política econômica. Os ministros Roberto Campos, do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, assumiram a coordenação da nova ideia. Permitiu-se ampla abertura à indústria estrangeira no país e ao capital financeiro. O arrocho salarial e a contenção de gastos públicos formavam a base da ideia de austeridade para, supostamente, garantir o controle inflacionário. Nesse particular, os salários foram compelidos à livre negociação entre patrões e empregados. Os trabalhadores - elo mais fraco da cadeia - reagiram sem muitas chances de reverter o quadro, pois contavam com um movimento sindical enfraquecido, com a prisão dos principais líderes e um ordenamento jurídico de pouco amparo aos seus interesses.

A imprensa, amordaçada pelo golpe, dava ampla cobertura aos benefícios do estado ditatorial, propalando a queda da inflação, uma suposta estabilidade econômica que daria sustentação a um novo surto de crescimento no país. A concentração de capitais encontrava-se por trás das fusões e das incorporações de empresas, para dar lastro à produção em larga escala com redução dos custos de produção e tecnologia poupadora de mão de obra.

Nesse sentido, Bandeira (1975) fornece elementos importantes:

As autoridades do novo regime, no Brasil, efetivamente se empenharam para que esse processo se acelerasse. Restringiram os juros, proibiram a abertura de novas agências bancárias (salvo do Banco do Brasil) e cessaram as concessões de cartas-patentes, submetendo os estabelecimentos de crédito a rigoroso bloqueio, a fim de diminuir sua rentabilidade e competi-los às fusões e incorporações, etapa necessária à consolidação dos monopólios, sob a denominação de conglomerados financeiros. (...) o número de matrizes de bancos comerciais caiu de 328 em 1964 (477 em 1940) para 280 em 1968. Desde então, ao longo de cinco anos, a centralização se acelerou e o número de matrizes diminuiu de 45,2%, com o desaparecimento de mais 163 instituições. Em janeiro de 1974, só restavam 117 bancos comerciais, sendo 4 públicos, 25 oficiais estaduais, 8 estrangeiros e 80 do setor privado nacional, dos quais alguns dos mais importantes, como o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, o Halles e o União Comercial, extinguiram suas atividades, no correr do ano.

Assim, estava na ordem do dia a alienação do sistema financeiro nacional com o fortalecimento dos bancos estrangeiros que passavam a ter amplas facilidades de impor linhas de crédito mais competitivas. Ampliava-se também a influência do capital externo na indústria brasileira, garantindo-lhe o poder de controlar o acesso aos mercados de capitais.

Era realmente contraditória a chamada "Revolução de 1964", com a sua ideologia de segurança nacional e seu slogan: "Brasil: ame-o ou deixe-o". O conteúdo da modernização brasileira pode ser revelado nas palavras de Bandeira (op. cit.), quando afirma:

Depois de um período de relativo desafogo,

o financiamento às empresas nacionais novamente se tornou mais difícil, enquanto o governo transformava o país numa espécie de entreposto neocolonial, com uma economia semelhante a um porta-aviões, onde as corporações internacionais montavam plataformas de exportação, orientadas, particularmente, para o mercado da ALALC. O Brasil cresceu a taxas superiores a 9% e 10%, mas sem dúvida, a riqueza criada se evadiu, em grande parte, muitas vezes subfaturada. E o movimento de concentração e centralização continuou os capitais mais fracos absorvidos pelos mais fortes, como etapa necessária à integração bancária-industrial, fundação de estruturas monopolísticas, os chamados conglomerados financeiros, que serviam como parâmetro ou modelo do desenvolvimento econômico nacional. Ocorreram, só nos setores da indústria e do comércio, pelo menos, 14 fusões e 81 incorporações. Nem todas significaram assimilação de empresas nacionais pelas estrangeiras (...) Inegavelmente, porém, as fusões e incorporações representavam, com freqüência, a expropriação de capitalista brasileiro pela corporação internacional e o alargamento da faixa de participação estrangeira no comando da economia nacional e, em consequência, nas decisões políticas do próprio Estado.

São práticas como essas que justificaram o apoio das corporações internacionais à repressão militar-policial, no Brasil, como em outros países da América Latina. A modernização foi um fato concreto no país, porém, muito distanciada de uma orientação baseada numa distribuição de renda que efetivamente alcançasse o conjunto da sociedade.

O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é um aparelho essencialmente capitalista, o estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal, que, quanto mais se assenhoreia das forças de produção, tanto mais se transforma no capitalista coletivo real. (Engels, F. Anti-Düring, Obras Escolhidas, 1968)

A modernidade almejada por amplas camadas da população brasileira significava o alcance da cidadania e da conquista dos direitos sociais porque a riqueza social do país sempre emanou, concretamente, do trabalho do povo. Mas a situação a que o Brasil chegou, nessa época, com um regime que se nutria da ilegalidade, não toleraria as mais elementares liberdades demo-

cráticas, inclusive a manifestação livre da própria imprensa liberal e conservadora. Bandeira (op. cit.) se refere ao exemplo do Jornal Correio da Manhã, uma das maiores tradições da imprensa brasileira, que "(...) não sobreviveu, financeiramente, porque condenou a política dos Governos Castelo Branco e Costa e Silva e as corporações internacionais decidiram cortar-lhe a publicidade, alegando que a sua posição contrariava os interesses da livre imprensa".

No Brasil, o sistema de comunicação passou a ser um dos símbolos da modernização na época, particularmente a televisão. É importante destacar o surgimento da Rede Globo, em 1965, que teve o respaldo financeiro e técnico do grupo americano Time-Life e tornou-se a emissora mais poderosa do Brasil. Há uma curiosa declaração do Presidente Médici, na época, que, por si só, traduz bem a situação de controle e até de amordaçamento do sistema de comunicação naquela época:

"Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho".

O sonho de consumo da classe média, além do automóvel e da casa própria, passou ao delírio da televisão. No início, ainda em preto e branco, influenciava poderosamente nos gostos e nos costumes da população, desfilando um leque de propagandas de diversos produtos, como enceradeiras, liquidificadores, ventiladores, máquinas de lavrar, roupas, calçados e cosméticos de marca estrangeira.

A modernização brasileira foi representada, "no varejo", pela possibilidade de a classe média comprar o seu automóvel, encher a casa de eletrodomésticos, adquirir a casa própria, garantir escolas particulares de renome para os filhos e um espaço no meio universitário para possibilitá-los "vencer na vida" e ascender socialmente. O governo militar, ao mesmo tempo em que mantinha amordaçada toda a mídia brasileira, utilizava-se dela para propagandear à larga os avanços econômicos alcançados. Em relação à modernização "no atacado", quer dizer, em âmbito das obras de grandes dimensões, podem-se regis-

trar, por exemplo, a ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica e a Hidrelétrica de Itaipu. Parte importante dessas obras deveu-se às vultosas somas de empréstimos a juros que, pouco a pouco, dobraram e até triplicaram a dívida externa brasileira.

Ressalte-se, no entanto, que a situação do país, efetivamente, não se podia comparar a um "comprimido tranquilizante", como pensava um dos seus generais. Em março de 1974, o comando da nação passou às mãos do general Ernesto Geisel com o seu conhecido "Milagre Brasileiro". A partir dessa época, o Brasil passou a dar sinais de início de uma grande crise, puxada pela enorme dívida externa que financiava a modernização do país. Ao mesmo tempo em que o governo passava a pagar os juros da dívida, mais arrocho salarial sobre a classe trabalhadora acentuava uma desigualdade social cada vez mais visível. Bolsões de miséria formavam-se em torno dos grandes centros urbanos e, no campo, o processo migratório para a cidade era a alternativa dos trabalhadores da agricultura. A concentração da renda alimentava a degradação social, a ampliacão da mendicância, a atividade informal e as alternativas informais de sobrevivência dos trabalhadores.

A luta pela redemocratização do país ganhava as ruas, mesmo com a contrapartida da repressão. O assassinato do jornalista Wladimir Herzog, sob tortura, no DOI-CODI de São Paulo, é uma das representações mais tristes desse estado de coisas. A sociedade civil, nessa fase, tomava novo fôlego para lutar contra o regime. Lentamente, o processo de abertura política foi sendo forjado, ante o desgaste do regime. O presidente Geisel passou a adotar algumas medidas políticas de importância, como foi o caso da anistia aos exilados políticos. Figuras históricas, como Luiz Carlos Prestes e Leonel Brizola, foram anistiadas e receberam permissão para voltar para o Brasil.

Vicentino (op. cit.) faz seguinte interessante observação a esse respeito:

Junto com as medidas liberalizantes, o governo tratava de elaborar o cronograma da abertura, que previa a eleição indireta de um sucessor militar para Geisel, seguido de um sucessor civil, porém ligado aos militares e, finalmente, eleições diretas para presidente da República, a serem realizadas somente por volta

de 1989. Os dois próximos presidentes seriam eleitos pelo voto indireto do Colégio Eleitoral, a ser formado por deputados, senadores e representantes das Assembléias Estaduais. A partir de abril de 1977, o governo começou a mudar a legislação eleitoral, pretendendo garantir a maioria no Colégio eleitoral nos próximos anos. Naquele mês, foi lançado o "pacote de abril", que estabelecia a nomeação de senadores biônicos para o Congresso (no caso, 1/3 do Senado seria composto por políticos nomeados diretamente pelo governo, e não, eleitos pelo voto popular).

O último dos generais no poder foi João Batista de Figueiredo, que passou à chefia do governo em janeiro de 1979 e permaneceu como chefe de governo até 1985. Figueiredo assumiu o poder diante de uma crise econômica, cujas proporções acabaram por ser conhecidas, posteriormente, como "a década perdida". O grande endividamento do país e o perigo de uma possível moratória da dívida provocaram uma retração dos empréstimos internacionais ao país. Ficava cada vez mais difícil controlar as convulsões sociais e as lutas pelas liberdades democráticas. Assim, dava-se início ao fim de duas décadas de ditadura militar no Brasil.

ASPECTOS DA PARAÍBA E SUA CAPITAL SOB O REGIME MILITAR

Em meio a uma intensa propaganda governamental, que procurava incutir na mente da maioria dos brasileiros que o país se desenvolvia de forma regionalmente equilibrada, a economia paraibana, de forma geral, registrava, ao longo da década de 1960, um fraco desempenho. Cittadino (2006) afirma que foi, inclusive, o pior entre todos os estados nordestinos.

A renda interna da Paraíba, em 1960, era a quarta da região nordestina. Ao longo da década, a sua renda interna cresceu apenas 12,9%, enquanto que a do Nordeste cresceu 59,6%, fazendo com que a participação do Estado na renda interna total do Nordeste caísse de 9,1%, em 1960, para 6,4%, em 1970, o que lhe ocasionou a queda para a quinta renda da região. (...) Em 1960, o setor agropecuário era responsável por 47,5% da renda interna paraibana, caindo para 25,3%, em 1970. São responsabilizados esses resultados negativos da economia paraibana, na década de 1960, ao setor agropecuário que, atingido pelas secas de 1966 e 1970, retrocedeu a índices inferiores aos que foram alcança-

dos em 1970.

A política de desenvolvimento do governo federal, no estado da Paraíba, mostrava-se, na prática, bastante deficitária. Por exemplo, em relação ao setor industrial paraibano, na década de 1960, Cittadino (op.cit) ressalta:

O setor industrial paraibano teve um crescimento de 55,6% na sua renda interna, de forma que o setor, responsável por 10,6% da renda interna do estado, em 1960, ampliou sua participação para 14,6% em 1970. Esse desempenho, aparentemente significativo esteve, porém, bastante aquém do restante do Nordeste (100,5%), fazendo com que a Paraíba tivesse a sua participação, frente à região, reduzida de 7,4%, em 1960, para 5,7% em 1970, caindo da quarta para a quinta posição.

Até mesmo o setor de serviços, nessa mesma década, mostrou-se enfraquecido. A citada autora dispõe de dados que mostram que esse setor registrou o maior índice de crescimento: 62,1% e ampliou sua participação na renda interna de 41,8%, em 1960, para 60,0%, em 1970. Ainda assim, esse crescimento situouse abaixo da média do Nordeste (84,1%) e fez com que a participação do setor na formação da renda interna do Nordeste caísse de 7,0% para 6,2%.

A saúde pública também pode ser um referencial significativo para expressar a situação social dos paraibanos na época da ditadura militar. Macêdo (2004), baseado em diagnósticos fornecidos pela Secretaria de Saúde da Paraíba (SESP) e da Divisão de Saúde da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), enuncia:

Na década de 1960, registrava-se um preocupante percentual de pessoas, especialmente da categoria materno-infantil, diagnosticadas e internadas por doenças controláveis, na sua maioria, associadas à desnutrição. Isto é, fazia-se presente no contexto da década de 1960, a correlação entre desnutrição e a mortalidade materno-infantil no Nordeste, particularmente na Paraíba. Somado ao fator agravante da mortalidade materno-infantil, principalmente entre os menores de 1 ano de idade, por outro lado, constatava-se a carência de atendimento médico-hospitalar a essa faixa etária, a ponto de chamar a atenção do mundo. Segundo o

diagnóstico dessas Instituições, em hospitais pediátricos do Município de João Pessoa, no ano de 1967, indicava que entre 70% e 90% dos pacientes menores de cinco anos encontravam-se desnutridos. Registraram-se 2.806 óbitos no Município de João Pessoa onde a desnutrição apresentou-se como fator condicionante da mortalidade materno-infantil. O elevado índice de óbitos do grupo menores de cinco anos de idade na

década de 1960 foi decorrente da alta taxa de desnutrição materno-infantil presente no estado, como também, da escassez na prestação de serviços médicos a esse grupo etário. No ano de 1967, a cada 100 óbitos registrados no Estado da Paraíba, 67,2% pertenciam ao grupo etário menores de cinco anos. Sendo 40,1%, correspondentes aos menores de um ano de idade e 27,1% aos que tinham entre um e quatro anos.

Mortalidade por grupo etário referente à 3ª Região Sanitária - Campina Grande/1969

- 1 ano de idade	31.800
1 a 4 anos	29.400
5 a 19 anos	2.300
20 a 49 anos	5.800
60 anos ou mais	16.700
Gestantes	22.900

Macêdo, apud Cariri Benigna (1970)

Em meio a esse quadro de dificuldades, a capital paraibana - cidade de João Pessoa dava sinais bem significativos de modernização, expressos na paisagem urbana daquela época. Havia um comércio de capitalistas e empresários locais e um comércio doméstico onde algumas lojas se destacavam: "Casa Azul", "Rainha da Moda", "A Graciosa", entre outras. O comércio se localizava basicamente na Rua da República, na Cardoso Vieira, na B. Rohan, na Gama e Melo e na Maciel Pinheiro. A partir de 1964, foram surgindo os chamados empórios - grandes lojas que tendiam a eliminar e substituir as pequenas lojas, como é o caso, por exemplo, das "Lojas Brasileiras", situada na Avenida B. Rohan, assim como "A Girafa" e os "Armazéns do Norte".

As pequenas fábricas de bebida, como o Guaraná Dore e o Guaraná Sanhauá, foram desaparecendo, e deram lugar a empreendimentos estrangeiros de grande poder competitivo. Na década de 60, na capital paraibana, surgem os primeiros supermercados. O "Compre Bem" foi um dos primeiros e atraía muito a classe média, particularmente os funcionários públicos. Os bancos estruturados com capitais locais, como o "Banco do Povo", o "Banco Meireles" e

o "Banco do Comércio e da Indústria", não escaparam da grande onda modernizante do capital internacional no país e desapareceram.

Mas os "anos de chumbo" não promoveram o enfraquecimento e até o desaparecimento dos capitais locais, em favor de grupos monopolistas interessados em se apropriar de generosas fatias da economia local, através das facilidades oferecidas pela ditadura. Foram aniquiladas organizações importantes que significavam uma espécie de capital político do povo. As principais delas, na região paraibana, foram as Ligas Camponesas. Igualmente foi extinta a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), instalada na Rua Duque de Caxias, centro da capital paraibana.

A associação e apoio do bloco agro-exportador paraibano à dinamização da indústria e do setor de serviços, está relacionada diretamente à necessidade de encontrar a solução conveniente para um dos mais graves problemas vivenciados por esse bloco: os conflitos sociais no campo. Apesar do uso intensivo da violência, esse bloco sentia-se inseguro quanto ao futuro, pois ficava difícil manter a "paz agrária", sempre obtida com o recurso da força. Diante desse panorama só-

cio-econômico, a solução vitoriosa política e economicamente, para a resolução da questão agrária, refletiu o caráter autoritário que sempre marcou o sistema de poder na Paraíba. (AMORIM, 1999)

Para garantir a nova ordem, foi decisivo desmantelar todas as organizações políticas de orientação democrática, no Estado, inclusive as que não estavam ligadas ao movimento comunista. A Associação Paraibana de Imprensa (API) foi uma delas. Somente com esse exemplo, fica provada a inverdade da luta contra o comunismo, como base da intervenção militar, divulgada pelos quatro cantos do país. O combate ao chamado "perigo vermelho", numa alusão às influências da Revolução Cubana, constituía-se numa espécie de nuvem de fumaça para acobertar uma grande "revolução" do capital e consolidar outro plano econômico e social. Assim, os "anos de chumbo" foram o cenário de larga modernização do país e, em particular, da Paraíba, como operacionalização da tarefa de consolidar a integração do mercado nacional, sob o controle do capital internacional. As classes dominantes regionais - sempre ciosas de sua autonomia e de seu arbítrio - passam, finalmente, a se submeter à dinâmica geral do processo de acumulação do capital. Aos trabalhadores, estudantes e cidadãos rebelados, a repressão, a injustiça e a morte.

CRIMES POLÍTICOS NA PARAÍBA SOB A DITADURA MILITAR

O Jornal da Paraíba, de João Pessoa, em sua edição de 16 de junho de 2013, abriu uma manchete intitulada "Confirmadas mortes de paraibanos na ditadura". E ressaltando os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e da

Preservação da Memória do Estado da Paraíba, assim se expressou:

Na Paraíba. A Comissão Estadual da Verdade busca informações que confirmem a morte de seis outros paraibanos reconhecidos como desaparecidos políticos pela União: João Alfredo Dias – Nêgo Fuba (1932-1964), Pedro Inácio de Araújo (1909-1964), José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970). Francisco das Chagas Pereira (1944-1971), Ezeguias Bezerra da Rocha (1944-1972) e Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973). O desafio de conseguir provas de que esses desaparecimentos resultaram em mortes se alia ao de garantir a comprovação de outros dois nomes que a União ainda não reconhece como sumidos na Paraíba: João Roberto Borges de Souza (1946-1969) e Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972).

Nessa mesma matéria, o Jornal revelou o esforço da Comissão em buscar, passo a passo, mais informações que dessem alguma luz ao imbricado quebra-cabeças de como os militares, a partir do Golpe de 1964, agiram na Paraíba relativamente à repressão e aos crimes políticos perpetrados contra centenas de paraibanos, alguns deles lideranças políticas de expressão nacional. Segundo informações do Jornal, há, pelo menos, cerca de seis mil documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Estado a serem analisados. A exposição de fotografias legendadas de desaparecidos e de mortos completa o conteúdo valioso da matéria, cujas cópias seguem adiante:



Foto 1. João Alfredo Dias (Nêgo Fuba)



Foto 2. Pedro Inácio de Araújo



Foto 3. José Maria Ferreira de Araújo



Foto 4. Umberto de A. Câmara Neto



Foto 5. Francisco das Chagas Pereira



Foto 6. Ezequias Bezerra da Rocha

O movimento militar de 1964 usou à larga instrumentos de perseguição política, repressão, torturas e assassinatos para consolidar o regime. O Artigo Institucional nº 1 (Al-1), baixado no primeiro dos governos militares, determinava a suspensão de direitos de milhares de cidadãos, que iam desde a cassação de mandatos eletivos até prisões e torturas, sem o devido julgamento legal. Nessa época, foram cassados quase três mil brasileiros e, logo em seguida, cerca de dez mil pessoas indiciadas em Inquéritos Policiais Militares – os IPMs. Assis Lemos (2008), agrônomo, deputado estadual pelo estado da Paraíba e ativista das Ligas Camponesas, assim relembrou a sua prisão, tendo sido encarcerado na Ilha de

Fernando de Noronha:

Em Fernando de Noronha, o capitão Jovino (Eros Jovino Marques), que fazia parte da equipe do IPM (Inquérito Policial Militar) do Nordeste, junto com o coronel Hélio Ibiapina Lima e o guarabirense e ex-colega de estudo, o capitão Noaldo, disse-me que fora o chefe do grupo que me prendeu. Puseram-me numa rural Willys, veículo rústico, e foram me espancando até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, em Recife. Pararam no caminho e discutiram se deveriam, ou não, levar-me até uma praia, para uma sessão de afogamento. Felizmente desistiram. Do Quartel General fui transferido para o Quartel da 2ª Companhia de Guardas, situada na Rua Visconde de Suassuna, tendo sido o primeiro

prisioneiro a chegar lá. No dia seguinte, começaram a chegar prisioneiros numa sequência assustadora, deixando os xadrezes lotados (...) No dia 9, quase à meia noite, quando estávamos dormindo, um sargento chamou pelo meu nome - Assis - dizendo que me preparasse para viajar para Itabaiana (...) Numa árvore, instalaram o "pau-de-arara" e me colocaram nele. Começaram a espancar-me, com tapas nos ouvidos - o famoso "telefone" - enquanto o Coronel Ibiapina interrogava-me sobre as armas vindas de Cuba. Respondi que não tínhamos armas e desconhecia totalmente que Cuba as houvesse enviado. Sabia que os usineiros e alguns latifundiários as possuíam. Eram armas privativas das Forças Armadas (...) Sob o pretexto de que estivesse ocultando alguma informação, colocaram-me um jornal no ânus e tocaram fogo. Era um tipo de tortura chamada de "foguete" ou "charuto cubano".

Os vários Atos Institucionais baixados pelos governos militares tinham, obviamente, natureza arbitrária, respaldados pela força das armas. O Al 5 – Ato Institucional nº 5 - de 1968 - tornouse o mais famoso deles por radicalizar a repressão, concedendo ao presidente da República amplos poderes - cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos, decretar estado de sítio e conceder aos tribunais militares o poder de julgamento de crimes políticos. Foi sob sua determinação que o Congresso Nacional foi fechado por quase um ano. Suspendia também o chamado habeas-corpus e impôs rigorosa censura dos meios de comunicação.

O Jornal Correio da Paraíba, em sua edição eletrônica de 18/04/2013, trouxe informações importantes a respeito de novas descobertas sobre casos de assassinatos de paraibanos sob o regime de 1964:

De acordo com o escritor Valdir Porfírio, representante do Governo da Paraíba na Comissão Estadual da Verdade, a Comissão de Pernambuco já tem dados concretos sobre o fim de quatro paraibanos (e uma paraense casada com um paraibano) torturados e mortos em Pernambuco entre os anos 1960 e 1970: Luiz Alberto Andrade de Sá Benevides, Ezequias Bezerra da Rocha, Umberto Albuquerque Câmara e Adauto Freire da Cruz. A paraense, esposa de Luiz Alberto, era Mirian Lopes Verbena. Luiz Alberto Andrade de Sá Benevides, segundo a versão oficial, morreu vítima de um acidente de carro, no dia 8 de março de 1972, na estrada entre Recife e Caruaru. Ele estava na companhia da esposa, Mi-

rian Lopes Verbena, que estava grávida de oito meses e também morreu no acidente. Os dois eram militantes do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e viajaram de Recife a Caruaru em um Fusca emprestado por um amigo.

O terceiro paraibano investigado pela Comissão da Verdade de Pernambuco foi Umberto Albuquerque Câmara Neto, que era estudante de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que, segundo a versão oficial, desapareceu no dia 8 de outubro de 1963, no Rio de Janeiro. Os dados sobre ele ainda estão sendo analisados. O quarto paraibano é identificado como Adauto Freire da Cruz. Ele pertencia às Ligas Camponesas e foi morto no ano de 1979, numa briga com policiais dentro de um ônibus na cidade do Rio de Janeiro. A Comissão de Pernambuco tenta obter mais informações sobre Adauto Freire, morto em condições suspeitas. (ABS). Também está na lista de paraibanos investigados pela Comissão da Verdade de Pernambuco o estudante de medicina da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Roberto Borges de Souza. Ele figura na lista pernambucana pelo fato de ter sido preso e torturado em Recife. João Roberto Borges de Souza nasceu em Cabedelo, se criou tomando banho nas praias do município, e morreu afogado, misteriosamente, em um açude de Catolé do Rocha, no Sertão do Estado, no dia 10 de outubro de 1969. João Roberto era coordenador da Ação Popular (AP), presidente do Diretório Acadêmico de Medicina e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba. A AP era um agrupamento político cristão de esquerda, surgido em 1962, durante um congresso em Belo Horizonte. Tinha como fundamento o socialismo humanista.

Cittadino (op. cit. p. 332) também conta a história da repressão imposta pela ditadura militar na Paraíba, relativamente ao movimento estudantil em 1968. Naquela época, o governador da Paraíba era o Dr. João Agripino, que mantinha boas relações com os militares golpistas. Um dos fatos que evidenciaram a dura repressão contra os estudantes foi o referente ao XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Ibiúna – SP, onde os choques com a polícia culminaram com a prisão de integrantes da delegação paraibana.

No dia 23 daquele mês, após tomarem conhecimento dos acontecimentos verificados no Sul do país, os

estudantes organizaram uma passeata que, vinte minutos após seu começo, foi interrompida pela PM e pelas tropas do Exército, que se encontravam no local para reforçar a ação policial. A partir daí, ao longo dos dias 23, 24 e 25 de outubro, João Pessoa tornou-se, novamente, testemunha dos violentos choques entre os estudantes e as forças policiais do governo.

Em relação à repressão e à perseguição a políticos paraibanos, o Al-5 também foi forte instrumento de cassação daqueles que contestaram, de algum modo, a chamada Revolução de 64. Foi o caso do Dr. Agassis Amorim de Almeida (ex-deputado estadual) e de José Targino Maranhão (ex-deputado e ex-governador do estado da Paraíba), Antônio Vital do Rego (ex-deputado federal), Antônio Fernandes de Andrade (ex-prefeito de Rio Tinto), Mário Silveira (deputado pelo MDB) e tantos outros.

O pronunciamento do governador João Agripino, na época, forneceu elementos inequívocos de sua posição favorável à propalada ideologia de "segurança nacional" em que os interesses do Estado devem ser prioridade sobre os interesses dos cidadãos. Em sua fala, sustentou: "do ponto de vista político, a Revolução pretende respeitar todos os mandatos compatíveis com os seus objetivos mais altos, de modo que restrições a direitos políticos ou mandatos eletivos somente serão feitas nos casos em que os respectivos titulares tenham faltado ou venham a faltar com a contribuição que deles se espera para a tranquilidade e a normalidade da ordem pública e o desenvolvimento do país" (Jornal A União, in CITTADINO, op. cit. p. 342)

Em dezembro de 1984, o general João Batista de Figueiredo encerrava o ciclo do poder militar, diante de um país combalido por grave crise econômica e social, comprovando que o regime ditatorial, com sua modernização econômica e sua ideologia de segurança nacional, nunca daria resultados favoráveis para a maioria do povo brasileiro e, muito menos, para os paraibanos. A partir de então, um Colégio Eleitoral, em Brasília, em 15 de janeiro de 1985,

passaria a indicar, de forma indireta, os novos chefes da nação, representada pelo Dr. Tancredo de Almeida Neves e por José Ribamar de A. Costa Sarney. Assim, uma nova história do Brasil passaria a ser escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que grande parte da juventude paraibana desconhece o significado e até mesmo a existência do Golpe Militar de 1964, e que durou 21 anos. Mas também é fato que instituições democráticas, intelectuais, políticos brasileiros e paraibanos, em particular, venham se empenhando em garantir a preservação da memória histórica de uma das fases mais conturbadas e graves da vida nacional. A criação da Comissão Nacional da Verdade (e de suas derivações nos diferentes estados da federação) é um exemplo inequívoco da luta para preservar essa memória, além de ser instrumento de investigação de muitos casos ainda não desvendados oriundos da fase em que ocorreu a ditadura militar.

Há, pelo menos, quarenta anos, intelectuais brasileiros dedicam-se em estudar o tema e é farta a publicação de obras importantes como, por exemplo, a de Francisco de Assis Lemos de Souza: Nordeste: o Vietnã que não houve – ligas camponesas e o golpe de 64; Monique Cittadino: Poder Local e Ditadura Militar - o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971); Elio Gaspari: A Ditadura escancarada e a obra de Maria Ribeiro do Valle: 1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil, entre tantas outras publicações.

É necessário, todavia, que governos de estado, instituições públicas e privadas, sobretudo ligadas à educação, invistam mais em educação política do povo para que todos passem a conhecer melhor a história do país e ter condições de desenvolver uma consciência crítica mais apurada que lhes possibilite mais acesso à cidadania. Um povo educado politicamente só pode ser um povo que consegue ser artífice de sua própria história, quer dizer, que seja dono do próprio destino.

Referências

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A economia paraibana na Fase da Integração Produtiva (1970-1990). In: Fernandes, Irene Rodrigues e Amorim, Laura Helena. Atividades produtivas na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1999.

ARNS, Paulo Evaristo (Dom). **Brasil**: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 2009

BANDEIRA. Muniz. **Cartéis e desnacionalização:** a experiência brasileira: 1964-1974. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

_____ O Governo João Goulart. Lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)** Bauru: Edusc, 2006.

_____ O golpe de 1964 e a instalação da repressão na Paraíba. João Pessoa: [s.n], 2007.

ENGELS, F. **Anti-Düring,** . Obras escolhidas, São Paulo, Alfa-Omega, 1968

FURTADO, Celso. **Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar.** In: FURTADO, Celso et al. **Brasil: tempos modernos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.1-23.

IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IG. GALHARDO, Ricardo. "É ingenuidade pensar que tudo acabou", diz Frei Betto sobre espiões da ditadura. Último Segundo. São Paulo: 18/07/2012.

Jornal Correio da Paraíba. **Torturas e mortes no Regime Militar** - Edição eletrônica de 18/04/2013. .http://www.interjornal.com.br/noticia.kmf?canal=117&cod=20251499

MACEDO, Antônio César Dias de. Evolução histórica da Política de Saúde no Estado da Paraíba: 1960 a 1990. João Pessoa-PB: Editora Idéia, 2004.

MACHADO, Jório. **1964:** a opressão dos quartéis. João Pessoa: Editora O Combate, 1991.

MARREIRO. Maria de Fátima. **Memória da Ditadura: a percepção de estudan**tes da **UFPB sobre a Ditadura Militar de 1964**. DCS/CCHLA/UFPB, 2013.

MELLO, J. Octávio; SILVA, Francisco Pontes da; SANTOS, Walter (Org.). **Poder e política na Paraíba:** uma análise das lideranças (1960-1990). João Pessoa: A União. 1993.

MORAES, Denis de. **A Esquerda e o Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste: o Vietnã que não houve – ligas camponesas e o golpe de 64.** João Pessoa: Edições Linha D'agua, 2008.

SOUZA, Hamilton Octavio de. **O Brasil de hoje é fruto do golpe de 1964.** Revista Espaço Acadêmico, n. 87, nov. 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARTZMANS, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____ Brasil de Castelo a Tancredo: 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência - Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil.** Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2008.

Vicentino, Cláudio. **História do Brasil** - São Paulo: Scipione, 1997. BRASIL. GOV. BR. **Instalada a Comissão Nacional da Verdade.** 16 de maio de 2012.

http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/16/instalada-acomissao-nacional-da-verdade

http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-18/e-ingenuida-de-pensar-que-tudo-acabou-diz-frei-betto-sobre-espioes-da-ditadura. html

Ricardo de F. Lucena *
Elimar Maria N. de Souza **

Aguaceira: aproximações à problemática da acessibilidade à água no semiárido

RESUMO:

A falta de acesso à água é uma situação ainda bem presente na realidade brasileira e, particularmente, crítica para a população localizada no semiárido. O presente artigo versa sobre a problemática da seca e alguns dos principais mecanismos de enfrentamento dessa expressão da "questão social" no Nordeste brasileiro, de modo específico, no estado da Paraíba, por meio de resultados preliminares do diagnóstico socioambiental e técnico e da experiência da Caravana implementada pelo Coletivo Aguaceira no Semiárido paraibano. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é de apresentar o cenário a partir do investimento proposto pela politica de acessibilidade à água e como ele tem reproduzido o fortalecimento e o controle das oligarquias que historicamente usufruíram das ações emergenciais, distanciando-se das ações de convivência para o semiárido, as quais devem ser estruturantes e sistemáticas.

Palavras-chaves: Semiárido; água; políticas públicas.

ABSTRACT:

Abstract: Actually in Brazil, lots of people remain without water access and, in the semi-arid region, this problem is more severe. The water scarcity and drought problem is presented in this article and also the possibilities to confront this called Brazilian northeast social question. Specifically the technical and socio environmental preliminary diagnostic of Paraiba State and the "Caravana" experience conducted by Coletivo Aguaceira are analyzed. The objectives of this study are to present the population general conditions of life based on the financial resources proposed by the water accessibility policy and to discuss how its preserve the oligarch control and power, from one generation to the next, taking advantage of the emergency programs against the population real needs: continuous and basic actions to promote living in the area.

Keywords: Semi-arid; water; public politics.

"Como fazer florir nessa aridez que às vezes é a vida?" Aguaceira é gente

Subindo a ladeira

Baixando a poeira

Ouerendo ir em frente.

Aguaceira é a gente

Compondo a canção

Da chuva e nascente...

Anunciação.

Aguaceira não tá presa,

Na pipa, na lata

Ou no caminhão.

Aguaceira na praça

Para cantar

Aguaceira no campus

Para discutir

Aguaceira na Câmara

Para protestar.

Aguaceira tá aqui e acolá

Descendo a ladeira

Ganhando o Sertão

Vai inundar!"

O Coletivo Aguaceira se constituiu a partir do início de dezembro de 2012. Portanto, num curto espaço de tempo, vem construindo um debate significativo sobre a acessibilidade à água com a população do Semiárido paraibano.

Temos como prerrogativa a efetivação de políticas públicas sistemáticas e estruturantes de acessibilidade à água no semiárido paraibano e brasileiro, previsto no decreto n. 7.535/11 do governo federal, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Agua – ÁGUA PARA TODOS. Nesse sentido, nosso foco não é a discussão sobre o "combate à seca", tão alardeado pelos governos e pelos veículos de comunicação, por entendermos que o discurso da seca está eivado por um componente assistencialista que, durante séculos, tem mantido em segundo plano a prioridade de políticas que permitam ao homem do semiárido usufruir da água acumulada de boa qualidade disponível.

É fato que os programas de renda mínima têm ajudado a mudar a cara da seca e a dependência extrema do home do semiárido, mas as políticas de acessibilidade à água, efetivamente, não têm se pautado em ações de acesso democrático a esse bem, considerando que os recursos disponíveis para enfrentar o problema, além de serem insuficientes, não são prioridade na agenda orçamentária dos governos.

Desde dezembro de 2012 que organizações da sociedade civil – destacando-se a ADUFPB, o SINDFISCO, o MST, o SINTESPB, a ADUFCG e a OAB - e músicos locais vêm se mobilizando para chamar a atenção da população sobre a situação por que estão passando as pessoas e os animais do semiárido. Nosso intuito é de DENUNCIAR o despreparo e o descaso dos setores privados (que, muitas vezes, promovem o saque e a acumulação indevida da água) e dos públicos (que, invariavelmente, só se dedicam ao problema de forma mais direta quando a estiagem já está causando transtornos), quanto à efetivação de uma política consistente e não assistencialista para uma solução adequada sobre a acumula-



ção e o uso da água no semiárido nordestino. Também buscamos ANUNCIAR que há recursos financeiros e tecnológicos suficientes e capazes de amenizar os efeitos da estiagem entre nós e que esses recursos disponíveis podem ser postos em ação num curto espaço de tempo, basta ter vontade política e atenção com a população do Nordeste.

É sabido, a partir de observações feitas desde o período colonial, que, a cada 6,3 anos (dados do INSA no Relatório da Assembleia Legislativa), passamos por um período de estiagem mais severa. Então, por que não nos preparamos para esse enfrentamento? Por que ainda conti-

nuamos dependentes de carros-pipa, de cestas básicas e de crédito emergencial?

Segundo dados da União das Nações Unidas – ONU (2002), em pleno Século XXI, estima-se que um bilhão de pessoas não têm acesso a um abastecimento de água suficiente, definido como uma fonte que possa fornecer 20 litros por pessoa, por dia, a uma distância não superior a mil metros. Essas fontes incluem ligações domésticas, fontes públicas, fossos, poços e nascentes protegidos e a coleta de águas pluviais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o número de pessoas sem acesso a água tratada, no estado da Paraíba, representa 23,38% da população. Mas, em meio à pior seca dos últimos 30 anos, o que há de novo? As ações de convivência no semiárido têm sido uma política pública estruturante e sistemática? Mais que isso, é posta como uma ferramenta de gestão para os governos? Ou o direito a água ainda prevalece como um instrumento de controle? Embora a escassez hídrica seja uma característica marcante do semiárido, não é uma peculiaridade somente das áreas rurais dessa região, mas também das áreas urbanas. Nesse sentido, a seguinte citação nos esclarece:

A escassez da água no coração da crise mundial é enraizada no poder, sob a pobreza, e (a partir) da desigualdade, não na disponibilidade física (...) esses déficits embora ambíguos, estão enraizadas nas instituições e nas opções políticas, e não em disponibilidade de água. Necessidades domésticas de água representam uma pequena fração do uso da água, geralmente menos de 5% do total, mas há uma tremenda desigualdade no acesso à água potável e ao saneamento a nível doméstico. (PNUD, 2006)

Vamos partir do seguinte pressuposto: do ponto de vista numérico, leia-se "do ponto de vista humano", quantas pessoas residem no semiárido brasileiro? Vamos aos números. De acordo com dados do IBGE (2010), esse espaço socioterritorial apresenta uma população de 22.598.318 habitantes, distribuída em 1.135 municípios, número superior ao das Regiões Norte e Centro-oeste. Representa, aproximadamente, 12% da população brasileira. Na Paraíba, temos uma população de 3.766.528. Desse total, 2.092.400 residem no semiárido. Partamos, também, do seguinte pressuposto: a água é um recurso natural escasso, e cuja disponibilidade está limitada a cada dia, sobretudo na forma de sociabilidade capitalista, regida pelo imperativo da acumulação e da destrutividade da natureza.

Os períodos de grande estiagem são características endêmicas ao semiárido. No entanto, de acordo com alguns pesquisadores, as condições de enfrentamento sofreram mudanças nessa atual conjuntura quando relacionados aos programas de transferência de renda mínima. Há depoimentos que nos revelam que os períodos

da atual estiagem não se comparam com as décadas de 80 e 90 do século passado. Os programas de transferência direta como bolsa família, a migração para ocupar o mercado de trabalho na construção civil, nos grandes e médios centros urbanos, e a estrutura das cadeias produtivas nos possibilitaram descolar um pouco do exaustivo discurso da seca. Sobre esse aspecto, vejase o depoimento de uma moradora de 62 anos, residente do Sítio Poço da Onça:

Nasci no Sítio Urubu, vim prá cá em 89, depois de uma seca grande. Meu marido disse que aqui era melhor, pois tinha uma vereda e também as baquetas1. A gente veio pra ficar perto da água. Com o tempo diminuiu um pouco, mas nunca mais foi aquela precisão de quando eu era criança. Ali era seca medonha. Minha mãe assava o xiquexique, cortava os espinhos e dava pra nós comer. Hoje ninguém tem que passar por isso. Não é muito, mas o pouco pra comer a gente recebe do governo. Os velhos recebem a pensão e as crianças o bolsa família. A gente ainda passa precisão, mas nunca como naqueles tempos. Quero ver alguém dizer que no passado era melhor. Só se não morasse aqui. Água a gente tem na cisterna e ainda tem o poço. É pouca, mais tem. A gente tem as duas águas. (Sítio Poço da Onça, Maio/ 2013)

Nesse sentido, podemos verificar que a rede de proteção social que inclui os programas de transferência de renda do governo federal tornou menos dramáticos os impactos da seca, mas ainda é incapaz de converter esse "esforço" numa política estruturante de convivência no semiárido. Em visita ao Nordeste em abril deste ano, a presidente Dilma Rousseff afirmou que, graças às ações de seu governo e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "a face da miséria nessa região não foi acentuada tão perversamente pela estiagem". Ainda nessa mesma fala, Dilma anunciou um pacote de R\$ 9 bilhões para medidas emergenciais de enfrentamento da seca no Nordeste.

Medidas emergenciais, assistenciais e do passado clientelista reforçam o perverso modelo de desenvolvimento imposto até agora pelos governantes ao semiárido brasileiro, pois, afora as características do semiárido em todo o mundo, como áreas de grande adversidade para ocu-

^{1.} Buracos cavados pelos homens para extrair minério. Quando chega a uma profundidade de, aproximadamente, 50m, esses grandes orifícios são abandonados por dois motivos: a água que brota do solo e a insuficiência de oxigênio, o que impossibilita a permanência dos garimpeiros. Embora seja uma técnica bastante rudimentar, ainda é utilizada com frequência, especialmente no semiárido brasileiro.

pação humana, sobretudo pelos baixos índices de recursos hídricos, as formas de ocupação, ao longo do tempo, foram determinantes para o agravamento da crise socioambiental e política vivida até os dias atuais.

É consenso, dentre as estratégias para a América Latina, que a água é um fator essencial aos processos de desenvolvimento e à qualidade de vida. Os recursos hídricos sofrem com a má regulação e com os impactos ambientais decorrentes de diretrizes equivocadas. Parte desses problemas está associada à ausência de políticas públicas consistentes e continuadas. (Medeiros, 2012, p. 4)

O semiárido, inserido no bioma Caatinga², é um dos locais do planeta onde a pecuária bovina não deveria ser uma atividade econômica. Nossa característica natural não nos autoriza³ a tal aventura. Segundo Darcy Ribeiro, no documentário *O Povo Brasileiro*, a pecuária extensiva foi a principal atividade econômica que possibilitou a interiorização do Nordeste, mas que, em longo prazo, minou outras perspectivas de desenvolvimento que tivessem como base as características naturais do semiárido. As imagens vinculadas na imprensa, de muitas cabeças de gado mortas e o lamento dos agricultores diante da impossibilidade em mantê-las, reflete esse entendimento.

Se a rede de proteção social tornou menos "dramáticos" os impactos da seca para os trabalhadores, na atual conjuntura, qual a política de acessibilidade à água vigente diante do que se propõe em ações de convivência para o semiárido? Em 26 de julho de 2011, a presidente Dilma instituiu, por meio do Decreto 7.535, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, intitulado também de Água Para Todos.

Com o objetivo de promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social, principalmente as do semiárido, esse programa está inserido no Plano Brasil Sem Miséria⁴ e é coordenado pelo Ministério da Integração. As ações previstas nesse programa incluem perfuração de poços, instalação de cisternas, kits de irrigação, barreiros e sistemas coletivos para abastecimento. Dentre os sistemas coletivos de abastecimento, incluem-se também os sistemas de dessalização⁵. Institucionalizar uma política de convivência para o semiárido significa apresentar uma diversidade de tecnologias de acesso à água que estejam em convergência com a perspectiva socioambiental e econômica, sobretudo, na qualidade e na quantidade da água, conforme versa o programa mencionado.

No entanto, ainda vivenciamos que, de forma repetitiva, existe um abismo entre o texto proposto no decreto e as ações executadas pelas três esferas de governo. As ações propostas pelo governo federal devem ser implementadas em comunidades rurais e difusas, partindo da premissa de dotar essa população de tecnologias sociais, que deverão ser manuseadas e internalizadas pelos usuários diretos, por meio de processos educativos e organizativos. Das tecnologias apresentadas, é importante destacar as cisternas, programa que teve início em 2003, durante o governo Lula, executado pela Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA6. Até 06/05/2013, haviam sido construídas 458.467 cisternas rurais⁷.

Como, neste ano, a chuva não veio, e as cisternas foram construídas para receber água da chuva, tiveram que ser abastecidas por carros-pipa. Nas repetidas veiculações de imagens, onde pessoas em meio ao sol forte carregam água em lombos de burro, bois e motos, foram acrescidas as cisternas sendo abastecidas por carros-pipas, obviamente em maior proporção. Diante da forte estiagem, tornou-se a principal fonte de abastecimento de água, conhecida como "operação carro-pipa". Trata-se de um programa executado e financiado pelo governo federal - a maior parte, estadual e municipal - todos em proporções distintas.

^{2.} São comunidades biológicas organismos da fauna e da flora específicos de uma região. A caatinga é o único bioma eminentemente brasileiro. http://www.mma.gov.br/biomas

^{3.} A pecuária reque uma grande quantidade de água e grandes extensões de pastos, condições naturais não encontradas no semiárido.

^{4.} Instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, programa social do governo federal que tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês. Fonte: www.mds.gov.br

^{5.} Equipamento que, por meio de um processo físico-químico, retira o excesso de salinidade da água, advinda dos poços. Transforma a água boa para o consumo humano. O Programa Água Doce é responsável por essa ação. Fonte: Documento Base/Programa Água Doce – Ministério do Meio Ambiente. 2012

^{6.} Organização não governamental que reúne mais de 700 setores da sociedade civil.

^{7.} A crise de abastecimento de água transferiu as cisternas para distritos e aglomerados urbanos.

Vale a pena destacar uma passagem do Relatório do Coletivo Aguaceira, que nos parece ser bem ilustrativa do que vimos falando e que se impõe a partir da pergunta:

> O que as políticas governamentais referentes ao mercado institucional, portanto estruturantes, ou as compensatórias tem a ver com as políticas públicas de acesso à água?

> A resposta é: sob o ponto de vista de planejamento, tudo a ver. Não há um espaço consistente, seja do ponto de vista estadual ou federal que dialogue de forma objetiva e planeje, com a sociedade civil, ações sistemáticas ao menos de curto e médio prazo, definidoras de ações efetivas de convivência com o semiárido e com os efeitos da seca. É preciso que se institucionalize um planejamento e, por conseguinte, políticas públicas que enxerguem o prisma ambiental, social e econômico (novamente um clichê), sob o ponto de vista técnico, considerando aspectos edáficos, florísticos (de solo e plantas), econômicos, culturais e sociais para que se pense, discuta e, sobretudo, se atue nos problemas relacionados ao semiárido, dos quais, o acesso à água é estratégico ao desenvolvimento social sustentável. (Souza Neto. As políticas públicas de acesso à água: por menos aridez na ação e mais semiaridez no planejamento. In: Coletivo Aguaceira. Relatório, p. 20)

Na cidade de Aroeiras, localizada no cariri paraibano, com uma população rural de, aproximadamente, 9.551 habitantes, o custo da operação carro-pipa foi orçado em R\$ 238.000,00 mensais. O custo dessa operação ocorre da seguinte forma: o aluguel do carro- pipa custa para o governo federal R\$ 9.000,00. Como são utilizados 22 carros financiados pelo governo federal, o custo é de R\$ 198.000,00. O governo do estado disponibiliza quatro carros-pipa, cujo aluguel custa R\$ 7.000,00, totalizando R\$ 28.000,00. O governo municipal atende com um único carro, ao custo de R\$12.000,00. O erário público é de R\$ 238.000,00. Esse mesmo valor poderia fazer parte do orçamento anual desse município, bem como dos outros para dotar essas localidades de ações sistemáticas para o abastecimento e a convivência no semiárido.

Cada cisterna tem a capacidade de armazenar 16 mil litros d'água, o suficiente para as atividades básicas de uma família de cinco pessoas. Por causa da escassez a "operação carro-pipa" abastece uma cisterna para cada três

casas. Essa água advém de açudes localizados no estado da Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Tudo dependerá da quantidade ofertada e da proximidade. Segundo depoimento de alguns motoristas, está ficando cada vez mais distante, pois as poucas chuvas foram insuficientes para abastecer os açudes e só restam os de maior vazão. Em 25/02/2013, a Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba – AESA · informou que 50 açudes estavam com o volume abaixo de 20%. Outro aspecto relevante é quanto à qualidade da água. Em meio ao baixo volume dos açudes, a concentração de matéria orgânica altera os índices de potabilidade, desencadeando quadros de diarreias, dentre outras.

Apesar de o Exército coordenar a "operação carro-pipa", eles dependem de representantes locais, que informam as localidades que devem ser atendidas. Os Secretários Municipais de Agricultura são os principais interlocutores no planejamento das ações e responsáveis por delegar um servidor no acompanhamento das atividades. Diante dessa dinâmica, não há como fugir da postura de controle e exclusão de acesso à água por parte do poder local. São corriqueiros os momentos de profundo constrangimento, quando, na porta da Secretaria de Agricultura de vários municípios, encontram-se homens e mulheres pedindo ao Secretário que mande deixar água em suas casas. Chega aquele cidadão de marcha lenta, aproxima-se lentamente com uma aparência de profundo desconforto e diz: - "Doutor, o senhor pode mandar deixar água lá pra nós? O que tem lá, doutor, vai dar mal pra hoje, coisinha de nada."

Os conflitos pelo uso da água também são constantes, mas pouco revelados. Há denúncia de que alguns proprietários das cisternas não obedecem ao acordo firmado de distribuição entre as outras famílias, além do uso indevido para dessedentação animal e dos relatos de favorecimento na distribuição por parte de prefeito e vereadores. Algo semelhante ocorre com o programa de perfuração de poços, que são instalados em localidades onde o proprietário tem vínculo político e, depois de instalados, não são usufruídos pela coletividade. Outro exemplo pode ser observado na denúncia feita por um representante do MST, em audiência na Câmara Municipal de Campina Grande:

Em Campina Grande nós temos o assentamento Antonio Eufrozino com 101 famílias assentadas, e as famílias tem que correr com as suas carrocinhas de burro cinco, seis e as vezes até doze quilômetros para pegar água de consumo, mas tem uma tubulação de água que passa a margem do assentamento, na estrada principal, e há mais de quatro meses não chega água nessas torneiras, pegando os pequenos agricultores da região de Monte Alegre a conta de água chega todos os meses, Cagepa cobra água e essas famílias não tem água em suas torneiras, mas se a gente for olhar nos açudes e nos currais dos senhores proprietários vizinhos, a água chega em abundância para o consumo do animal, nada contra que o animal tem que consumir água, mas não água tratada com recursos da população. (Ricardo, representante do MST. In: Coletivo Aguaceira - Relatório)

Essas observações não interferem na análise sobre a contribuição que os programas de renda mínima inferiram em minimizar as condições de miséria absoluta vivenciada pela população que reside nas áreas difusas do semiárido. Porém, o investimento proposto pela politica de acessibilidade à água tem reproduzido o fortalecimento e o controle das oligarquias que, historicamente, usufruíram das ações emergenciais e se distanciaram das ações de convivência para o semiárido, as quais devem ser estruturantes e sistemáticas. Podemos citar situações do passado que se assemelham ao presente, como, por exemplo, as construções de açudes dentro de propriedades privadas, onde o acesso à água dependeria da benevolência, e não, do direito. Os "proprietários" da água eram os menos proprietários das terras, dos rebanhos e do povo. Embora o texto do Programa Água Para Todos tenha um compromisso político de transformar atos normativos em ações efetivas na universalização do acesso à água, utilizando tecnologias sociais que colaboram, de forma determinante, para a convivência no semiárido, elas não estão inscritas nas agendas governamentais como instrumento de gestão. São editadas de forma emergencial em períodos de grande estiagem. sob a tutela dos poderes locais que centralizam as ações, de forma a transformá-las em instrumento de controle e de reprodução do poder. A implantação de estruturas descentralizadas de abastecimento de água, que promovam a participação das comunidades desde a implantação a gestão desse recurso, é uma possibilidade real pela democratização do acesso à água e, consequentemente, de convivência no semiárido.

Referências

BRASÍLIA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Documento Base – Programa Água Doce.** Brasília, 2012.

Darcy Ribeiro, no documentário O Povo Brasileiro.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento · Relatório de Desenvolvimento Humano Global, 2006.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família. São Paulo: Ed. Unesp.

Recursos hídricos em regiões semiáridas / editores, Hans Raj Gheyi,

Vital Pedro da Silva Paz, Salomão de Sousa Medeiros, Carlos de Oliveira Galvão · Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012. 1ª edição

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO - 2012.

Site: www.facebook.com/aguaceira

Eliane Marques Duarte de Sousa*,
Werna Karenina Marques de Sousa ** e Erick Hauss Marques de Sousa ***

Aspectos éticos e legais do processo de adoção no Brasil

RESUMO:

Desde os primórdios que o homem se preocupa em constituir uma família, e nos casos em que a natureza não lhes concedeu filhos naturais, buscou a adoção, um tema que, no Brasil, carece de aprimoramento em sua legislação. Nesse sentido, realizou-se um estudo enfocando os aspectos éticos e legais da adoção no Brasil. O método utilizado consistiu numa abordagem dedutiva e qualitativa, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Verificou-se que o legislador se preocupa com as questões éticas e com o bem-estar da criança e do adolescente. Entretanto, é necessário aprimorar o processo vigente para que a adoção no Brasil ocorra com mais celeridade e eficiência. Considerando a relevância do tema, sugere-se que o tema seja mais aprofundado através de pesquisas nessa área do Direito.

Palavras-chave: Adoção. Criança. Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ABSTRACT:

Since ancient times human beings were concerned in constituting a family, and whenever it was not possible to procreate by natural conception, the adoption was the choice. It is known that there is a need of improvement of the legislation in the process of adoption in Brazil. In that sense, the present study focuses on the legal and ethics aspects of adoption in Brazil. The methodology was based upon a deductive and qualitative approach using techniques of literature review and documental research. It was observed that the legislator is more concerned with the ethical questions involving the process as well as with the child and adolescent well-being. However, there is still a need to improve the current legislation in order to provide that the process of adoption in Brazil could occur with more celerity and efficiency. Finally, considering the importance of the subject more studies should be encouraged in this area of law science.

Keywords: Adoption. Child. Adolescent. Statute of child and adolescent (ECA).

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios que a família é a célula mater da sociedade em que vivemos. A organização do homem em sociedade, através do núcleo familiar, vem sendo observada, ao longo da história, desde o período antes de Cristo. O papel da família, portanto, é de fornecer subsídios que possam propiciar um desenvolvimento físico e psíquico saudável que resulte na formação de indivíduos adultos emocionalmente equilibrados e felizes, aptos a conviver com outras pessoas da sociedade de forma pacífica e produtiva. Esse seria o modelo ideal de família.

Sabe-se, todavia, que, desde a antiguidade, o modelo ideal de família nem sempre é possível de ser estabelecido, especialmente, no mundo moderno, onde as relações humanas vêm se desgastando, e com o aumento da população, os problemas sociais se ampliam cada dia mais. Esses problemas sociais resultam no crescente número de crianças e adolescentes abandonados à própria sorte e que se transformam nos protagonistas desse caos social que se verifica hoje em nossa sociedade.

Desde os tempos mais antigos que o ser humano se preocupa em constituir uma família e, a partir desse pensamento, buscou o instituto da adoção nos casos em que a natureza não lhes concedeu filhos naturais. Juridicamente, a adoção consiste em um procedimento legal que transfere para uma família substituta todos os direitos e deveres dos pais biológicos, propiciando às crianças e aos adolescentes adotados todos os direitos e deveres de filho.

Nesse sentido, verifica-se que o instituto da adoção ocorreu em todos os povos desde a antiguidade. Em sua origem mais remota, a adoção visava, primordialmente, impedir que a família se extinguisse. Havia uma preocupação precípua com a sucessão tanto do ponto de vista religioso quanto familiar, no sentido de dar-lhe continuidade.

Ao longo do tempo, o instituto da adoção passou por muitas modificações e, cada vez mais, o Brasil vem aprimorando esse procedimento, com a preocupação de proteger e propiciar o melhor para a criança e o adolescente, que devem ser vislumbrados como os atores principais desse processo.

Por se tratar de um tema polêmico e de grande relevância, este trabalho visou realizar um estudo sobre os aspectos éticos e legais que permeiam o processo de adoção no Brasil. Para isso, foi adotado o método de abordagem dedutivo, uma vez que o presente estudo desenvolveu-se a partir de premissas gerais, com metodologia qualitativa e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ADOÇÃO

A palavra adoção é oriunda do latim, adoptare, que significa escolher, perfilhar, dar o seu nome a, optar, desejar. Por outro lado, é sabido que conceituar o processo da adoção é muito mais complexo e abrangente, posto que perpassa o contexto meramente jurídico e sofre influência direta de questões de ordem social, política e moral (OLIVEIRA, 1997).

Juridicamente, a adoção consiste em um procedimento legal, que transfere para uma família substituta todos os direitos e deveres dos pais biológicos, propiciando às crianças ou aos adolescentes adotados todos os direitos e deveres de filho. Esse procedimento legal é regulamentado pelo Código Civil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determinam claramente que esse ato deve buscar atender, prioritariamente, às reais necessidades e aos interesses das crianças e dos adolescentes, com o objetivo precípuo de propiciar-lhes bem-estar e uma boa qualidade de vida.

Na concepção de Pereira (1991), a adoção é o ato jurídico através do qual uma pessoa recebe outro como filho, independentemente de existirem entre elas laços consanguíneos. Diniz (1991) define a adoção como a inserção familiar de forma definitiva e com vínculo jurídico próprio da filiação de uma criança ou adolescente cujos pais morreram ou são desconhecidos, ou não podem ou não querem assumir suas funções parentais, ou, ainda, são considerados juridicamente indignos para exercer tal função. De acordo com Rodrigues (2005), a adoção é o ato de trazer para o seio da família na condição de filho pessoa que lhe é estranha.

Souza (2001) considera que o ato da adoção envolve algo mais grandioso e complexo - a vocação - isto é, demanda um sentimento traduzido pela vontade de desempenhar a maternidade e a paternidade, com o desejo de constituir uma família de verdade.

No que se refere ao artigo 227 da Constituição Federal de 1988, verifica-se que o legislador

visou assegurar a proteção à criança e ao adolescente como um dever da família, da sociedade e do Estado conforme é destacado no referido artigo. O processo de adoção não deve ser respaldado apenas numa relação resultante de vontades, mas também num ato que vai muito além dos procedimentos jurídicos e que deve ser apoiado na capacidade afetiva, isto é, amar o filho que a natureza não concedeu e se esvaziar de todos os preconceitos.

Destarte, devem ser ressaltados nesse tocante a felicidade, o bem-estar e a qualidade de vida que deverá ser oferecida a essa criança ou adolescente na família que o acolherá. Essa deverá ser a preocupação máxima do Estado em relação ao instituto da adoção.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A adoção é um instituto milenar que data de épocas remotas, com registros em todos os povos da antiguidade. Inicialmente, tinha um cunho essencialmente religioso, pela necessidade de perpetuar o culto doméstico e de dar continuidade à família, principalmente àquelas em que era impossível conceber um filho biológico. Assim, a adoção é um ato histórico, que se apresenta sob a forma de diversos contextos sociais, de acordo com a época em que se insere.

No que concerne à origem do Instituto da adoção, é possível referenciar o Código de Hammurabi, que data do período de 1686 a 1728 a.C., como a primeira codificação jurídica relatada na história. Esse Código foi descoberto durante uma expedição francesa no ano de 1901 (WEBER, 2006).

O Código de Hammurabi retratava a visão da sociedade da época e era constituído por 282 dispositivos, nove dos quais contemplavam a questão da adoção. Analisando o modo como a adoção é tratada no Código de Hammurabi, observa-se que a despeito da rigidez e da violência com que eram tratadas algumas questões, havia, já naquela época, a observância do princípio de equidade e da justiça nas questões pertinentes aos direitos e aos deveres para com o filho adotivo, que eram similares aos do filho natural (WEBER, 2006).

Outra referência relevante nesse contexto histórico é concernente à Legislação Hindu, que também tratava do instituto da adoção e é considerada como a mais antiga da Índia. De acordo com o que preconizam as leis de Manú, "aquele a quem a natureza não deu filhos pode adotar, para que as cerimônias fúnebres não cessem". Vale ressaltar que essa legislação era muito semelhante à contida no Código de Hammurabi (SZNICK, 1993).

Analisando essa fase que corresponde aos primórdios da história da adoção, observa-se que, embora tivesse um cunho mais de caridade do que afetivo, era pautada principalmente na inspiração religiosa. Na civilização romana, a estrutura social e a religiosa foram fatores fundamentais para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos efeitos da adoção. Nesse contexto, todos os descendentes estavam ligados ao *pater* até a sua morte, e ele tinha o papel de sacerdote, a quem cumpria honrar e reverenciar a tradição dos antepassados. Por isso, havia a preocupação com a continuação da família porquanto um descendente deveria dar continuidade ao papel exercido pelo *pater* (SILVA FILHO, 2011).

Weber (2006) refere que, no Direito romano, a paternidade civil superava a paternidade natural, isto é, a filiação adotiva anulava a filiação biológica. Segundo a autora, existiam dois tipos de adoção: a ad-rogatio, por força da lei, e a adoptio, que é a adoção propriamente dita. A primeira exigia que o adotante deveria ser do sexo masculino, ser 18 anos mais velho do que o adotado e não ter outros filhos adotados ou legítimos.

Na Idade Média, o instituto da adoção praticamente se extinguiu. A estrutura da família medieval era pautada nos laços sanguíneos e se opunha à entrada de estranhos no seio da família. Segundo Borghi (1990), a igreja católica exerceu papel importante nessa fase da história da adoção, porque considerava esse ato como um adversário do sacramento do matrimônio, pois se acreditava que, se as pessoas conseguissem adotar um filho que os amparasse na velhice, isso poderia constituir uma desmotivação para o casamento e afastaria os fiéis da prática desse sacramento.

A adoção também contrariava os interesses econômicos, uma vez que, caso um individuo morresse sem deixar herdeiros, os seus bens seriam destinados aos senhores feudais ou à igreja. Na Idade Média, o instituto da adoção cai em desuso, principalmente por não atender aos interesses da igreja católica nem aos dos senhores feudais, visto que, para a primeira, ia de encontro ao sacramento do matrimônio, e para os últimos, contrariava os direitos de sucessão em seus feudos.

Na Idade Moderna, o instituto da adoção

reacende a partir do Código Civil francês, denominado de Código de Napoleão, que data do ano de 1792 e, segundo relatam Rizzini et. al. (2006), foi idealizado para atender, inicialmente, aos interesses de Napoleão, que não tinha filhos biológicos e ansiava por adotar um sobrinho para torná-lo seu sucessor no trono francês.

Com o advento desse Código, entretanto, foi que o instituto da adoção iniciou uma nova etapa, visando proteger e dar mais atenção aos interesses das crianças e daqueles que viviam abandonados sem uma família que os acolhesse. Destarte, foi com a Revolução Francesa que a adoção foi consagrada como um ato jurídico, no Código de Napoleão de 1807, e, posteriormente, e com a Lei de 19 de junho de 1923, que acrescentou alterações relevantes que aprimoraram o instituto da adoção na França (ALVIN).

HISTÓRIA DA ADOÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a evolução histórica do instituto da adoção foi norteada, inicialmente, pelo Direito Português. Segundo Paiva (2004), do período colonial até meados do Século XIX, vigorava o caráter assistencialista, em que os mais abastados ajudavam os menos favorecidos. Todavia, de acordo com essa legislação, não ocorria sequer a transferência do pátrio poder ao adotante, a não ser nos casos em que o adotado perdesse o pai natural.

O Brasil, na qualidade de colônia de Portugal, importou o sistema denominado de Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados, como também era denominada. Essa invenção surgiu na Idade Média, quando a adoção caiu em desuso, para amparar as crianças que eram abandonadas. No Brasil, a roda foi empregada de acordo com os costumes de Portugal.

Essas rodas eram um cilindro giratório e se localizavam em conventos religiosos e nas Santas Casas de Misericórdia, onde as crianças eram colocadas na parte externa, e as irmãs de caridade giravam a roda para recolher as crianças abandonadas, acolhê·las e protegê·las até que algum casal se interessasse em tomá·las para criar. Essas entidades de caridade eram mantidas pelas Câmaras Municipais (PAIVA, 2004).

Depois de todos os estágios primitivos da adoção, o Brasil precisou se organizar em relação a esse fato social, que já não podia ser ignorado pelo legislador, porque se tem ciência de que o

instituto da adoção sempre ocorreu no Brasil. A primeira legislação que trata da adoção no Brasil data de 1828, através da Lei de 22 de setembro de 1828, que transferia para os juízes de primeira instância os poderes de competência para expedir a carta de perfilhação (SILVA FILHO, 2011). Porém, foi com a promulgação do Código Civil de 1916 que o instituto da adoção foi sistematizado. Através desse Código, era permitida a adoção, todavia estava estabelecido, em seu artigo 368, que os adotantes tinham que ter mais de 50 anos de idade, ser 18 anos mais velho do que o adotado e não ter filhos. Essas exigências desmotivavam a prática da adoção por que, nessa faixa de idade, dificilmente alguém apresentava disposição para se candidatar à adoção (SILVA FILHO, 2011).

Assim, em maio de 1957, a Lei nº 3.133 trouxe algumas alterações no que se refere ao instituto da adoção, pois estabelecia que o adotante poderia ter até 30 anos de idade, a diferença de idade entre o adotante e o adotado deveria ser de 16 anos, e o casal candidato à adoção deveria estar casado há, pelo menos, cinco anos e poderia ter outros filhos (SILVA FILHO, 2011).

Silva Filho (2011) assevera que, em 1965, surge a Lei 4.655, considerada como um marco na legislação brasileira, porquanto introduziu a legitimação adotiva, estabelecendo um vínculo um pouco mais próximo da família biológica. Essa lei tornou o filho adotivo praticamente igual ao filho sanguíneo, porque atribuía ao primeiro os mesmos direitos e deveres que eram reconhecidos para os segundos. No entanto, não teve muita efetividade prática, pois havia um excesso de formalismo para considerar a legitimação.

Com o advento do Código de Menores, Lei nº 6697 de 10 de outubro de 1979, houve mais alguns avanços no campo da adoção em relação à proteção da criança e do adolescente, pois foi incorporado ao processo um estágio de convivência durante um ano, mas ainda não era permitida a adoção por estrangeiros, viúvos, solteiros e separados (SILVA FILHO, 2011). Porém, foi com o advento da Constituição Federal de 1988 que crianças e adolescentes passaram a ser considerados indivíduos de direitos e prioridade do Estado, e era dever da família e da sociedade zelar por seus diretos e protegê-las.

Segundo comentou Rossato (2012), foi com a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA) – que, no Brasil, a adoção

ingressou na fase de proteção integral às crianças e aos adolescentes. Ademais, com o Código Civil de 2002, foi estabelecida a unificação da adoção.

Por fim, foi com a Lei Nacional de Adoção 12.010/2009 que ocorreram várias alterações nas redações de alguns artigos do Código Civil de 2002, estabelecendo que, a partir dessa data, todas as adoções, tanto de crianças quanto de adolescentes ou de adultos, seriam regulamentadas pelo ECA, guardadas as particularidades próprias das adoções de adultos (ROSSATO, 2012).

MODALIDADES DE ADOÇÃO

Segundo Silva Filho (2011), a adoção unilateral, também denominada de singular ou individual, está prevista no art. 41, § 1° do Estatuto da Criança e do Adolescente e preconiza que, "se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes."

A Lei Nacional da Adoção deu esta nova redação ao art. 42, § 2°, do Estatuto da Criança e do Adolescente: "Para a adoção bilateral ou conjunta é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família" (SILVA FILHO, 2011).

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil de 2002 não preveem, literalmente, a adoção por duas pessoas do mesmo sexo. Não obstante, se o Estatuto autoriza a adoção conjunta por pessoas que vivam em união estável, sem fazer qualquer menção ao sexo desses indivíduos, e se tanto o STJ quanto o STF reconhecem a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, não existem argumentos, do ponto de vista jurídico, para se proibir a adoção por casais homoafetivos. Atualmente, no Brasil, é legal a adoção por casais homoafetivos (ROSSATO, 2012).

REQUISITOS GERAIS PARA A ADOÇÃO

De acordo com o artigo 42 do Estatuto, é concedida aos maiores de dezoito anos a autorização para adotarem uma criança ou adolescente, observando-se a diferença de dezesseis anos entre o adotante e o adotado. Além disso, em se

tratando de adoção conjunta ou bilateral, esse requisito é exigido apenas para um dos adotantes (SILVA FILHO, 2011, ROSSATO, 2012).

De acordo com o Estatuto, é necessário o consentimento dos pais biológicos ou responsáveis legais, exceto nos casos de pais desconhecidos ou destituídos do poder familiar. Além disso, é necessária a anuência do adotando maior de doze nos e, quando possível, os menores de doze anos também deverão ser ouvidos, ainda que a sua opinião não seja determinante (SILVA FILHO, 2011, ROSSATO, 2012).

Dentre os requisitos gerais para a adoção, destaca-se o estágio de convivência, que consiste em verificar a compatibilidade entre o adotante e o adotado. Nos casos de adoção nacional, poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante por um tempo suficiente para avaliar a conveniência da constituição do vínculo ou, nos casos de crianças menores de um ano de idade. Por outro lado, na adoção internacional, esse estágio é obrigatório e deverá ser de, no mínimo, trinta dias e ser realizado em território nacional (SILVA FILHO, 2011, ROSSATO, 2012).

Por fim, o Estatuto determina que a autoridade judiciária deva manter, em cada comarca ou foro regional, um cadastro de crianças e adolescentes aptos à adoção e outro de pessoas interessadas nesse processo. Destarte, considera-se como regra geral que a família substituta ou indivíduo que deseja adotar um filho deverão estar cadastrados para seguir no pleito (ROS-SATO, 2012). Entretanto, muitas críticas foram destinadas a esse regulamento, conforme relatado por Granato (2010), que observou que as exigências para o cadastro são excessivas, e isso resulta para muitos adotantes na espera durante anos para conseguirem efetivar a adoção.

Vale ressaltar que, de acordo com comentário de Silva Filho (2011), o Estatuto da Criança e do Adolescente desvinculou o estado civil do adotante como um requisito para a adoção, isto é, poderão ser candidatos à adoção homens e mulheres, solteiros, casados, viúvos, separados de fato, separados judicialmente, divorciados ou excompanheiros. Assim, a diminuição da idade e a liberação do estado civil por parte dos adotantes, como descrito acima, são fatores muito positivos, visto que ampliam as possibilidades de haver um número maior de adoções, para que mais crianças e adolescentes tenham a chance de ser inseridos

numa família substituta, e, por conseguinte, possam vislumbrar uma qualidade de vida melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os achados oriundos deste estudo, é possível inferir que, no que concerne aos aspectos éticos e legais da adoção no Brasil, ao advento da regulamentação e ao aprimoramento dessa Legislação, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Código Civil de 2002 e da Nova Lei da Adoção no Brasil de 2009, verificou-se que o homem começou a ver a criança e o adolescente não somente como um simples objeto de desejo para satisfazer à vontade de outrem no processo de adoção, mas também como um ser humano que sente, que pensa e que necessita de afeto e de amor para crescer, desenvolver-se saudavelmente e se transformar em um indivíduo adulto emocionalmente equilibrado e preparado para enfrentar os desafios que a vida em sociedade oferece como um cidadão honrado.

Por outro lado, sabe-se que ainda há muito a fazer para que o processo de adoção no Brasil ocorra com mais celeridade e eficiência e que as partes envolvidas - a criança, o adolescente e a família substituta - recebam a atenção e a orientação devidas, para evitar que ocorram adoções de forma irregular ou o tráfico de crianças e por em risco a qualidade de vida e a formação dessas pessoas.

A nova Lei Nacional de Adoção não só dispõe sobre a adoção, mas também procura aperfeiçoar a sistemática prevista na Lei nº 8.069/90 para garantir o direito à convivência familiar, em suas mais variadas formas, a todas as crianças e adolescentes, sem perder de vista as normas e os princípios por ela consagrados.

Este estudo demonstrou que a opção do legislador não foi de revogar ou substituir as disposições da Lei nº 8.069/90, mas de incorporar a elas mecanismos capazes de assegurar sua efetiva implementação e de estabelecer regras destinadas, sobretudo, a fortalecer e a preservar a integridade da família de origem, além de evitar ou abreviar ao máximo o acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

As novas regras foram naturalmente incorporadas ao texto da Lei nº 8.069/90 sem alterar sua essência, realçando e deixando mais claros os princípios que norteiam a matéria e os deve-

res dos órgãos e das autoridades públicas encarregadas de assegurar o efetivo exercício do direito à convivência familiar para todas as crianças e adolescentes, inclusive no âmbito do Poder Judiciário, que, entre outras, passa a ter a obrigação de manter um rigoroso controle sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes e de reavaliar constantemente a situação de cada um deles que se encontre afastado do convívio familiar, na perspectiva de promover sua reintegração à família de origem ou, caso tal solução seja impossível, sua colocação em família substituta, em qualquer de suas modalidades (guarda, tutela ou adoção) ou seu encaminhamento a programas de acolhimento familiar.

Mais do que uma "Lei Nacional de Adoção", a Lei nº 12.010/2009 é uma verdadeira "Lei da Convivência Familiar", que traz um novo alento para a sistemática instituída pela Lei nº 8.069/90 para garantir o efetivo exercício desse direito fundamental por todas as crianças e adolescentes brasileiros. É bem verdade que, apesar de todas as suas inovações e avanços, a simples promulgação da Lei nº 12.010/2009, por si, não proporciona milagres, mas é um poderoso instrumento que pode ser utilizado para mudar concepções e de prática por parte das entidades de acolhimento institucional e órgãos públicos responsáveis pela defesa dos direitos infanto-juvenis, para promover a transformação positiva da vida e do destino de tantas crianças e adolescentes que hoie se encontram privados do direito à convivência familiar em todo o Brasil.

As novas regras relativas à adoção surgem em um contexto mais amplo e mais justo, visando enfatizar a excepcionalidade da medida em detrimento da permanência da criança ou adolescente em sua família de origem ou de outras formas de acolhimento familiar que não importem no rompimento dos vínculos com sua família natural. Destarte é papel do poder público tentar dirimir ao máximo os conflitos que se apresentem durante o curso desse processo de forma a propiciar a felicidade das partes envolvidas, em especial, da criança e do adolescente.

Assim, por se tratar de temática muito complexa e de vasta literatura, recomenda-se que o tema seja mais aprofundado, na perspectiva de estimular o desenvolvimento de mais pesquisas nessa área de conhecimento tão amplo do Direito.

Referências

ALVIM, Eduardo Freitas. A evolução histórica do instituto da adoção. Disponível em:http://www.franca.unesp.br/A%20Evolucao%20historica%20do%20histituto.pdf Acesso em: 23 out. 2012.

BORGHI, Hélio. **A nova adoção no Direito Civil brasileiro**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 661, p. 242-245, nov. 1990.

BRASIL. Lei nº 6.697de 10 de outubro de 1979.

BRASIL. Lei 4.655 de 02 de junho de 1965, que dispunha sobre a legitimidade adotiva. (DIAS, Maria Berenice, 2007, p. 425).

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: http://200.181.15.9/ccivil/Leis/L3071.htm. Acesso em: 10 abril 2013.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. **Grande expediente especial - 18 anos do ECA**. Disponível em: http://jij_site/docs/DOUTRINA/GRANDE+ EXPEDIENTE+ECA+REV+.HTM. Acesso em: 22 out. 2012

CULTURA BRASILEIRA. **Código de Hammurabi**. Disponível em: http://www.culturabrasil.pro.br/hamurabi.htm>. Acesso em: 15 abril 2013.

DINIZ, João Seabra. Artigo compilado por Fernando Freire-Abandono. **Adoção: contribuição para uma cultura da adoção.** Curitiba: Terre Dês Hommes, 1991. p. 94.

DJI, Índice Fundamental do Direito. **Legislação**: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.dji.com.br/leis_ordina-rias/1990-008069-eca/eca039a052.htm>. Acesso em: 20 out. 2012.

DJI, Índice Fundamental do Direito. **Legislação**: Código Civil. Disponível em: http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1990-008069-eca/eca039a052.htm. Acesso em: 20 out. 2012.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção**: Doutrina e prática. Curitiba. ed. Juruá, 2010, p. 30·111.

MINISTÉRIO PÚBLICO - RS: Adoção passo a passo: mude um destino.

Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/adocaopassoapasso.pdf>. Acesso em: 22 out. 2012.

OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. **Guarda, tutela e adoção**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

PAIVA, L. D. **Adoção: significados e possibilidades**. São Paulo Casa do Psicólogo. 2004. (Coleção Psicologia Jurídica)

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – Direito de Família. **Forense**, 1991. v. 5, p. 211.

RIZZINI, Irene; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel (Coord.). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, Sílvio. **Comentários ao Código Civil**. Direito de Família. V. 17; São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da Criança e do Adolescente co-mentado**. 3.ed., revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais, 2012.

SITE DA PRESIDÊNCIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/90.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 out. 2012.

SITE DA PRESIDÊNCIA: Código Civil – Lei 10.406/02. http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 20 out. 2012

SILVA FILHO, Artur Marques da. ADOÇÃO: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação. 3.ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SOUZA, Hália Pauliv de. Adoção é doação. Curitiba: Juruá, 2001.

SZNICK, Valdir. **Adoção**. 2. ed. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1993.

WEBER, Lídia Natália D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2006.

Mariza de Oliveira Pinheiro*

Anayde Beiriz e as trilhas de sua época (1905-1930)

RESUMO:

O artigo propõe-se a compreender a configuração vivida pela professora Anavde da Costa Beiriz, no contexto paraibano de início do século XX. A intenção é tecer uma breve análise dessa época, relacionando a com a trajetória da professora. Para desenvolver o estudo, utiliza-se uma abordagem teórico-metodológica da História Cultural à luz do conceito de configuração de Norbert Elias, em que indivíduo e sociedade apesar de objetos que existem independentes, referem se a dois níveis inseparáveis do mundo humano, ou seja, são interdependentes. Considerada como a "era das mulheres", este período marcou pela revolução nos costumes femininos, mentalidade que influenciou o pensamento nas relações de gênero. As mudanças favoreceram a educação da mulher e, consequentemente, sua profissionalização. Nessa perspectiva, a professora Anayde Beiriz, formada na Escola Normal, destacou-se através de suas práticas culturais, consideradas ousadas para a época. Perpetuada como o ícone da mulher paraibana e símbolo do feminismo, fez parte do movimento modernista na cidade e eternizou-se em prosas, em versos, em filmes e em peças teatrais. Enfim, conclui-se que, no início do século XX, apesar da onda de lutas e avanços, o poder do regime patriarcal em que as mulheres se encontravam não foi afetado. Anayde Beiriz e as mulheres de seu tempo tiveram suas formações, ainda sob o jugo das dominações que envolvem as relações de poder entre os gêneros humanos.

Palavras-chaves: Gênero. Historia Cultural. Biografia.

ABSTRACT:

This article was made to understand the relationship between the professor Anayde da Costa Beiriz and the society in the early XX century. The main point is to develop a brief analysis of the society of the time and to make a connection with the professor's life. To create the text was necessary a theoretical and methodological approach of the Cultural History in Norbert Elias' concepts of configuration, which says that the person and the society, despite of their independent lives, refers themselves to two inseparable levels of the human world, which means, they're interdependent. This period of time was considered as the "women's age" and was marked with a revolution on the female world, most precisely in how they used to act, which helped in the concepts of gender. Those transitions favored to change the women's education and thereafter their future careers. The professor Anayde Beiriz, who had a degree from the Escola Normal, standed out through her cultural practices, which was regarded as outrageous for her time. She remains as the symbol of the typical woman who was born in Paraiba and as the icon of the feminism. She used to be part of the modernism movement of her city and was immortalized in texts, verses, movies and theatrical works. To sum up, in the early XX century, despite of all the conflicts and advances, it didn't affected the patriarchy lived by those strong women. Anayde Beiriz and her contemporary women, had to live under the domination of the relation between the genders.

Keywords: Gender. Cultural History. Biography.

^(*) Docente e coordenadora do curso de graduação em Artes Visuais do Centro de Comunicação Turismo e Artes da UFPB. Mestre em Educação pela UFRN, na linha de pesquisa História da Educação e Cultura E-mail: rizapinheiro@gmail.com.

"Os novos tratam-me com respeito e demasiada gentileza, talvez isto seja devido em grande parte, a ser eu a única moça que faz parte do grupo" (Anayde Beiriz, 1925)

Imortalizada na arte e na literatura paraibana, a figura de Anayde expressa os traços das mulheres nordestinas na luta por novos espacos durante o início do século XX. Compreender a configuração de Anayde, como sujeito histórico atrelado a sua época é relevante neste trabalho. Sobretudo porque revela o modo como ela está interdependentemente ligada ao seu tempo, seus limites, suas tensões, seus interesses, suas fragilidades, ou seja, a teia de relações que a ligam à sociedade e às instituições que a moldaram. Conforme nos esclarece Elias (1980, p. 141), "as pessoas como indivíduos ao mesmo tempo em que, as pessoas como sociedades", são inseparáveis. Cada época tem sua singularidade, seus hábitos, resultantes de vários aspectos, social, político, econômico, religioso, educativo e cultural.

De acordo com Michelle Perrot (1991, p. 31), o inicio do século XX ficou marcado como "A era das mulheres", "o despontar de uma nova civilização". Isso porque, as mulheres foram envolvidas em guerras, revoluções, perseguições pela ditadura, representaram papéis de protagonistas na grande encenação do teatro-realidade, elas transformaram e modificaram a história das relações de gênero. Nessa perspectiva, a professora, poeta e ensaísta Anayde da Costa Beiriz é considerada o ícone da mulher guerreira paraibana. Símbolo do feminismo, participante dos primeiros ensaios modernistas na cidade. Teve uma curta trajetória (1905-1930) no entanto, foi eter-

nizada em prosas, versos, filme e peças de teatro. Sua biografia pode ser encontrada em Joffily (1979 e 1980); Odilon (1984); Aranha (2005); Schumaher (2000); Melo (2002); Luna (1995) e Pimentel (2002).

Anayde é sujeito histórico polêmico na região paraibana desde o lançamento do filme, *Parahyba Mulher macho*, de Tizuca Yamasaki. Cristalizou-se nos espaços públicos ao expressar seu pensamento contra a subjunção da mulher. Filha de José da Costa Beiriz, um dos mais antigos tipógrafos do jornal *A União* e de Maria Augusta de Azevedo, nasceu no dia 18 de fevereiro de 1905, na província da Parahyba do Norte, atual João Pessoa.

A província da Parahyba do Norte nesta época vivia tempos de calamidades e flagelos, não conseguia suprir com os recursos locais, os problemas de séculos de devastação. O governo de Álvaro Machado, tentava estabelecer ação conjunta, com os poderes federal e estadual para combater os problemas das secas, com o apoio das Comissões de Açudes e Irrigação, com sede no Ceará, a de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas e ainda, a de Perfuração de Poços, ambas com sede no Rio Grande do Norte, conforme nos conta José Américo de Almeida (1994, p. 270). Segundo o autor, grosso modo, o Nordeste, se dividia em "duas" zonas: a do sertão, periodicamente devastada pela seca, e a do litoral, fértil e abundante.

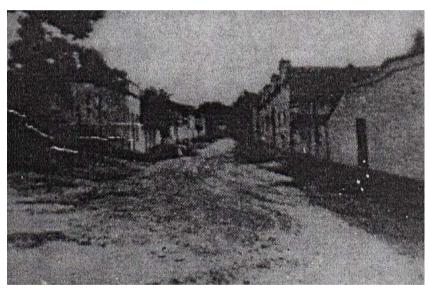


Antiga estação da Great Western, em 1920. (STUCHERT FILHO, 2004, p. 92, V. 1)

Para Galliza (1993, p. 34-41), geograficamente o nordeste, dividia-se em cinco zonas distintas: Litoral (incluindo zona da mata): Agreste: Caatinga; Brejo e Cariri ou simplesmente, Sertão e Alto Sertão". De acordo com o autor, a falta de dinheiro, a estreiteza do mercado interno e o deficiente sistema viário, bloquearam o processo de urbanização da Paraíba. As dificuldades de infra-estrutura econômico-social eram evidenciadas pela inexistência de um Porto bem aparelhado, o transporte limitava-se à via férrea Great Western Railroad Company of Brasil que ligava, a parte sul do agreste paraibano ao comércio do Recife. A Great Western foi a maior empresa de capital estrangeiro da região e, monopolizou todo o sistema ferroviário do Nordeste. Contudo, receberam inúmeras criticas pelas irregularidades no transporte e o alto custo. Devido a isso,

a província via-se na dependência dos estados vizinhos, tendo suas relações polarizadas entre Pernambuco e Rio Grande do Norte. Este quadro, só veio a se modificar, com a influência do governo central de Epitácio Pessoa, tendo seu apogeu entre 1919 e 1922, com o seu plano de "crescimento equilibrado" (GALLIZA, 1993, p. 35).

No aspecto econômico-social, a modernização atingiu a produção da cana-de-açúcar, que era a cultura dominante, com a implantação do sistema usineiro; outro produto, o algodão, considerado um dos melhores do mundo, sendo o Estado o primeiro a implantar o Serviço de Classificação. Sobretudo, a província da Parahyba do Norte no início do século XX, encontrava-se imersa numa estrutura de sociedade colonial, "uma civilização de raízes rural", bem aos modos traçados por Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 73).



A família Beiriz morou nesta Rua depois de 1928. Fonte STUCHERT FILHO, 2004, p. 203, V. 2

Quanto à essência nordestina, diz Almeida (1994, p. 519): "é bem provável que o sangue dos conquistadores se tenha introduzido em nossas origens étnicas, bem como o dos mercenários estrangeiros, grandes parte de seus soldados". Essa gênese sanguinária de guerrilha rural foi acentuada pelo cangaço, tendo seu auge nas décadas de 1910 a 1930. Os cangaceiros agiam apoiados pelos proprietários rurais. Os coronéis dispunham de milícias próprias — os cabras, jagunços — impondo ordem social e justiça privada. Outro episódio foi à resistência à Coluna

Prestes, procedente do Rio Grande do Norte, marchando em direção ao sertão de Pernambuco, ocorrida em fevereiro de 1926, em Piancó. O padre Aristides Ferreira da Cruz terminou assassinado, juntamente com onze companheiros, acusado de traição. Importante ressaltar a participação feminina na Coluna. As mulheres atuaram como enfermeiras e cozinheiras.

No aspecto político-religioso, o ideário republicano de laicismo se estendeu e tomou conta da região paraibana nas primeiras décadas do século XX. Quatro igrejas foram demolidas entre

1926 a 1937, para darem surgimento aos coretos com estátuas em homenagem à República, como símbolos da nova ordem, expandindo-se até o interior, conforme nos afirma Mello (2002, p. 154):

Edificados em jardins públicos, cercados de gradis, os coretos, de origem inglesa e belga, expressavam não apenas a expansão das comunidades urbanas, cujo crescimento ordenava como a progressiva emancipação da mulher, retirada da camarinha para o footing nas ruas.

Essa pretensa "liberalização de costumes" acentuou a retreta (concerto popular), o teatro, o pic-nic, o cinema, os bailes recreativos, os concursos de miss e competições esportivas, como regatas, futebol e ainda afloraram a moda no vestuário, entretanto não modificou o coronelismo e patriarcalismo reinante na cidade. O poder apenas alternava-se entre os coronéis do café paulista e os produtores de leite mineiros, apoiados pelos produtores de açúcar nordestinos. Foi à época da política "café-com-leite e açúcar" (PINHEIRO, 2002, p. 146). Nesse início de século acontecia também em 22 de janeiro 1905 a Revolução Proletária Russa ou o "Domingo sangrento", como ficou conhecida. Milhares de operários, mulheres e filhos marcharam reivindicando liberdade política e melhores condições de vida e de trabalho. Na Paraíba, Mário Pedrosa representava o movimento trotskista local participando do encontro na IV Internacional.

Nesta mesma época, de acordo com Teles (2003), as mulheres fizeram grandes movimentos para a efetivação da emancipação feminina. Estourou uma greve em Jundiaí. Três operárias tecelãs denunciaram a exploração do trabalho e publicaram um manifesto no jornal anarquista Terra Livre, reivindicando a redução da jornada para oito horas e melhoria dos salários. Em 1910, no Rio de Janeiro, a professora Deolinda Dalho, fundou o Partido Feminino Republicano defendendo cargos públicos sem distinção de sexo. Promoveu uma passeata com quase 100 mulheres pelo direito ao voto. Em 1920, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura fundaram a Liga para Emancipação Internacional da Mulher. Em 1922, fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que tinha por objetivos: promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução; proteger as mães e as crianças; votar e ser votada; orientação para a escolha profissional; assegurar o trabalho; organização e cooperação, dentre outros.

As conquistas femininas foram garantidas aos poucos. O sufrágio feminino só se tornou oficial depois da Revolução de 1930, apesar de ter entrado em vigor na Província do Rio Grande do Norte, através da Lei Estadual nº. 660, de 25 de outubro de 1927, com o apoio do senador Juvenal Lamartine. Na lista dos eleitores da província deste ano, está o registro: da professora Celina Guimarães Vianna do município de Mossoró, como a primeira eleitora. Em 1929, no município de Lages, Rio Grande do Norte, há o registro de Alzira Soriano de Souza, a primeira mulher eleita na América do Sul. A luta pelo voto feminino foi a principal bandeira feminista no Brasil e desencadeou ações articuladas em todo o país, agregando outras reivindicações.

No aspecto educativo-cultural, os muitos conflitos pela democracia, liberdade, igualdade e fraternidade institucionalizaram-se de formas diferenciadas entre os sexos. Dessa forma, embora a onda de lutas e avanços represente grandes transformações mundiais, não chegaram a afetar o poder do regime patriarcal em que as mulheres se encontravam. Atrelado a esta mentalidade, o pensamento pedagógico firmou-se gradativamente articulado pela forte presença da orientação de matriz cristã. Anayde Beiriz e as mulheres de sua época têm sua formação social, ainda sob o jugo da dominação que envolve as relações sociais.

Na própria Paraíba, a visão humanista de cunho cristão impôs a escola "aspectos relativos à moral, aos bons costumes, ao discernimento entre o bem e o mal" (PINHEIRO, 2002, p. 165). A escola constituía-se na instituição principal da formação do caráter e de determinado ofício, levando em consideração fatores como sexo. Implantaram desde a criação das escolas currículos diferenciados. Nas escolas femininas, as preocupações com as artes manuais domésticas e culinárias, nas masculinas, as artes dos ofícios e do trabalho profissional.

Considerando o contexto histórico vivido por Anayde Beiriz, podemos dizer que sua formação concretizou-se numa encruzilhada entre os paradigmas "moderno" e "tradicional". Estes paradigmas envolviam de um lado, o excesso de autoridade da família, da escola e da sociedade

e, do outro, a defesa da liberdade, expressada pela literatura e por alguns discursos políticos da época. Sobretudo, a educação tradicional impunha as regras de conduta coercitivamente, já à moderna, defendia à emancipação, porém, de forma orientada. Anayde e suas irmãs e irmão, aproveitaram a fase *pueril*, sem restrições, contudo, dentro dos limites impostos pela sociedade da época. Anayde, Antonio, Helena e Maria José (Zezita) — mãe de lalmita (sobrinha-neta, ainda viva e guardiã de rico acervo sobre Anayde) — eram parceiros nas

traquinagens da infância. As brincadeiras sempre eram organizadas por Anayde. Gostavam de tomar banho de chuva na biqueira da casa, andar de perna de pau, nadar e de passeios de bicicleta. Antes da chegada da luz elétrica, brincavam horas na rua, sob a luz da lua. Os pais ficavam sentados, em cadeiras na calçada, para prosear e observar a diversão da meninada. As crianças pulavam, gritavam e corriam executando os movimentos necessários para o fortalecimento do corpo e da gênese do ser liberto.



Casa da tia Noca na Praia de Ponta de Matos/Cabedelo, em 1950 (família Beiriz e Franca). Fonte: STUCHERT FILHO, V. 2, 2004, p. 12.

Lima, em *Lampejos de Saudades* descreve sua infância em Cabedelo, localidade onde residia D. Noca, uma das tias de Anayde. A família Beiriz se dirigia freqüentemente à cidade para visitar a casa da tia Noca, que posteriormente serviu de hospedagem para a professora exercer o magistério. O trecho abaixo, de modo análogo, representa como se deu a infância da família Beiriz:

Em Cabedelo, era aguardada com ansiedade a chegada da lua e, muito especialmente, noite de lua cheia. Todas as casas colocavam cadeiras nas calçadas e a gurizada tinha o direito de brincar de "pega"; de "roda'; "boca-de-forno"; "atirei o pau no gato"; "capelinha de melão"; "Terezinha de Jesus"; "Samba-lê-lê"; "Pai-Francisco"; "nesta rua"... "Fui ao Tororó"... "Fui a Espanha"... Enchendo as ruas de vozes, a criançada tinha o direito de ficar ao luar até às 21 horas.

A minha jovialidade invadia tudo e todos. Adorava a vida, gostava de raladinho, tomar banho de biqueira da casa, andar de perna de pau... Queria fazer tudo...

Noite de lua, o céu claro, o mar refletindo o prateado na água. Tudo já planejado e organizado distribuía vara para todos, cordão, um pedaço de carne-de-charque com uma pedra na ponta. Entrávamos na água fria todos em silêncio. Começava a pescaria de siri. Era um porto só de canoas, amarradas com cordas de uns três metros. Só assim nós podíamos varejar e variar de lugar. No bom da festa, aparecia o Velho primo Viana, que era o dono da maioria das canoas. Parava, olhava e seguia em frente. Logo depois, estava presente o Velho Chico Pedro, de cinturão na mão e dava o grito de comando: 'Sinhá Fura mundo saia imediatamente. Não vou lhe chamar pela segunda vez'. Todos mergulhavam e, em braçadas, logo mais todos à beira-mar, à espera do castigo.

Meu avô não levantava a mão, apenas, apontava o caminho da nossa casa.

Não sentíamos humilhação, nada doía em nós, só per-

manecia na lembrança o gostinho dos siris com coral que havíamos deixado dentro da lata de querosene (LIMA ([1985?], p. 59).

A família Beiriz residiu na Rua da República, depois da morte do pai, por problemas cardíacos, em 15 de outubro de 1927, mudaram para a Rua Santo Elias, 176, em fevereiro de 1928. Hoje a casa encontra-se tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP) desde 2002. Seu pai gostava de ler e discutir problemas políticos e sociais tinha o hábito de ler trechos de poemas em voz alta para as crianças antes de dormirem, sob a luz do lampião. Sua mãe, não tinha instrução, cultivava flores e costurava para os filhos. Esses hábitos influenciaram o gosto literário de Anayde e, consegüentemente moldaram seu perfil intelectual. Sob essas influências, adepta das letras e motivada pela abertura às mulheres na imprensa, Anayde passou a defender publicamente a emancipação feminina, publicando alguns contos e poesias em alguns periódicos. Eis trecho do conto, De uma carta que te escrevi e que não te enviei:

Não! Eu não hei de chorar...

Tu me conheces bem pouco. Por isto é que me falas em lágrimas.

Só os desesperados é que choram e eu continuo a esperar... Pouco se me dá saber da tua nova paixão...

É tão vulgar a existência de outra mulher no destino do homem que a gente defende...

E bem sabes, no amor, como em tudo, mas me seduz a originalidade...

A razão por que gostei de ti?

Porque pensei que tu eras louco... Tive sempre a extravagância de achar deliciosos loucos que julgam ter juízo... Desiludo-me, afinal.

E é tão desinteressante um homem ajuizado que finge de louco...

Dizes que me procurarás esquecer. Insano.

Desafio-te a que o consigas...

As marcas das minhas caricias não foram feitas para desaparecer facilmente...

Mil outros lábios que se incrustarem na tua boca não arrancarão de lá a lembrança da minha...

Mas, se ainda assim, o conseguires, a tua vitória não será duradoura.

Não há vantagem em esquecermos hoje o que temos de lembrar amanhã...

Apraz-te que eu guarde os meus beijos.

Guardá-los-ei, por enquanto.

Advirto-te, porém, que os beijos são como os vinhos raros: quanto mais velhos, melhor embriagam...

Engana-te se pensas que entre nós dois tudo está terminado...

Se agora é que começou...

A nossa história, hoje, está bem mais interessante...

E tu te fizeste para mim, muito mais desejado...

Porque tenho que te arrancar do domínio de outra mulher...

No entanto, eu já não te amo...

Admiro os homens fortes e tu és um covarde:

Tens medo do meu amor. Receia o delírio febril do meu desejo, a exaltação diabólica do meu sensualismo, a impetuosidade selvagem da minha volúpia...

Sonhas um afecto simples, monótono, banal... Um afecto que toda mulher pôde dar.

Tu, um artista!...

Fazes bem em procurá-lo distante de mim.

O meu amor é bem diferente: é impulsivo, torturante, estranho, infernal...

Ouve, contudo, o que te digo: hás de experimentá-lo ainda uma vez...

Então veremos quem de nós dois chorará... (Anayde Beiriz, Parahyba do Norte, 1927).

Curiosamente esta publicação traz apenas o nome de Anayde Beiriz e o ano. Não numera a página e nem destaca qual o periódico. A cópia foi doada por lalmita Grissi (sobrinha de Anayde). Segundo Sales (2005), o conto também foi publicado na *Revista Ilustrada*, n. 23, 1ª quinzena de maio de 1938, p. 14. As idéias de Anayde também podem ser percebidas nesta escrita intitulada, *O poema de amor que eu te pedi e que não escreveste:*

Um poema de amor e de saudade

Cheio de vida e claridade

Escreve-o para mim

Tudo o que houve entre nós,

Coisas que me disseste,

Nossa loucura enfim...

Oh! Que lindo seria se o fizesses!...

O poema de amor e de saudade,

Que eu te pedir para mim.

Oh! Meu amor! Porque não

Escreveste esse poema assim.

(Anayde Beiriz, REVISTA CIDADE DOS JARDINS, 2 de outubro de 1925).

Rompendo tabus, a professora Anayde Beiriz assimilou os novos padrões de comportamento,

absorvidos pelas mulheres no início de século XX, assinalados pela crescente urbanização e emancipação feminina. A imprensa paraibana cedeu espaço para escritores e escritoras emergentes. Do descontentamento social contra o tradicional sistema oligárquico dominante, emergiu um espírito de novos tempos e a consciência de uma nova mulher. Envolvidas nesse sentimento moderno, as novas mulheres, deixavam o lugar do privado para trás e, exigiam a participação em novos espaços.

Na pequena Paraíba, em 1904, a imprensa já integrava em seu quadro, no jornal literário O Combate, figuras femininas, como Maria Fausta de Queiroz, Stelita Viana, Ângela Moreira Lima e Olivina Carneiro da Cunha (AGUIAR; OTÁVIO, 1985, p. 118). Entretanto, no quadro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundado em 7 de setembro de 1905, cujo lema era, a exaltação ao amor e ao passado, as mulheres só vieram fazer parte, a partir de 3 de maio de 1922, através da representação da figura da médica, historiadora e escritora Eudésia Vieira, autora dos livros: Terra dos Tabajaras e Cerne Contorcido, este de poesias. A professora diplomada pela Escola Normal teve sua obra. Pontos de História do Brasil, adotada no ensino primário público a partir deste mesmo ano, sendo um marco na história do livro didático na Paraíba (PINHEIRO, 2002, p. 167).

Essa significativa mudança, da mentalidade cultural, nos costumes da província paraibana foi registrada na imprensa local que exerceu papel de destaque. Evidenciam-se: na capital, A União, Revista Era Nova, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, O Educador, O Combate; em Cajazeiras, A Cidade, no município de Itabaiana; Flor de Liz; em Campina Grande, O século e a Razão. Os periódicos, além de noticiarem a moda e eventos sociais, criticavam os deslizes dos governantes e, também, serviram de espaço para as vozes femininas, que antes pareciam caladas e oprimidas. Conforme a professora Eudésia Vieira:

A mulher, mal remunerada nos seus esforços, mal compreendida nas suas aspirações, mal satisfeita nos seus afetos, foi perdendo aquela docilidade e timidez de caráter – sua divisa em outros tempos, e, cansada de sofrer, foi procurando se libertar do domínio do homem, a quem ambicionava não como senhor, mas como amigo e companheiro, na posição primitiva em que o bom Deus os colocara. E uma noite de lágrimas sufocadas teve como aurora uma coesão de sentimentos revol-

tados que recebeu o estratégico nome de feminismo (apud ARAÚJO, 1995, p. 78).

As consequências dos ares cosmopolitas que repercutiam na cidade, disseminava o desprezo ao passado, para os mais jovens. A Revista Era Nova foi um dos espaços que se abriu a esta nova mentalidade, no que se refere ao desejo dos (as) paraibanos (as) de libertarem-se das amarras dos modos provincianos. A Revista foi à publicação de maior circulação da província, desde o litoral até o sertão, listada entre as melhores do país. Sob a direção de Severino Lucena, surgiu na gráfica do Jornal A União, que tinha como diretor Carlos Dias Fernandes, entre os anos de 1915 a 1924. Poeta, escritor e jornalista, Dias Fernandes foi um dos principais articuladores da cultura paraibana. O sonho de uma sociedade moderna é perceptível, neste trecho, da Revista, que destaca, a influência da moda sobre as mulheres:

Ainda há maridos que nem a mão de Deus Padre se conformam com a moda do cabelo 'á la garçone'. Para eles, nada pode existir de mais ridículo do que uma senhora casada, respeitável pela própria condição de mãe, andar de cabelo cortado, com o pescoço à mostra, provocando olhares cupidos.

As competentes esposas procuram convence-los da melhor forma possível, oferecendo-lhes preciosa série de argumentos, por onde se deduz que a moda em questão jamais afetará os créditos de uma senhora, sejam quais forem a sua idade e o seu estado civil. Mas elles, ranzinzas a valer não cedem aos pesados argumentos, contra cujo poder de lógica têm sempre rebatidas que apenas vencem pelo tom másculo em que são feitas.

É, entretanto, preciso arranjar o cabelo, de modo a se confundir com o grande uso.

E as astuciosas esposas terminam por fazer um penteado de tal sorte que, ao vê-las, a gente tem a impressão de que elas usam o cabelo cortado...

Quanto aos maridos, estes ficam sem direito de protesto. (ERA NOVA, 1926, Anno V, num. 93).

Nada há mais fugaz, mais leve, mais inconstante do que a Moda. Hoje as vestes que são amplas, serão de certo amanhã estreitíssimas; a saia que ora mostra os joelhos, mais tarde cobrirá o pé; a silhueta que cada vez se torna mais fina e delicada em breve será ampla e rotunda! E é este caprichoso e interminável vai e vem, o que se chama a Moda e constitui a preocupação eterna, das vaidosas filhas de Eva e dos sobrecarregados descendentes de Adão. (ERA NOVA, 1926, Ano VI, NUM. 98).



Revista Era Nova, Ano VI, Num. 98, Parahyba do Norte, de 20 de Julho de 1926.

Fonte: Arquivo Instituto Histórico e Geográfico/PB

Conforme explicita Santos (2006, p. 14), a reprodução do modelo parisiense, que liberam o corpo feminino, uma "espécie de imposição dos tempos modernos", um "espetáculo, valorizando a beleza", ou ainda, "o gosto pelo exótico", na frenética movimentação do espaço público, teve influências da *Belle Époque.* "A noção de que se vestir bem, 'aformosear' a *urbs*, reproduzir tal espetáculo pelas revistas mundanas significava tornar mais visível a proeminência de uma classe em ascensão", uma época que acentuou o *glamour* de origem francesa, surgido em meados de 1885 e imitado pelo mundo e, aqui no Brasil, até às primeiras décadas do século XX.

A moda na província paraibana, em 1908, sob os detalhes de Cartaxo (1995, p. 253) era abastecida pelos "chapéus vindos da Itália; as meias da Escócia; os calçados de Viena, a seda do

Porto e os figurinos de Paris". As "petizes" e "senhoritas" (como os colunistas se dirigiam às mulheres nos periódicos), de laços enormes nos cabelos, normalmente vestiam-se de chapéus ornados com penas de plumas, véu, broches e luvas; abaixo dos vestidos, espartilhos, camisolas, saia branca, anquinhas, blusas com corpete, saia godet (estilo sino), meias de seda rendadas da cor do vestido, ponta cauda para diminuir o peso.

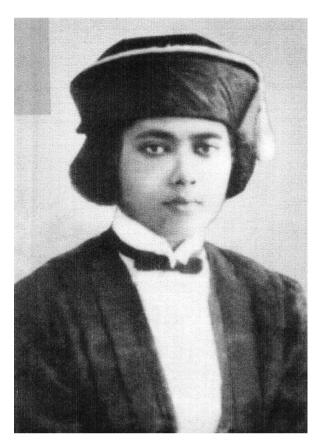
As revistas femininas, segundo Morais (2002, p. 70) surgiram no século XIX. Elas buscavam seduzir, principalmente, através da moda. Vorazes leitoras, às mulheres propiciaram um amplo campo, de divulgação do pensamento das intelectuais da época. Através da imprensa, consolidou-se o espaço de conscientização da condição feminina, utilizado inicialmente, como tática, para que fossem disseminadas, sutilmente às reivindicações das

mulheres. Dentre os periódicos, que difundiram o pensamento feminino, estão: *O Belo Sexo,* em 1862; *Biblioteca das senhoras,* em 1874; *O Bisbilhoteiro*, em 1862; *Eco das damas,* em 1879; *Recreio do belo sexo,* em 1856, e tantos outros. Os periódicos destinados às mulheres surgiam, como um canal, de expressão das vocações literárias, de certa forma, como "eco de confidências".

Anayde Beiriz, também teve seus contos publicados na imprensa. Foi colaboradora na Revista: paraense *Belém Nova*, nas pernambucanas *A Pilhéria e Revista da Cidade*, na imprensa paraibana, na página literária do, *O Jornal, na Era Nova* e na *Revista da Semana*, identificadas com o movimento modernista. A idéia de progresso e de emancipação feminina se sedimentava em muitos espaços que se expandiam pelo país, com o efervescente movimento da europeização e da modernização, vindos do Rio de Janeiro, a capital cultural do Brasil. E depois, eclodindo em São Paulo, com a Semana de Arte Moderna (NOVAIS, 1998).

O movimento vanguardista cultural na Parahyba do Norte foi representado pelo Grupo dos Novos, da qual participava o paraibano Amaryllo de Albuquerque, filho do senador Octacílio de Albuquerque, residentes na cidade do Rio de Janeiro (capital federal). O escritor vinha à cidade para organizar a reunião dos Novos, conhecidas por serões lítero-musicais. As reuniões alternavam-se entre as residências dos médicos, José Maciel, Alceu Navarro e do comerciante estrangeiro Davidson, ao lado dos intelectuais, Perylo D'Oliveira, Orris Barbosa, Eudes Barros, Silvino Olavo e Severino Alves Aires, Raul de Góes, Samuel Duarte, Demetrio Toledo. Frequentadora assídua dos saraus, Anayde tinha admiração pelo jornalista e poeta pernambucano, Austro Costa (1899-1953 - integrante do movimento modernista pernambucano, e publicou em 1922, Mulheres e rosas). Austro mantinha uma coluna diária no Diário da Tarde e apreciava publicamente as produções da professora Anayde. Também participavam outras figuras femininas, como Adamantina Neves, a pintora, Amelinha Theorga e Odete Gaudêncio como declamadoras. A participação de Anayde como declamadora de poemas futuristas causava assombro às pessoas mais conservadoras. Nessa contextualização percebemos a influência cultural da modernidade sobre os indivíduos daquele período.

Enfim, por tudo isso, pode-se dizer que o contexto vivido por Anayde, na primeira fase da



Anayde Beiriz, no dia da sua formatura em 1922 (STUCHERT FILHO, 2004, p. 60, V. 1)

República ficou marcado como o século das mulheres, isto porque o século anterior havia aberto caminhos, para grandes conquistas femininas. O século da ousadia, da busca pela liberdade, por novos valores, novos comportamentos. Movimentos que marcaram grandes transformações sociais, políticas e econômicas. Mentalidade que influenciou o pensamento ético-religioso nas relações entre os gêneros, ou seja, o século da modernização. No campo educacional, as mudanças trouxeram o entusiasmo pela escolarização, e favoreceu a educação feminina, consequentemente, a sua profissionalização. As Escolas Normais, que de início atendiam homens e mulheres separadamente, ou em regime de aulas alternadas, com o objetivo de capacitar professores para o magistério primário, tiveram a frequência esmagadora das mulheres. Assim como algumas normalistas da época, Anayde Beiriz almejou um futuro promissor, com independência profissional e intelectual. Ela inspirou-se, na mentalidade de modernização, que se expandia de forma global e, expressou livremente suas ideias favoráveis ao mundo moderno.

Referências

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de. **Uma cidade de quatro séculos:** evolução e roteiro. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba: GRAFPSET, 1985.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** 4 ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

ARANHA. Marcus. **Panthera dos olhos dormentes.** João Pessoa: Manufatura. 2005.

ARAÚJO, Marcus. A Parahyba na efervescência dos anos vinte. In: **RE-VISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA.** João Pessoa/PB Ano LXXXII, set. de 1995, p. 77-79.

CARTAXO, Rosilda. As mulheres musas dos anjos. **REVISTA DO INSTI-TUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO.** João Pessoa: Ano LXXXII set. de 1995. Edição comemorativa do nonagésimo aniversário de fundação 1905-1995, p. 252-268.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia.** Tradução de Maria Luisa Ribeiro Ferreira. Portugal: Edições: Marins Fontes (SP), 1980.

GALIZZA, Diana Soares de. Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930. João Pessoa: Idéia, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOFILLY, José. **Revolta e Revolução:** cinqüenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Anayde Beiriz:** paixão e morte na revolução de 30. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas (CBAG), 1980.

LIMA, Silinha de Oliveira. Lampejos de Saudades. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. [1985?]

LUNA, Maria de Lourdes. **João Dantas e Anayde Beiriz:** vidas diferentes destinos iguais. João Pessoa/PB: UNIÃO, 1995.

MELO, Fernando. João Dantas: uma biografia. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2002.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Leitura de Mulheres no século XIX. Belo Horizonte: autêntica, 2002.

NOVAIS, Fernando A. (Cord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil:** república da *Belle Époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, V 3, 1998.

ODILON, Marcus. Pequeno dicionário de fatos e vultos da Paraíba. João Pessoa/PB: Editora Cátedra, 1984.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges (orgs.). **História das mulheres no Ocidente:** o século XX. Sob a direção de Françoise Thébauld. Tradução portuguesa: Maria Helena da Cruz Coelhos; Irene Maria Vaquinhas; Leontina Ventura; Guilhermina Mota. Porto/Portugal: Edições Afrontamentos: EBRADIL/SP, 1991, V 5.

PIMENTEL, Altimar Alencar. **Cabedelo.** Prefeitura Municipal de Cabedelo/Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, V II, 2002.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea)

REVISTA CIDADE DOS JARDINS, 2 de outubro de 1925.

REVISTA ERA NOVA. Ano V Num. 93, 1926.

_____. Ano VI Num. 98, 1926.

SANTOS, Tarcísio Gurgel dos. *Belle Époque na esquina*: o que se passou na República das Letras Potiguares. Natal, RN, 2006.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Dicionário das Mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade biográfica. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Tudo é História)

José Flávio Silva *

Religiosidade e urbanidade na Parahyba

RESUMO:

Na conquista do território da capitania Parahyba acompanhava os conquistadores dois padres da Companhia de Jesus. Depois vieram outras ordens, franciscanos, carmelitas e beneditinos. O traçado da cidade, mesmo aleatório, forma uma cruz. Casas são construídas em torno das igrejas. Hipóteses da formação mística da cidade Parahyba.

Palavras-chaves: Parahyba; Religião; História; Igreja; Arquitetura.

ABSTRACT:

In the conquest of the territory of the captaincy Parahyba accompanied the conquistadors two priests of the Society of Jesus. Then came other orders, Franciscans, Carmelites and Benedictines. The layout of the city, even random, form a cross. Houses are built around the churches. Hypotheses training mystical city Parahyba.

Keywords: Parahyba; Religion; History; Church; Architecture.

INTRODUÇÃO

Desde a conquista do território da Capitania da Parahyba, que a religiosidade está presente. Acompanhavam os ibéricos nas investidas contra os habitantes do território desmembrado da Capitania de Itamaracá os Potiguara e seus aliados, os Tabajaras, de quebra, contrabandistas franceses e dois padres da Companhia de Jesus. A capitania recebeu o nome de Parayba devido ao

rio que lhe dá suporte. No entanto, a sede administrativa recebera o nome Cidade de NOSSA SENHORA das Neves. Dois anos depois, foi mudada para Cidade de NOSSA SENHORA das Neves e Felipéia, conforme constatou o conselheiro holandês, Servaes Carpentier, primeiro diretor da capitania no período holandês.

Na evolução da cidade NOSSA SENHORA das Neves e Filipeia, o aspecto religioso católico foi avolumando-se e incorporando os primeiros habitantes, os silvícolas. Inicialmente, a religiosidade adveio da Europa, com religiosos católicos, e, posteriormente, práticas judias e pastores calvinistas, na época, do domínio holandês. Finalmente, os cultos africanos fecharam a religiosidade da cidade Parahyba.

Este artigo sintético, além de apresentar dados históricos, envereda pela hermenêutica em busca de uma interpretação religiosa dominante na cidade Parahyba, início de toda a caminhada religiosa na capitania da Parahyba.

I - LUTAS E CONQUISTAS

A capitania da Parahyba não estava inclusa na distribuição das capitanias donatárias, entre 1534 e 1536. Ela foi desmembrada da capitania Itamaracá que, com grande extensão territorial, ficou esquecida pelo donatário por longas décadas. Reinava na década de sessenta do Século XVI sobre Portugal Dom Sebastião (1568-1578). Sabendo do desprezo da capitania, o rei suspendeu, em 1574, a doação do território e mandou retaliar o território da capitania Itamaracá, ficando com uma parte daquele território.

Dom Sebastião morreu na Batalha de Alcácer Quibir, na Argélia, em 1578. Solteiro, não deixou filhos. Assumiu o trono no lugar do rei, o cardeal Dom Henrique, tio de Dom Sebastião. Pouco depois, faleceu o cardeal, que também não deixou herdeiros. O trono ficou sem cabeça coroada. Houve disputa entre parentes para assumirem o comando de Portugal. Entronou-se o Rei Felipe II da Espanha. Portanto, a Península Ibérica ficou sob um único comandante, o Rei Felipe, cognominado de Felipe I, de Espanha e Felipe II, de Portugal.

O Rei Felipe I, de Portugal, e Felipe II, da Espanha, ordenaram que o território desmembrado fosse conquistado. Jamais os ibéricos poderiam conquistar o território uma vez que sua dimensão era medida em léguas de seis quilômetros, e o contingente militar era insuficiente para imunizar o território de investidas indígenas e franceses, seus aliados. Fatores vários foram encontrados para que o território da Capitania de Itamaracá fosse retaliado. Entre eles, o abandono da capitania pelo donatário, o refúgio de corsários e de piratas, e o contrabando do pau-brasil pelos franceses, em companhia dos silvícolas potiguar. Esses feitos eram acompanhados de longe pelo

donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, que alertava as autoridades em Portugal. Finalmente, o Rei assumiu o desmembramento e constituiu a capitania real, fazendo lembrar o Rio Parayba, conhecido nas cartografias portuguesas por "São Domingos", que servia de apoio aos portugueses em suas incursões contra os armadores e os contrabandistas franceses.

A conquista daquele território desmembrado, realizada em 1585, cuja conquista foi narrada por um cronista jesuíta anônimo, consolidou lutas anteriores ensejadas com esse objetivo.

II - CIDADE DE NOSSA SENHORA DAS NEVES

Historiadores e pesquisadores apontam que, inicialmente, foi fundado um povoado com o nome de NOSSA SENHORA das Neves, por ser o dia dedicado à mãe de Jesus, com aquela denominação. O objetivo determinado pelo rei era de fundar uma cidade. Pouco depois, o povoado foi transformado em cidade de NOSSA SENHORA das Neves. Era o momento de erguer prédios para consolidar a conquista. Isso foi iniciado no mês de novembro daquele ano. Para concretizar uma cidade, é necessário demarcar terreno. Foi o que fizeram os ibéricos. Escreveu o cronista anônimo (2006, p.74) que, no outro dia, João Tavares,

ouvidor-geral, ouvindo missa antes de sair o sol, que caminhando, e andando nestas jornadas, sempre lhes dissemos, foi logo ao pé ver alguns sítios, e à tarde a cavalo até o ribeirão de Jaguaribe, para o Cabo Branco, e outras partes, com o que se recolheu à noite enfadado.

Ao seu lado, estavam Manuel Fernandes, mestre das obras d'el-rei, Duarte Gomes da Silveira, comerciante português, João Queixada e outros. Para elaborar o traçado da cidade de NOSSA SENHORA das Neves, os ibéricos seguiram alguns caminhos arquitetônicos realizados na Idade Média. Esses traços estavam contidos na Instrucción sobre nuevos descubrimientos y probleciones. Para isso ser realizado, esclarece José Comblin (1991, p.8):

Ao longo da Idade Média, santo Tomás teve numeroso continuadores. *De regimine principium* foi lido, comentado e refeito muitas vezes. A mais célebre continuação foi, sem dúvida, a *Instrucción sobre nuevos descubrimientos y probleciones* de Felipe II (1573).

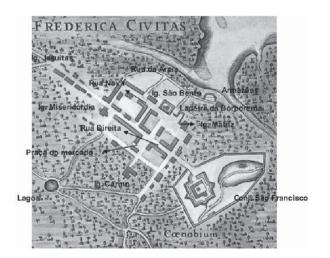
Felipe II era, não obstante, homem de espírito medieval que consultava os teólogos. Na Europa, por outro lado, o espírito de cristandade já estava morto. Os urbanistas italianos do renascimento prescindiam dos teólogos.

O principal teólogo consultado era Tomás de Aquino, porque,

em sua obra – diz José Comblin (1991:7) · De regimine principium, Ssanto Tomás fala amplamente da arte de construir as cidades. Inspira-se, além disso, nos ensaios do arquiteto romano Vetrúvio¹. Esse, como se sabe influenciou profundamente os arquitetos do renascimento e, por esses, a construção de muitas cidades daquela época, especialmente na América. Parece ter sido também santo Tomás o intermediário para que as instruções de Vitrúvio fizessem partes das famosas Ordenanzas que os reis da Espanha enviaram aos conquistadores de seu império na América.

Seguindo o cronista, entende-se que foi Manuel Fernandes, mestre das obras d'el-rei, quem dera os primeiros passos nas construções a serem iniciadas no sítio escolhido. A capela sob o orago de NOSSA SENHORA das Neves foi uma das primeiras construções a ser erguida. Em publicação recente (2010), Maria Berthilde Moura Filha indica que Cristóvão Lins também contribuiu com a construção da cidade e ficou encarregado da construção do forte da cidade, porto do ancoradouro do Capim.

Durante as lutas pela solidificação do território destinado à cidade NOSSA SENHORA das



Neves acompanhavam na campanha padres da Companhia de Jesus. Com a intenção de se firmar no território, esses padres foram encarregados de catequizar os índios da aldeia de Braço do Peixe (Piragibe). Diz Maria Berthilde Moura Filha (2010:153) que,

em função dessa atividade, fixaram-se nas proximidades daquela aldeia dos Tabajaras e iniciaram a construção da referida capela de São Gonçalo, ponto marcante do limite sul da cidade.

Outras aldeias em torno da cidade de NOSSA SENHORA das Neves e Felipeia foram encomendadas aos frades franciscanos, quando construíam seu convento. De maneira que não fora aleatória a escolha para a construção da cidade NOSSA SENHORA das Neves. Em 1634, os holandeses a encontraram com aspectos de cidade colonial. É o que observa Servaes Carpentier (2003, p.112):

Os habitantes dessa capitania, que tiram, na maior parte, os meios para a sua subsistência da lavoura, residem em suas terras; e como os engenhos precisam para moer de estar próximos da água e dos seus para moer de estar próximos da água e dos seus canaviais, assim como da mata, que lhes forneça madeira e lenha, acham-se dispersos aqui e acolá, de modo que não há aldeias, a não ser que se dê tal nome a um engenho, sem grande impropriedade, pois entre brancos e negros alguns deles contam 70, 80 e 100 e mais moradores. Somente no rio da Paraíba, onde se acha o Tribunal de Justiça e juntamente o clero e os burgueses, há uma pequena cidade, sendo pouco mais ou menos do tamanho de Geertruideenberg na Holanda, mas não tão densamente edificada; os portugueses chamavamna Nossa Senhora das Neves e Filipéia, cujo nome foi agora mudado pelos nossos para Cidade Frederica, em honra a Sua Alteza o Sr. Principe de Orange. (2)

III - RELIGIOSIDADE

III. 1. Silvícolas

Antes da descoberta do Brasil, os habitantes estavam disseminados no território infinito.

^{1.} Marcos Vitrúvio Polião (em latim, Marcus Vitruvius Pollio) foi arquiteto e engenheiro romano. Viveu no Século I a. C. e deixou como legado a obra De Architectura (10 volumes), único tratado europeu do período greco-romano que chegou aos nossos dias e serviu de fonte de inspiração a diversos textos sobre hidráulica, engenharia, arquitetura e urbanismo.

2. Discordando de Servaes Carpentier, Elias Herckman - Nassau deu o nome de Cidade Frederica à nossa capital, em homenagem ao nome da Princesa alemã, sua irmã - ou em homenagem ao Príncipe Frederico, também seu irmão. (In Manuel Batista de Medeiros)

sem limite. Uma parte ocupava o litoral, e outra, o interior, isto é, além do litoral. Eram divididos pelas línguas faladas. A classificação foi realizada por pesquisadores europeus. Segundo José Fernandes de Lima (1990, p.17):

Na primeira metade do século XIX, o alemão Von Martius, que visitou várias tribos indígenas tentou classificar os índios brasileiros em oito grupos, e mais um considerado em transição para o português. No fim do século XIX, outro alemão Karl Von Den Steinen, estudando as línguas indígenas critica a classificação de Martius, sugerindo uma outra, servindo de base a todas as que lhe seguiram. Fala em 4 grupos fundamentais: tupi-Guarani, Aruaque, Caribe e Jê.

Com essa classificação, os índios que habitavam na parte conquistada ficaram divididos entre Potiguar e Tabajaras, ambos pertencentes à classificação Tupi-guarani. Os Potiguar eram conhecidos como Potinaras, Potigaras, Potiguara e Pitigares. Por outro lado, os Tabajaras eram conhecidos como Tobajaras ou Tabajaras. A descendência Tupi manteve o primeiro contato com os europeus. Por isso sua religiosidade foi entendida com mais facilidade. Hans Staden, em meado do Século XVI, esteve entre índios. Foi prisioneiro dos Tupinambás. Escapou e escreveu suas observações sobre a crença dos índios. Escreveu Hans Staden (2007, p.154):

Com o Deus verdadeiro, que criou o céu e a terra, eles não se importam e acham que é uma coisa muito natural que o céu e a terra existam. Também Barléus é outro que mostra a divergência, disse ele - Na margem meridional do rio há uma cidadizinha -Filipéia -, assim chamada em honra do rei Filipe. Agora, mudadas as partes, recebeu o nome de Fredericópole ou Frederica, em honra de Frederico, príncipe de Orange, página 92 nada sabem de especial do começo do mundo.

Dizem que houve, uma vez, uma grande enchente em que se afogaram todos os seus antepassados e que alguns se salvaram em uma canoa, outros em árvores altas, o que eu penso deve ter sido o dilúvio.

Na mesma época, isto é, em meados do Século XVI, Manuel da Nóbrega, religioso da ordem da Companhia de Jesus, informou aos colegas, na Europa, o seguinte (1992, p.144):

Esta gentilidada não adora a nenhuma coisa nem conhece a Deus, só aos trovões chamam tupana, que é



Hans Staden, Porto e aldeia da Paraíba combatendo franceses, Duas Viagens ao Brasil, 1557

como quem diz coisa divina. E assim nós não temos outro vocábulo mais conveniente para os trazer ao conhecimento de Deus chamar-lhe Pai Tupana (doutrina). Não têm conhecimento de glória nem inferno; só dizem que depois de morrer vão descansar num bom lugar (doutrina).

Complementando esse pensamento, Eduardo Bueno esclarece:

Os tupis possuíam um sistema de crença relativamente complexo, baseado, em parte, em mitos cósmicos sobre várias e sucessivas destruição do mundo.

III. 2 - Cidade Parahyba

Vimos que a cidade da Parahyba tem marca religiosamente registrada, batizada inicialmente de NOSSA SENHORA das Neves. Mesmo mudando de nome, permaneceu, no dizer de Servaes Carpentier, Nossa Senhora das Neves e Filipéia, ou, simplesmente, Felipeia, que lembra o Rei Felipe II e, com ele, a *Instrucción sobre nuevos descubrimientos y probleciones*. A cidade foi contemplada, primeiramente, com uma capela dedicada à protetora NOSSA SENHORA das Neves. Depois, a Companhia de Jesus iniciou a construção de sua capela dedicada a São Gonçalo, pouco mais de um quilômetro distante daquela capela, marco de religiosidade.

No último quartel, isto é, década de noven-

ta do Século XVI, chegaram os religiosos das Ordens Franciscana (1589), Carmelita (1591) e Beneditina (1595). Não estava planejada a construção de conventos destinados a essas ordens. No entanto, foram-lhes doados sítios que, imediatamente, iniciaram as construções de seus conventos.

Duarte Gomes da Silveira, comerciante português que veio na comitiva de Manuel Tavares, na expedição que realizou a paz entre ibéricos e índios tabajara, teve a iniciativa de fundar a Santa Casa de Misericórdia, contribuindo para atender aos anseios de atendimento aos habitantes da cidade, dando assistência médica, fato elogiado por Elias Herckman em 1639. Segundo Virgínia Pernambuco de Mello (2004, p.27),

entre as agremiações de caráter religioso que atuaram no Brasil Colônia, a Irmandade das Santas Casas de Misericórdias foi certamente, a que mais se destacou principalmente nos séculos XVI e XVII. Criadas em Portugal no XV, na época dos descobrimentos.

Marítimos lusitanos tinham como finalidade a prática das obras de misericórdia, tais como o enterro dos mortos, a assistência Médico-hospitalar dos enfermos, a melhoria da sorte dos presos, contando por isso com imensa popularidade. Sendo assim, as Misericórdias congregavam o grupo de indivíduos mais rico e prestigiado de cada localidade, inclusive os oficiais das câmaras das vilas e cidades, que eram os responsáveis pela elaboração e pela constituição das leis de seus termos.

Em 1634, a cidade de Parahyba foi tomada pelos holandeses. Eram calvinistas, motivo pelo qual foi determinada a proibição de culto católico. As construções de conventos e de igrejas foram suspensas. Até o convento franciscano serviu, mesmo incompleto, de quartel general para as tropas batavas. Até que, em 1637, chegou o Príncipe João Maurício Nassau e permitiu a tolerância religiosa. Alívio para os católicos, que praticavam suas manifestações religiosas na clandestinidade, e para os judeus aqui sediados.

Com o príncipe vieram pastores da Igreja Reformada. Entre eles, o pastor David Doreslear, que atuou com bastante eficácia na cidade de Frederica (Frederyce Stadt) e entre os índios potiguar, na aldeia em que habitavam na Baía da Traição. Auxiliaram no índios dessa tribo, que viajaram em 1625, quando estiveram os holan-

deses na Baía da Traição enxotados de Salvador-Bahia. Nessa localidade, abasteceram-se de mantimentos e de água. Ao zarpar, levaram nas naus alguns índios, entre eles, Pedro Poty. Esses índios foram doutrinados nos padrões da Igreja Reformada. Ao voltar com as tropas holandesas já aquarteladas, foram auxiliares do pastor David Doreslear, na leitura da Bíblia e em outras atividades religiosas.

Expulsos, os holandeses, em 1654, de todo o território conquistado, entre 1625 e 1654, acompanharam as tropas os pastores calvinistas, deixando os índios potiguar à deriva, tolerando as investidas portuguesas. Os habitantes da cidade, antiga Frederica (FrederyceStadt), agora denominada oficialmente de Parahyba, iniciaram a restauração. As igrejas dos conventos franciscanos, carmelitas e beneditinos recomecaram suas edificações. A dedicada a São Gonçalo (1589), que também estava abandonada, pertencia à Companhia de Jesus. Esse início foi bem próximo do final do século XVIII, em 1683. Seguiram sem ordem cronológica: NOSSA SENHORA Mãe dos Homens (1767 - notícias de sua construção); NOSSA SENHORA do Rosário dos Homens Pretos (1697); NOSSA SENHORA das Mercês (1729). A parte alta da cidade mostrava construções que seguiam estética própria, estilo colonial, ao lado da estética barroca tropical. Esse é o monumento construído por séculos ininterruptos. A parte alta da cidade da Parahyba era ungida pela religiosidade distribuída entre a população e o espaço geográfico constituído. Espaço sagrado, destruído, em parte, nas décadas de vinte e trinta do Século XX. (Datas aproximadas do começo de suas construções).

- São Gonçalo (1589)
- NOSSA SENHORA Mãe dos Homens (1767);
- NOSSA SENHORA do Rosário dos Homens Pretos (1697);
 - NOSSA SENHORA das Mercês (1729).

As igrejas suplantavam a população da cidade. As casas eram distribuídas esparsamente. Comprova isso um conjunto de estudantes coordenados pela professora Nelci Tinem. Segundo Juliano Loureiro de Carvalho (2006:47), membro da equipe da professora,

o centro de João Pessoa possui um patrimônio arquitetônico, em sua maior parte, construído entre finais do século XIX e início do século XX. Assim a maioria das edificações registradas conta a história das rápidas transformações da construção iniciada.

IV - PARAHYBA: CIDADE MÍSTICA

Constata-se, ao caminhar pelas ruas, pelas avenidas e pelas alamedas do centro da cidade, que a parte arquitetônica constituída de edificações vem desde João Tavares, logo após a conquista do singelo território dominado pelos tabajara. A evolução das construções intensificou-se com o incentivo do português Duarte Gomes da Silveira, que ajudava a quem construísse casas, principalmente sobrados no interior do território conquistado. Com essa perspectiva, encontramse diversas construções na parte alta da cidade (Rua Direita e Rua da Areia) e os sobrados deteriorados pelo passar do tempo secular.

A cidade Parahyba ficou conhecida por sua divisão em cidade alta e cidade baixa. Na cidade alta, habitava grande parte da população; na cidade baixa, por estar próxima do cais, ou Porto do Capim, funcionava o comércio. O nosso foco é a parte alta. Chegou ao Século XX com nove igrejas, a saber: 1) São Francisco; 2) NOS-SA SENHORA do Carmo: 3) NOSSA SENHORA do Monte Serrat; 4) NOSSA SENHORA das Neves; 5) Misericórdia; 6) NOSSA SENHORA do Rosário dos Homens Pretos; 7) NOSSA SENHORA da Conceição: 8) NOSSA SENHORA das Mercês e 9) NOSSA SENHORA Mãe dos Homens e São Pedro Frei Gonçalves, no Varadouro. Além das igrejas, algumas capelas complementam-nas: 1) Santa Terezinha, junto com a Igreja NOSSA SENHORA do Carmo; Santo Antônio, com a Igreja São Francisco e a capela dos presos, na R frente da cadeia na Rua da cadeia. sem qualquer referência de sua destruição. Complementando o círculo religioso, as capelas: a) interior do Colégio NOSSA SENHORA das Neves; b) lado direito do Convento Santo Antônio, sob o orago Santo Antônio; c) Capela dedicada a Santa Terezinha, colada ao lado direito da Igreja NOSSA SENHORA do Carmo; Capela do Bonfim; a Capela Vicentina, em Tambiá, e a Capela dos presos, que ficava em frente

à cadeia, de onde os condenados eram encaminhados à capela.

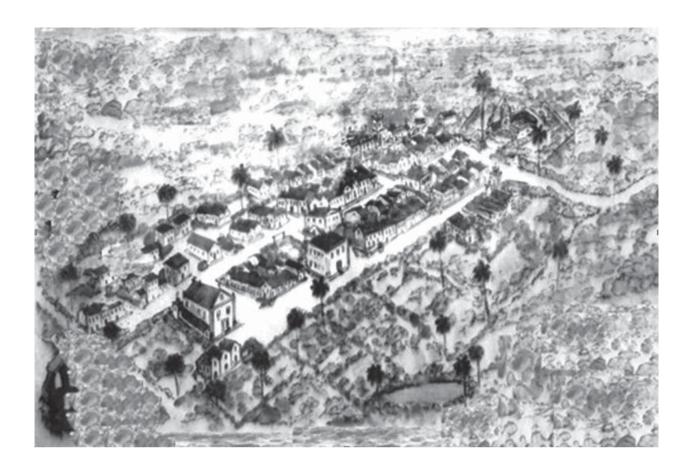
Uma cidadela dentro da cidade Parahyba, protegida por santos católicos, tendo como preferência a mãe de Jesus: Maria é um espaço geograficamente santificado. A terra que sustenta esse espaço é glorificada pelos detalhes apresentados. As procissões circulavam por esse chão, que as pessoas pisoteavam com pés firmes, puxados pela lei da gravidade; nas cabeças, a leveza da fé que dominava na irmandade religiosa, imaginada como ser metafísico, ontologicamente sentido na ligação terra + razão + fé.

Essas manifestações não foram só da igreja católica. Os índios também participaram. Catequizados, primeiramente, por padres jesuítas, em seguida, por frades franciscanos, os índios habitavam em aldeias e missões em torno da cidade da Parahyba. Os evangelizadores saíam da cidade com destino às aldeias: Assento, Mangue, Almagra, Praya e Gramame. Essas aldeias e missões serviam de anteparo ou cordão de defesa da cidade ao sul da cidade. Lendas e mito eram constantes. Southey (1992, p.41), autor de História do Brasil, narra o seguinte:

Por êstes tempos, falando da Parahyba, alguns espíritos audázes e empreendedores que, em mais favorável conjuntura de época e lugar, poderiam ter produzido efeitos não menores que Maniqueu ou Maomé, tentaram estabelecer uma hierarquia, um culto ritual e uma superstição amplo – derramada, que, entre todos, devia servir de laço de união ponto de contacto.

Quem primeiro concebeu o pensamento, ninguém o sabe se, algum mameluco, como supuzeram os jesuítas, se algum semi-converso. Tomando do cristianismo dos jesuítas o que lhes parecem convir a seus intentos, ou talvez o que dêle compreendiam, escolheram os profetas da nova lei um papa índio, uma ordem de bispos abaixo dêle e presbíteros, por êstes consagrados, conservando todos os seus nomes europeus.

Também introduziram a prática da confissão e absolvição, conhecendo perfeitamente o poder que nas mãos do clero punha esta parte das suas funções: instituíram uma espécie de missa e rosários por onde se contassem as orações que lhe deviam ser recitadas por número e, à falta de sinos, convocavam o povo para o serviço religioso ao som de grandes cabaços ôcos, convertidos em instrumentos de música ou de matinada."



Nessa época, os escravos eram negros sem qualquer qualificação social, a não ser de servo que alimentava o senhor. No avanço temporal, os negros foram incorporados à Companhia de Jesus e criaram a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A presença dos jesuítas na irmandade tem objetivos catequizadores. Sobre isso, João Camillo de Oliveira Torres (1957:129) esclarece:

Todos sabemos que certas irmandades, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, era especificamente destinadas a congregar as pessoas de cor, livres ou escravos. Uma gravura de Rugendas, aliás, mostra-nos que mesmo o padre podia ser preto. Também os santos. A liberdade de imaginação da hagiologia e da arte religiosa dos antigos, em que a piedade supria a falta de crítica histórica, resolveria o problema.

Na cidade Parahyba do Norte, a irmandade construiu a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Para isso, contou com doações. É o que esclarece Mariza C. Soares (2004:69):

Na irmandade do Rosário, rei e rainha negros recolhem donativos para manutenção da igreja. Trazidos como escravos para o Brasil, grupos de africanos construíam relações sociais de trabalho, devoção e ajuda financeira.

A irmandade era reconhecida. Vejamos esta correspondência de 1725:

Carta do ouvidor geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, ao rei [D. João V], queixando-se do vigário geral da capitania por ser pouco exemplar nos seus costumes e omissos nas suas obrigações, intrometendo-se na igreja de Nossa Senhora dos Parahyba Pretos, e na jurisdição real.

A mudança de Colônia para Império, que aconteceu em 1822, não mudou o sistema de padroado existente na cooperação entre a Igreja Católica e o Império. O imperador tinha influência sobre a Igreja, e ela obedecia. A Igreja do Rosário era da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Mesmo assim, os negros não podiam se manifestar em sua plenitude. Do jornal O Tempo, extraí o seguinte:

O TEMPO

5 de janeiro de 1865

FESTIVIDADE RELIGIOSA - Efetuou-se no dia de ANO BOM, com alguma concorrência, a festa de Nossa Senhora do Rosário, na sua igreja, estando o templo para esse acto decentemente preparado.

À tarde, percorreu as ruas da cidade o costumeiro terço acompanhado na respectiva irmandade de devotos. Não podemos deixar de censurar a autoridade policial pelo consentimento que deu ao BATUQUE AFRICANO, que se presenciou nessa ocasião. Tal usança de outras eras, já de há muito banido das vistas do povo civilizado dessa Folia dos reis congos - congadas paiz, e é possível que consinta em nossa capital semelhante aberração da moralidade e decência, por quem devia ser o primeiro a mantel-as e respeitar. E' que o Sr. Dr. Chefe de Polícia, falto de apoio e consideração dos homens grados da provincia pelo modo parcial e apaixonado que os guia nos importantes serviços a seu cargo deseja mostrar-se benigno e dócil para com os amadores do TABAQUE de quem talvez espera popularidade! Bella compensação. Cada um com suas inclinações, gastos e manias..."

Para arrematar, o mesmo jornal do dia 9 seguinte publicou:

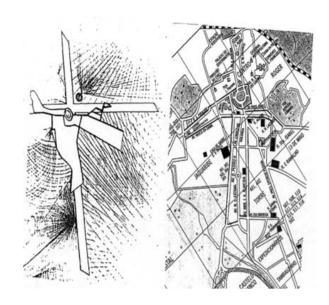
FESTIVIDADE RELIGIOSA - Houve na Igreja do Rosário uma pequena festa no dia 6, feita pela respectiva irmandade.

Consta-nos que, em conseqüência, repetiu-se o célebre MARACATU, de que fallamos, na rua da alagoa, o que na verdade já foi melhoramento devido a polícia, que d'outra vez consentio que tivesse lugar semelhante folgança mesmo em frente igreja."

V – HERMENÊUTICA DA CIDADE PARAHYBA

Delimitado o território de localização da cidade Parahyba, resta-nos interpretar as realizações de pesquisadores. Como essa interpretação está ligada à religião, vejamo-la através da hermenêutica, palavra e conteúdo vindo da leitura bíblica, passando pela Filosofia.

O limite restringe a extensão, segundo René Descartes, "res extensa", mas não restringe a infinitude. Todo corpo é extenso. As cidades são delimitadas e extensas. No entanto, o limite fica, mesmo que a extensão prolongue-se. Alberto



Carlos de Albuquerque (A União, encarte Ponto de Cem Reis, de 18 de setembro de 1994) exibe um desenho explicando o seguinte:

"Venho, através do mesmo, tornar público, que, no dia 23 de julho de 1994, às 9:45, da manhã de domingo, ao observar a planta a cidade de João Pessoa, descobri a semelhança existente das principais ruas e avenidas do centro histórico da cidade com a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo, com as mesmas simbolizando, assim, seu corpo morto e crucificado, ao mesmo tempo em que a Lagoa, com suas palmeiras imperiais, enfatiza ainda mais a semelhança encontrada, retratando a cabeça do Santo com a coroa de espinhos."

Acompanhando a feitura de Alberto Carlos de Farias Albuquerque, Carla Mary S. Oliveira (2003:43) esclarece:

"A cidade já possuía, então, seis ruas e as igrejas principais formavam – e forma ainda – o exato desenho de uma cruz, visto que o convento franciscano se situa ao norte, no ponto que seria seu topo, a Igreja da Misericórdia ao sul, em sua base, o convento carmelita, a lesse, e o beneditino, a oesse, nos pontos correspondentes às extremidades de seus braços."

De minha parte, entendo que a construção das igrejas NOSSA SENHORA do Carmo, NOSSA SENHORA do Monte Serrat (São Bento) e São Francisco forma um triângulo. Deduzo que as construções foram erguidas aleatoriamente e formaram o triângulo da Santíssima Trindade. Ao

lado direito da linha que segue das igrejas Monte Serrat e São Francisco, está localizada a Igreja Matriz NOSSA SENHORA das Neves, como mediadora, junto do seu filho, Jesus Cristo.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhar a evolução da cidade Parahyba é sentir-se imiscuído no século iniciado em 1574, quando houve a primeira incursão para se apropriarem do território desmembrado da capitania Itamaracá. A presença religiosa na capitania avançou na Colônia e no Império e decresceu na República, quando a expansão territorial avançava em direção à praia de Tambaú e deixava para trás os séculos de consolidação religiosa. De maneira que a assistência religiosa foi compacta na construção material e espiritual da cidade Parahyba pelas manifestações dos religiosos ao lado dos índios no final do Século XVI e começo do XVII. A consolidação dos templos católicos iniciou na segunda etapa, a partir do Século XVII e chegou ao Século XX com grande demonstração de religiosidade.



As missões Assento, Almagra, Gramame, Praya e Mangue faziam parte da religiosidade praticada na cidade de Parahyba, porque a ligação entre a cidade e as aldeias era realizada por religiosos franciscanos.

Referências

ANÔNIMO. História da Conquista da Paraíba. Edições do Senado Federal, vol. 73, Brasília, 2006.

BARLÉU, Gaspar. O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau. Edições do Senado Federal, vol. 43, Brasília, 2005.

CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania. In MEDEIROS, Manuel Batista de. Capitania holandesa da Paraíba o condado dos Pães de Açúcar Numa Visão do Século XVII. Unipê Editora, João Pessoa, 2003.

COMBLIN, José. Teologia da cidade. Edições Paulinas, São Paulo, 1991.

HOORNAERT, Eduardo. Discurso evangélico e discurso colonialista. In História da Igreja no Brasil, tomo II/I, Edições Paulinas/Vozes, São Paulo/Petrópolis, 2007.

LIMA, José Fernandes de. A lealdade e o heroísmo do índio potiguara Pedro Poty. A União, João Pessoa, 1990.

MEDEIROS, Manuel Batista de. Capitania holandesa da Paraíba - o condado dos pães de açúcar numa visão do Século XVII. Unipê Editora, João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA TORRES, João Camillo de. O positivismo no Brasil, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, 1957.

STADEN, Hans, Viagem ao Brasil. Martin Claret, São Paulo, 2007.

José Augusto Ribeiro da Silveira *

Dinâmica intraurbana: fragmentação e emergência de novas centralidades

RESUMO:

O texto examina o fenômeno das chamadas "novas centralidades" urbanas, com contribuições histórica e teórica para o tema. Inseridas na dinâmica estrutural intraurbana, as novas centralidades constituem produto de leis socioespaciais e de propriedades territoriais urbanas, guiadas pela lógica evolutiva da cidade. Busca-se, no paper, discutir sobre as características físicas, sociais e de localização das centralidades, abordando os problemas conceituais do centro e da centralidade, e as novas relações estabelecidas entre o centro e as periferias urbanas. Abordam-se também aspectos ligados à escala territorial e às categorias de centralidade.

Palavras-chave: Espaço intraurbano; Centralidade; Lógica evolutiva.

ABSTRACT:

The paper examines the phenomena of so-called "new centralities" urban, historical and theoretical contributions to the subject. Inserted into the intra-urban structural dynamics, the new centers are the product of laws and socio-spatial properties of urban territory, guided by evolutionary logic of the city. Search on the paper discussing physical, social and location of centralities, addressing the conceptual problems of the center and centrality, and new relations between the center and the urban peripheries. It addresses also aspects of territorial scale and categories of centrality.

Keywords: Intraurban space; Centrality; evolutionary logic.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1940, iniciou-se no Brasil um processo de urbanização acelerada, provavelmente sem paralelo entre países em desenvolvimento, quer pela sua rapidez, quer por sua escala territorial. Assim, disseminaram-se e intensificaram-se a produção e a apropriação de novas territorialidades, conformando um ambiente urbano simultaneamente disperso, fragmentado, com

pontos relativamente compactos e articulado seletivamente. As polarizações resultantes, de variadas categorias e vistas como "novas centralidades", passam a constituir um dos principais elementos portantes da dinâmica estrutural urbana.

O que são as "novas centralidades" e onde se localizaria hoje o centro principal, simbólico e referencial da cidade? Este texto procura contribuir com uma análise teórica sobre os fatos ligados à emergência das chamadas "novas centralidades" intraurbanas. Uma das faces características das médias e grandes cidades contemporâneas, como organismos em transformação constante, é a crescente multiplicação de "células" territoriais, em um contexto onde a fragmentação e o amálgama de objetos físicos e sociais sobrepõem-se a certa compartimentação e ao zoneamento urbanístico. Nesse quadro, onde a aleatoriedade é um fenômeno importante, a multiplicação de novos "centros" e "subcentros" contribui para o fato de o conceito consagrado de centralidade ter deixado de ser atributo exclusivo do centro tradicional e histórico da cidade.

2. A INTRINCADA LÓGICA EVOLUTIVA INTRAURBANA

O desenvolvimento das aglomerações urbanas brasileiras foi historicamente marcado por um processo de acumulação de desigualdades socioespaciais e pela implementação de políticas públicas que estruturaram um modelo de centro – periferia responsável por um contínuo deslocamento da mancha urbana para as áreas rurais, semirurais e para os espaços naturais.

As últimas décadas assistiram a um crescimento urbano avantajado, com uma forma de estruturação anômala que evidencia a fragmentação e a mescla de territórios urbanos e também de territórios ditos "semirrurais", onde se salientam verdadeiras excrescências na malha urbana. A lógica evolutiva intraurbana, ou seja, as razões e as leis socioespaciais de ocupação diferenciada da cidade, associadas à dinâmica de segregação das diferentes classes sociais, liga-se às propriedades territoriais globais, identificadas a partir da morfologia e do padrão da expansão da cidade. Aqui se podem destacar as localizações, relacionadas ao espaço intraurbano como um todo e referindo-se às relações entre determinado ponto do território e

todos os demais. Essas interfaces se materializam através dos transportes, onde os deslocamentos das pessoas predominam sobre o de matérias ou o de comunicação (VILLAÇA, 1998). No espaço da cidade, tanto as periferias e as bordas quanto os centros geram uma fenomenologia que se registra nas ordens física e social, no tempo e no espaço e esclarecem as dinâmicas territoriais, como lugares de forte efeito (des)organizador da *urbe*, definindo uma topologia que contribui para a descrição do espaço intraurbano (ARROYO, 2007).

A disposição de perímetros inadequados ressalta a expansão anômala da cidade: o urban sprawl, a cidade "espraiada", esparramada, irradiada para todos os lados. É o crescimento exagerado do tecido urbano, sob a influência de eixos - vetores principais de acesso e de práticas estabelecidas, com o jogo de interesses dos diversos atores sociais. O quadro produz novos setores territoriais, subúrbios, condomínios fechados e conjuntos habitacionais populares, com localizações distanciadas do centro principal e da mancha consolidada da cidade, definindo novas macroestruturas setoriais, novos limites e bordas intraurbanas. Os setores intraurbanos, como determinados conjuntos de bairros e eixos-corredores principais de acesso, por exemplo, são objetos (macro)estruturais fundamentais da cidade, que determinam as configurações, as localizações e a dinâmica de segregação socioespacial.

A dispersão e a fragmentação mostram certa tensão entre forças de expansão e aproximação no espaço, em que existem mesclas territoriais e bordas que estabelecem um extremo, um limite territorial, ou seja, uma fronteira em continuada transformação, no âmbito das interfaces existentes entre as possibilidades de acesso e o uso da terra urbana. A estrutura resultante apresenta "células" urbanas que se agrupam em ilhas, que podem se apresentar como "centralidades" de diversos tamanhos e localizações, definindo cheios e vazios. O avanço contínuo da mancha urbana sobre as suas bordas denota que a dispersão parece não ter barreiras, sejam físicas ou sociais. Nesses casos, as forças são predominantemente de distensão e podem apresentar baixa densidade, pontuar os conflitos entre a acessibilidade, o uso e a ocupação da terra urbana e registrar, segundo Meyer (2006), as "peças urbanas" da cidade difusa, em contraposição à "visão de totalidade" das cidades compactas e convergentes (FIG. 01).

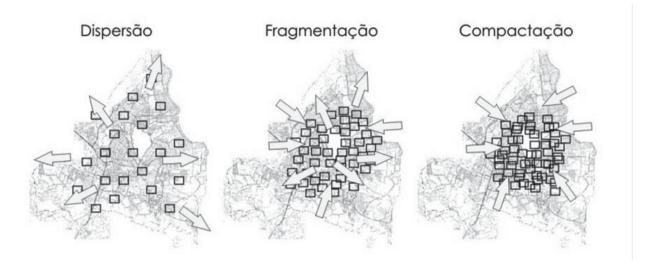


FIGURA 01 – Dinâmicas de dispersão, fragmentação e compactação na cidade FONTE: Fabiano Sobreira (2002)

3. CENTRALIDADES URBANAS

Historicamente, o termo "centralidade" reporta-nos à Teoria das Localidades Centrais, formulada pelo geógrafo alemão Walter Christaller, em 1933, fecunda e conhecida teoria sobre o assunto. Desde Christaller, com a sua abordagem na escala regional, não se esgotaram as possibilidades de se estudar o fenômeno das centralidades urbanas e de suas várias dimensões. De modo geral, uma parte considerável da compreensão do caráter central de um espaço está ligada à acessibilidade, como fator primordial para qualificar sua localização na cidade.

Colocando-se como uma reflexão teórica, esse *paper* procura identificar fatos e interfaces ligados à produção das chamadas "novas centralidades urbanas", termo utilizado para designar espaços que favorecem uma dinâmica que os tornam destinações coletivas polarizadoras. O texto é ilustrado com imagens indicativas das centralidades de João Pessoa, cidade de porte médio, capital do estado da Paraíba, Brasil, a partir de pesquisas realizadas pelo autor (FIG. 02). A reflexão sobre centralidade apoia-se no exame da redefinição do termo e dos fenômenos a ele relacionados, na dinâmica de expansão intraurbana e nas novas relações centro – periferia (FIG. 03).

O tema exibe um leque de questões instigantes, alimentadas pelas relações biunívocas entre espaço (forma física) e processos sociais. Como lugares físico-territoriais com considerável atratividade, as novas centralidades intraurbanas constituem tema relativamente recente, que passam a ser formuladas como questão, debatidas conceitualmente e, daí, confrontadas com o centro tradicional principal, somente ao longo da década de 1950, quando se verifica a problematização do conhecimento sobre o assunto, apoiada em bases científicas (TOURINHO, 2006). Os fatos parecem se relacionar com o contexto de mudanças disciplinares do período pós-Segunda Guerra Mundial, quando do chamado "repensar humanístico" e do processo de desenvolvimento dos campos de conhecimento ditos científicos.

Ao longo dos anos 1960, as intervenções urbanísticas modernistas e os programas de renovação urbana das grandes cidades sofreram fortes críticas, especialmente aqueles dos antigos Centros que, se não haviam sido bombardeados, eram considerados "deteriorados" ou em decadência, ocasião em que se abre campo para o debate sobre o Centro e o não Centro (DEL RIO, 1990). As mudanças culturais da sociedade relacionam-se com a organização territorial, as localizações – centrais e não centrais – e a morfologia urbana, devido às interfaces existentes com a ordem social e o espaco físico.

A abordagem do tema exige a observação de elementos ligados ao conceito de espaço intraurbano, o espaço interno de uma cidade, que apresenta dinâmica específica em sua lógica evolutiva, diferenciada de espaços regionais e nacionais, como o da rede de cidades. O espa-



FIGURA 02 - Parque Solon de Lucena, a "Lagoa", na área central de João Pessoa: ainda o caráter central tradicional do espaço

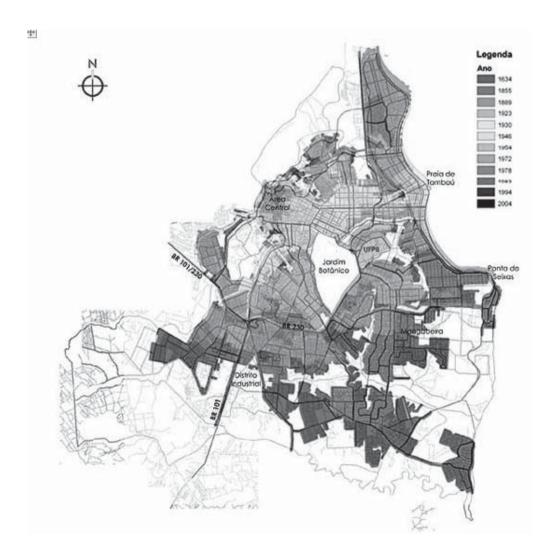


FIGURA 03 - Expansão intraurbana de João Pessoa: estágios de construção das centralidades Crédito: elaborado a partir de pesquisa de Luciano Agra (PPGEUA, 2006).

ço intraurbano é estruturado pelas condições de deslocamento das pessoas, em função das atividades diárias e das atratividades da cidade (VILLAÇA, 1998). A morfologia, as localizações e a acessibilidade intraurbana regulam os deslocamentos, a organização urbana e a produção das centralidades.

O tecido intraurbano desenvolve-se com base em linhas diferenciadas de acesso e de movimento, determinando percursos e vetores de expansão distintos. Da localização de terrenos num território se fixam as atividades e as vias de circulação para pessoas e materiais/matérias-primas e mercadorias em geral. As vias de circulação e a acessibilidade física representam possibilidades de alcance de destinos desejados, dadas pela disponibilidade de espaços adequados à mobilidade urbana. Considerando a acessibilidade como atributo de um espaço, ou como uma questão de "atrito" entre a atratividade de um ponto e as dificuldades de acessá-lo, esse conceito também engloba oportunidades urbanas para as pessoas, por causa da localização na cidade. Do ponto de vista conceitual, a acessibilidade é mais vital na produção de localizações e no espaço intraurbano do que a própria disponibilidade de infraestrutura.

A lógica evolutiva de um tecido urbano relaciona-se diretamente com as razões físicas e sociais, para que se dê determinada forma de ocupação e de uso do solo, denotando as configurações do tecido urbano, as tendências, as indicações e os resultados da expansão da cidade. As razões podem ser associadas a forças impulsionadoras implícitas, como, por exemplo, a atração exercida por sítios geográficos de amenidades e aprazíveis e por determinadas localizações intraurbanas privilegiadas para o bem-estar e a produção de ambientes construídos distintos e de centralidades. Esses fatos levam um obieto a ter sua estrutura organizada de maneira específica, que determina, por exemplo, a produção de centralidades e a forma de articular os elementos morfológicos urbanos, como sítio geográfico, vias de acesso e de circulação, demais espaços públicos livres, traçados e parcelamentos do solo etc. Essa dinâmica pode definir estágios de ocupação, no tempo e no espaço, como: superação de limites físico-geográficos, crescimento urbano e combinação/conflitos urbanos (CASTEX, DEPAULE e PANERAI, 1986). Nesses estágios, as propriedades territoriais e as leis socioespaciais estabelecem uma relação biunívoca entre os eixos de acesso principais e o processo de ocupação intraurbana, que podem produzir diferentes categorias de centralidade, além da área central principal da cidade.

Os espaços livres públicos, como estruturas fundamentais da cidade, são os principais elementos morfológicos de articulação entre as exigências de deslocamento e a ocupação e o uso do solo urbano, onde a variável espaço - lócus - é um elemento ativo no processo. As articulações e as interações funcionais são reconhecidas através da acessibilidade e da mobilidade que, como vimos, colocam-se, além da disponibilidade física e de fluxos respectivamente, como oportunidades e práticas estabelecidas na cidade, influentes na produção de centralidades intraurbanas. Assim, a acessibilidade, como leque de oportunidades, concretiza-se na mobilidade, com influência na organização espacial e na dinâmica de segregação das classes sociais.

As propriedades territoriais podem ser identificadas com base nas características específicas do sítio geográfico, dos demais elementos da morfologia e de sua organização física, no processo da expansão urbana. Podem influir na construção de diferentes categorias e escalas de centralidade (HOLANDA, 2002, 2010 e WHITA-CKER, 2007), a partir das lógicas de produção e de modificação da forma da cidade no tempo, ou seia, o tecido urbano e seus elementos construídos formadores, ao longo de sua evolução, e suas transformações, inter-relações e processos sociais geradores (DEL RIO, 1990). As leis socioespaciais, como verdadeiras "ordens urbanas", relacionam-se com questões de localização urbana, direção e fluxos de expansão, amenidades, continuidade e permanência - longa duração de determinados vetores de crescimento e de melhores oportunidades, físicas e sociais, na cidade. Podem identificar e acentuar um eixo e/ou setores socioespaciais de expansão urbana, denotando aspectos da segregação. Propriedades, lógica e leis socioespaciais relacionam-se intimamente, com o processo de produção e apropriação do espaço intraurbano.

Aqui cabe citar aspectos das centralidades urbanas, que afetam a fixação de atividades econômicas e sociais que, por sua vez, vão influir nos deslocamentos das pessoas, sobretudo no



FIGURA 04 - Área central tradicional (histórica) de João Pessoa: foco primordial da cidade. Crédito: Rafael Ponce (LAURBE, 2008).

commuting (deslocamentos para o trabalho). Pode-se dizer que as localidades centrais são dotadas de certas funções centrais, ou seja, atividades de distribuição de bens e de serviços para a população, de acordo com a sua natureza e segundo um ponto de vista hierárquico. Assim, a centralidade de um espaço refere-se ao seu grau de importância, por meio de suas funções centrais e qualidades físico-espaciais: quanto maior for o número delas, como a infraestrutura e os equipamentos, maiores serão sua área de influência, a população atraída e atendida e o nível de centralidade.

Assim, considerando as várias dimensões da centralidade, uma parcela considerável da compreensão do caráter central de um espaço está associada à acessibilidade, como um dos fatores básicos de qualificação e localização. Conforme nos diz Villaça (1998, p.74), "a terra urbana só interessa enquanto 'terra-localização', ou seja, como meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade. A acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra o tenha, em maior ou menor grau".

Como visto, é desde os princípios do Século XX que os estudiosos dos fatos urbanos passaram a considerar, sistematicamente, o processo de centralização e a correspondente forma e localização espacial: a área central tradicional constituindo-se como foco primordial da cidade,

concentrando as atividades intraurbanas (FIG. 04). Pode-se dizer que a emergência da área central, que não é espaço pré-existente, apresentouse como resultado da centralização e da concentração de atividades e do processo de expansão acelerada da cidade, com a formação de territórios ditos "não centrais". Reflexos desse quadro são as tentativas de visão global da *urbe*, com preocupações que envolvem questões sobre a articulação entre os bairros, o centro e a extensão da cidade, por intermédio de novos sistemas de transportes.

Ao testemunharem a discussão em torno de novos conceitos urbanos, os anos 1960 e 1970 delinearam novas questões sobre o centro e a centralidade, como, por exemplo, o ambiente (re)construído, as novas escalas territoriais (e regionais) e as relações centro - periferia. Os anos 1980 assistem ao debate sobre a "revalorização das áreas centrais" (FIG. 05). A partir dos anos 1990, o entendimento de centralidade, como lugar, ultrapassou a visão geográfico-urbana que, desde Christaller (1933) até os anos 1970, definia a centralidade como atributo do "lugar central", ou seja, as localidades - cidades - centrais ou a área central principal da cidade. Com o reconhecimento das qualidades do espaço-centro principal, como materialização do que é central - a centralidade propriamente dita - foi possível conferir certos graus de centralidade intraurbana, do ponto de vista das localizações, das



FIGURA 05 - Núcleo histórico da cidade de João Pessoa: revalorização dos núcleos históricos

funções e da hierarquia e a partir de dada configuração urbana. Ao longo do tempo, o centro principal nos mostrou que sua centralidade não é apenas funcional, operativa, relativa à diversidade de atividades, mas também de uma centralidade cultural, simbólica e referencial.

Assim, centro e novas centralidades - estas como resultado do processo de descentralização e produção dos chamados "subcentros" - podem ser vistos como concentrações localizadas, no

espaço e no tempo, distinguindo-se entre si pelo seu referencial histórico-cultural, localização e relações espaciais, complexidade, abrangência e hierarquia. As novas centralidades, considerando-se a dinâmica intraurbana contemporânea, mostram também o seu caráter cambiante, ligado aos fluxos da cidade, visíveis e menos visíveis, no contexto de definição-redefinição do espaço "centro", ao passo que a área central tradicional expressa permanência, perenidade (FIG. 06).



FIGURA 06 - Acessibilidade para as novas centralidades de caráter cambiante Crédito: Rafael Ponce (LAURBE, 2008)



FIGURA 07 - Novas centralidades: polinucleação na direção leste da cidade de João Pessoa. Crédito: Rafael Ponce (LAURBE, 2008).

O debate sobre a centralidade pode conduzir a estudos em três escalas territoriais (WHITA-CKER, 2007):

- 1. A **regional**, desde os estudos de Christaller, com reflexões sobre redes de cidades;
- 2. A **intermediária**, baseada numa visão de sistema de cidades, relacionado à questão metropolitana, a exemplo dos trabalhos da Escola de Chicago; e
 - 3. A intraurbana, considerada neste texto.

Há que se ressaltar que não existe cidade sem centralidade e que é fundamental buscar entender o seu conteúdo físico e social, no espaço e no tempo, onde cada cidade só desenvolve um centro principal.

Ligando-se à lógica evolutiva do tecido intraurbano, a produção das novas centralidades expressa fortemente as razões físicas e sociais, que guiaram um dado processo de ocupação, concentração e estruturação, relacionando-se com determinadas localizações e rede de acessos. Como vimos, propriedades territoriais e leis socioespaciais também se ligam à dinâmica das centralidades: as primeiras identificadas a partir das características específicas do sítio geográfico e dos demais elementos da morfologia; as segundas, relacionadas a determinadas ordens socioespaciais subjacentes, ligadas à dinâmica

de segregação das classes sociais (FIG. 07).

O centro principal, de caráter concentrado, e os espaços ditos "não centrais" compuseram o quadro das cidades brasileiras a partir dos anos 1940-1950, quando se iniciou um processo em que a centralidade deixou de ser atributo exclusivo da área central tradicional. Por sua vez, o chamado "centro expandido" tornou-se visível a partir da década de 1970, período em que se intensificou a discussão sobre as novas centralidades. de caráter difuso e fragmentado, como um dos efeitos do sprawl intraurbano. Toda aglomeração socioespacial humana só desenvolve um único centro principal, ainda que os subcentros e as novas centralidades façam parte de um mesmo sistema, com dimensões físico-territoriais, funcionais e sociais diferenciadas. A desconcentração e as novas centralidades têm seu significado e revelam as disputas e a seletividade física e social, na construção de novas localizações territoriais, o que torna o espaço intraurbano mais complexo.

4. REFLEXÕES FINAIS

Englobando os aspectos intraurbanos que se ligam à acessibilidade, à localização e à concentração de atividades econômicas e sociais, as novas centralidades repercutem marcadamente nos deslocamentos típicos das pessoas, sobretudo no commuting – deslocamento para o trabalho – o que denota certas funções vistas como "centrais", segundo a intensidade, a influência e a



FIGURA 08 - Nova centralidade e vazios urbanos, na direção de expansão leste da cidade de João Pessoa. Crédito: Rafael Ponce (LAURBE, 2008).

natureza das atividades observadas, considerando-se as infraestruturas físicas e sociais existentes. Dessa maneira, a centralidade de um espaco refere-se ao seu grau de importância territorial, a partir de aspectos socioeconômicos e qualidades físico-espaciais, como polo de atração de viagens. Vale ressaltar que o centro e o não centro são dialeticamente produzidos pelo mesmo processo, sob a égide das disputas pelo controle das condições de acesso e localização na cidade. Assim, centralidade diz respeito à constituição de lugares territoriais como ponto de concentração -acumulação e atratividade, em termos de fluxos e de deslocamentos intraurbanos, relacionandose com a especulação imobiliária e com a ideia de apropriação de "novos lugares", vantajosos ou amenos, muitas vezes deixando para trás vazios intraurbanos (FIG. 08).

Vistas sob o enfoque conjuntural, as centralidades resultam da interação de ações, de projetos e do jogo de interesses dos atores sociais que
interagem no espaço da cidade, ligando-se também a uma contradição urbana contemporânea:
novas capacidades de concentração e dispersão
– espaços deslocados na fragmentação urbana –
com a produção de novos lugares e polarizações,
ou a extensão e a transformação de espaços já
existentes, designando, ao mesmo tempo, um
espaço geográfico e um conteúdo social. Como
resultado de um processo, está claro que as novas centralidades não estão, necessariamente,

no centro geográfico da cidade, não nem apresentam uma forma física específica, tampouco representam uma entidade espacial pré-definida, razão por que é necessário deduzi-las e defini-las de uma análise da dinâmica estrutural da cidade. Assim, podem-se identificar categorias de centralidade HOLANDA (2002), a saber:

- 1. **Centralidade funcional**: ligada às atividades comerciais, de serviços e às suas possibilidades de acesso;
- 2. **Centralidade morfológica**: ligada à sua posição centralizada em relação à forma do espaço da cidade como um todo;
- 3. **Centralidade de massa**: relacionada à intensidade de concentração populacional;
- 4. **Centralidade polinucleada ou múltipla**: refere-se a pontos territoriais, em rede, que definem uma centralidade.

O espaço, ao mesmo tempo em que sintetiza, através da forma, as transformações na estrutura social, também interage com as práticas dos atores sociais na cidade, como um elemento ativo. A articulação entre produção, reprodução e apropriação do espaço intraurbano evidencia as implicações físico-territoriais e sociais sobre a formação de novas centralidades (FIG. 09).

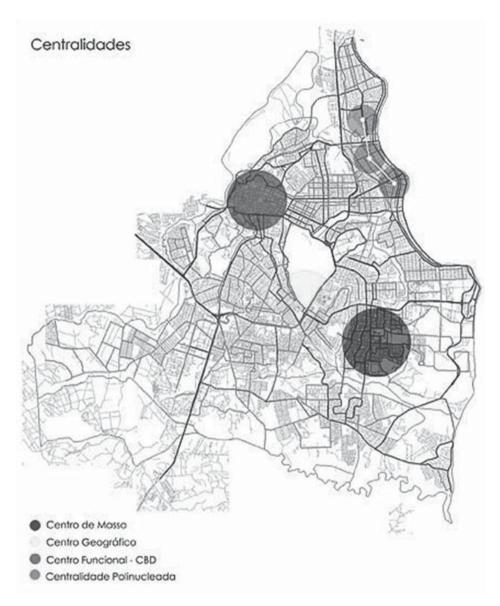


FIGURA 09 - Categorias de centralidades da cidade de João Pessoa - PB Crédito: Rafael Ponce (LAURBE, 2008).

Referências

CHRISTALLER, Walter. Os lugares centrais da Alemanha Meridional. Alemanha, 1933.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

HOLANDA, Frederico. O espaço de exceção. Brasília: Editora UNB, 2002.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. "Centro e centralidade: uma ques-

tão recente" in CARLOS, Ana Fani A. & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006 (pp. 277-299).

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 1998.

WHITACKER, Arthur M. "Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias" in Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona, vol. XI, 245 (24), 2007.

Rossana Honorato *

Abordagens sobre a noção de paisagem. Um diálogo entre olhares de arquitetos paraibanos

RESUMO:

Este artigo aborda a noção de paisagem e constituiu o exercício final da Disciplina *A conservação dos espaços públicos e da paisagem*, ministrada pelas Professoras Ana Rita Sá Carneiro e Vera Mayrinck, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

Utiliza-se da linha teórica desenvolvida por Henri Cueco, em "Abordagens do conceito de paisagem" (1995), que integrou a coletânea de referências bibliográficas adotadas na Disciplina, para mediar uma breve amostragem da concepção formulada por profissionais de Arquitetura, em varias redes de exposição pública, sobre a paisagem da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

A livre observação da pesquisadora identificou profissionais cujos projetos e discursos parecem evidenciar conexões quanto a princípios adotados no ato de conceber o espaço urbano e de intervir nele, para aferir que noção de paisagem subjaz nessa empiria.

Tenta-se aqui oferecer uma contribuição para o campo das reflexões teóricas e práticas contemporâneas no país sobre o conceito de paisagem. Ao celebrar 20 anos, em 2012, da inclusão da categoria "Paisagem Cultural" como um dos parâmetros de tombamento, o Comitê da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO reconheceu a paisagem da cidade do Rio de Janeiro como de "excepcional valor universal". Um título que transcende a fronteira brasileira e, certamente, assegura para a humanidade mais um elo de firmação da diversidade de sua memória cultural para as atuais e as futuras gerações.

Palavras-chave: Paisagem; espaço urbano; arquitetura; Paisagem cultural.

^(*) professora assistente do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba e pesquisadora do LAURBE – Laboratório do Ambiente Urbano do Centro de Tecnologia. Cursa Doutorado em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR-UFRJ/UEPB - e tem Mestrado em Ciências Sociais, com concentração em Sociologia Urbana, e graduação em Arquitetura e Urbanismo, ambos os cursos pela UFPB.

^{**} A investigação empírica, base da interação com a abordagem teórica, não teria sido possível sem a generosa colaboração dos arquitetos Amélia Panet, Cristiano Rolim, Francisco Cabral, Germano Romero, Marco Suassuna, Mércia Parente Rocha, Ricardo Araújo e Sandra Moura.

ABSTRACT:

This article discusses the concept of landscape and is the outcome of the final exercise of the course "Conservation of public spaces and landscape", conducted by professors Ana Rita Sá Carneiro and Vera Mayrinck, under the Post-Graduate Program in Urban Development, at Federal University of Pernambuco · Brazil.

It applies the theoretical line developed by Henri Cueco on "Approaches to the concept of landscape" (1995), which integrated the course's syllabus, to mediate a brief sampling of the concept formulated by professionals architects in several public related networks, on the landscape of the city of João Pessoa, capital of Paraíba State.

The unbound observation of the researcher identified professionals whose projects and attitude seem to indicate connections between the principles adopted during the design act and the interventions in urban space, while trying to establish which landscape concept is underlain in this cognizance.

The aim is to offer a contribution to the field of theoretical and practical reflections on the contemporary concept of landscape in the country. In celebrating 20 years in 2012 of the inclusion of the category "cultural landscape" as a parameter for inscription in the World Heritage List, the Committee of the World Heritage Convention of UNESCO recognized the landscape of Rio de Janeiro as of "outstanding universal value". This assessment transcends the Brazilian boundaries and reinforces for mankind its cultural memory and diversity for the current and future generations.

Keywords: Landscape, urban space, architecture, cultural landscape.

Oi, oi, oi... olha aquela bola
A bola pula bem no pé, no pé do menino
Quem é esse menino! Esse menino é meu vizinho!
Onde ele mora! Mora lá naquela casa!
Onde está a casa! A casa tá na rua!
Onde está a rua! Tá dentro da cidade!
Onde está a cidade! Do lado da floresta!
Onde é a floresta! A floresta é no Brasil!
Onde está o Brasil, tá na América do Sul continente americano
cercado de oceano das terras mais distantes de todo o planeta
E como é o planeta! O planeta é uma bola que rebola lá no céu¹

Este artigo aborda a noção de paisagem desenvolvida na linha teórica de Henri Cueco em "Abordagens do conceito de paisagem" (1995)², para mediar uma breve amostragem da concepção formulada por profissionais de arquitetura**, em várias redes de exposição pública, sobre a paisagem da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

Tenta contribuir com o campo das reflexões teóricas e práticas contemporâneas no

^{1.} Palavra Cantada, música citada pelo entrevistado 1 (fonte indicada: http://www.youtube.com/watch?v=AewilY5jHy0). Singela contribuição para a análise que aqui se busca percorrer.

2. Exercício final da Disciplina A Conservação dos Espaços Públicos e da Paisagem, ministrada pelas Doutoras Ana Rita Sá Carneiro e Vera Mayrinck, Professoras do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, no Período 2012-2.

país sobre o conceito de paisagem no país. Ao celebrar, em 2012, 20 anos da inclusão da categoria "Paisagem Cultural" como um dos parâmetros de tombamento, o Comitê da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO reconheceu a paisagem da cidade do Rio de Janeiro como de "excepcional valor universal". Um título que transcende a fronteira brasileira e assegura, certamente, para a humanidade mais um elo de firmação da diversidade de sua memória cultural para as atuais e as futuras gerações.

A data em que o Rio de Janeiro recebeu o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural da Unesco¹ resultou em um fato singular não somente para o Brasil e para a humanidade, mas também para a própria United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, face ao pioneirismo da concessão³. A rara beleza da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo o curso de sua expansão urbana sobre o território natural, cujo relevo de altimetria variada entre enseadas do Oceano Atlântico não constituiu barreiras à ocupação e ao uso do solo, permite relevar qualquer questão quanto ao mérito da titulação. Contudo, aos pesquisadores interessados na temática e, no caso, da paisagem cultural4, abrese um debate desafiador em torno da delimitação conceitual do termo para efeito da política de conservação das paisagens, as degradadas ou em processo de conservação, como meio de firmar identidades territoriais em um mundo de economia globalizada, cuja estratégia se valida da uniformização da fisionomia dos lugares, da eliminação do distintivo, justamente das singularidades que podem assegurar às comunidades o reconhecimento de pertença⁵ a um lugar.

Se o termo *cultural* agrega valor à noção de paisagem, aqui interessa aferir, através de uma breve amostragem qualitativa, a noção de paisagem que perpassa a empiria de profissionais da Arquitetura e do Urbanismo da Paraíba⁶, no ato de conceber novas edificações e o estudo de sua inserção no espaço urbano.

Face ao objetivo da amostragem, esta reflexão se utiliza de questões apontadas por Henri Cueco, em *Abordagens do conceito de paisagem* (1995)⁷, como base teórica com que mediar as noções formuladas pelos depoentes, realçando a circunstância de habitarem uma cidade com um sítio histórico tombado⁸ como bem cultural de interesse relevante para a história urbana: a Capital do estado da Paraíba.

OS PERFIS PROFISSIONAIS

A seleção dos profissionais resultou de uma observação subjetiva da pesquisadora ao vislumbrar evidências de conexão entre projeto e discurso quanto ao relato de princípios adotados, no ato de concepção e de inserção de novas edificações na cidade, em exposições na imprensa local, em revistas especializadas em Arquitetura e, mais recentemente, por meio de interações diretas nas redes sociais, face ao papel preponderante do impacto da intervenção arquitetônica – positiva ou negativa – na paisagem urbana.

A enquete foi proposta a catorze profissionais com atuação predominante na capital da Paraíba¹⁰. A faixa etária não constituiu referência, ainda que se possam integrá-los em tempos distintos de inserção no mercado de trabalho. O mais jovem deles já registra sete anos de experi-

^{2.} Exercício final da Disciplina A Conservação dos Espaços Públicos e da Paisagem, ministrada pelas Doutoras Ana Rita Sá Carneiro e Vera Mayrinck, Professoras do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, no Período 2012-2.

^{3.} A candidatura da cidade do Rio de Janeiro foi aprovada durante a 36ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em São Petersburgo, na Rússia, no dia 1º de julho de 2012, mediante sua inscrição com um dossiê elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em ação conjunta com o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Fundação Roberto Marinho e a Associação de Empreendedores Amigos da Unesco. http://www.cultura.gov.br/site/2012/07/01/rio-de-janeiro-patrimonio-mundial/

^{4.} Ainda que não se tratasse da primeira tentativa do Rio de Janeiro de se inscrever nos editais anuais de premiação da Unesco, a ocorrência em 2012 certamente conjuga uma série de fatores de interesse internacional cuja conjuntura tampouco é objeto desta reflexão investigar.

^{5.} O conceito de paisagem cultural foi adotado pela UNESCO em 1992 e incorporado como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais, conforme a Convenção de 1972, que instituiu a Lista do Patrimônio Mundial. http://www.cultura.gov.br/site/2012/07/01/rio-de-janeiro-patrimonio-mundial/

^{6.} O conceito de pertença já foi trabalhado pela pesquisadora em sua dissertação de Mestrado, que resultou na publicação em dois volumes: Honorato, Rossana. Se essa cidade fosse minha... A experiência urbana na perspectiva de produtores culturais de João Pessoa e A cidade entrevista, ambos pela Editora Universitária da UFPB, em João Pessoa, em 1999.

^{7.} A opção por arquitetos paraibanos será esclarecida ao longo do texto.

^{8.} A fonte bibliográfica de Henri Cueco constava nas referências apresentadas pelo plano de curso da Disciplina A Conservação dos Espaços Públicos e da Paisagem.

^{9.} O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional através do Processo nº. 1501-T-02 com inscrições nº. 590; V.2; F.097; Data: 04/09/2009 no Livro Histórico e nº. 146; V.2; F.055; Data: 04/09/2009 no Liv.Arq./Etn./Paisag. IPHAN - Lista dos Bens Culturais Inscritos no Livro do Tombo (1938-2012) - http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3236

^{10.} O número de arquitetos e urbanistas na Paraíba, levantado pelo recente (2013) Censo realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, registra 994 profissionais, sem destaque quanto ao indicador de gênero. Assim se deduz que a amostragem aqui aplicada representa 1,41 % do universo de profissionais na Paraíba. Ver: http://www.caubr.gov.br/censo/

ência, e um, trinta e cinco anos.

A busca da equidade de gênero foi considerada com o intuito de repercutir em mais uma oportunidade de representar o universo feminino. Contudo, devido à conjuntura social da inserção das mulheres no mundo do trabalho, apenas 28,57% representam o segmento feminino, e 71,43%, o masculino, no grupo de profissionais convidados. Ressalta-se que 42,85% dos profissionais provocados também atuam no ensino de Arquitetura e Urbanismo¹¹.

Essa reflexão, finalmente, teve a colaboração efetiva de oito profissionais. Esse número é representativo da resposta de 57,14% do número de convidados. Destes, 37,5% representam o gênero feminino, e 62,5%, o masculino. Como um mero artifício de privacidade, a identidade dos profissionais está identificada pelas letras A, B e C – para as mulheres, e pelos números 1, 2, 3, 4 e 5 – para os homens 12.

A QUESTÃO MOTIVADORA PARA INTERPRETAR A NOÇÃO DE PAISAGEM ENTRE OS PROFISSIO-NAIS

Como o intuito do presente trabalho foi de aferir a noção de paisagem na retórica dos profissionais, a indagação direta e objetiva pareceu à pesquisadora potencial inibidora da contribuição. A opção pela aplicação de uma única questão decorreu da especulação de um conjunto de alternativas visando dar atenção à resposta do modo mais espontâneo e atrativo possível.

Mesmo com o empenho de encontrar a questão-chave, a enquete atingiu apenas 57,14% de êxito. Considerando o valor de 5, 71 pontos, e para alimentar o próprio ânimo científico, parece ser plausível reconhecer que o exercício da escrita e da reflexão vem repercutindo em menor interesse ou dedicação intelectual no mundo contemporâneo, mesmo para o seleto público de participantes¹³.

Quatro formulações ajudaram a chegar à questão-chave: 1) O que significa paisagem para

você?; 2) Qual a importância da paisagem para a vida coletiva?; 3) Como a paisagem implica o seu processo projetual?; e 4) Que tratamento tem a paisagem no ato de concepção projetual? Assim, foi encaminhada a seguinte questão para treze participantes¹⁴: Como a paisagem implica a concepção arquitetônica em sua experiência projetual?

Entre os arquitetos, o reconhecimento da área e a análise do entorno onde se projeta uma intervenção arquitetônica são considerados uma prerrogativa metodológica apreendida na formação profissional, cujo uso é corrente. Entretanto, com os estudos em curso no país sobre o conceito de paisagem, haveria de se ponderar a relação entre os termos de modo a checar proximidades e distâncias significantes. Entorno ou entorno imediato são expressões bem familiares ao exercício da Arquitetura, mas poderiam ser tratados como sinônimos de paisagem? Talvez a outro objeto de trabalho se inclinasse esta investigação... Como o enfoque é a noção de paisagem, tentar racionalizá-la de antemão como "entorno" implicaria uma preconcepção no sentido de uma sinonímia15...

O MEIO DA ABORDAGEM

A abordagem foi feita por meio de um convite por mensagem eletrônica, inicialmente, sem a apresentação da questão. Com o aceite, a reflexão foi encaminhada por nova mensagem eletrônica, sem restrição quanto à quantidade de linhas ou de caracteres para resposta, apenas com um prazo de retorno delimitado. O recurso ao contato telefônico foi necessário para checar a recepção de mensagens enviadas e sem resposta.

O PENSAMENTO DE HENRI CUECO – A BASE TEÓRICA

O francês, de Uzerche (Carrèze), nasceu em 1929. Filho de pai espanhol e mãe francesa, Hen-

^{11.} Professores dos Cursos da Universidade Federal da Paraíba, do Centro Universitário de João Pessoa, na Capital, e da Faculdade de Ciências Aplicadas, no município de Campina Grande.

^{12.} Para a viabilização da análise por esta pesquisadora, a mediação entre os discursos e a teoria de Cueco, outro recurso foi aplicado: oito cores caracterizaram os participantes da investigação. A representação dos discursos por cor, contudo, não tem visibilidade para esta leitura.

^{13.} Talvez a adoção do recurso da gravação em áudio, por meio de interação presencial, repercutisse em um número diferente de participantes.

^{14.} Dos catorze convidados, apenas um justificou de antemão a impossibilidade de contribuir por causa da dificuldade de conciliar com a agenda.

^{15.} E o termo paisagem haveria de estar presente na questão, de um modo ou de outro, mas com o zelo de não redundar em uma abordagem deveras teórica e provocar o desinteresse à participação. Essa foi a principal razão para o descarte imediato da primeira questão, a mais direta e objetiva dentre as elaboradas.

ri Cueco conjuga a versatilidade de diversas habilidades: é escritor, roteirista, produtor, cenógrafo e artista plástico¹⁶.

No contexto em que relata diálogos trocados com um agricultor, ele elabora as suas reflexões utilizando-se das provocações que dirige ao seu interlocutor sobre o que contemplavam ao mirar paisagens campestres¹⁷. Os encontros corriqueiros se passavam enquanto Henri Cueco pintava suas telas, e o camponês, "de poucas palavras", exaltava a paciência do pintor em seu ofício. Em meio a esses encontros, o estudioso aponta o campo que representava, instigando o seu observador: - "Eu a acho bonita". Diante do silêncio como resposta, insiste: - "O que você acha: essa paisagem é bonita?". - "É bonito aquele amarelo lá embaixo", provoca-o, contemplando um campo de flores brilhando ao sol (Ibid.). Ouve então do camponês: · "Esse campo não vale grande coisa".

Reconhecendo a distinção de olhares, Cueco repensa: "Meu discurso, que fazia da cor uma propriedade em si, uma qualidade particular dos objetos, suscetível de ser abstraída de um conjunto de propriedades, se deparava com sua concepção do mundo, de um mundo que existe concretamente..." (1995). Duas cabeças, duas reflexões paralelas sobre a miragem de um mesmo objeto de contemplação: o território.

É que, para um agricultor, a beleza de um campo – deduz o pensador – não é sua cor nem sua forma em relação a outras cores e formas ao redor, mas um número de qualidades associadas à função: sua situação, sua horizontalidade, a regularidade, a qualidade da terra... É isso que, na cultura "popular", permitiria que ele reconhecesse a beleza. Em verdade, ao camponês seria mais apropriado dizer: "esse é um bom ou um mau campo" (lbid.)¹⁸.

Cueco registra que a palavra paisagem surge na língua francesa no final do Século XVI, decorrente etimológica do termo paysage, que vem de pays (país), de modo a justificar a dificuldade de interação com o vizinho. A paisagem, para o agricultor (no contexto da época), acredita ser o pays. 19. O pintor diz ser "um ponto de vista intelectual, uma abstração, uma ficção" (1995), que provoca, com sua elucubração, uma inquietude ao refutar a viabilidade do olho humano para a produção da paisagem. Ele acredita que somente um "impossível olhar bloqueado" daria ao olho esse estatuto. Para ele, o enquadramento de um sítio só se viabiliza por meio de uma representação; seja um desenho, uma fotografia, uma descrição. Porque, afirma, as pessoas vivenciam um espaço multidimensional, e a paisagem supõe, ao contrário, o corpo parado e o olhar fixo. Situação que julga "ainda mais fictícia, mental, que o olhar fixo é fisiologicamente impossível, pois o olho só pode perceber em movimento" (Ibid.).

O autor surpreende, contudo, ao abrir mão da primazia da autenticidade de seu ofício – a representação pictórica – para delegar à máquina fotográfica o estatuto de ferramenta ideal para restituir "essa ficção", "para materializar o conceito de *paisagem*" (1995), ainda que a atraia como pauta prioritária para o artista plástico: "terreno de uma confrontação dramatizada entre a experiência do real, a experiência interior ou mental e as restrições do espaço pictórico (superfície, materiais, história das formas, invenção das formas, organização)" (Ibid.).

Cueco compreende até que haja uma noção de sítio paisagístico para a pessoa comum, mas, quanto ao termo "paisagem", acredita que expressões como "ponto de vista", "vista bonita" sejam noções realmente assimiláveis. O sentimento de beleza associado ao mirar panoramas, uma espécie de condensação do exercício da contemplação no inconsciente coletivo derivando em satisfações associadas ao domínio da natureza (1995).

Considerando a dubiedade da "vista bonita", o autor evoca uma necessária distinção entre a vista do observador e a paisagem **em si** (gri-

^{16.} Ver biografia de Henri Cueco em http://www.imdb.com/name/nm2244089/bio.

^{17.} A experiência se passa entre 1974 e 1994 e foi publicada pela primeira vez em Paris, em 1995 (CUECO, 1995).

^{18.} É a partir da soma desse tipo de constatação, cuja amplitude escapara ao artista, que nele nasceu o desejo de entender as diferenças e as sobreposições entre as culturas de um mesmo pays, de uma mesma região, na mesma época, a ideia de um trabalho de confrontação entre pessoas, sobre esse objeto aparentemente conhecido, imediato, banal e cotidiano que era para ele, até aquele dia, a "paisagem", e que terminou por instigar esta pesquisa. (CUECO, 1995, nota da tradutora) 19. Embora o termo pays nem sempre seja usado no sentido de país, e sim, em referência a territórios sem limites geoadministrativos. (CUECO, 1995) NT

fo da autora), que diz ser "dotada da faculdade de ver". Essa permuta de situações por meio de uma concepção animista da natureza que incorpora o observador de maneira indissociável. Ainda que afirme, paradoxalmente, que a "paisagem" não existe espontaneamente, ela não se torna ela mesma por existir, é uma construção mental que não percebe a experiência corporal em sua relação com o espaço (Ibid.).

Foi no acesso à leitura "Abordagens do conceito de paisagem", em que Henri Cueco relata inquietamente o diálogo mantido com o camponês, que a ideia de uma reflexão conceitual sobre a noção de paisagem entre visões de arquitetos se constituiu para esta pesquisadora. À semelhança dos artistas plásticos, com habilidade para ponderar sobre um "contexto" territorial, ainda que aos arquitetos caiba a responsabilidade de intervir na realidade de um habitat de uma sociedade, com repercussões efetivas e variáveis, o artista tem a liberdade de representar o mesmo habitat, sem riscos de repercussão daninha para a vida real.

Quanto à criação de um objeto estético, Cueco o vê funcionando segundo os códigos emprestados à produção de imagens e que conduzem à criação das imagens de massa. Diz que o enunciado de um diploma de arquitetura ou de estética pode ser estatuto de representações paisagísticas no mercado imobiliário (1995). Para viabilizar suas reflexões, o pensador se utiliza de análises realizadas em cidades da França e aponta um valor de troca que cerca a paisagem para o capital imobiliário. Ao sugerir o nascimento do termo na França, realça a "relação rigorosa entre o construído e seu meio ambiente" (grifo da autora).

A noção de paisagem para arquitetos paraibanos e o diálogo com as reflexões de Henri Cueco

É entre os arquitetos docentes que se antecede, ao início da resposta da enquete realizada, a preocupação em **conceituar o que consideram ser** *paisagem* (grifo desta pesquisadora). Essa atenção está presente nos discursos de quatro profissionais, mostrados a seguir. ... gostaria de conceituar o que estou considerando como paisagem (...) os elementos materiais e imateriais que conferem característica ao lugar. É o resultado do ambiente transformado pela ação do homem, ou por fenômenos naturais. Nessa paisagem estão contidos os elementos naturais como a vegetação, o relevo, o vento, o percurso do sol, assim como, aqueles produzidos pelo homem, como edificações, vias, pontes, etc. Ainda fazem parte do meu conceito de paisagem os elementos imateriais como o clima, a cultura, os odores, os ruídos, as lembranças. Em síntese, a paisagem no âmbito da concepção projetual é para mim, o contexto, é tudo o que eu devo e posso relacionar com o meu projeto, ou mesmo, negar e me contrapor dependendo de como queira inseri-lo nessa paisagem. (Arquiteta A)

É a partir das transformações efetuadas por nossas intervenções humanas, principalmente por nossas construções, e as suas relações com os aspectos naturais do lugar em que estão inseridas, que podemos analisar questões relativas à forma como as pessoas se relacionam com o ambiente em que vivem e como constroem e reconstroem o cotidiano de suas paisagens. (Profissional 1)

A paisagem compreendida seja como entorno imediato ou como espaço urbano, rural ou natural, relacionado a um terreno ou edificação, objeto de um projeto arquitetônico, consiste em um dos principais condicionantes projetuais, dada a variedade e riqueza de informações que detêm, tanto na sua geografia, quanto nos aspectos sócio-culturais, expressos, por exemplo, no traçado urbano, nas arquiteturas precedentes e nas formas de convívio social e de apropriação do espaço público manifestas no lugar.

Igualmente à arquiteta **B**, as reflexões do Arquiteto **4** corroboram a importância do recurso metodológico no processo de apreensão do *loco* a intervir:

Considerando que a paisagem é o resultado da sobreposição dos elementos naturais (topografia, vegetação, recursos hídricos) com os artificiais e antrópicos (edificações, praças, rodovias, ferrovias) em um determinado lugar, sua compreensão e leitura adequada desses elementos são pistas ambientais importantes durante a concepção arquitetônica.

Já para o reconhecimento de referências à paisagem entre habitantes comuns²⁰, o autor aposta em uma consciência mais ou menos crí-

tica do caráter "pitoresco" de um sítio e de sua importância para o comércio local, ou mesmo quando de um habitante se ouvem referências orgulhosas à cidade a que pertence.

O reconhecimento de pertença a um lugar e das características a ele peculiares implica, no olhar desta pesquisadora, o estatuto de uma identidade construída. O que converge para as palavras de Cueco: "pontos reconhecíveis", conhecidos pelos habitantes (1995). Mas o autor aponta um paradoxo acerca dessa "consciência dos habitantes", quando das necessidades de modernização e de restauração dos edifícios antigos, relatando ocorrências de depredações patrimoniais em sua cidade de nascença e, sobretudo, a valoração sobre o passível de destruição que atinge particularmente as casas "sem valor monumental" e, às vezes, os que ele denomina de "monumentos". Esse aspecto é comentado pelo arquiteto 1:

> Existe ainda nesse contexto a paisagem que pode ser recuperada através de políticas de preservação e restauro de centros urbanos em processo de desvalorização mercadológica, (...) locais que não atendem mais aos apelos de marketing, mas que apresentam uma malha urbana consolidada e infraestruturada. Lembro apenas que o processo deve ser feito de maneira integrada e sem comprometer a estrutura urbana existente e, em centros urbanos antigos, com valor patrimonial, a paisagem será sempre o foco principal.

Ao refletir sobre as intervenções em sítios naturais, a arquiteta e urbanista **C** fala das consequências advindas da relação humana e do meio ambiente:

Não raro, também, a humanidade exauriu recursos naturais resultando na desintegração de determinadas sociedades. E este uso sem sustentabilidade vem sendo observado na arquitetura contemporânea (...) O objetivo é estabelecer critérios para a intervenção, considerando impacto ambiental, estrutural, visual e social.

A fragilidade da conservação dos sítios históricos em resistir às ambições sociais, às necessidades comerciais e à vontade de "modernizar" dos gestores públicos é motivo de atenção para o autor, que ajuíza: "A mais espetacular destruição

dos últimos anos foi conduzida pela prefeitura local que suprimiu os antigos moinhos de casca de árvore que se tornaram inúteis e naturalmente em mal [sic.] estado de conservação, os substituindo por um estacionamento pouco utilizado" (1995). Ele correlaciona a renovação dos lugares a uma necessidade de destruir imagens-símbolos do passado que apaguem todo traço de memória, "essas violências contra o antigo" (Ibid.).

A paisagem como marco de memória também é objeto das reflexões do profissional 1:

... relevando um pouco a paisagem como memória e conservação, mesmo que essa produção, algumas vezes, implique na perda da memória pela não conservação dessa paisagem.

E é da destruição que Cueco deriva uma compreensão da percepção da paisagem pela ausência, pela falta, "quando ela se torna o objeto de uma reconstrução mental" (1995). Do que sugere que emergem dois tipos, correlatos entre si, de referência conceitual que atribui à noção: a "paisagem da memória", frequentemente mesclada com o sentimento de afetividade. que reifica um passado vivido como um estado de bem-estar, e a caracterizada pela falta, pelo exílio do lugar da morada. A realidade perdida é reconstituída em imagem e produz uma "paisagem-lembrança" que, por vezes, torna-se um arquétipo: o cartão-postal e a estética da imagem que imortaliza com um apelo ao prazer subjetivo da evocação.

"A paisagem é isso que eu vejo da minha janela" - relembra o autor um discurso de um exilado em Paris. A nostalgia do pays perdido se manifesta diante da paisagem urbana parisiense percebida da nova janela cujo observador se recusa a achar bonita, reputando bela a vista da janela da casa em que morou no passado (1995). O que se vê da janela passa a constituir a paisagem, e o enquadramento configura seus limites. Para o pintor, essas linhas horizontais e verticais produzem uma primeira referência formal, consciente ou não (Ibid.). A "paisagem" domesticada, organizada, codificada é um objeto para ver, uma evidente formulação cultural que envolve noções estéticas.

No que concerne ao sítio edificado, os olha-

^{20.} Cueco se utiliza da observação de dois lugares em suas análises: Uzerche, a cidade em que nasceu, e o distrito de Vigeois, na França.

res dos habitantes variam. Henri Cueco acredita que eles reconhecem uma vaga qualidade estética nos sítios monumentais, mas é difícil compartilhar esse reconhecimento com o que é admitido como beleza e reconhecido como qualidade. Uma intrínseca relação com a paisagem é comentada pela arquiteta **C**:

Até onde se tem registro das organizações sociais, sobressai grande apego a [sic] paisagem. Não raro, a sobrevivência dos povos dependia dela, utilizando os recursos naturais disponíveis para criar abrigo, caçar e cultivar.

Já para um executivo municipal, questionado sobre o valor estético de sua cidade, conta o autor-pintor, naquele contexto europeu, que um simples inventário de alguns edifícios arquitetônicos é motivo de contentamento e de galhardia. Ele nega a todas as outras construções qualquer valor arquitetônico. Nenhuma qualidade particular é reconhecida quanto à arquitetura comum, popular, pobre, às vezes nem mesmo à evidente noção de sítio coerente de um bairro conservado ou do vilarejo em sua totalidade (1995). Um desconhecimento não responsivo, quanto ao papel social devido a um prefeito e à qualidade de sua assessoria técnica. É o que também depreende o profissional 1:

... parece existir um desinteresse da sociedade pela coisa pública, estamos voltados para preservação e valoração do privado. Parece que por ser público não é de ninguém quando na verdade é de todos. A arquitetura deve buscar estabelecer esse diálogo para estender o conceito de qualidade da paisagem cultural urbana. Na grande maioria, na arquitetura produzida em João Pessoa, por ser, resposta a uma necessidade imediata do mercado imobiliário, a cidade acaba sendo tratada de forma inconsistente.

No sentimento de depreciação que emerge de moradores de um vilarejo em relação ao resto dos edifícios antigos, a testemunharem a pobreza, a miséria é realçada por Cueco. Ele compreende que, para o habitante recém-abastado economicamente, descartar os sinais de sua antiga vida é apagar da lembrança um passado de vida miserável. "Construir" uma casa nova é sinal de enriquecimento, de prosperidade.

E ainda que antigos edifícios, ainda sólidos e com eventual qualidade estética, pudessem ter uma vida útil por meio de processos de reabilitação, são meramente abandonados ou substituídos por novas construções. Essa situação difere substancialmente de ocorrências de ocupação humana em sítios naturais insalubres, com evidente prejuízo para a vida, em que também se notabiliza a degradação da paisagem. Observação presente na sensibilidade do arquiteto 4:

Quando a paisagem preexistente é nociva em termos de ocupações precárias e insalubres as margens de represas, rios, e córregos, por exemplo, não faz sentido se inspirar na paisagem degradante como um paradigma da miséria a ser seguido.

PAISAGEM MERCADORIA

Ainda em relação à concepção de paisagem, o autor desenvolve uma abordagem do ponto de vista da repercussão econômica para efeito de conservação ou de transformação de sua condição preexistente. O grupo de arquitetos colaboradores desta reflexão envereda pela análise sobre a relação da paisagem apropriada pelo ramo imobiliário como mercadoria e seu papel social na educação do mercado.

Henri Cueco argumenta que, para o mercado, a paisagem tornou-se parte inerente da negociação. A miragem de elementos naturais passa a ser mercadoria, que pouco significa a contextualização da fisionomia urbana primária. Nesses termos, a revalidação da paisagem é assim referida pelo profissional 1:

... temos visto, diariamente, transformações rápidas na paisagem urbana, paisagem essa que é agregadora de valor na hora da comercialização do empreendimento.

Os novos operadores, os investidores imobiliários transformam o pays em paisagem, em imagem, a fim de produzir, com pouco custo, mais um valor agregado ao seu objeto de negócio. Para o mercado imobiliário, a imagem vista da janela também é vendida mesmo que ela não constitua nenhuma materialidade no contrato, diz Cueco. Aquilo que se vê – uma cidade, a natureza, uma montanha, o mar, a região – não está à venda, mas a imagem percebida a partir do objeto que se vende é um fator de valorização (1995). A paisagem ofertada à vista deve mostrar, numa quantidade mínima de símbolos, todas as "possibilidades" num dado lugar. Isso resulta, geral-

mente, em um compromisso entre referências estéticas ou culturais específicas e a evidenciação daquilo que é oferecido à venda. Essa condicionante é reconhecida pelo arquiteto **3**:

... nos projetos avizinhados de ecossistemas como o mar, rios, lagos, parques, reservas naturais, e praças, tais cenários passam a interferir, não na concepção plástica ou arquitetural em si, que está muito mais ligada aos apelos e atrativos de marketing, mas, na posição, locação e implantação do empreendimento, na busca de compartilhar visualmente e considerando o ganho de conforto ambiental.

Com pesar, Henri Cueco evoca a cidademercadoria que exclui a essência da identidade local e que está, ao mesmo tempo, no plano da habitação e do modo de vida, relembrando a referência dos artistas de rua, em cidades de visitação turística, pintando a paisagem. Isso é um indicativo que sustenta a noção do autor de que a paisagem não prescinde da representação. O mesmo induz quanto a lugares cuja produção de cartões-postais se faz abundante. E assim, remete também à produção de filmes e de livros, registros fotográficos ou literários do *lócus* de uma história tematizada (1995).

O pintor ressalta outras ambiguidades subsistentes na palavra "paisagem" em relação à dinâmica da cidade e do mercado. Ele destaca os setores industrial e tecnológico, que não podem fecundar lugares afastados geograficamente dos centros de produção e de consumo, e condena -os ao subdesenvolvimento crônico (Ibid.). Isso, de certo modo, é corroborado pelo arquiteto 1:

A demanda do mercado por novas unidades habitacionais não pode continuar sendo aceita como único argumento para justificar a distribuição espacial e a construção de novos prédios, ocasionando expansões exageradas da malha urbana, numa transformação da paisagem onde o urbano engole o rural e os espaços verdes e de convivência social.

Se há, para esse profissional, a possibilidade de uma nova civilidade a construir em meio ao mercado imobiliário, algum poder sob seu embasamento técnico em teorias que sustentem um modo de vida a perseguir; para o arquiteto e urbanista **3**²¹, parece escapar o potencial individual como formador de opinião para a clientela no ato do acordo contratual de um projeto, da constituição do programa de necessidades e das relações que a nova Arquitetura estabelecerá com o ambiente de sua inserção:

Uma vez que a grande maioria de nossos projetos é de edificações, que abrigam unidades residenciais ou comerciais privadas, a serem oferecidas no mercado imobiliário, temos pouco poder de decisão sobre o nível de influência que a paisagem de entorno terá na concepção do projeto. (...). são os patrocinadores dos projetos criados por nós que ditam o que pretendem oferecer ao mercado. (...) a paisagem do entorno onde será implantada a edificação pouco interfere, ou não influencia a concepção arquitetônica. Salvo em raros casos nos quais os lotes já possuam no seu interior algum tipo de vegetação, ou elemento paisagístico natural pré-existente [sic.], e que o proprietário decida por mantê-los, haverá, então, uma influência da cena circundante.

O pintor Cueco reconhece essa negação da imagem como diminuída pelo quadro limitado e limitativo do contrato com aquilo que é proposto na troca e na negociação imobiliária. O consumo da liberdade se opera, assim, dentro de um quadro programado e obedece a uma regulação do valor de troca no mercado e da rentabilidade do investimento realizado. Ainda que se revigore pela utopia de um possível inalcançado, o arquiteto 1 reconhece esses limites de atuação:

Ficamos meio que a mercê dessa lógica mercadológica, presos ainda a uma legislação que privilegia o lote em detrimento da infraestrutura ou de aspectos naturais.

A referência que tecem os profissionais sobre a metodologia de seus processos criativos no projeto de uma nova intervenção urbana, aplicada à integração com a paisagem preexistente, é destacável. Assim considera a arquiteta **A:**

... inicio um processo de análise dos condicionantes da paisagem (contexto), assim como do programa inicialmente proposto; (...) nessa fase de análise algumas escolhas são feitas, priorizadas, valorizadas ou negligenciadas.

^{21.} Ainda que a sua presença se faça constantemente na imprensa local, com uma bagagem cultural relevante, decorrente da experimentação de várias cidades em países desenvolvidos, e como colunista crítico das condições urbanas proporcionadas pelas políticas públicas em relação à qualidade de vida em cidades, sobretudo na Capital da Paraíba.

(...) dou início ao processo por meio da observação desse contexto e através de fotos que faço e de desenhos especulativos, ainda ambíguos, mas que me dão suporte para a escolha de conceitos a serem explorados (...) Nesse início, a paisagem, enquanto contexto é definidora dos conceitos e direciona os possíveis partidos a serem explorados. Por exemplo: se o sítio é urbanizado, se possui vizinhos, como são as edificações do entorno, qual o formato do terreno, sua topografia, se possui vegetação singular, qual a sua orientação em relação ao percurso do sol, encontra-se em via movimentada, etc. (...) finalizo a proposta com um modelo explorando a paisagem, os revestimentos, as aberturas e as relações espaciais.

A vitalidade da paisagem urbana é comentada pelo profissional 1:

É esse diálogo entre pequenas iniciativas que nos permite dar certa vitalidade formal à imagem urbana. Podemos sim amenizar o impacto, ao menos na paisagem de vizinhança, se considerarmos o recuo frontal do lote e o desenho das calçadas e propormos [sic.] uma maior interação entre o público e o privado com um trabalho de desenho urbano. Como dizia o mestre Artigas devemos ver "as cidades como as casas e as casas como as cidades".

Implicações sobre a paisagem de entorno que repercutem nas reflexões do arquiteto **2**:

Penso que cada caso requer uma avaliação pormenorizada do que seria a paisagem e do que seria o edifício. Não existindo regra que transponha o sentimento de uma intervenção resultado de boas práticas projetuais que contemplem o conforto ambiental e o bem estar do indivíduo. Para entender a intervenção, procuro analisar se o edifício deve ser projetado para a área, se a área deve se moldar a função do edifício, ou se ainda ambos são capazes de desempenhar uma função em conjunto, mutua. Esta última opção, defendo quando a intervenção projetual tem como função particularizar lugares ou, até mesmo, recriá-los.

Uma "recriação", um meio de "correção da paisagem desconfigurada", como analisa o profissional **4**:

Por vezes o objeto arquitetônico pode atuar como uma correção da paisagem desconfigurada ou, ainda, afirmar o contraste necessário com a natureza deixando nítida a intervenção do homem através da arquitetura, mas de forma equilibrada em termos de materiais, gabarito e implantação. Neste caso, a interferência da arquitetura da

paisagem poderá atuar como corretivo para valorizar as margens desses elementos naturais em consonância com as construções devidamente reassentadas nas proximidades a partir de critérios da dignidade humana e salubridade urbano-ambiental. Em síntese, a postura projetual poderá ser contextual seguindo os valores da paisagem ou de contraste afirmando a clara diferenciação entre o natural e o antrópico, a definição de qual postura adotar na concepção arquitetônica dependerá da compreensão da paisagem.

As arquitetas e urbanistas B e C, respectivamente, consideram a pertinência do olho educado, técnico e abrangente:

... sua capacidade de interpretar esse contexto e incorporá-lo à sua obra contribuirão sensivelmente para a qualidade do objeto arquitetônico a ser inserido nessa paisagem, afetando diretamente sua conformação, possivelmente por longo período tempo, o que nos remete à nossa responsabilidade na conformação do espaço construído. Refletindo sobre estas interferências podemos dizer que as edificações necessitam expressar o seu conceito não traindo a sua essência, o seu entorno, a sua história, mas ao mesmo tempo surgindo como parte integrante do espaço urbano.

Em sucinta resposta à questão-chave, correlacionando elementos e fenômenos da natureza, o arquiteto e urbanista **5** relata a sua noção de paisagem e destaca a sensibilidade que o profissional deve ter ao projetar a concepção de uma nova edificação:

Clima (ventilação e luz natural), topografia e vegetação, são prioridades em qualquer projeto que inicio. No entanto, o potencial paisagístico, quando existente, é um item particular que acaba sobrepondo-se aos ítens anteriores e orientando as diretrizes do projeto, especialmente no que diz respeito à concepção do espaço e da forma. Integrar o espaço à natureza e gerar uma forma que cumplicie-se com o lugar é o exercício mais fascinante e sedutor do ser arquiteto.

A relevância do tratamento dado à paisagem no processo projetual é assim relatada pela profissional **C**:

Um exemplo lúcido deste questionamento é um trabalho realizado pelo nosso escritório (...) Na primeira visita ao local, me veio instantaneamente a imagem dos circos instalados naquele terreno. Eu repetia ali, na verdade, uma

imagem que estava impregnada no inconsciente coletivo da cidade, tantas vezes convidada a usar aquele espaço com entretenimento circense. As imagens da lona e do mastro inspiraram um tipo de equipamento provisório, porém bastante marcante à margem da BR - 230 - km 17.4, buscando conciliar o apuro técnico com a beleza plástica. Trocando em miúdos, as novas composições devem dialogar com elementos preexistentes, articulando-se e desenvolvendo-se ao longo do território da cidade, nos seus interstícios urbanos. Conectadas, funcionam como um continuum urbano. Neste contexto, a relação entre a paisagem e a construção é decisiva na arquitetura. Não sem razão, o debruçar de um arquiteto sobre projetos precisa necessariamente estar acoplado a uma visão arquitetônica holística, contemplando múltiplos elementos. Um deles – possivelmente o mais crucial – é a paisagem. E esta importância vem sendo testada - e confirmada - ao longo da existência humana.

Outro dos projetos da arquiteta **C** é descrito por meio do destaque que dá à distinta integração da função comercial com a paisagem à beira mar de uma praia urbana:

A paisagem, neste caso, foi crucial para a composição arquitetônica. A localização à beira mar me fez explorar a plasticidade sinuosa com referências náuticas, tendo a lona tencionada como expressão diferenciada no cenário urbano, de forma mais livre. Esta lona contrasta com os edifícios de linhas geométricas do entorno, (...) e ao mesmo tempo apresenta-se em simbiose com a paisagem.

Em busca de uma contribuição para as reflexões sobre a paisagem no país

Ainda que, para Henri Cueco, a paisagem pareça existir apenas como uma representação mental e que seja preciso inventá-la socialmente para além da abordagem estética deliberada, consciente, e que, julgando e lamentando, simultaneamente, que a constituição de paisagem envolva, necessariamente, uma situação de falta ou de ocultação que repercute no imaginário social, ainda que a máquina fotográfica seja, para ele, a melhor ferramenta para capturar a paisagem de um lugar e que ele dirija a incapacidade de substituí-la ao olhar humano, devido ao inevitável movimento do olho, a impossibilidade da imobilidade da visão, na compreensão do autor, restaria à janela o estimulante do imaginário coletivo para

configurar os primeiros símbolos de construção mental como o meio, ainda que banal, de caracterização da paisagem.

Para quem a reconhece em meio à riqueza e à complexidade do imaginário, essa passagem do vivido em movimento para a abstração mental produz, segundo ele, uma jubilação interior que é uma marca humana de reconhecimento da própria existência e de seu estatuto. Assim, ao olhar comum reside a capacidade de reconhecer, onde quer que essas janelas estejam, em uma parede ou na própria memória, a miragem que marca uma potencial interação do privado com o público.

Em resumo, objetiva ou subjetivamente, a paisagem existe, e pelo relato dos profissionais, numa perspectiva que deve privilegiar o sítio e os traços do cotidiano. O arquiteto 1 questiona seu papel no mercado imobiliário com a sensível expectativa de uma educação social porvir:

Temos sempre a esperança expressa na educação patrimonial das novas gerações. (...) E nós, a geração de arquitetos que discutiu o papel social da arquitetura, estamos mesmo desaparecendo frente a uma nova geração que se coloca longe do discurso político e que, como sobrevivência, acata novas formas de atuação mercadológica? Não. (...) Somos ainda uma geração inconformada com os muros e grades fechando a cidade. O resultado alcançado ressaltará a importância que a arquitetura representa no contexto urbano e vice versa. Temos que iniciar essas discussões fundamentais com contribuição de profissionais de diversas áreas que tem a paisagem como foco de pesquisa, provocando o debate em torno da pluralidade dos conceitos de paisagem na contemporaneidade.

A responsabilidade profissional do arquiteto 2 de intervir na paisagem revela uma preocupação com uma necessária ação multidisciplinar e uma postura política cidadã capaz de provocar sensações humanas distintas e repercutir na relação das pessoas com os lugares:

É a partir dessa ótica e, sobretudo, ciente da responsabilidade do arquiteto quanto interventor na paisagem, que acredito nas condições de sermos, além de arquiteto, profissionais preocupados com as relações sociais e suas vertentes, porque acredito que o arquiteto desenvolve no seu cotidiano um trabalho de política, enquanto organização. Acredito que observado e assimilado o papel do edifício na paisagem, ou vice-versa podemos provocar novas relações

e começar a criar outros cenários com atividades interdisciplinares, capazes de interferir na vida do homem que se relaciona com eles, provocando sensações distintas.

Com a mesma atenção, a arquiteta **C** contextualiza a integração de novas intervenções na paisagem correlacionando a história e a cultura dos lugares:

As inserções arquitetônicas transformam a "composição" da paisagem nos centros urbanos – são interferências tão cruciais que podem imprimir até uma nova identidade em uma cidade. É preciso, pois, olhar para a história, para a cultura, para os usos feitos pelos nossos ancestrais antes de apresentar o novo. Busca-se, assim, uma ação arquitetônica coerente.

Essas considerações implicam um exercício de reflexão sobre a viabilidade de um percurso a seguir: que a sociedade volte a se apropriar do espaço urbano do cotidiano com o sentimento cada vez mais sólido de pertença. A utopia de uma arte de viver em harmoniosa relação com a natureza, e, em longo prazo, uma maneira de pensar sobre as trocas humanas e comerciais.

Ainda que a transformação da natureza em mercadoria se opere através da imagem - categoria que passa a ser em si uma mercadoria – novas noções de paisagens decerto se constituirão, para uma conservação urbana integrada ou não, com a evolução do tratamento da imagem veiculada pelas propagadas para fins mercantis

com vistas ao crescimento do mercado imobiliário. Com o impacto social dessa propagação de imagens, imprevisíveis apreensões da paisagem ainda são difíceis de medir entre os habitantes de centros urbanos. As cidades - seja da França, seja um patrimônio recém-tombado como Paisagem Cultural da Humanidade, seja um patrimônio cultural do Brasil - tipificam três realidades, três tempos distintos com uma preocupação comum: de reconhecer significados das paisagens dos lugares para a vida coletiva. As histórias urbanas, fomento para uma identidade de pertença que proporcione às suas sociedades a afirmação de culturas próprias e de sua singularidade no curso do processo civilizatório contra a ordem global da desidentificação, parecem ser a razão da metodologia crítica sugerida por Henri Cueco, para acolher as interrogações sobre a percepção de paisagens por habitantes da cidade, sobre o risco de a paisagem se constituir efetivamente em mera ficção.

A procura por uma especificidade regional, por uma arte de viver, um inventário dos possíveis e a convivência com o patrimônio cultural conservado podem se tornar uma fonte de esperanças e proporcionar novas dinâmicas nos processos de interação social com a paisagem dos lugares. Essa é a aposta mais afortunada da reflexão de Cueco. Mas o curso do balanço continua. O mais difícil ainda é o desafio: a conservação integrada, sem o engessamento da paisagem urbana, para a serventia das atuais e das futuras gerações.

FIGURAS



Vista da ladeira da barreira do Cabo Branco - João Pessoa/PB



Orla de João Pessoa vista da ladeira da barreira do Cabo Branco



Av. Duque de Caxias. João Pessoa/PB



Panorâmica de CampinaGrande-PB, vista do bairro do Bodocongó

Referências

ABAP – A Carta Brasileira da Paisagem. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, 2012.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BERJMAN, Sonia. El paisaje y el jardín como elementos patrimoniais. Uma visión argentina. *In* BERQUE, Augustin. BERQUE, Augustin. Paisagem, meio, história *In Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Paris: Editions Champ Vallon, 1994.

CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes.

CUECO, Henri. Abordagens do conceito de paisagem. *In La Théorie du Paysage en France (1974-1994).* Sous la direction d'Alain Roger. Paris: Editions Champ Vallon, 1995. (pp.168-181). (Tradução não publicada de Mirela Duarte).

ELIAS, Norbert. O processo civilizador; tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 1v.

______. O processo civilizador; tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2v.

IPHAN - Lista dos Bens Culturais Inscritos no Livro do Tombo (1938-2012) - http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3236

HONORATO, Rossana. Se essa cidade fosse minha... A experiência urbana na perspectiva de produtores culturais de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1999.

MELO, Vera Mayrinck. Contribuição da Categoria de Paisagem Cultural à Preservação do Patrimônio no Brasil e os seus desafios. *In Anais do 1º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto.* Belo Horizonte, 2010.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. *Parque e paisagem. Um olhar sobre o Recife*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2010.

http://www.cultura.gov.br/site/2012/07/01/rio-de-janeiro-patrimo-nio-mundial/

http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea

 $\label{lem:http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1100 rev.} http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1100 rev. pdf$

http://www.caubr.gov.br/censo/ - acesso em 17/07/2013.

http://www.imdb.com/name/nm2244089/bio - acesso em 17/07/2013.

Amador Ribeiro Neto *

Cinco olhares sobre a contemporaneidade (Günter Grass, Arthur Schnitzler, Ernst Jünger, Marguerite Duras e Dorothy Parker)

RESUMO:

Este texto aborda as narrativas alemã, austro-húngara, francesa e norte-americana contemporâneas a partir de expressivos livros e autores renomados. A diversidade de enfoques sócio-histórico-estéticos remete-nos a uma constatação, no mínimo curiosa: apesar do propalado fim da narrativa, ela continua viva, irreverente, atroz, erótica, romântica, engajada politicamente. E redigida de forma linear ou não-linear. Ou seja, a vida e a ficção caminham lado a lado, ampliando a percepção do homem no mundo em que vive.

Palavras-chaves: História e mito. Triangulação amorosa. Nouveau roman. Cotidiano.

ABSTRACT:

This text deals with contemporary German, Austro-Hungarian, French and North American narratives from relevant books and celebrated authors. The diversity of socio-historical-aesthetic approaches leads us to a conclusion, at least curious: in spite of the so said end of narrative, it is still alive, irreverent, merciless, erotic, romantic, committed. And written in linear or non-linear form. In other words, life and fiction walk side by side, enlarging the perception of man in the world in which he lives.

Keywords: History and myth. Loving triangulation. Nouveau roman. Daily life.

1. GÜNTER GRASS: LIBELO CONTRA A DESUMANIDADE

A natureza arrasada pela devastação humana. O mundo recoberto por uma fina poeira radioativa. Bombas de nêutrons. Construções arquitetônicas intactas. Um sobrevivente para contar a história.

Tudo sob medida para ser o relato do óbvio. Mas o resultado não é um reles blecaute. Nem mais um engodo na esteira da *science fiction*. O que temos é uma arrojada narrativa acerca do dilaceramento do homem e do mundo. Fim da espécie humana e surgimento de uma raça ágil, vibrante, inteligente, esperta e, sobretudo, audaciosa: a dos ratos.

É isso que se lê, do começo ao fim, em **A** ratazana, romance do Nobel de Literatura Günter Grass. Por exemplo, em obras anteriores, como **O** tambor e **O** linguado, o cenário volta a ser Danzig (atual Gdansk). É aí que história e mito, fábula e filosofia, realidade e sonho, passado, presente e futuro se fundem num universo de "palavras provocantes".

Provocante e poético, Grass constrói um texto apocalíptico de desesperado amor pelo Homem. Tudo começa com um estranho pedido do narrador: "De Natal, um rato eu desejei". E recebe aos pés do pinheiro enfeitado, "bem ali, no lugar do Presépio", uma gaiola de arame com o rato. É o advento de uma nova era, que o leitor deve identificar por si mesmo. Mas a coisa não é tão fácil assim. Não é num piscar de olhos que somos atirados para o fim do mundo. Rompendo com os limites do documental ou meramente formalístico, **A ratazana** nos leva a uma viagem dentre as "n" viagens do livro.

Da Arca de Noé, da qual os ratos são expulsos, à nave espacial, que gira ao redor da Terra levando a bordo o único sobrevivente da espécie humana, o mundo histórico, antropológico, mítico, político, cultural é visitado/desvendado com a verticalidade de que só os escritores são capazes: verter a mentira, como mentira, em realidade.

Ao dividir o romance em 12 capítulos que, subdivididos, interagem entre si, gerando um terceiro momento puramente conceitual, Grass constrói uma grande espiral: a do romance, em si, e a de sua feitura como obra de arte. Passo a passo, capítulo a capítulo, o leitor é convidado a adentrar essa espiral e empreender, quem sabe,

a mais arrojada das viagens desse livro. A do leitor/narrador, que não teme "dobrar o Bojador" atrás de um sentido novo para a literatura – e para o mundo, consequentemente.

Irreverente, atrevido, ousado, mas, sobretudo, cáustico, Grass nos chama à vida, através de um conto de fadas aliado da ficção científica, e estreitando limites com a literatura fantástica. Um universo nada simples, convenhamos. Algo como o romance da era do pós-tudo. As múltiplas linguagens – cinema, pintura, poesia, arquitetura, vídeo, teatro – estão presentes nesse romance que pede reiteradas abordagens, tal a variedade do número de narradores e de entrelaçamentos de códigos intersemióticos.

Literalmente, o leitor viaja pelas espirais do tempo e do texto e só lhe é dado saber uma coisa: o Homem segue sua viagem. De mal a pior.

No vaivém das viagens desta narrativa, somos desafiados a dizer a que veio Günter Grass nesse livro. Chamado de obscuro e de grosseiro por uns, e de antiutopista por outros, esse romancista, que também é poeta, artista plástico e dramaturgo, cutuca com vara curta a sensibilidade e a inteligência do leitor brasileiro nestes tempos de tantos modismos ecológicos e de sustentabilidades a não mais poder.

Do caos que é o mundo, o narrador (aquele que está na nave espacial, circulando ao redor da Terra) conversa com a ratazana e tenta recolher os cacos do que restou da Grande Explosão – sem dúvida, referência à Terceira Guerra Mundial.

Assim, desfilam ratos que se movem desde a Antiguidade, de um lado para o outro do mundo. A nova Ilsebill é tripulada por cinco instigantes mulheres, que dirigem o barco numa expedição científica com pausas para tricotar. Um anãozinho, o Sr. Matzerath, dirige-se incessantemente à Polônia. O linguado, que fala com Damroka, amante do narrador. Joãozinho e Maria, a Madrasta Má, Chapeuzinho Vermelho, o Príncipe e tantas mais personagens dos contos da carochinha orientados pelos irmãos Grimm em pessoa. As inúmeras expedições históricas afundadas das quais os ratos sempre se safam. O Solidarnósc, sua marcha e seu simbolismo. Os punks e a histórica ligação com os ratos etc.

Fazendo de **A ratazana** um libelo contra a desumanidade do próprio homem e à semelhança de Sterne, Proust, Machado e Joyce, Günter Grass constrói seu livro continuamente, numa li-

nha espiralada que, a cada volta, convida o leitor a ser coautor da narrativa, navegante que "vê a luz de mil trovões / o céu abrir o abismo à alma do Argonauta", como canta Fernando Pessoa.

Semelhantemente ao livro **Mensagem**, do citado mestre português, **A ratazana** celebra a vida ante a derrota e alerta para a necessária e urgente reeducação da espécie humana.

2. ARTHUR SCHNITZLER: PERSCRUTADOR DA ALMA HUMANA

Borges, certa feita, afirmou que um grande livro não pode ser um livro chato. "Se lemos com dificuldade, diz ele, o autor fracassou". **Contos de amor e morte**, de Arthur Schnitzler, a partir dessa premissa, é um sucesso.

Se você não dispõe de, ao menos, três ou quatro horas seguidas para a leitura, não se atreva a tomar este livro em suas mãos. Não adianta folheá-lo durante o cafezinho. Na certa, você adiará o que tinha para fazer. Nem se iluda pensando que ler o mais curto de seus contos já é algo satisfatório. Crasso engano. Não entre nessa. Esta literatura imanta.

Arthur Schnitzler (1862-1931), austríaco, autor de contos, romances e peças teatrais, viveu na Viena de 1900, cenário de efervescência política, cultural e científica. A Viena de Alfred Adler, Lou Salomé, Alban Berg, Stephan Zweig, Gustav Klimt, Anton Weben, Freud, Joseph Hoffman, entre tantos outros, nasce, vive e escreve – além de clinicar. Arthur Schnitzler, descendente de tradicional família de médicos e burgueses, posiciona-se contra os princípios familiares e é, principalmente depois da morte do pai, que ele se torna escritor.

Dos 60 contos que escreveu, temos em **Contos de amor e morte** 12 exemplares nos quais Eros e Thânatos prevalecem. Mas, se essa é, à primeira vista, a dominante, não nos iludamos. Duas questões nucleares perfuram a narrativa de Arthur Schnitzler: 1) Como viver sem culpa? e 2) O que consolida o ofício da arte?

Por uma via ou outra – certamente por ambas – o leitor rende-se a esse perscrutador da alma humana.

Nesse livro, o processo de revelação da verdade é fruto de um parto de muita dor. Morte, solidão, espera, angústia, medo, melancolia caracterizam suas personagens em busca da felicidade. Paradoxal? Contraditório? Sim e não, na exata medida do verso lapidar de Monsueto Menezes: "pra que rimar amor e dor?". O compositor nega a rima, fazendo uso dela.

Em "Os mortos calam", é a voz descontrolada da razão, ou a fala inconsciente dos atos falhos da personagem, que põe tudo a perder. "A próxima vítima" iguala desejo a crime e torna a felicidade alcançável apenas como projeto, jamais realização. "A última carta de Andréas Thameyer", "A morte do solteirão" e "O diário de Redegonda" trazem-nos a vertente fantástica do escritor a abrandar a tonalidade patética da narrativa. "Fuga para solidão", na verdade, uma novela, é loucura e magia: "quem precisa de utopia?".

Sem afetações e modismos, Arthur Schnitzler penetra o cerne de nossos desejos e frustrações. A mediação do sonho, do espetáculo teatral, da profecia – formas pelas quais o narrador apresenta suas ideias – faz com que o leitor, ao término da leitura, recomende aos amigos: eis um livro de leitura imprescindível. Livro de um autor que mereceu de Freud o reconhecimento de "um profundo investigador da alma, tão honestamente imparcial, intrépido como outro jamais o foi" e de Thomas Mann, o entusiasmo de quem se entregou à "magia pessoal que emana de tudo o que ele produziu".

Não é pra menos. Não é sempre – aliás, é raro, bastante raro – que encontremos um autor que domine a palavra, a imagem, o pensamento, a reflexão e a fantasia com tamanha firmeza, conhecimento e requintado prazer de escrever. Consequentemente, de lê-lo.

3. ERNST JÜNGER: REALIDADE TRAVESTIDA EM FÁBULA

"Precisar o impreciso, definir com crescente rigor o indefinido". Eis a tarefa que Venator, um historiador e *barman* de 30 anos, propõe em *Eumeswil*, romance de Ernst Jünger. Propõe e desenvolve com fôlego. Num ritmo alucinadamente zen. É isso: o tempo, nesse romance, segue lento. Quase não passa – pinga, gota a gota - o que permite ver, de modo cada vez mais nítido, fisionomias, caracteres e o próprio manuscrito.

Qual manuscrito? O que compõe as quase 500 páginas de **Eumeswil**. Páginas sempre precisas, "embora às vezes os traços da escrita sejam fugidios", como observa o próprio narrador.

Da primeira à última página do livro, Ernst Jünger constrói uma obra densa (jamais cansativa), envolvendo História, Ficção, Filosofia e Teoria Literária sem concessões.

Se o governo do general Condor é ditatorial e se Venator usa a ornitologia (Viva o **Rei Ubu**, de Alfred Jarry!) para melhor penetrar nos labirintos do poder, em **Eumeswil**, em nenhum momento, o narrador-personagem faz concessão ao engajamento primário ou para os experimentalismos vazios de linguagem. Sabiamente, coloca-se como adivinho e abre mão da função de decifrador, tão peculiar aos historiadores. Permeia o texto com tiradas irônicas do tipo "o tirano proporciona um anedotário mais rico que o demagogo, inclusive quando cresce ao nível do déspota". E – um caso do acaso – se o tirano acumula também o ranço do demagogo.

Definindo-se como anarca (e não, como anarquista, distinção que o texto vai compondo paulatinamente), Venator, sempre em apaixonante primeira pessoa, estabelece um relato como um jogo de xadrez, cujo tabuleiro está "junto do vinho e das frutas". Algo entre Baco e Apolo. Sem extremos.

É. O estar-entre-apontando-para-os-opostos parece ser a grande linha (des)norteadora do romance de Jünger.

Leia-se o romance como referência à realidade político-filosófica: os sanatórios e manicômios de Eumeswil pululam de doentes que se aprofundaram excessivamente na abordagem da realidade. Isso lembra momentos de nossa ditadura militar? Os regimes totalitários têm muito em comum, independentemente do tempo e da geografia.

Leia-se o romance como referência à arquitetura teórico-literária do texto: como em toda obra bem realizada, também aqui há mais o implícito que o expressamente formulado. O exposto é, em parte, uma retrospectiva e uma perspectiva. Até aqui, detivemo-nos na fábula. Mas há a se considerar que o romance está dividido em sete cabalísticos capítulos que, por si sós, dão o que falar/pensar.

Quer de um modo, quer de outro, não se pode negar a erudição histórico-filosófico-político-literária de Ernst Jünger, escritor que escreveu Eumeswil aos 82 anos de idade, compondo uma obra integral e não linear. Ambígua, lúcida, lúdica, para ser degustada calmamente. (Jünger faleceu em 1998 com 103 anos de idade).

Essa é uma obra para ser lida pausadamen-

te, noite adentro. Ernst Jünger toca a literatura – e nos toca – preci(o)samente. Midas contemporâneo da condição humana.

4. MARGUERITE DURAS: PERMANÊNCIA DO NOUVEAU ROMAN

Uma mulher e dois homens. Mais um triângulo amoroso na infinita geometria das relações humanas? Sim, se o triângulo não fosse montado pela genialidade absolutamente avassaladora de Marguerite Duras em **Olhos azuis cabelos pretos**.

A novela de Duras é apresentada como "um amor impossível entre um homossexual e uma mulher", tendo ao fundo a figura de um jovem estrangeiro – o de olhos azuis e cabelos pretos. O jovem que passa pela vida dos dois num relance e retorna pelas seguidas invocações da memória.

Se o leitor opta por essa via temática, vai debater-se nos ângulos solitários e esvaziados do triângulo amoroso. Duras reduz a condição humana a estilhaços de corpos que não cabem em si e explodem no nada da existência. Nessa antiperspectiva, a novela derrapa e muito pouca coisa tem a dizer. Não é objetivo da autora mergulhar na psicologia das personagens nem tecer um painel social delas.

Duras tira, de letra, tratados sobre homo/hétero/bi/ trans/sexualidade. Sabe (e como sabe) que a matéria da literatura não é o assunto, mas a linguagem. Ou, para evitar a dicotomia forma/conteúdo que tanto apoquenta quem lida com literatura, podemos dizer que, para a autora, a linguagem é o assunto da literatura. A linguagem como assunto da literatura – um belo princípio que o nouveau roman radicalizou com maestria, principalmente na figura de Marguerite Duras.

Aqui tocamos a linha dorsal (estrutural) de **Olhos azuis cabelos pretos**: um texto, antes e acima de tudo, poético. Poético na construção das imagens, nos cortes sintáticos, no ritmo denso e sedutor.

Lê-se essa novela como se lê um longo poema de T.S. Eliot – **The waste land**, por ex. Como assim? Sob o sol dos objetos, das cenas, das personagens anônimas em close contínuo. Ao compasso das imagens paratáticas (uma ao lado da outra, justapostas), imprimindo uma lentidão de coito amoroso à narrativa. Imagens do silêncio que se movem entre pausas. Cena de cinema. *Mise em scène* do amor.

O amor movido pela dúvida de personagens sem nome · ele/ela/ele – que entrelaçam as pontas do triângulo. A falta de definição das personagens, dos cenários, das falas conduz a um campo de luz e de sombra absolutos.

O sol, o verão, o branco das roupas, o amarelo-ouro. O pano preto, à noite. Tal como se apresenta, a bipolaridade nos remete às duas narrativas marcadamente delineadas: a marcação teatral (instruções para uma possível representação cênica) e a ação propriamente dita (o campo das personagens). Mas também nos remete ao par junguiano anima/animus. Porém, em Duras, não há lugar para psicologismos – como já vimos. E, semelhantemente à pintura impressionista, roçando pinceladas em um todo que só se entrega à distância.

É preciso estar à distância para que se veja melhor **Olhos azuis...** Como tudo aqui está no mundo do possível e jamais do provável (melhor dizer, do comprovável), o leitor, aceitando as regras poéticas do jogo de Duras, pode ir colhendo índices do texto que remetem à unicidade da personagem. Sim, é provável que não tenhamos três personagens, mas, apenas, um sujeito que se desdobra para construir melhor sua identidade. Que tal ler a novela por aí? É algo a se pensar.

Há textos que permanecem na memória por muito e muito tempo depois de lidos. Ficam como uma sensação de qualidade inominável. Algo que caminha conosco e irrompe na memória nos momentos mais inusitados. Para nosso deleite, susto, surpresa, alegria e medo. **Um copo de cólera**, de Raduan Nassar, é um deles. **Olhos azuis cabelos pretos** é outro. "Como um gozo sufocante", danado de belo e denso e uno e arrasador.

Absolutamente genial, é capaz de nos remeter ao cerne da palavra numa viagem "orgasmaravalha". E aqui cabe destacar a propriedade e a delicadeza da tradução de Vera Adami, sempre poética. Deixando o texto de Duras ser e estar, sem mais nem menos. Coisa rara.

Com **Olhos azuis cabelos pretos,** Marguerite Duras chega para arrasar, em 115 páginas de deslumbramentos. Imperdíveis.

5. DOROTHY PARKER: UM OSWALD DE SAIAS EM NOVA YORQUE

Pode alguém, sentado numa cadeira elétrica, esborrachar-se de tanto rir? Se estiver com um

livro da norte-americana Dorothy Parker (1893-1967) à sua frente, sem dúvida, porque essa autora fulmina. Seu texto é eletrizante, ah, isso é.

Estamos cara a cara com uma "fera ferida" que prefere rir a compor baladinhas. Melhor: prefere fazer rir e pensar. O que tira do riso o gratuito e introduz a reflexão sem caretices. Tal como Cruz e Sousa (1861-1898), nosso famoso poeta simbolista, queria: "Rir! Não parece ao século presente / que o rir traduz sempre uma alegria... / Rir! Mas não rir como esta pobre gente / que ri sem arte e sem filosofia".

Esses versos servem como epígrafe ao livro de Dorothy Parker: **Big loira e outras histórias de Nova York.** Os 20 contos, escritos entre as décadas de 20 e 30, traduzidos com pique e manha por Ruy Castro, têm Nova York como cenário. Mas isso é apenas um detalhe, devido à universalidade e à atualidade das situações fisgadas pela autora.

Para não dizer que os personagens de Dorothy Parker são espelhos de nós mesmos, pode-se dissimular dizendo que são tipos gerais da cidade grande: homens e mulheres solitários, mães castradoras, garanhões de porcelana, mulheres rejeitadas, sonâmbulos, dondocas, noivinhos recém-descidos do altar, balconistas sonhadoras e por aí afora.

Todos rindo/chorando; em festas/em brigas; em casa/na rua; no bar/na cama. Mas cuidado: esses personagens gelatinosos, flácidos, sem consistência são aderentes. Engalfinham-se em nossa memória e nos colocam, obsessivamente, diante de duas questiúnculas quase desprezíveis: para que serve a arte? E a humanidade?

"Ler, ah, ah. Ora, eu acenderia a luz, neste exato momento, e voltaria a ler meu livro, se não tivesse sido ele o causador dessa insônia". O que vale para uma personagem de Dorothy não vale para o seu leitor. É impossível não devorar esses 20 contos com o riso da arte e da filosofia.

A grande crise econômica norte-americana (a Queda da Bolsa, etc.) convertida em piada. O humor de Dorothy Parker é uma máscara por cujas fendas se entrevê a ponta afiada de seu punhal inconformista, corrosivo, mordaz, que arrasa tudo. Que fere fundo.

Trapaceando com a língua, tirando de letra a prolixidade do estilo sério, ela converte a linguagem num chicote de chacotas que ressoa incessante nas costas do leitor. O leitor apanha

– e ri. Ri tanto que se esquece de que está apanhando. Apanha tanto que nem se dá conta de que está rindo de si mesmo. Ri e conta pra todo mundo. Só não conta que também apanhou. Afinal, nem ele tem consciência disso. Será? Mais parece que apanha e assovia, dissimula, vira a página, olha oblíquo – e silencia. Eis aí mais uma vantagem do exercício solitário da leitura: ninguém o apanha no flagra.

"Tira esta máscara, cara", canta Caetano num frevo impagável.

Na deixa da música, o conto "A valsa", que abre o livro, compõe, com tipos gráficos em negrito, os movimentos musicais da *danse macabre* enquanto "Que pena", conto que fecha o livro, revela personagens debatendo-se na atarantada linha das relações interpessoais.

Por falar em linha, um telefone é convertido em personagem principal de pelo menos três contos: "Nova York chamando Detroit", "As brumas antes do fogo" e "Um telefonema". O que comprova que, se o sentimento de alguns personagens é tão sincero quanto os da boneca Barbie, nada impede que a coisa (telefone) ocupe o lugar dos seres (pessoas).

Filosofia. Com muita arte. E irreverências.

Puxando pela filosofia, o conto "A visita da verdade" cutuca a psicanálise e a filosofia com a mesma vara. Aqui a palavra faz adoecer – o inverso da palavra psicanalítica, que cura. Lacan é trapaceado nas teias da própria linguagem. E, de quebra, a filosofia rola pelo brejo na busca e na revelação da verdade. De Sócrates a Heidegger – fazendo um recorte que "dá pro gasto". E ainda sobra do conto, no ar, um mote paródico à la Fernando Pessoa: "o que em mim sente está debochando".

As frases telegráficas, o estilo jornalístico tecendo uma crônica impagável do cotidiano, sob a forma de grande literatura. Essa é Dorothy Parker. O conto "Um telefonema" soa como ver-

são 2013 das barrocas **Cartas de Amor de Sóror Mariana Alcoforado** (1640-1723), aquela freirinha inquieta que conflituava desejos do corpo e da alma, de amor e morte, vingança e ternura em cada parágrafo. Agora, Dorothy faz o mesmo, na era da cibercultura, com o telefone mudo, em cada linha do texto.

A guerra dos sexos está solta para Dalton Trevisan algum botar defeito. A política entra pela porta do fundo em "Só mais uma" – em plena vigência da Lei Seca de 28. Mas é encarada e com o copo na mão.

Dorothy Parker faz-nos imaginar um Oswald de saias na Nova York dos anos 20. A propósito: ele profetizava que a massa ainda comeria do biscoito fino que fabricava. Se ainda não comeu, é bom começar a devorar os que Dorothy Parker assou no forno da padaria oswaldiana. Estão quentinhos. E, como os do modernista, irreverentemente irresistíveis.

"Tira esta máscara, cara"? É: "sem mágoas estamos aí", completa o próprio Caetano. Agora, ao **Big loira...**, leitor, rachando de rir e contando tudo pra todo o mundo.

Cinco visões semióticas da contemporaneidade nos revelam que a narrativa mantém sua força de expressão e que os afoitos oráculos pósmodernos que a davam por encerrada, felizmente, enganaram-se.

Contar histórias - nos ensina Walter Benjamin - é uma das formas de manter a História e reinventar a vida, dando-lhe novos sentidos. As narrativas alemã, austro-húngara, francesa e norte-americana comprovam que o mundo está aqui diante de nossos olhos, mas que ainda o enxergamos vesgamente.

(Dedico este artigo ao Rinaldo de Fernandes, escritor, antologista, crítico literário e professor de Literatura, que tem contribuído imensamente para o enriquecimento da narrativa brasileira contemporânea).

Referências

ALCOFORADO, Mariana. Cartas de Amor de Sóror Mariana Alcoforado. São Paulo: Agir, 1980.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: _____. **Magia e técnica, arte e política**. 2ª ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas), 1986. p. 197-221.

BORGES, Jorge Luiz. **Esse ofício do verso**. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CRUZ E SOUZA, João da. **Missal Broquéis**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DURAS, Marguerite. **Olhos azuis cabelos pretos**. Trad. Vera Adami. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

ELIOT, T.S. **Poesia**. 1ª ed. especial. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Col. 40 anos, 40 livros), 2006.

GRASS, Günter. **A ratazana**. Trad. Carlos Abbenseth. Rio de Janeiro: Record, 1986.

JARRY, Alfred. Rei Ubu. Trad. Gianni Ratto. Porto Alegre: L&PM, 1987

JÜNGER, Ernt. **Eumeswil**. Trad. Vera Mourão. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

NASSAR, Raduan. **Um copo de cólera**. 6ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PARKER, Dorothy. **Big loira e outras histórias de Nova Yorque**. Trad. Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PESSOA, Fernando. Obra poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

SCHBNITZLER, Arthur. **Contos de amor e morte**. Trad. George Bernard Sperber. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Bertrand de Souza Lira *

O papel do imaginário na construção social da realidade

RESUMO:

A realidade natural e social não se apresenta como algo pronto e acabado, sem que haja uma intervenção dos indivíduos que nela se investem em atos cognitivos e afetivos, reelaborando imagens arquetípicas adormecidas no inconsciente. Essas imagens se materializam em representações utilizadas pelo homem em suas práticas sociais como instrumento de percepção e de entendimento de sua própria origem e da ordem social.

Palavras-chave: Imagens; imaginário; símbolo; representações.

ABSTRACT:

The natural and social reality is not presented as something done without an intervention of individuals who invest in with cognitive and affective acts re-elaborating archetypal dormant images in the unconscious. Images that materialize in representations used by humans in their social practices as an instrument of perception and understanding of their own origin and social order.

Keywords: Images, imagery, symbol; representations.

Um olhar no qual não existe já o olhado não pode ver; um pensamento no qual não existe já o pensado nada pode pensar. Castoriadis

INTRODUÇÃO

Com este texto, pretendemos discutir a construção da realidade social, do ato cogniti-

vo e da ação do homem em seu meio ambiente natural e social pela intervenção do imaginário e do simbólico, conceitos intrinsicamente relacionados. O real, ou a realidade que, amiúde,

^(*) Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGC) e do Departamento de Comunicação em Mídias Digitais (Demid - CCHLA, Campus I, UFPB). bertrandslira@hotmail.com



toma-se como o real, é apreendido pelo imaginário, através do qual os homens lançam suas âncoras na tentativa de entender, explicar e justificar a realidade natural e social da qual fazem parte. Propomos trabalhar o conceito de imaginário tratado por autores como Jung (2000), Durand (2001 e 2002), Bourdieu (2004), Castoriadis (2000), Bachelard (1990), Chauí (1997), Jodelet (2001) e Sousa Filho (2001 e 2003), articulando-o com os conceitos de arquétipos, símbolos, mitos e representações e sua relação com o conceito de ideologia.

O bicho homem só se torna humano com a sua inserção obrigatória na cultura, pois, de outra forma, sua existência estaria fatalmente comprometida nos primeiros momentos de vida. Destarte, sua ação no mundo é construída, em grande parte, pelo simbólico a partir da linguagem (a língua em primeiro lugar), condição primeira dessa articulação com o seu meio ambiente, mormente o meio social.

Por isso as representações imaginárias são importantes, como formas de expressão materializadas (linguagem verbal, expressões artísticas, instituições, etc.) do imaginário individual e social, com e através das quais os sujeitos sociais se relacionam entre si e com o meio natural que o circundam. É através das representações que eles expressam sua visão de mundo, explicam suas origens, expõem suas crenças religiosas, justificam a estratificação social, as relações de poder, a hierarquia familiar e social; estruturam o sistema de parentesco, legitimam as relações (desiguais) de gênero, enfim, organizam suas ações no processo de estruturação da vida político-econômico-social do grupo no qual estão inseridos.

O real não é simplesmente algo dado empiricamente, sem que um ato cognitivo (de uma consciência ativa) aja sobre ele, como bem assinala Chauí (1997, p. 17), para quem o real é "o trabalho pelo qual uma sociedade se institui, se mascara, se oculta, constrói seu imaginário e simboliza sua origem, sem cessar de repensar essa instituição, seu imaginário e seus símbolos."

No âmbito do indivíduo, segundo Jung (2000, p. 61), a "consciência se orienta em relação à experiência" de quatro formas, que ele nomeou de "tipos funcionais" e que exercem o papel de "bússola da psique". São: a sensação,

o pensamento, o sentimento e a intuição. Além desses tipos principais, Jung constata muitos outros, tais como a imaginação, a memória. a força de vontade, o temperamento etc., que considera úteis para explicar as reações humanas nas relações familiares e sociais. Para Jung, a sensação nos faz conscientes da existência de algo dado; o pensamento cumpre a função de nos mostrar o que é essa coisa; o sentimento nos habilita a um "julgamento de valores", uma apreciação do objeto; e a intuição nos indica sua direção, origem e destino. A ambiguidade do termo "sentimento" é esclarecida pelo próprio Jung, que o utiliza no sentido de "pensar", com uma "função racional", "organizadora". Assim, entendemos que o indivíduo apreende (e constrói) certa realidade que se apresenta aos sentidos.

Entre os tipos apresentados por Jung acima, nessa ação da consciência sobre a realidade, interessam-nos, particularmente, o imaginário e a memória, porque estão proximamente conectados com o conceito de arquétipos trabalhados pelo autor. De forma simplificada, Jung define arquétipos como aqueles conteúdos inconscientes da psique humana que, no homem moderno, são bem semelhantes aos do homem primitivo. Ao trabalhar os sonhos, Jung retoma o conceito de Freud de "resíduos arcaicos" e os renomeia de "arquétipos" ou "imagens primordiais", para aquelas imagens alheias à vivência pessoal do sonhador, mas que surgem em seus sonhos de forma obsessiva e com forte carga psicoemocional. Para Jung (2000, p.67), "são formas primitivas e inatas, representando uma herança do espírito humano."

Fazendo uma analogia entre a evolução anatômica do corpo humano que, hodiernamente, apresenta traços do corpo do homem primitivo, e a trajetória evolutiva da mente humana, Jung afirma que essa psique, "infinitamente antiga, é a base da nossa mente" que mantém essas imagens "primevas" ou "primordiais" herdadas. A herança a que se refere Jung não diz respeito às representações conscientes, que são a expressão de "imagens ou motivos mitológicos conscientes", porquanto é no inconsciente que estariam alojadas essas "imagens coletivas" que estruturam os mitos. Com mais precisão, Jung define o arquétipo

como "uma tendência do ser humano para formar estas mesmas representações de um motivo - representações que podem ter inúmeras variações de detalhes - sem perder a sua configuração original." (2000, p. 67)

As pesquisas de K. Lorenz, N. Tinbergen e K. Von Friesch (citadas por DURAND, 2001, p. 44-46) sobre o comportamento animal e humano assinalam a aproximação do "mecanismo inato de desencadeamento" de reações comportamentais com os "arquétipos junguianos" e os "esquemas arquetípicos" que também foram verificados em animais vertebrados inferiores, como os gansos selvagens, o lagarto verde e o peixinho carapau macho.

As "imagens stimuli" desencadeadoras dos poderosos reflexos dominantes (os três grandes gestos dominantes: postural, digestivo, copulativo) são possíveis graças à existência de "ligações simbólicas" (que, no ser humano, só aparecem a partir dos dezoitos meses) e das "articulações simbólicas" (processo mais complexo, cuja ocorrência se registra por volta dos quatro ou cinco anos após o nascimento na espécie humana). Como a formação cerebral humana é muito lenta (sete anos são necessários para a sua conformação anatômica completa), P. Chauchard (citado por DURAND, 2001, p. 45) enfatiza a importância do meio ambiente, em particular, o social, na aprendizagem. Durand (2001, p. 46) acrescenta que "a consequência desta neotenia lenta é dupla: não apenas requer a educação dos <sistemas> da simbolização como faz com que esta educação, dependendo das culturas e até dos momentos culturais de uma mesma cultura, seja muito variável."

Portanto, reforçando o que defende Jung sobre as variações das representações (elas diferem de uma cultura a outra e dentro de uma mesma cultura em contextos diferentes), a configuração original das representações seria uma espécie de matriz, uma base arquetípica milenária, inata e coletiva da psique humana, que ainda alimenta as representações sociais nos nossos dias, isto é, os arquétipos. O simbólico é a via, incontornável, por meio da qual o homem se insere na cultura; é a capacidade de simbolizar que delimita a fronteira entre o ser e o não ser humano.

Jung (2000, p. 93) faz a diferenciação en-

tre símbolos naturais, aqueles "derivados dos conteúdos inconscientes da psique e, portanto, representam um número imenso de variações das imagens arquetípicas essenciais", e símbolos culturais, "aqueles que foram empregados para expressar <verdades eternas> e que ainda são utilizados em muitas religiões.". Por guardar muito de sua numinosidade ou energia psíquica original, os símbolos culturais são fortes desencadeadores de emoções. Assim, a imagem dissociada da emoção, segundo Jung,

(...) equivale a uma descrição de pouca conseqüência. Mas quando carregada de emoção a imagem ganha numinosidade (ou energia psíquica) e tornarse dinâmica, acarretando conseqüências várias. (...) São porções da própria vida _ imagens integralmente ligadas ao indivíduo através de uma verdadeira ponte de emoções. Por isso é impossível dar a qualquer arquétipo uma interpretação arbitrária (ou universal). (JUNG, 2000, p. 96)

A dinamicidade de uma imagem numinosa sugerida por Jung nos remete à "mobilidade das imagens" proposta por Bachelard, para quem a imaginação não é a faculdade de formar imagens, mas de "deformar as imagens fornecidas pela percepção e, sobretudo, a faculdade de libertar-se das imagens primeiras, de mudar as imagens. Se não há mudança de imagens, união inesperada das imagens, não há imaginação, não há ação imaginante" (1990, p. 01; grifos do autor). É nessa perspectiva que Bachelard trabalha o conceito de imaginário, associando-o mais estreitamente à imaginação ao afirmar que

o vocabulário fundamental que corresponde à imaginação não é imagem, mas imaginário. (...) Graças ao imaginário a imaginação é essencialmente aberta, evasiva. (...) uma imagem que abandona seu princípio imaginário e se fixa numa forma definitiva assume pouco a pouco as características da percepção presente. Em vez de nos fazermos sonhar e falar, ela não tarda a fazer-nos agir. Noutras palavras, uma imagem estável e acabada corta as asas à imaginação. (...) o imaginário cria imagens, mas apresentase como algo além de suas imagens, é sempre um pouco mais que suas imagens. (BACHELARD, 1990, p. 02; grifos do autor)

Se a inserção do homem na cultura é a

sua imersão no mundo dos símbolos e suas significações, no ato comunicativo e no agir em seu meio natural e social, essa relação com a realidade, cuja instituição e organização têm a sua coparticipação, dá-se por meio das imagens, dos símbolos, da imaginação e do imaginário e suas representações, pois, como diz Bachelard, "a imaginação é dinamismo organizador, e esse dinamismo é fator de homogeneidade na representação" (citado por DURAND, 2002, p. 30).

Essa organização da realidade pelo ato cognitivo é uma via de mão dupla: há um investimento do psiquismo humano com seus níveis consciente e inconsciente sobre o real e esse real, por sua vez, é determinante na forma como os sentidos o apreendem. São as "intimações objetivas" postuladas por Durand em sua tese sobre a gênese recíproca e no que denominou de trajeto antropológico, essa "incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social" (DURAND, 2002, p. 41; grifos do autor).

Essas pulsões e sua energia psíquica postuladas por Jung (2000) encontram nos arquétipos e nos símbolos suas potencialidades no ato da representação. Os símbolos são os instrumentos por excelência da "integração social". Como instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus - como assinalou Bourdieu (2004) - acerca do sentido do mundo social e que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Bourdieu credita a força do símbolo ao desconhecimento de sua arbitrariedade:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado, como arbitrário (BOURDIEU, 2004, p. 14).

Frutos do consenso social, para Bourdieu, os símbolos são para Durand do mais que pura convenção, por isso ele não os vê sob o manto da semiologia porque dotados de uma semânti-

ca especial. Segundo ele, o símbolo "possui algo mais que um sentido artificialmente dado e detém um essencial e espontâneo poder de repercussão." (DURAND, 2002: 31). Entendo que essa repercussão, aqui, é empregada no sentido atribuído por Bachelard de atingir as profundezas do psiguismo, reanimando-o, fazendo-nos experimentar ressonâncias, repercussões sentimentais (2003, p. 07; grifos meus). Esse algo mais, que Durand constata nas imagens simbólicas e que o faz alijar o símbolo do âmbito da semiologia, é o fato de essas imagens não terem o status de signo (de um "sinal contingente de um significado"), "mas sim, de conterem, materialmente, de algum modo, o seu sentido" (2002, p. 59). A atribuição a esse sentido não deve, segundo o autor, "ser procurada fora da significação imaginária" (p. 29). É numa perspectiva simbólica que Durand aborda o "semantismo do imaginário e da imaginação".

O poder estruturante dos sistemas simbólicos, de instituição da realidade objetiva natural ou social, é atribuído ao seu status de "estruturas estruturadas" pela tradição estruturalista evocada por Bourdieu em "O Poder Simbólico". Mas, segundo o autor, os sistemas simbólicos tiram sua força do consenso social sobre o sentido do mundo, ou seja, "a objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes (senso = consenso)" (2004, p. 08).

O consenso social acerca das significações imaginárias das coisas do mundo cósmico e social é alimentado pelas "imagens símbolos" que são variações de uma mesma matriz arquetipal que habitam o inconsciente coletivo, formando o que os autores aqui citados chamam de imaginário social. É nesse imaginário onde se originam as representações (materializações verbais e não verbais) que os indivíduos utilizam espontaneamente no ato cognitivo de interação com o seu meio, como constata Sousa Filho:

As representações sociais são maneiras de os homens expressarem suas visões da realidade quanto a muitos de seus aspectos e têm quase sempre os traços de *verdadeiras concepções* que procuram explicar a origem das coisas e dos seres, do mundo físico e social, servindo de apreciações que orientam a conduta dos indivíduos (SOUSA FILHO,

O inconsciente, definido por Lacan como "o discurso do Outro", é o depósito do imaginário, que Castoriadis (2000, p. 124) define como "o depósito dos desígnios, dos desejos, dos investimentos, das exigências, das expectativas - significações de que o indivíduo foi objeto, desde sua concepção, e mesmo antes, por parte dos que o engendraram e criaram." O imaginário tem, portanto, estreita ligação com o inconsciente, representado pelo Id, na concepção junguiana de esfera de origem das pulsões reflexas. O sujeito, constituído no e pelo discurso do Outro, é "dominado por um imaginário vivido como mais real do que o real (...) porque não sabido como tal (...) um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto o seu desejo" (2000, p. 124).

A instigante obra de Gilbert Durand, "As Estruturas Antropológicas do Imaginário", já citada anteriormente neste texto, interessanos, especialmente, porque se aprofunda no que o autor denominou de "as grandes categorias vitais da representação" em seu elaborado inventário para a classificação dos símbolos. Durand (2002, p.47) credita a Desoille a associação entre as <imagens motrizes> e os modos de representação visual e verbal, tomando emprestado de Betcherev e sua reflexologia o princípio de sua classificação e o conceito de "gestos dominantes". Em seu "método de convergência", Durand constata a existência de uma série ou conjunto de imagens que, por sua semelhança, ou, como prefere, "homologia" ao invés de "analogia", podem ser agrupadas por essas semelhanças ou "isomorfismo semântico".

O que Durand denomina de "complexos de cultura" surge da convergência entre a pulsão individual (o "natural psicológico") e sua ação no meio natural e social, em que o imaginário não é "mais que esse trajeto [antropológico] no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito" (2002, p. 41).

Os gestos dominantes ou reflexos primordiais, que o autor chama de "um princípio de organização", "uma estrutura sensório-motora", são, a saber: a dominante de "posição"

(verticalidade e horizontalidade), a dominante de "nutrição" ou "digestiva" e a dominante "copulatória" ou "sexual". Durand estabelece uma ligação entre esses fenômenos sensóriomotores e a convergência dos grandes símbolos instituintes da vida social. Sua tese é a de que "existe uma estreita concomitância entre os gestos do corpo, os centros nervosos e as representações simbólicas" (2002, p.51).

A perpetuação das grandes imagens milenárias nas representações sociais só é possível pela concordância entre natureza (psique humana) e ambiente cultural. É esse "acordo entre as pulsões reflexas do sujeito e o seu meio que enraíza de maneira tão imperativa as grandes imagens na representação..." (p. 52). Durand constata que as dominantes reflexas se inclinam a um "condicionamento cultural", cuja orientação é dada pela própria finalidade dessas dominantes.

E como essas grandes imagens são construídas na representação? Durand toma emprestado de Piaget o conceito de "esquemas afetivos", que seriam as relações do indivíduo com o seu meio humano primordial, funcionando como categorias cognitivas, e define o esquema como constitutivo da "factividade, e não, da substantividade do imaginário" ("símbolo funcional", em Piaget, e "símbolo motor", em Bachelard). São "trajetos encarnados em representações concretas precisas." É o esquema, segundo o autor, que faz a conexão entre as dominantes reflexas e as representações e forma o que ele denomina de "esqueleto dinâmico" ou "esboço funcional da imaginação". E são "os gestos diferenciados em esquemas" que "vão determinar, em contato com o ambiente natural e social, os grandes arquétipos" (DURAND, 2002, p 60).

Nas representações da origem do cosmo e do mundo social, os mitos são as imagens primeiras que, em forma de narrativa, tentam explicar o sentido das coisas e dos seres. São os arquétipos, como imagens primeiras, inatas e coletivas, como tendências instintivas localizadas no nível do inconsciente, que "criam os mitos, as religiões, as filosofias que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras" (JUNG, 2000, P. 78). É o *Id* como instância da psique humana, de onde emergem as pulsões inconscientes que vão habitar o imaginário so-

cial investindo-o de realidade, "autonomizando -o, conferindo-lhe poder de decisão - estando o conteúdo desse imaginário em relação com o discurso do Outro ("repetição", mas também transformação amplificada desse discurso)" (CASTORIADIS, 2000, p. 125).

O que Castoriadis postula é a existência permanente de um "conteúdo qualquer" no sujeito, que o autor chama de "suporte" e que é "condição eficiente da atividade do sujeito". Esse conteúdo é "a união produzida e produtora de si e do outro (o mundo)" (2000, p.125; grifos do autor). Essas considerações nos remetem ao conceito de representações individuais e coletivas de Durkheim, pioneiro na abordagem do tema das representações, posteriormente introduzido na Psicologia Social por Moscovici (JODELET, 2001, p. 23), para quem "as representações que são a trama [da vida social] se desprendem das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim reunidos ou entre grupos secundários que se entremeiam entre o indivíduo e a sociedade total" (DURKHEIM, 1996, p. 34). Essas representações não são a soma das consciências individuais, mas uma "síntese química", em que há uma independência (uma exterioridade relativa) dos fatos sociais em relação aos sujeitos individualmente. Porém Durkheim ressalta:

Se podemos dizer, a certos respeitos, que as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, é que elas não derivam de indivíduos tomados isoladamente, mas de sua associação (...) sob a ação de forças *sui generis* que desenvolve (...) essa combinações e alterações mútuas que daí resultam, *tornam-se outra coisa*. (...) A resultante que surge desse processo ultrapassa, portanto, cada espírito individual, como o todo extrapola a parte. (...) Sem dúvida, cada um contém qualquer coisa; mas ele não está inteiramente em nenhum (DURKHEIM, 1996, p. 35-6; grifos do autor).¹

O imaginário individual encontra sua correspondência no imaginário social ou coletivo, objetivado nas instituições e em suas leis, conforme verifica Castoriadis (2000), razão por que uma sociedade nunca logrará a uma total

transparência porque seus indivíduos também "nunca serão transparentes a si mesmos, já que não é possível eliminar o inconsciente." A outra razão é a discutida acima por Durkheim e apresentada, a seguir, de outra forma por Castoriadis:

A dimensão social-histórica, enquanto dimensão do coletivo e do anônimo, instaura para cada um e para todos uma relação simultânea de interioridade e de exterioridade, de participação e de exclusão, a qual não pode ser abolida. (...) O social é o que é o todo e não é ninguém, o que jamais está ausente e quase nunca presente como tal, um nãoser mais real do que todo ser, aquilo que mergulhamos totalmente, mas que não nunca poderemos apreender "em pessoa"" (CASTORIADIS, 2000, p. 135; grifos do autor).

Pensando o imaginário como a faculdade do indivíduo de elaborar imagens (faculdade imaginante do ser), de realizar associações simbólicas entre dados da realidade apreendidos pelos sentidos é, como vimos, um produto da vida em sociedade. As articulações simbólicas têm início com a linguagem, condição primeira de inserção do ser no social e na cultura. Num segundo momento, são as instituições sociais que se fundam nos símbolos, cuja escolha "não é nunca absolutamente inevitável nem puramente aleatória" (CASTORIADIS, 2000, p. 144).

É esclarecedor O conceito de imaginário elaborado por Chauí é esclarecedor, porque ela o resgata do senso comum - que lhe confere uma aura de fantasia, uma conotação de irrealidade ou de delírio – e lhe atribui o "sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta" (1997, p. 19; grifos da autora).

As representações sociais, como materialização dos conteúdos imaginários, são formas de trocas (atos comunicativos) entre os indivíduos em sociedade. Concretizadas nos discursos dos sujeitos sociais e nas instituições, "são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, crista-

^{1.} Tradução nossa.

lizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais" (JODELET, 2001, p. 17-8; grifos meus). Esses discursos utilizam as mais variadas formas de suportes para a sua materialização (o desenho, a pintura, a escultura, a fotografia, o cinema, a internet etc.)

Com as representações, os agentes sociais especulam, interpretam, explicam e se movem na trama das relações, enfim, fazem suas leituras "particulares" da vida em sociedade e das origens do universo. Na realidade, crenças coletivas e arcaicas, narrativas mitológicas porque fundadas em imagens arquetípicas perdidas no tempo. Durand vê os mitos como uma tentativa de racionalização, como "um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e esquemas, sistema dinâmico que, sob o impulso de um esquema, tende a compor-se em narrativas" (2002, p. 62). Em outras palavras, o esquema - como "símbolo funcional" ou "símbolo motor" - tem a função de impulsionar um sistema de símbolos a estruturar-se em narrativas mitológicas.

A ponte entre a ideologia e os mitos é feita por Sousa Filho, para quem os mitos, como a "forma primeira da ideologia", tiveram nos primeiros agrupamentos humanos sua gênese. Nessas sociedades, como dá a conhecer o autor, "os tabus e os mitos são forma do discurso do poder que asseguram a coesão e a reprodução do sistema de sociedade a que os indivíduos estão submetidos" (2001, p. 75; grifos do autor). Sousa Filho assinala o efeito socializador desse tipo de narrativa que "é sempre contada como história verdadeira, cercada de mistérios e de segredos, transmitida por meio de narrações complexas ou de ritos caracterizados pela sacralidade e magia" (2001, p. 81), histórias que estão presentes nos "contos de fadas, nas lendas populares, nos relatos bíblicos, nos filmes, nas histórias em quadrinhos, nos romances, na literatura de cordel, nas brincadeiras de rua (...) e deixam em cada um de nós seus efeitos socializadores" (p. 87).

A força de penetração e cristalização dos mitos reside em sua eficácia simbólica, como abordado antes. Os mitos são permanentemente atualizados nas representações sociais que os concretizam em valores, opiniões, visões de mundo, crenças, condutas, atos cog-

nitivos etc. As representações, como define Jodelet, são

(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. (...) são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade (JODELET, 2001, p. 22; grifos nossos).

O que entendemos por construção de uma realidade partilhada entre indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade é que a conformação de uma realidade dada é o que ela tem de objetivamente concreto (materialmente) e os investimentos afetivos (psíquicos, subjetivos) que os homens empreendem em suas relações com o meio natural e o social. É a partir dessas concepções (visões de mundo) que os indivíduos agem, posicionam-se, interpretam e interagem com a realidade objetiva e com os outros sujeitos sociais, conformando e sendo conformados nessa interatividade.

Maurice Godelier trabalha os conceitos de "realidades materiais" e "realidades ideais" que constituem as realidades sociais. Ele refere que as realidades ideais são um "conjunto complexo de representações, idéias, esquemas etc., (...) cuja presença e intervenção são necessárias para que uma atividade material se realize" (1981, p.175). Atribuindo ao pensamento (e às realidades ideais por ele produzidas) as funções de interpretar, organizar e legitimar as relações humanas entre si e com a natureza através das representações, cujos fins são a produção de sentido, Godelier credita a essas significações resultantes o poder de organizar (ou reorganizar) a vida social.

Interpretar uma realidade que se apresenta ao pensamento é, para Godelier, definir sua natureza, origem e funcionamento. Sobra isso, o autor levanta as seguintes proposições:

Não pode existir representação que não seja ao mesmo tempo interpretação e que não suponha a existência de um sistema de representações, quer dizer, de um conjunto de representações ordenadas por uma lógica e uma coerência específicas, quaisquer que sejam. Estas interpretações só existem pelo e no pensamento. A partir do momento em que representam um mundo ou uma lei invisíveis, este mundo invisível começa a existir socialmente, mesmo que não corresponda a nada existente na realidade representada (GODELIER, 1981, p. 188).

O campo da ideologia é o campo do imaginário, diz Chauí (1997, p. 19), de forma que as representações, isto é, as significações imaginárias - que os indivíduos elaboram com o fim de compreender e de explicar o mundo - passam, inevitavelmente, pelo viés ideológico. Agui, tomamos emprestado da autora o conceito de ideologia, que ela entende como "autonomia das idéias face à sociedade e à história" (1997, p. 26) e que tem a função de "fornecer aos sujeitos uma resposta ao desejo metafísico de identidade e ao temor metafísico da desagregação. (...) Representações e normas constituem, então, um corpo de prescrições que devem ser seguidas quando se quer conhecer ou quando se quer agir" (p. 27-29).

Ao contrário da tradição marxista, que associa a ideologia à existência de sociedades históricas e divididas em classes sociais, Sousa Filho enxerga a ideologia em tempos imemoriais, nas sociedades primitivas e não estratificadas em classes, onde os mitos, como vimos, constituíram a forma primordial de ideologia:

(...) o fenômeno do ideológico (ou da ideologia) é comum a todas as sociedades, pois tem origem no modo espontâneo dos sujeitos sociais representarem a realidade. *A ideologia é sempre a dominância do imaginário social*, que existe como o reservatório de todas as representações sociais que cuidam de explicar para os indivíduos submetidos aos sistemas de sociedades, as origens das instituições sociais, tornando-se impossível pensarmos sociedades sem a produção dessas representações imaginárias (SOUSA FILHO, 2001, p. 71).

Chauí e Sousa filho reconhecem como papel da ideologia o de aplacar o medo dos indivíduos da desagregação da vida em sociedade. Caberia às instituições sociais (família, escola, religiões, a política, o direito etc.), como uma rede simbólica socialmente sancionada, a tarefa de instituir, manter e produzir regras, preceitos e crenças cuja violação ou mesmo a simples contestação poria em risco a ordem social. O que é apresentado pela ideologia da mesma forma que nos mitos e em suas configurações primitivas, é

uma explicação _ na ideologia, a explicação! _ para a origem da sociedade, a ideologia, em sua maneira em tudo igual aos mitos, consegue ser a reatualização das razões que deram origem à sociedade. Importa saber que a ideologia carrega uma herança dos mitos sem sua maneira de representar a realidade _ e, em certo sentido, nunca conseguiu abolir totalmente a parte mítica constitutiva de seu discurso (SOUSA FILHO, 2001, p. 65; grifos do autor).

Godelier levanta uma questão pertinente a respeito da denominação de "ilusória" às representações no conceito marxista de ideologia, indagando sobre os critérios que definem o que é ou não ilusório e buscando nos mitos o suporte para o seu questionamento. Assim, "por definição, um mito não é um "mito" senão para aqueles que não acreditam nele, e os primeiros a acreditar nele são aqueles que o "inventam", isto é, pensam-no e formulam-no como "verdade" fundamental que imaginam lhes ser inspirada por seres sobrenaturais, deuses ancestrais etc." (GODELIER, 1981, p. 190)

Constatamos, em Sousa Filho e Godelier, que a ideologia não é apenas o produto da divisão da sociedade em classes (sociedades históricas), como querem os teóricos marxistas, porque mitos e representações sociais sempre existiram desde os primórdios da formação das sociedades arcaicas e suas instituições primeiras, e também porque a instituição da cultura implica, concomitantemente, o aparecimento do ideológico como uma inversão da natureza da realidade no ato cognitivo, pelo pensamento e pela linguagem.

A partir de sua vivência com os Baruya da Nova Guiné - uma sociedade não estratificada em classes, mas caracterizada pela dominação masculina - Godelier elaborou importantes reflexões sobre a relação entre linguagem e poder e constatou que a eficácia da dominação está muito mais no nível do simbólico (linguagem, representações, mitos) do que na violência física. Nos Baruya é o monopólio por parte dos homens sobre certos saberes e uma apropriação de forma codificada da língua (posse dos "meios imaginários", segundo

expressão do próprio Godelier), que estabelece uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres nos Baruya e nas sociedades onde a transformação da natureza pela intervenção dos que nela vivem se dá no nível do rudimentar.

Sem deixar de reconhecer a eficácia da repressão física na manutenção das relações de dominação, Godelier observa que "um poder não se reproduz de forma durável sem que tire a força principal do consentimento daqueles que o sofrem. Ora, o consentimento passa pela consciência tanto quanto pelo desejo. Parte de uma representação, que é partilhada por dominantes e dominados" (1981, p. 318; grifos meus).

Os autores aqui trabalhados e que se dedicam ao estudo da ideologia são unânimes em reconhecer que a eficácia e o efeito duradouro da ideologia nas sociedades sustentamse em seu ocultamento ou desconhecimento por parte dos sujeitos por ela tomados em suas práticas sociais. Ressaltamos, no entanto, a ênfase que a análise marxista dá ao escamoteamento do antagonismo de classes pela ideologia como razão maior de sua manutenção. Eis o que diz Chauí:

(...) a ideologia afirma que "de fato" (e infelizmente) há divisões e conflitos sociais, mas a causa desse fato "injusto" deve ser encontrada em "homens injustos" (...). Assim, a divisão constitutiva da sociedade de classes reduz-se a um dado empírico e moral. (...) Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica de identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de universal (CHAUÍ, 1997, p. 20-1; grifos da autora).

Esse disfarce do particular como universal é acentuado no conceito de ideologia de Sousa Filho, ao reconhecer que "o que define o ideológico no essencial é ser o ocultamento da

dominação a que os sujeitos sociais estão submetidos, dado que estes desconhecem a natureza convencional (arbitrária) da ordem social e das instituições." É também do autor a definição de representações que apresentamos com o propósito de estabelecer uma relação entre o conceito de ideologia e de representações sociais (como materialização da ideologia), para quem as representações são definidas "como a menor parte da ideologia. Elas constituem o veículo através do qual a ideologia circula na sociedade e pelo qual se realiza sua ancoragem no interior dos sujeitos" (SOUSA FILHO, 2003, p. 79; grifos do autor).

Concluindo, vimos que a realidade natural e social não nos é dada como algo pronto e acabado, sem que haja uma intervenção dos indivíduos que nela se investem em atos cognitivos e afetivos, reelaborando imagens arquetípicas adormecidas no inconsciente que constituem uma espécie de "museu do imaginário social". Essas imagens primordiais se diferenciam em esquemas ou "símbolos motores" que, acionados aos atos cognitivos, materializam-se em representações que os homens utilizam em suas práticas sociais como instrumento de percepção, entendimento, explicação e justificação de sua própria origem e do universo e da ordem social, com suas relações desiguais e de dominação de uns indivíduos sobre os outros. A realidade natural, embora concreta e objetiva, e cuja existência prescinde da intervenção humana, interessa-nos aqui como produto do ato cognitivo dos indivíduos em sociedade. Essa realidade é, como vimos, "construída" nas e pelas práticas sociais em que intervêm o imaginário social e suas representações que determinam as ações, as relações dos agentes sociais entre e si e com a natureza e sua compreensão desse meio complexo que constitui a interação do ambiente natural e social.

Referências

BACHELARD, Gaston. O a r e os sonhos. São Paulo: Martins Fontes, 1990.	GODELIER, Maurice. Infra-estruturas e história. <i>In</i> : Carvalho, Edga de Assis. Godelier/Antropologia . São Paulo: Ática, 1981.
A poética do Espaço . São Paulo: Martins Fontes, 2003.	Linguagem e poder. <i>In</i> : SANTOS, M. Helena; LUCAS, Antonio M. Rollo (org.). Antropologia: sábio, paisagens e sel
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand	vagens. Porto: Porto Editora, 1982.
Brasil, 2004.	JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expan
CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.	são. <i>In</i> : (org.). As representações sociais . Rio de Janeiro EdUERJ, 2001.
CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia e outras falas . São Paulo: Cortez, 1997.	JUNG, Carl G. Chegando ao inconsciente. <i>In</i> : Franz, M. L. Von outros (Org.). O homem e seus símbolos . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
DURAND, Gilbert. O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem . Rio de Janeiro: Difel, 2001.	SOUSA FILHO, Alípio. Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte . São Paulo: Cortez, 2001.
As estruturas antropológicas do imaginário: in-	
trodução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.	Cultura, ideologia e representações. <i>In</i> : Carvalho Maria do Rosário <i>et ali</i> (Org.). Representações sociais: teoria o
DURKHEIM, Émile. Sociologie et philosophie . Paris: PUF, 1996.	pesquisa. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2003.

Cláudio Cardoso de Paiva *

Narciso acha feio o que não é Facebook

As redes sociais, o Ego e as tribos pós-modernas

RESUMO:

O Facebook é uma rede social que atua como extensão dos afetos de ordem pessoal, privada, individual, coletiva, comunitária e tribalista. Logo, o site é ao mesmo tempo, diário pessoal público, blog interativo, diário de bordo colaborativo e elemento de coesão das comunidades virtuais. Examinamos as narrativas do Facebook, observando os usos que ultrapassam as experiências individuais, diletantes e recreativas, e os usos e as narrativas sociais nos debates sobre arte, mídia, cotidiano e política. Na era da comunicação, mediada por computador, a mídia passa de simples "máquina de narciso", espelho das vaidades pessoais, a uma poderosa usina de produção da subjetividade. Todavia, sua característica mais marcante é ser um vigoroso canal de informação e interação, gerador das formas ativas da imaginação criadora e de exercício da sociabilidade.

Palavras-chaves: rede social; Facebook; narcisismo; poder; sociabilidade.

ABSTRACT:

Facebook is a social network that acts as an extension of personal affections, and also, individual, private of affections Community collective tribalistas. Soon, the site is at the same time, public and personal journal, interactive and collaborative blog, logbook cohesion element of virtual communities. We examine the narratives of Facebook, noting the uses that go beyond individual experiences, recreational hobbyists, and reflecting the social uses in debates about art, daily life and politics. In the era of computer-mediated communication, the media that was simple "machine of narcissus" and mirror of the personal vanities, becomes a powerful producer of subjectivity. However, their most striking feature is likely to be a vigorous interaction channel, active forms generator of creative imagination and exercise of sociality and politicization of everyday life.

Keywords: social network, Facebook, narcissism, power supply, sociability.

INTRODUÇÃO

O filme A Rede Social (David Fincher, 2011) consiste numa biografia de Mark Zuckerberg, inventor do Facebook. Uma oportunidade de se entender o espírito de Narciso na era da internet. A narrativa mostra os afetos característicos da personalidade narcisista (recalque, autoestima baixa, ressentimento, egoísmo, crueldade), mas também é uma história de superação: Zuckerberg driblou rivais, ficou bilionário e fez uma revolução na comunicação. O slogan do filme é sintomático de um "estado psicossocial" típico da "geração digital", ligada nos celulares, nos games e nos computadores, mas lança um alerta: "Você não consegue fazer 500 milhões de amigos sem fazer alguns inimigos".

O filme é bom nisso: exibe os afetos egoicos, agressivos, extremamente competitivos e predatórios: a ira, a inveja e o sentimento de vingança imperam nas falas e nos gestos, indicando o diagnóstico clínico das "desordens do caráter narcisista". O fenômeno do narcisismo foi analisado nas obras de Freud e de Jung, e em estudos mais recentes, *Eros e Civilização* (MARCUSE, 1955), A cultura do narcisismo (LASCH, 1983) e Máquina de Narciso (SODRÉ, 1984). Este último resgata o conceito para refletir sobre os desequilíbrios na equação "indivíduo, televisão e poder no Brasil".

O fenômeno do narcisismo condensa um misto de idolatria e de vontade de aparecer, o que a filósofa Márcia Tiburi chama de "Complexo de Roberto Carlos", referindo o verso da canção, "Eu quero ter um milhão de amigos". Sintomas do narcisismo que afetam os indivíduos na era das telas total, obcecados pela fama e pela celebridade, extremamente carentes de afetos, numa época em que a comunicação e o contato humano se tornaram difíceis.

O objetivo deste texto é contemplar o paradoxo das redes sociais que são, ao mesmo tempo, extensões do ego e da sociabilidade. Exploramos as dimensões dos afetos individuais (e coletivos) expressos na "conversação em rede", observando como eles reforçam os traços do individualismo e da solidariedade. Para entender a experiência da comunicação mediada pela tecnologia, são ricas as contribuições de Castells (Sociedade em Rede, 1999), Pierre Lévy (Cibercultura, 1999) e André Lemos (Cibercultura, tecnologia e vida so-

cial, 2002).

Observamos a formação das identidades e a produção das subjetividades no cerne da "modernidade líquida", desde os anos 80/90, gestões neoliberais de Reagan e Tatcher, fase um da globalização, êxtase dos anos youppies, império do self-service e proliferação dos manuais de autoajuda. O verso musical "Eu me amo, eu me amo, não posso mais viver sem mim" (Ultraje a rigor) indica o espírito de Narciso no centro da cena cotidiana, nos anos 80.

Nessa direção, fazendo um diagnóstico do século passado, Baudrillard escreveu A sombra das maiorias silenciosas (1978), e Maffesoli, O Tempo das Tribos (1988): o primeiro tratou da solidão, e o segundo, da tribalização. Fica difícil dizer que erraram, pois, hoje, ambas as experiências fazem parte, simultaneamente, das nossas vivências eletrônicas. São duas leituras antagônicas sobre o espírito do tempo e, em cada uma delas, é possível notar como os dispositivos midiáticos influem na construção das identidades. Esse processo vai ganhar novos contornos no ciberespaço, quando as identidades e as linguagens do sujeito serão reformatadas nos meios telemáticos: hoje, os avatares, os nicks, os perfis, os parceiros on line e as comunidades virtuais comprovam o estado espectral da mutação em curso.

As mediações tecnológicas implicaram modificações nas esferas pública e privada. De um lado, aprimoraram os espelhos das vaidades humanas na sociedade de consumo; de outro, as escolhas, os protestos, as decisões pessoais e coletivas passam pelas redes sociais: os protestos urbanos no Brasil, em junho 2013, no Twitter e no Facebook, podem confirmá-lo.

Apostamos na dinâmica do processo dialético que envolve o mundo digital e o mundo presencial, num contexto em que se redefinem as estratégias comunicativas dos indivíduos e as formas de socialização. Defendemos a ideia de que as redes sociais implicam modos de empoderamentos individuais e coletivos. Os protestos dos índios, dos ecologistas e dos trabalhadores, durante o evento *Rio* + 20, contra a apatia dos governantes e chefes de Estado, apagados na programação da Rede Globo, explodiram na internet, promovendo a proliferação de milhares de vozes indignadas, em conexão e compartilhadas.

"NO QUE VOCÊ ESTÁ PENSANDO?"

O Facebook pergunta diretamente ao visitante: "No que você está pensando?", remetendo-nos à máxima filosófica de Descartes: "Penso, logo existo". Convém notar que o Facebook se dirige ao ego e refaz a pergunta milenar: "Quem é você?". Assimilando a contribuição estético-filosófica de Martino (2010), percebemos que a matéria dos sites de conversação são as narrativas (falas escritas e escritas oralizadas). Ali, os atores produzem uma escrita de si, forjando uma identidade que criaram para si, na qual acreditam piamente. A perspicácia do pesquisador consiste em reformular assim a pergunta do oráculo-facebook: "Quem você pensa que é?". A subversão é genial, pois resgata a crítica do ethos autoritário brasileiro, como o faz Da Matta, na obra Carnavais, malandros e heróis (1983), problematizando a caricata frase dos coronéis: "Você sabe com quem está falando?"

Constatamos que, historicamente, persiste uma camada narcísica e excludente na espessura sociocultural e política da nação, e nos colocamos a refletir sobre a sua atualidade no contexto da sociedade da informação. Partimos do pressuposto de que os problemas conceituais de "narcisismo primário" ("normal") e "narcisismo secundário" ("patológico") devem ser resolvidos no domínio da clínica. Como pesquisadores em arte, mídia e comunicação, nos caberia resgatar o arquétipo de Narciso, como um dispositivo teórico que, provisoriamente, ajuda-nos a compreender o estilo das identidades e das subjetividades em trânsito nos espaços e nos tempos virtuais. Convém relembrar as máximas da Antropologia e da Psicanálise de que não existe sujeito sem objeto, identidade sem alteridade, o ego, sem o id e o superego. Portanto, Narciso (introvertido) leva a Dionísio (extrovertido): o exame da subjetividade remete à sociabilidade, tanto no sentido da solidariedade clássica quanto do recente, "socialidade", no tempo das linguagens líquidas e da velocidade midiática.

Os participantes do Facebook tendem a exibir a sua "persona midiática" num patamar simbólico de distinção, evitando compartilhar as imagens mais modestas. O narcisismo dos habitantes do Facebook se mostra na "embalagem bem feita" de si. Existe um capital simbólico envolvido nessa transação que não pode ser

desperdiçado. A imagem de si no Facebook vale ouro. Evidentemente, há o outro lado, uma emanação útil, generosa, solidária, que transparece nas artes de "cutucar", no retorno gentil da mensagem eletrônica indicando que o outro "curtiu", nos atos de fala expressos nos comentários e nos processos digitais de decisão que levam ao compartilhamento.

Narciso é fascinado pela sua imagem refletida na superfície do lago virtual, mas tem medo de mergulhar nas águas profundas. A rede social, como espaço público, é também o terreno da alteridade que, para o narcisista, representa uma "zona de perigo". Na comunicação em rede, a liberdade parece estar em poder apagar o outro quando ele perturba a tranquilidade da privacidade eletrônica. E esse é um sintoma de narcisismo egoico, regressivo. Todavia, o grande trunfo do usuário, como cidadão virtual, reside em seu poder de se manter vigilante e colaborativo nas tramas da inteligência coletiva conectada.

Na prosa virtual do Facebook, os usuários articulam uma teia comunicativa que assegura a boa projeção de sua "persona digital" no espaço público. As narrativas dos usuários do site sobre as suas preferências revelam o esforço em manter coerência entre a imagem que fazem de si e sua imagem pública midiatizada. Contudo, na conversação em rede, os discursos dos interlocutores são atravessados por ambiguidades, e isso exige um exercício de filtragem e de mediação para compreendermos em que medida o narcisismo dessas falas indica tendências mais egoístas ou solidárias.

Nessa direção, a leitura junguiana feita por Schwartz-Salant (1988) traz elementos para uma hermenêutica do narcisismo contemporâneo. O fenômeno psíquico e sociocultural do narcisismo pode ser decifrado com ajuda do arquétipo de Mercúrio Alquimista (Hermes Trismegistus), conhecedor das misturas entre substâncias diferentes. O método filosófico hermenêutico busca fazer uma mediação face à coincidência dos opostos e pode ajudar na tarefa de decifrarmos a polivalência do narcisismo contemporâneo, em que se mesclam a autoestima, a vaidade e a solidão, mas também a confiança, a presteza e a solidariedade.

Convém refinar a competência interpretativa para discernir entre as diferentes substâncias afetivas disseminadas em rede. E considerando

o estágio evolutivo da cultura digital e a complexidade dos processos sociotécnicos, concluímos que logo serão necessários bons hermeneutas para julgar os processos digitais para além de sua camada apenas técnica, com boa resolução e velocidade. Será preciso saber entrar nas vísceras da comunicação em rede, interagir na trama de suas configurações estéticas, semiológicas, ético-políticas e balancear as informações. Nesse sentido, o mercado parece ter descoberto o mediador na figura do "curador on line". O site Observatório da Imprensa é um exemplo de monitoramento das notícias num ambiente saturado de informação, e as próprias comunidades em rede, "involuntariamente", têm atuado como mediadoras.

Cumpre observar a modalidade de comunicação compartilhada pelos atores nas redes sociais de conversação e reconhecer que ela é movida pelos afetos narcísicos, que sua natureza é mutante, polivalente e pode assumir matizes solidários ou excludentes. Uma parte da nossa observação da vida em rede se nutre da antropologia filosófica (que reúne filosofia, sociologia, psicologia e semiologia), em que a figura arquetípica de Hermes (o deus da comunicação), com sua sabedoria hermenêutica, atua como dispositivo de orientação epistemológica face às contradições e às ambiguidades dos fenômenos.

Aqui nos interessa interpretar como as narrativas circulam no Facebook, apostando que podem abrir caminho para um entendimento do ethos contemporâneo. Todavia, é preciso articular uma operação metodológica setorial, mais dinâmica e atenta à materialidade, à estrutura e ao funcionamento das redes. Por isso recorremos aos estudos teóricos de Comunicação e Cibercultura, que avançaram bastante na avaliação das interfaces da comunicação digital com a economia, a política, a ética e a estética.

O QUE SIGNIFICA REDES SOCIAIS

Atendendo às demandas sociais, institucionais e mercadológicas, a interface entre a Comunicação e a Cibercultura se desenvolveu significativamente e hoje dá subsídios para várias áreas do saber, particularmente no que respeita às investigações das redes de informação. Contamos com um programa teórico-metodológico vigoroso, de cunho exploratório, empírico, analí-

tico, crítico e compreensivo da comunicação em rede.

A conversação no Facebook resulta de uma sofisticada engenharia de sistemas lógico-matemáticos, mas pode ser manipulada por pessoas com os mínimos recursos cognitivos. Afinal, as redes telemáticas reproduzem as características das redes neurossensoriais que governam os cérebros humanos (Cf. KERCKHOVE, 2009). Entretanto, a virtude da cibercultura reside na formidável simbiose que realiza entre a matéria orgânica e a inorgânica, gerando novas modalidades de uso, produção de subjetividades e sociabilidades. Aos atores sociais em carne e osso correspondem perfis cognitivos sob a forma dos ciborgues, seres pós-orgânicos, pós-humanos, segundo os estudos de Amaral (2006), Felice e Pireddu (2003) e Santaella (2010).

Na apresentação do livro *Redes Sociais na Internet* (RECUERO, 2009), feita por André Lemos, traduz-se com precisão o sentido da experiência da comunicação em rede, indicando o empoderamento dos atores sociais e suas ações afirmativas.

Uma rede social é sempre um conjunto de atores e suas relações. A internet é uma rede de redes. Ela dá abrigo a agrupamentos sociais cuja relação dos sujeitos se dá por uma conversação livre e planetária, sendo, sem sombra de dúvida, um fator de reestruturação da vida social, da cultura, da comunicação e da política na sociedade atual. Para além da apatia do consumidor dos meios de massa, a rede de redes está criando uma sociabilidade enredada, democrática, fazendo emergir vozes antes sufocadas. O que importa para países como o nosso, que carece de inclusão social em diversas áreas, não é apenas saber usar tecnicamente a rede, mas tirar proveito de sua potência social e política. (LEMOS, in RECUERO, 2009).

O verbete Facebook, na Wikipédia, tem o mérito na descrição objetiva e na definição correta do conceito; é pragmático ao informar a perspectiva empresarial, mercadológica do site, porém mais interessante é a revelação de sua procedência afetiva, cognitiva e social no âmbito institucional escolar. Isto é, embora sua embalagem produza um efeito lúdico, anárquico recreativo, sua gênese disciplinar se reflete na normatização dos "atos de fala" e nas modalidades ético-comunicacionais das narrativas. Sua eticidade advém da escola:

Facebook é um site e serviço de rede social que foi lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc.. (...) O nome do serviço decorre do nome coloquial para o livro dado aos alunos no início do ano letivo por algumas administrações universitárias nos Estados Unidos, para ajudar os alunos a conhecerem uns aos outros. (WIKIPEDIA, 2012)

A genealogia que recupera o sentido comunitarista do site é reveladora de uma intencionalidade solidária na origem da experiência que motivou a construção da rede. O Facebook é um diário público, blog, plataforma de compartilhamento, vetor de convergência das comunidades virtuais e, dependendo do seu uso, canal de monitoramento dos debates em economia, política, arte, educação, mídia e vida cotidiana.

O Facebook funciona através de perfis e comunidades. (...) O sistema é muitas vezes percebido como mais privado que outros sites de redes sociais, pois apenas usuários que fazem parte da mesma rede podem ver o perfil uns dos outros. (RECUERO, 2009, p.172)

Esse aspecto é interessante, pois mostra como as escolhas, as permissões, as inclusões e as exclusões revelam um tipo de blindagem, uma dimensão individualista (narcísica) da rede, indicando a transferência dos valores da sociedade de consumo para o ambiente virtual. Entretanto, positivamente, convém notar que o ciberespaço tem vocação universalista, atrai, absorve, transforma toda a matéria à sua volta, e o seu destino é, sobretudo, compartilhar.

O estado atual das relações entre os indivíduos e as mídias (incluindo o uso da plataforma Facebook) tem influído nas variações da personalidade narcísica. O senso comum o reconhece pela intuição, e os especialistas não cessam de emitir seus diagnósticos.

Com um breve rastreamento, encontramos um conjunto significativo de matérias jornalísticas, impressas e digitais, cujos títulos revelam os interesses em torno do tema do narcisismo e as redes sociais: "Facebook influencia jovens narcisistas"; "Estudo encontra relação entre Facebook e narcisismo"; "Quantidade de amigos no Facebook pode indicar narcisismo em excesso"; "Comportamento no Facebook pode ser sinal de

narcisismo"; "Diga-me quantos amigos tens no Facebook e direi quão narcisista és".

A amostra é incipiente, mas revela o conceito que a sociedade faz do narciso. Com efeito, a ideia da relação entre o narcisismo e as redes sociais é contagiada pelo conceito do Século XIX do narcisismo como patologia (herdeiro da teoria repressiva freudiana). Isso se percebe nos circuitos jornalísticos, nas narrativas midiático-publicitárias e nas oportunistas pesquisas pseudocientíficas de opinião e de mercadologia.

Convém notar, entretanto, que algo mudou nos fóruns da intimidade e na vida pública. É preciso repensar os conceitos de "normal e patológico", "privado e público", "identidade e comunidade". O Ego e o Outro já não são os mesmos. Cumpre atentar para as metamorfoses de Narciso (e do narcisismo) na "cultura da virtualidade real", pois as tecnologias modificaram os referenciais de espaço e de tempo e o estatuto do sujeito e de suas relações com o Outro. Existem modulações psicossociais (mediadas pelas redes sociais) que variam desde as vaidades extremas até as solidariedades mais generosas.

Talvez seja de bom presságio recorrer a Bachelard (o filósofo camponês) e à sua mediação do *Racionalismo Aplicado* (1949), em diálogo permanente com a potência da imaginação simbólica (cf. *A água e os sonhos*, 1942). Suas imagens filosóficas, relativas às modulações do conhecimento, instigam-nos a interpretar os níveis do "conhecimento de si" e as noções de identidade e subjetividade que norteiam hoje a "personalidade conectada".

É preciso distinguir entre as formas de individuação e individualismo, privacidade e privatismo, personalismo e personalização, aparentes variações semânticas em torno de um mesmo tema, mas que remetem às tensões que envolvem a produção da subjetividade e à ética da inclusão e da exclusividade. Os atores, actantes, narcisos em rede, sofrem influências dos humores, dos afetos e das sensações mediados pelas comunidades afetadas (eletronicamente) pelas tecnologias digitais. O ciberambiente do Facebook molda o estilo dos afetos e das sensibilidades e influi nas tendências individualistas e comunitárias.

É importante compreender os atores em rede como sujeitos-objetos técnicos que sofrem os efeitos emanados pela energia da comunidade virtual eletronicamente conectada. Essa é uma lição aprendida com uma longa tradição de exploradores, desde McLuhan até Latour (1994), Kerckhove (2009), Di Felice (2009) e Pereira (2011), pesquisadores da Escola de Toronto, que veem as redes eletrônicas, virtuais e sociotécnicas como extensões das inteligências, das memórias e das percepções neurossensoriais.

Os estudos desnudam as tramas semióticas, cognitivas e políticas dos seres nas tramas de rede e podem esclarecer as maneiras egoístas ou altruístas de se falar e se comportar em rede, incluindo as questões sobre os direitos do autor (copyright) e o direito social à informação (copyleft). Numa perspectiva de análise política e ideológica das redes, há as contribuições dos pesquisadores-ativistas Silveira (2001), Antoun e Malini (2013), olhares críticos sobre o narcisismo e a socialização na era do virtual.

Aqui miramos as variações dos conceitos de narcisismo, identidade, subjetividade e suas projeções no ciberespaço e buscamos compreender o seu oposto, expresso na comunicação colaborativa das redes sociais. Preferimos evitar a acepção clínica da palavra narcisismo associada ao estado patológico do ser e assimilar a sua acepção antropológica, mitopoética, que caracteriza a índole introvertida dos grandes artistas e criadores. Assim se pode entender melhor a imagem do "sujeito na tela" em estado de individuação criativa.

As energias psíquicas do gênio narcisista, quando colocadas a serviço da imaginação criadora conectada, podem realizar produções de consequências positivas. A prova disso é que foram os *nerds* narcisistas, fechados em suas conchas eletrônicas, que nos legaram a contracultura das redes sociais, o *ethos* da colaboração e do compartilhamento on line. Defendemos que o Facebook deve ser visto em amplitude, como diário público e personalizado, blog interativo, meio de compartilhamento, vetor de comunidade virtual e, dependendo do seu uso, um canal de informação e monitoramento das notícias e dos debates acerca de economia, política, arte, sociedade, mídia e vida cotidiana.

O NARCISISMO ONTEM E HOJE

Uma investigação da simbologia do mito de Narciso e do fenômeno do narcisismo remete ao seu significado nos domínios da Arte, da Literatura, da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia e da Psicanálise. São formas distintas da cognição, mas que modelam, cada uma à sua maneira, uma imagem de Narciso, que persiste no imaginário como uma referência forte para se entenderem as questões ligadas às verdades e às ilusões do ser (Cf. GRIMAL, 1993).

A figura simbólica de Narciso condensa uma eticidade reveladora das formas da consciência e dos estilos de conduta do ser em relação a "si-próprio" e aos atores à sua volta. Como as outras mitologias antigas, Narciso traz consigo uma moral da história: alerta para o risco de morte causado pela destemperança e pela fragilidade diante do *pathos* arrebatador. E adverte, particularmente, em relação ao exagero no fascínio pela própria imagem, sem deixar de reconhecer a virtude narcísica de se manter o equilíbrio entre a autoestima, o cuidado de si, o orgulho próprio, as vaidades e os egoísmos extremados.

Convém notar que o sentido atual do narcisismo tem um alcance mais amplo, que remete para além do ego individual. Envolve os etnocentrismos, os nacionalismos, os regionalismos e os bairrismos propiciadores de afetos vis e paixões destrutivas, como o nazismo, o fascismo, o comunismo, o fundamentalismo. Mas também não deixa de referir o pertencimento, a comunhão simbólica, o comunitarismo, o ethos marcado pela vontade de se sociabilizar, em que as verdades narcísicas de cada grupo asseguram sua permanência e longevidade.

Cinéfilos, leitores, fãs, sócios, parceiros e coautores dispersos na malha urbano-comunicacional são interligados pela midiatização tecnológica, configurando as comunidades virtuais. O Facebook é uma estratégia de difusão e compartilhamento de conversações, "escritas oralizadas", microtextos e imagens audiovisuais, tecnoafetivas, que alimentam os sonhos, os desejos e as expectativas dos indivíduos. Logo, forja uma "cultura de convergência" que agrega os sujeitos isolados em suas verdades narcísicas e os lança numa ecologia comunicacional irrigada pela cooperação e pelo compartilhamento. Assim, as redes podem liberar modos de catarse e transcendência do pathos narcísico.

Mesmo de forma nômade, efêmera e provisória, no "instante eterno" da interatividade, os indivíduos conectados em rede escapam da rotina dos espaços e dos tempos que os aprisionam e atravessam as fronteiras. As redes são boas condutoras do magnetismo afetivo, porquanto gera vigorosos estilos de subjetividade e sociabilidade nos cenários pós-urbanos, quando os ciberambientes (chats, MUDs, salas de conversação virtual) tendem a moldar as "formas comunicativas do habitar" (Cf. DI FELICE, 2009).

No domínio da Filosofia e da Ciência pós-modernas, há uma epistemologia do sujeito (e do desejo), com Deleuze e Guattari, empenhada em inverter o platonismo, o moralismo cristão, a culpa freudiana, rompendo com a antiga idealização do sujeito clássico atravessado por exigências institucionais, jurídicas e sociopolíticas (Cf. MACHADO, 2010). Para além de uma crítica da Psicanálise e do Marxismo, hermenêuticas do sujeito do Século XIX, os pensadores avançaram forjando uma trama conceitual, cuja problematização responde, em grande parte, às especulações acerca da psicologia dos indivíduos em rede.

Desde a obra *O Anti-édipo* (1972), passando pela monumental *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia* (1980), até *Crítica e Clínica* (1997), uma revolução inteira aconteceu, e a imagem de Narciso jamais será a mesma. No plano da empiricidade, as representações cederam terreno aos simulacros, aos clones e aos avatares que dominam a cena, expressando novas interações entre os sujeitos e seus objetos polimorfos.

A filosofia de Deleuze e de Guattari antecipa um olhar sobre a "second life" elaborada no ciberespaço, nos sites de conversação. Os conceitos de "corpos sem órgãos", "rizomas", "máquinas desejantes", formulados pacientemente desde o "instante pós-68", são mais bem compreendidos hoje, ao serem sentidos na pele, na ambiência do Século XXI. É por essa via que se pode entender a produção da subjetividade dos atores em rede. Epifaniza-se então uma "estilística da existência", como previra Foucault na obra *O cuidado de si, História da sexualidade* (1984). De certo modo, o grito de guerra da psicologia Gestalt - "Tornar-se pessoa" - ecoa firme no mundo da "virtualidade real".

ELEMENTOS PARA UMA ETNOGRAFIA DO FACEBOOK

Uma publicação on line traz um quadro de inspiração classificatória que nos informa sobre o regime das afetividades que permitem a concretização da comunicação em rede. Enuncia-se,

assim, uma categorização que discrimina "os tipos mais irritantes do Facebook": "o observador, o galo, a dramática, o emo deprê, o ladrão, o baladeiro, o criticador, o noticiário, o ambulante, o curtidor, a devassa, o ateu (anticristo), a efusiva, o crente fanático, o nerd otário, a santinha solitária". A lista é feita a partir de critérios pouco ortodoxos, e seu valor científico é quase nulo, mas, para nós, tem positividade epistemológica. A ácida e bem humorada categorização é instigante pelo valor psicológico, sociológico e antropológico, ao explicitar as regras de aceitação e exclusão dos atores no site. Indica, sobretudo, o regime disciplinar que governa os fluxos narrativos e conversacionais, determinando os estados afetivos e políticos legitimados nas redes.

Outra postagem mais amena, intitulada "Guia de etiquetas para o Facebook", enuncia uma eticidade regulatória da comunicação, cuja validade epistemológica reside na composição de um receituário que prescreve os atos comunicantes legítimos e adequados para a harmonia no contexto das trocas simbólicas digitais. Uma interpretação da cultura das redes não pode ignorar as estratégias norteadoras das atitudes e do conhecimento comum, movidas por intuições, afetos e sensações. É por essa via que se realizam o "mistério das conjunções" e a "aproximação dos contrários" na sociedade midiatizada.

Como era preciso estabelecer um método de investigação, fomos ao campo apalpar as carnes da empiricidade. Esse expediente, na era da internet, tornou-se algo mais acessível. A estratégia foi proveitosa, pois percorremos a forma comunicativa da conversação em rede, na linha do tempo do Facebook, e agimos como pesquisadores avatares participantes.

Antes de tudo, recorremos à internet, mapeamos os trend topics do Facebook e registramos as postagens mais acessadas, comentadas e compartilhadas, a fim de montar um quadro de referência no tocante às preferências dos usuários. Rastreando os memes no Facebook, capturamos um tema no topo da lista que virou jargão nacional: "Menos Luísa que está no Canada". Devido à sua popularidade, achamos conveniente examiná-lo. A origem do fenômeno é um comercial de TV, anunciando a venda de apartamentos de luxo, em que a família comemora a aquisição, com a exceção da filha, que estava no Exterior. O que era somente material publicitário passou à

crônica midiática em rede global.

A ostentação discursiva do apresentador do produto causou a migração do discurso para as redes sociais (Twitter e Facebook) que carnavalizaram o enredo. Configura-se assim um feixe de sintomas que desnudam os valores frágeis e voláteis da sociedade de consumo: o exibicionismo midiático, a espetacularização do ego, a vaidade das classes opulentas, o imperativo da visibilidade, a obsessão pela fama, o desejo de celebridade. Sintomaticamente, o episódio revela como as redes sociais podem funcionar como extensões do ego, mas também da sua derrisão, paródia e carnavalização. O problema foi explorado no estudo de Alex Primo (2010), em que são examinados os tipos de celebridades migrantes da televisão para a internet e vice-versa.

Contudo, "o caso Luísa", além de ser um fait divers espetacularizado às últimas consequências, indica um nível extraordinário do fenômeno de transmidiação (ou cross media), pois atravessou todos os ambientes midiáticos (com destaque no Jornal Nacional).

Trata-se da viralização de uma sátira coletiva geradora da formação de uma nova comunidade virtual que, narcisisticamente, encontra as suas próprias referências na derrisão do outro. Fazendo uma análise da personalidade narcisista, o livro *O show do Eu* (SIBILIA, 2008) apresenta *insights* que podem elucidar várias das implicações resultantes das relações entre os atores com suas máscaras sociais e os pseudoeventos em torno do nada.

Milhões de usuários de todo o planeta – gente comum, precisamente como eu ou você – têm-se apropriado das diversas ferramentas disponíveis on line, que não cessam de surgir e se expandir, e as utilizam para expor publicamente a sua intimidade. Gerou-se, assim, um verdadeiro festival de vidas privadas, que se oferecem despudoradamente aos olhares do mundo inteiro; basta apenas um clique do mouse. E, de fato, todos nos acostumamos dar esse clique.

(SIBILIA, 2008).

Esse paper consiste na projeção de uma pesquisa ainda em curso. No momento, mostramos o resultado parcial de uma primeira exploração, quando acessamos o site e formulamos a pergunta "Qual foi o evento, ocorrência, acontecimento, cujo relato postado no Facebook mais lhe chamou atenção?". Nessa primeira empreitada,

obtivemos resultados significativos, pois, no intervalo de 24 horas, dezenas de interlocutores responderam à interpelação. Genericamente, as escolhas indicadas nas respostas não causaram surpresa, pois refletem os temas classificados nos trend topics: O movimento em rede "Veta Vilma", Violência Urbana, Marcha contra a corrupção, Fatos Políticos, desastres naturais, Greves de Professores, enfim os fait divers que compõem a agenda midiática convencional. Entretanto, alguns elementos nos chamaram a atenção, e os comentários nos permitiram enxergar algumas brechas. Os chistes, lapsos e atos falhos, vazados no conteúdo das respostas, ajudaram-nos a detectar aspectos inusitados, dentre eles, o extremo desejo de ver a si próprio – e suas próprias falas, vozes e narrativas - na rede social.

Uma das séries de imagens capturadas mostra esculturas de objetos domésticos, camas, escovas de cabelo e chupetas feitas em material de cacto espinhoso, perfurante. Eis um dado rico para se entenderem os afetos em rede. Os comentários dos "objetos espinhosos" revelam respostas que diluem a tensão da imagem cruel dos objetos na comicidade da piada nervosa. O humor advém da perversa associação entre as imagens dos espinhos no Facebook e o desejo secreto do inimigo jogado no cacto, a parte sádica do ser em rede.

Dentre as páginas mais visitadas no FB, destaca-se a que ficou no jargão popular midiático como "Veta, Dilma". E exprime, sobretudo, as vozes do inconsciente em protesto contra as ingerências administrativas e em defesa de causas nobres, como Belo Monte. Porém, sua motivação mais forte vem do desejo de pertencer a uma tribo, uma comunidade afetiva, como os atores engajados em defesa do meio ambiente.

O desafio que se nos coloca é flagrar os elementos de surpresa que abalam a segurança das bolhas narcísicas do mundo virtual, liberando uma comunicação provocante. Até agora, as imagens e as narrativas mais fortes e arrebatadoras - a parte dionisíaca do Facebook - têm vindo das narrativas ligadas às artes, à música, à literatura e às fotografias.

PARA CONCLUIR: O NARCISISMO COLETIVO E A TRIBALIZAÇÃO DIGITAL

Na era das telas e dos vídeos, a comunicação em rede pode funcionar como reforço da ideologia do individualismo, da exclusão, do narcisismo, como queria Sodré, estudando a televisão como "máquina de narciso" (1984). Mas a natureza da comunicação interativa, consolidada com as tecnologias da visibilidade compartilha-

da, impulsiona os agentes isolados para uma zona de tribalização e socialidade, para uma dimensão de visibilidade e interatividade em que os meios se inscrevem como extensões dos afetos comunitários.

Referências

AMARAL, A. Visões perigosas. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ANTOUN, H. "Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura". In: BRUNO, F. KANASHIRO, M; FIRMINO, R. (org.) Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010

CASTELLS, M. Sociedade em rede. Rio de Janeiro: Zahar, 1999; __ O poder da identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1999; __ A galáxia Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COMPORTAMENTO no Facebook pode ser sinal de narcisismo. In: Globo.com. Digital e Mídia, 22/03/2012. Disponível em: Disponível em: http://migre.me/9Z8sk Acesso em: 22.07.2012

DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas*. O fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

DIGA-ME quantos amigos tens no Facebook e direi quão narcisista és. In: Revista Negócio Digital, 30/03/2012. Disponível em: ">http://migre.me/9Jtxg> Acesso em: 21.07.2012

ESTUDO encontra relação entre Facebook e narcisismo. In: Site IDG NOW! 23/03/2012. Disponível em: http://migre.me/9Jun2 Acesso em: 13.12.2011

FACEBOOK influencia jovens narcisistas (enquete). In: Jornal de Notícias, Portugal, 30.08.2010. Disponível em: http://migre.me/9JuqK Acesso em: 29.05.2012

FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet. Sulina, 2011.

FOUCAULT, M. História da sexualidade. vol. 3. O cuidado de si. Rio: Graal, 1985.

GRIMAL, P. Dicionário da mitologia grega e romana. Rio de Janeiro: Difel,

GUATTARI, F. "A produção da subjetividade". In: ___ Caosmose. Rio: Ed. 34, 1992.

KERCKHOVE, D. A pele da cultura. São Paulo: Annablume, 2009.

LASCH, C. A cultura do narcisismo. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LEMOS, A. *Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2004; ___ "Mídias locativas e vigilância: sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais, territórios informacionais". In: BRUNO, F. et al (org.) *Vigilância e Visibilidade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, P. Cibercultura. S. Paulo: Ed. 34, 1999.

MACHADO, R. Deleuze, a Arte e a Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos*. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio: Forense Universitária, 1988; ___ *O mistério da conjunção*. Sulina, 2005.

"MENOS Luísa que está no Canadá". Facebook Acesso: 12.05.2012">http://migre.me/9JXjJ> Acesso: 12.05.2012

PEREIRA, V. Estendendo McLuhan: da aldeia global à teia global. Sulina, 2011.

PRIMO, A. "De narcisismo, celebridades, celetoides e subcelebridades". Comunicação, Mídia e consumo. São Paulo. (Impresso). Vol. 7, 2010.

RECUERO, R. Redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009; ____ A conversação em rede. Comunicação mediada por computador e redes sociais na Internet. Sulina, 2012.

QUANTIDADE de amigos no Facebook pode indicar narcisismo em excesso. http://migre.me/9Jt1K Acesso em: 13.12.2010

REDES SOCIAIS. Amizade a conta-gotas. Sherry Turkle em 22/05/2012 Observatório da Imprensa, 695. *Estado de S.Paulo*, 21/5/2012 http://migre.me/9JuxT Acesso: 22.07.2012

RHEINGOLD, H. A comunidade virtual. Lisboa: Gradiva, 1996.

SANTAELLA, L. Culturas e Artes do Pós-humano: São Paulo: Paulus, 2003.

SANTAELLA, L; LEMOS, R. Redes sociais digitais. S. Paulo: Paulus, 2010.

SCHWARTZ-SALANT, N. Narcisismo e transformação do caráter. S. Paulo: Cultrix, 1988.

SIBILIA, P. O show do Eu. A intimidade como espetáculo. S. Paulo: Record. 2008.

SILVEIRA, S.A. Exclusão digital: a miséria na era da informação. Rio: Perseu Abramo, 2001.

SODRÉ, M. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Vozes, 2002; ___ Máquina de Narciso. Rio: Achiamé, 1984.

TIBURI, M. "Complexo de Roberto Carlos". In: Revista CULT, nº 154, fev./2012. Disponível em: http://migre.me/9N3Ex Acesso em: 06.07.2012

OS TIPOS mais irritantes do Facebook. In: Pavablog, 2 jun. 2012. Disponível em: http://migre.me/9JX7M Acesso em: 12.05.2013.

Telma C. N. Queiroz *

Importância da voz na constituição do sujeito

RESUMO:

O presente texto mostra a importancia das interações vocais na constituição do sujeito, a partir de textos que focalizam as interações sonoras entre a mãe e o bebê. Trata-se de pesquisa essencialmente bibliográfica, baseada em estudos feitos por psicolinguistas e psicanalistas. A Psicolinguística descreve comportamentos interativos, e a Psicanálise supõe um sujeito e um sentido do comportamento.

Palavras-chave: Voz; interações mãe-bebê; sujeito.

ABSTRACT:

This article illustrates the importance of vocal interactions in the constitution of the subject, from texts that focus sound interactions between mother and baby. This is essentially bibliographic research, based on studies by psycholinguists and psychoanalysts. The Psycholinguistics describes interactive behaviors, and Psychoanalysis supposes a subject and a sense of behavior.

Keywords: Voice; mother-infant interactions; guy.

INTRODUÇÃO

A incompletude é inerente ao ser humano, que, por isso, necessita de objetos do mundo para poder sobreviver. Os objetos indispensáveis para a sobrevivência são chamados objetos da necessidade. Mas a necessidade não é suficiente para manter a vida nem para acalmar a tensão da falta, é preciso que esses objetos também causem prazer. Por exemplo, um bebê não se sa-

tisfaz somente com o leite, ele precisa da sucção, razão por que quer sugar o seio mesmo estando de barriga cheia. O leite é o objeto da necessidade, mas o seio é o objeto da pulsão oral. O que vai além da necessidade é a sexualidade, e Freud criou o conceito de pulsão para tentar explicar as formas de relação com o objeto e a procura da satisfação. A articulação do corpo com os objetos é comandada pelo princípio do prazer/desprazer.

^(*) Professora Doutora da Universidade Federal da Paraíba -

As pulsões são variadas. Freud estabeleceu uma lista de objetos pulsionais que são: o objeto oral (o seio), o objeto anal (as fezes) e o objeto fálico (o falo). Jacques Lacan, discípulo de Freud, acrescentou a essa lista mais dois objetos: o olhar, objeto da pulsão escópica, e a voz, objeto da pulsão invocante. Essas diversas pulsões têm, no entanto, características comuns: uma fonte, a zona erógena, localizada no corpo; o impulso, que tende à descarga e exprime a energia pulsional; o objetivo - obter a satisfação, ou seja, reduzir a tensão ao seu nível mais baixo; e o objeto, que permite a satisfação.

A VOZ É SUPORTE DA FALA

Com Lacan, a voz adquiriu um estatuto particular, por ser o suporte da fala e da linguagem, características essencialmente humanas. A fala, a palavra, é o que nos permite suportar a perda dos objetos, mas serve também para procurá-los, para trazer de volta o Outro ausente. Como veremos em seguida, a voz desempenha um papel particular na constituição do sujeito, pois uma criança só poderá falar se estiver mergulhada num concerto de falas desde a vida intrauterina.

Na voz que fala, podemos distinguir o som e o sentido. O som é a melodia com o ritmo, é a música da linguagem. Mas a emissão da palavra e dos sons se acompanha de gestos e de movimentos na pessoa que fala e no corpo daquele que escuta, como acontece com a música. Tanto para o feto quanto para o bebê, a voz tem um efeito diretamente no corpo, produzindo variações dos ritmos fisiológicos, modificações da tensão muscular, atividades motoras, notadamente atividade de sucção, elevação do tônus e aumento da vigilância. A música da voz da mãe nos momentos de cuidados transmite, além disso, o desejo e a demanda do Outro e é por isso que, mais tarde, a música desperta em nós a nostalgia, que é tanto do seio e da voz quanto do desejo e do encontro com o Outro. A música é a única linguagem, nos diz Alain Didier-Weill (Jornada 1998), que permite o encontro imediato, absoluto, pois não é preciso esperar a última palavra para compreender, o efeito é simultâneo.

A música da fala da mãe, com suas inflexões, suas entonações, suas modulações variadas, seus silêncios, suas escansões e seus ritmos, é o que se chama de prosódia. A mãe tem uma maneira particular de falar com a criança, uma prosódia particular que se convencionou chamar de "manhês", na ausência de que a criança corre o risco de ficar aquém de todo o discurso. É como se a ausência dessa prosódia significasse que não haveria endereçamento para a criança, que ela não seria reconhecida como sujeito de desejo. Além disso, em sua maneira de falar, como a música do cinema mudo, a mãe pode transmitir suas emoções, seu ardor, seu tédio, sua alegria e sua angústia.

O som da voz da mãe, portanto, faz o bebê entrar em ressonância com ela, suscita a troca, o encontro, o diálogo e a comunicação e introduz a criança, pouco a pouco, no mundo simbólico, no jogo de substituições e das nomeações: dedo, chupeta, brinquedo, mamadeira, alimento, palavra. Wallon nos diz, em seu livro Les origines du caractère chez l'enfant (1983), que as primeiras excitações exteroceptivas capazes de suscitar na criança reações significativas parecem ser excitações auditivas, e ele cita a Senhora Ch. Bulher que, nos anos trinta, já havia constatado que a voz humana era ligada à vontade de mamar.

Do lado da criança, Denis Vasse (1977) assevera que a voz sobrevém quando o umbigo se fecha, com o grito, primeiro som proferido pela voz do bebê. Esse grito é uma reação de angústia, das perturbações da economia libidinal, o que corta o silêncio, mas que se torna, segundo Freud (1985), o precursor da linguagem. Depois desse primeiro grito que acompanha a entrada em jogo da respiração, é também com o grito que o bebê vai procurar acalmar sua tensão, pois a mãe vai interpretá-lo como demanda, como apelo ao Outro, introduzindo a criança na comunicação significante. Qualquer som da criança a mãe vai interpretar como apelo, como demanda e vai significá-lo para ela. Se essa interpretação falta, o grito não pode se transformar em palavra, ele pode se manter puro grito, ou ser interpretado simplesmente como manifestação de hostilidade. Pela palavra do Outro, o bebê recebe suas mensagens de volta, o que implica que é reconhecido como sujeito de desejo. Com seus gritos, seus choros, seus sons reconhecidos como demanda de amor pelo Outro, a criança procura preencher sua falta, primeiro, na relação com o seio, e quando ele faltar, por intermediário da palavra.

A OBSERVAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS E A BUSCA DE SENTIDO

A partir das pesquisas psicolinguísticas, sabemos que o feto ouve desde os três meses de vida intauterina as vozes do pai e da mãe e, desde cedo, faz a distinção entre a voz feminina e a masculina, entre som grave e som agudo, e parece ser capaz de discriminar certas sequências sonoras. Experiências feitas com canções, desde os cinco meses de gravidez, mostraram que parece ter também uma memória que conserva o traço de certos estímulos além do nascimento e que reconhece o manhês, quando a fala é dirigida para ele. Todas essas capacidades se complexificam com o nascimento. A voz da mãe, por sua repetição, vem marcar o ouvido do bebê com palavras, frases, canções, cujo sentido o bebê não compreende da mesma maneira que o adulto. A voz da mãe é para ele um enigma, e ele se pergunta o que ela quer dele. No Seminário A Relação de objeto (1956-57), Lacan afirma que a criança entende muito mais a estrutura da palavra do adulto antes de perceber o sentido, o que a observação dos psicolinguistas veio confirmar.

Se, inicialmente, a reação da criança é simultânea à voz da mãe, aos poucos, não será mais, ela vai procurar ocupar os intervalos do discurso dela e tentar preencher o seu vazio. Em torno dos dois meses, o bebê começa a sair de sua passividade, de sua reação corporal simultânea à voz da mãe e começa a emitir sons mais aperfeiçoados do que o grito, vocalizações e jogos vocais, tais como as lalações e o gorjear, procurando reproduzir a voz da mãe quando ela se afasta. Esses sons são, primeiramente, pura música, pura melodia, puro gozo. Quando está sozinho em seu berço, ele presentifica a mãe com esses sons, acreditando repetir fonemas que ouviu dela. Lacan nos fala do puro jogo da palavra no lugar do Outro no seminário sobre A angústia (1962-63), quando evoca o monólogo hipnopômpico do lactente, dizendo que, embora toda função de comunicação esteja excluída, as consequências desse jogo são a constituição da voz e do sujeito. Lacan põe a voz em relação com o vazio do Outro e o desejo do Outro, que se faz no modelo da anátomo-fisiologia do aparelho auditivo, ou seja, o órgão da audição é um vazio cuja estrutura determina os sons que nele ressoam vindos do exterior. A voz ressoa não no vazio do caracol, mas no vazio do Outro e só

pode ressoar se tomar corpo na relação entre a mãe e a crianca.

Num primeiro momento, a linguagem é puro gozo, pura música, que o bebê escuta da mãe, assim como seu jogo com as sonoridades, que se tornará, em seguida, o jogo com o sentido. Somente depois é que a palavra adquire valor utilitário para comunicar mensagens. Podemos observar a sobrevivência desse gozo com os sons no adulto, nas vocalizações, no canto sem palavras, ou na dessemantização da palavra, como acontece, particularmente, na ópera e na música lírica em geral, cujo som é puro prazer, dominância absoluta do princípio de prazer. A música pura é anterior ao sentido, ela está fora da história, remete às origens e, portanto, aos mitos das origens.

Sobre essa estrutura que a criança percebe na sonoridade da voz da mãe. Alain Didier-Weill (Jornada Emergência da Linguagem no Bebê) nos diz que não pode ser outra senão a estrutura musical, a estrutura harmônica com uma clave, uma tonalidade dominante, uma tônica e um ritmo, que se articula com a estrutura fonemática da língua materna. Por essa estrutura, a emissão dos sons segue certas leis, as leis da harmonia, as leis da língua, o que faz com que eles não possam ser ditos de qualquer jeito, nem em qualquer ordem. Ao mesmo tempo, na maneira como se combinam, por exemplo, que tipo de acorde se constrói na combinação da voz da mãe com a voz do pai, consonante, dissonante ou não há acorde? -- e se seguem, com sua melodia, seu ritmo e suas modulações, a mãe transmite seus conflitos e seus dilemas assim como a solução que dá a esses dilemas.

As crianças percebem essa estrutura porque são capazes de registrar as frequências desde a vida intrauterina. Essa aptidão precoce nos bebês, que faz com que possam discriminar os sons das línguas faladas, é chamada pelos psicolinguistas de percepção categorial. Eles são sensíveis às variações de duração, de altura e de intensidade que organizam a cadeia falada em unidades prosódicas e em unidades funcionais recorrentes, como frases e sintagmas, o que faz com que memorizem a organização melódica da palavra ainda na vida fetal. É assim que um bebê de quatro meses e meio consegue detectar as fronteiras de frases em todas as línguas porque é sensível às diferentes tonalidades, às modulações, à repetição das cadências e dos ritmos. Ele

perde rapidamente essa capacidade, conservando somente as características que são pertinentes à sua língua. É por essa aptidão que a palavra não é tomada como uma onda contínua, e o bebê reconhece, progressivamente, as pausas, as paradas e os grupamentos que marcam o fim das frases, o fim dos sintagmas e a diferença entre as palavras.

O caminho para o sentido é que, quando a criança produz um som, a mãe, assim como faz com o grito, investe-o de sentido, ela ouve mais que o som e o interpreta e responde. Sua capacidade de ilusão antecipatória a faz supor seu filho sujeito bem antes que ele fale, bem antes da divisão subjetiva, por isso fala no lugar da criança, dando sentido aos seus comportamentos e enunciando o desejo em seu lugar. Essa atitude caracteriza o que Winnicott chamou de preocupação materna primária (1956). É assim que a voz se prende na alucinação e, em seguida, na representação. Pelas lalações, os bebês tentam devolver à mãe a organização melódica que percebem nela. Logo, reproduzem os diálogos sozinhos e, pouco a pouco, tornam-se interlocutores, dialogando com ela, quando se colocam como ativos no diálogo. É isso que os psicolinguistas chamaram de protoconversações (turn talking), que se observam entre dois e três meses. As protoconversações são atividades rítmicas partilhadas, descritas como a troca de expressões entre a mãe e a criança, do rosto, da voz, do olhar e dos movimentos, trocas que ocorrem num certo ritmo. A criança dá a impressão de compreender muito bem o que a mãe diz e age como se assim fosse. Ela faz muito esforço para se exprimir, com movimentos da língua e da boca, procurando pronunciar as sílabas com movimentos sincronizados à palavra do outro. É como se todo o corpo do bebê entrasse na linguagem, no ritmo da palavra do adulto, tudo se torna sincronizado entre ele e o Outro, e todos os seus movimentos exprimem sua atividade emocional interior que está em relação com a emoção do Outro. A criança responde à frase da mãe com sons que se assemelham à melodia de sua frase, de maneira rítmica, adaptando-se ao ritmo e à frequência da mãe ou do pai, revelando uma espécie de divisão primitiva entre a demanda e resposta à demanda. Essa divisão é anterior à divisão que faz emergir o sujeito. Ao mesmo tempo, ela começa a mostrar certa capacidade de espera da satisfação. Essa entrada no ritmo do adulto se vê não somente no nível da linguagem, mas também invade toda a vida do bebê.

Esse comportamento também é nítido quando se vê o bebê participar das canções cantadas pela mãe. Os movimentos de seu corpo são tomados pela canção e entram em sincronia com as estruturas rítmicas da palavra cantada pelo adulto. Os gestos da criança revelam os movimentos da voz da mãe. O que se pode observar nas protoconversações é que a reação à voz não é mais simultânea. Aqui a criança espera o silêncio da mãe para responder e faz silêncio em seguida para deixar a mãe se manifestar, evidenciando como ela é aspirada pelo Outro. Tentando ser o objeto da falta do Outro, ela procura preencher o seu vazio e se põe a fazer sons no silêncio do Outro.

O balbucio, início de pronunciação de sílabas, instala-se no final do turn talking. Em torno de quatro a seis meses, a criança perde a capacidade de perceber os grupamentos funcionais que não pertencem à sua língua; entre seis e oito meses, surge uma linguagem modulada que não segue ainda as regras gramaticais, e as palavras não são ainda reconhecíveis, mas a criança se torna capaz de manipular pessoas a distância, pois a mãe reconhece em seus sons a intenção do desejo e pode fazer voltar o outro quando tem vontade. Isso acontece ao mesmo tempo em que a criança começa a brincar de deixar cair os objetos, o que nos leva a concluir que ela utiliza a linguagem, nesse momento, como o fort-da, como um jogo com o qual manipula as pessoas como brinquedos, afastando-as e fazendo-as voltar. Aos 7-8 meses, elas conseguem distinguir uma palavra, mas sem compreendê-la, e discrimina as formas verbais recorrentes na palavra que ouve. É nesse momento que começam a reconhecer de maneira prevalente o próprio nome.

O balbucio é também gozo, mas gozo vocálico consonântico, que forma as primeiras sílabas oposicionais, antes de designar alguma coisa. A designação das coisas sobrevém depois, com o julgamento de existência e a fase do espelho, quando as palavras são postas em relação com as coisas, com os objetos. No balbucio, há introdução da consoante, que corta a continuidade das vogais, articulando-as e fazendo sobrevir a silabização dupla - papai, mamãe, cocô – e, finalmente, a nomeação dos outros objetos. As primeiras palavras são repetitivas de duas síla-

bas, correspondentes ao sentimento de existir da crianca, coniuntamente com sua mãe, desdobramento de suas sensações. O corte introduzido pela consoante é, em si mesmo, um passo para a separação, para o gozo do sentido. Nessa época, a criança começa a gostar de partilhar um objeto com os outros. Esse objeto se torna significativo para ela, diante dos outros, e no qual ela começa a perceber o mesmo sentido que as outras pessoas. Ela entra no pacto que constitui a nomeação, que faz com que dois sujeitos, ao mesmo tempo, concordem em reconhecer o mesmo objeto. É a abertura para a significação fálica. Em torno de nove meses, portanto, o bebê começa a se dar conta de que as palavras têm um sentido. Aos 10-12 meses, ele só discriminará os sons que fazem sentido em sua própria língua e começará a dizer suas primeiras palavras. A escuta se focaliza daí por diante, não somente nas unidades funcionais prosódicas e melódicas da língua, mas também, sobretudo, na procura de um sentido. O comportamento de apontar com o dedo que sobrevém nesse momento é bem indicativo da procura do sentido. Parece que a criança ora pede o próprio objeto, ora perguntar o qual é o seu sentido, porque quer saber o que é cada objeto que vê. Essa apreensão do sentido é o que os psicolinguistas chamam de compreensão simbólica, que se manifesta no fato de que as crianças respondam ao adulto de maneira adequada. Assim, a criança entra numa temporalidade diferente, pois é preciso esperar a última palavra da frase para poder responder. É o efeito nachträglich. Ela entra na história, entra na narrativa, na diacronia propriamente dita. Isso quer dizer, também, que começa a se submeter ao princípio da realidade. Entre dezoito e vinte meses, seu vocabulário começa a se ampliar, ela começa a levar em conta as regras de pronúncia e os princípios gramaticais da língua e se põe a aplicar essas regras. Em consequência disso, o adulto terá dificuldades de aprender uma língua estrangeira, pois, na língua estrangeira, deve reencontrar fonemas que estiveram à sua disposição na época do balbucio e das lalações, mas que foram perdidos por não pertencerem à língua materna. Essa foraclusão acontece porque a criança identifica, no nível da onda sonora produzida, certa frequência que não é a que deseja ouvir, não é a que faz voltar sua mãe.

A DIVISÃO SUBJETIVA

Quando a dimensão do sentido sobrevém, é que houve a divisão originária, que faz advir o sujeito, a *Spaltung*, entre discurso consciente e discurso inconsciente. Essa divisão se manifesta no discurso em sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. A criança sai do gozo incestuoso, do gozo proibido do seio e das lalações, para entrar no gozo permitido, fálico. Segundo Lacan (1966), somente um sujeito é que pode compreender um sentido, de maneira que todo fenômeno de sentido implicaria um sujeito.

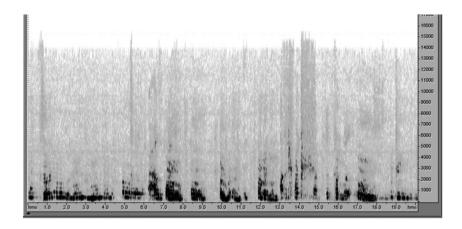
A articulação entre esses dois momentos - o primeiro, em que a linguagem não tem sentido, e as palavras não têm nexo nem ligação, e o segundo, em que o sentido advém, as palavras se ligam e se articulam entre si. Esse momento de virada é dado pelo espelho que, segundo Lacan, é o que estrutura tudo o que existe no homem de falta de ligação, de fragmentado, de anárquico e que estabelece a relação entre as palavras e as percepções.

A nomeação dos objetos estrutura a percepção e organiza as sensações. Pela nomeação, o homem os faz subsistir no tempo. Eles duram além de seu desaparecimento no espaço. O nome é o tempo do objeto, afirma Lacan no Seminário 2.

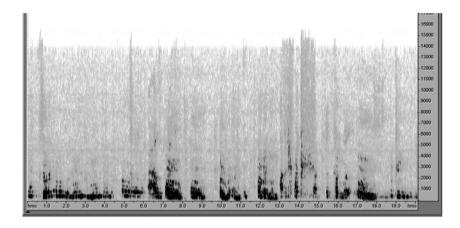
CONCLUSÃO

A voz desempenha um papel fundamental na constituição subjetiva. Mas é preciso que ela tenha certas características na ausência das quais esse processo pode não acontecer. Se a mãe está deprimida, a musicalidade de sua palavra sofre, sua cadeia sonora torna-se monótona, sem entonação, sem melodia, e isso pode ter efeitos desestruturantes no feto e no bebê. Ela poderá ter também dificuldade de interpretar as vocalizações que fariam a articulação da voz com o significante. E sem significante, não há sujeito.

M.C. Laznik e colaboradores, utilizando a análise do espectro das vozes, mostram, através de espectogramas, que a ausência dessa estrutura prosódica na palavra da mãe poderia estar associada ao autismo. Abaixo, o spectograma da voz da mãe de uma criança normal, apresentando as características do manhês:



Espectograma da voz da mãe de uma criança autista. Voz que se apresenta monótona:



Sem musicalidade, não há diferença na voz da mãe quando fala com o bebê, e ele não se sente concernido. É a prosódia que transmite o endereçamento e o desejo que farão emergir um novo sujeito.

Referências

BERGÈS, J. & Balbo, G. (1998). Jeu des places de la mère et de l'enfant: Essai sur le transitivisme. Paris: Erès.

BOYSSON-BARDIES, B. (1998). Naissance de la parole chez le nourrisson. *Journées Emergence du Langage Chez le Nourrisson*. Paris, inédito.

BUSNEL, M.·C. (1998). L'audition prénatale et son rôle dans la relation mère et nouveau-né. *Journées Emergence du Langage Chez le Nourrisson*. Paris, inédito.

BUSNEL, M.-C. & Granier-Deferre, C. (1982). L'audition prénatale. *Cahiers du Nouveau-Né* n° 5, L'Aube des Sens, pp. 147-75.

CABASSU, G. (1998). Les nourritures terrestres: Paroles ou aliments? Journées Emergence du Langage Chez le Nourrisson. Paris, inédito. CESAROTTO, O. (1985). Psilacánise: algumas reflexões sobre o espelho, por Jacques Lacan. São Paulo, SP: Clínica Freudiana.

DEHAENE G. & N. (orgs.) (1998). Le développement du langage: tout est-il joué dans la première année de vie? *Journées du 5 Avril*. La Fédération des GEN, Le GEN UP RP à l'Amphithéâtre de l'Hôpital Bicêtre. Laboratoire Guigoz.

HERBINET, E. & Busnel, M.-C. (dirs.) (1982). Les Cahiers du Nouveau-Né, n° 5. L'Aube des Sens, 414 p.

............ (1998). A voz como primeiro objeto da pulsão oral. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*. Vol. V, nº 8, 2000, 76-90.

LAZNIK M.-C., Maestro S., Muratori F. e Parlato E (2005). Interações

sonoras entre bebês que se tornaram autistas e seus pais. An. Col. franco-brasileiro sobre a clínica com bebês.

OLIVEIRA, W. de (1924). *A musicotherapia*. Tese. Salvador, BA: Imprensa Oficial do Estado, 137 p.

POMMIER, G. (1998). La question de l'origine du langage, à l'écoute des adultes. *Journées Emergence du Langage chez le Nourrisson*. Paris. Inédito.

QUEIROZ, T.C.N.(2003). Entrando na linguagem in *Estilos da Clínica*, ano VIII, n°15. São Paulo, USP-IP, pp. 12-33.

REIK, T. (1984). Écrits sur la musique (Cl. Davenet, trad. do inglês). Paris: Les Belles Lettres, 270 p.

RONDAL, J.-A. (1983). L'interaction adulte-enfant et la construction du langage. Bruxelas: Pierre Mardaga, 197 p.

ROSOLATO, G. (1980). Musique: mémoire, oubli. Diapason, 67-8.

TOMATIS, A. (1980). La musique: notion indispensable et pourtant supposée superflue. *Diapason*, nov., 93-7.

TREVARTEN, C. (1998). Recherches actuelles sur l'investissement du rythme et du langage par le nourrisson. *Journées Emergence du langage chez le nourrisson*. Paris. Inédito.

VASSE, D. (1977). *O umbigo e a voz*. Col. do Centro de Estudos Freudianos (L. J. Gaio, trad.). São Paulo, SP: Loyola.

WALLON, H. (1983). Les origines du caractère chez l'enfant. Paris: Quadrige/PUF, 8^a ed., 302 p.

WEILL A.-D. (1998). D'une pulsion invocante. *Journées Emergence du langage chez le nourrisson*. Paris. Inédito.

........... (1999). Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud (D. D. Estrada, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud,160 p.

Fabienne Hulak *

Tradução: Eugênia Correia

Professora do Departamento de Psicologia da UFPB

Revisão da tradução: Philippe Millet e Paulo Almeida

Um desejo de teoria: A invenção falha de Philippe Chaslin

Philippe Chaslin¹ se dedica a retomar os fundamentos da clínica para atenuar a insuficiência da nosografia. Ele propõe uma reflexão sobre a classificação que o orienta para um questionamento a respeito das matemáticas, sua primeira paixão. Vemos aí um desejo de teoria. Mesmo que ele não explicite nada dos laços entre os dois domínios, que continuam aparentemente separados; ele faz, entretanto, a constatação de um parentesco, que permanecerá para ele enigmático, entre a clínica e a produção matemática.

A FUNÇÃO DA CAUSA

Em seus Eléments de sémiologie et clinique mentales, ele faz uma crítica rigorosa e original das noções de signo, síndrome, afetação e tipo clínico. Sublinha a necessidade da determinação da função da causa. "A descoberta da causa específica é de uma importância capital; ela permite elevar, realmente, um complexo sintomático à altura de uma doença, separando-a das outras."²

Ele defende uma clínica pura, desembaraçada das hipóteses julgadas casuais e prematuras, e prefere, ao invés do termo "doença mental", o de "tipo clínico", criando além disso, uma cate-

goria especial para os "tipos clínicos em espera", inclassificáveis, que evidenciam a falha da nosografia. Essa centralização na ausência de determinação da causalidade, que o leva à pesquisa do tipo clínico, o conduz à noção de discordância, separando a linguagem e a inteligência, na clivagem da forma e do sentido. Essa separação é paradoxal em relação à oposição entre o normal e o patológico, porque ela se aplica também à invenção matemática, considerada, entretanto, o cúmulo da razão. Sustentamos que P. Chaslin teria sido guiado pela sua intuição, no interesse que ele tem em relação à psicologia do matemático, a partir desse paradoxo que revela o ponto problemático onde o real escapa à simbolização.

REFUNDAR A CLÍNICA

Em seu artigo de 1914, "A psiquiatria é uma língua bem feita?"³, P. Chaslin explicita o propósito de seus *Eléments de sémiologie et clinique mentales*. Trata-se de esmiuçar a semiologia graças às descrições analíticas bem precisas. Ele propõe a adoção de uma classificação puramente empírica dos tipos clínicos que só pode constituir um sumário tão completo quanto possível,

^(*) Psicanalista, conferencista, diretora de pesquisas, EA 4007, Universidade de Paris 8, Vincennes Saint-Denis, França.

^{1.} Philippe Chaslin (1857-1923) foi um dos últimos alienistas franceses. Ele é sobretudo conhecido pelos seus livros: Du rôle du rêve dans l'évolution du délire (NT: O papel do sonho na evolução do delírio), Paris, Asselin et Houzeau,1887; La confusion mentale primitive. Stupidité, démence aigué, stupeur primitive (NT: A confusão mental primitiva, Estupidez, demencia aguda, estupor primitivo) [1895], Paris, L'Harrnattan, 1999; Éléments de sémiologie et de clinique mentales (NT: Elementos de semiologia e de clinica mentais), Paris, Asselin et Houzeau, 1912. Lacan o evoca durante sua apresentação do caso de G. Primeau em Sant-Anne: "um caso de psicose lacaniana... verdadeiramente caracterizada" (cf. « Entretien avec Gérard Lumeroy, alias Gérard Primeau dit encore l'homme aux paroles imposées » (NT: Entrevista com Gérard Lumeroy, apelido Gérard Primeau dito ainda o homem das palavras impostas), texto estabelecido da apresentação de doentes de 12 de fevereiro de 1976, Le Discours Psychanalytique, n° 7, 1992, p. 55-92).

^{2.} Chaslin P., A confusão mental primitiva, Estupidez, demência aguda, estupor primitivo [1895], op. cit., p. 213.

deixada em aberto, o que a diferencia das teorias que tornam toda classificação incerta e provisória. Seu projeto é de poder, "mostrando continuamente o paciente tão "vivo" quanto possível, indicando precisamente, por assim dizer, os signos a pesquisar"⁴; quanto às doutrinas, "elas caíram na metafísica e necessitam serem refeitas: isso será a obra do futuro."⁵ Ele vai juntar umas trezentas e cinquenta observações. Dentre elas, ele escolhe dez, representando os tipos clínicos bem recortados, tendo valor de paradigmas. Ele sugere que se deve ocupar muito mais da observação da expressão do paciente do que da explicação dos seus distúrbios.

A CLASSE E SEUS TERMOS

Ele é então confrontado na prática a uma questão de ordem lógica que se encontra em toda classificação: a problemática do Um e do múltiplo⁶. Embora ele tenha retomado a "obra do futuro" relativa a toda doutrina, sustentamos que sua reflexão semiológica é, com efeito, suportada por um projeto metodológico visando refundar o saber psiguiátrico - o que de fato o conduzirá a explorar os saberes no que tange a lógica e as matemáticas de seu tempo. Ele começa então, a partir da prática do diagnóstico, um movimento em direção ao conceito. Ele se refere aos matemáticos de ponta de sua época7. A questão do transfinito e dos conjuntos, o contínuo e o número irracional o interessam pela sua novidade: "Acredito dever me demorar neste assunto (da teoria dos conjuntos) por causa do lugar que ele tomou e de seu interesse psicológico - embora ele só tenha sido abordado parcialmente no ensino."8 Essas teorias permitem-lhe abordar os conceitos de número, coleção, classe, série e limite, e de fazer deles uma crítica.

Ele se interessa pela obra de Bertrand Russel⁹ que, em 1903, nos "Princípios da Matemática"10, faz emergir a noção de tipo que repousa essencialmente nas relações do Um e do múltiplo. O paradoxo de Russel¹¹ evidencia que a relação da classe ao indivíduo não é do mesmo tipo que os termos que a compõem; ela não faz Um. P. Chaslin se refere então a Russell mas ele se mantém igualmente em uma posição empirista¹² que supõe que as verdades matemáticas são feitas da observação repetida dos fatos exteriores e que os julgamentos matemáticos são feitos posteriormente – e que então sua formação implica a experiência: "Criamos o número comparando, fazendo corresponder as multiplicidades familiares como nossos dedos ou as partes do corpo a outras multiplicidades. Pelo menos é assim que parece ter nascido a ideia do número."13

No entanto, fazendo esse trabalho de classificação fundado sobre o tipo, ele encontra como limite a multiplicidade, lá onde o Um escapa, o que o leva a elaborar a noção de discordância¹⁴ onde se procura em vão uma definição precisa. Esta noção não é unívoca, ela não pode ser reduzida a um signo, porque ela toma às vezes a aparência de síndrome e ela não pode ser remetida à pura semiologia; ela reúne, sob um mesmo denominador, esse resto que não pode ser classificado. Ela é paradoxal no registro nosográfico: a relação da classe a seus objetos, os signos discordantes, é do mesmo tipo que seus termos, mas sua propriedade comum é de não fazer Um. Esse paradoxo é a abordagem mesma do real própria a essa orientação clínica.

^{3.} Chaslin P., « La psychiatrie est-elle une langue bien faite? » (NT: A psiquiatria é uma língua bem feita?), in Revue neurologique, 1914, p. 17-24.

^{4.} Chaslin P., Elementos de semiologia e clinica mentais, op. cit., p. 5.

^{5.} Ibid., p. 6.

^{6.} Cf. Hulak F., « Chaslin, la clinique de la discordance et le réel en mathématique » (NT: Chaslin, a clínica da discordância e o real em matemática), in L'Évolution psychiatrique, volume 74, n° 3, julho-setembro 2009, p. 376 & 389.

^{7.} Chaslin P., « Le raisonnement par récurrence et la rigueur en mathématique au point de vue psychologique » (NT: O raciocínio por recorrência e o rigor em matemática do ponto de vista psicológico), in *Scientia*, fevereiro 1921, p. 111-120; « La psychologie du raisonnement de Eugenio Rigano » (NT: A psicologia do raciocínio de Eugenio Rigano), in *Journal de psychologie normale et pathologique*, xxº année, n° 2, 15 fevereiro 1922, p. 147-167; « Quelques mots sur la psychologie de la mathématique pure » (NT: Algumas palavras sobre a psicologia da matemática pura), in Lantéri-Laura G., Gros M., *Essai sur la discordance dans la psychiatrie contemporaine*, suivi de Philippe Chaslin, Quelques mots sur la psychologie de la mathématique pure, Paris, EPEL, 1992; « Quelques mots sur l'idée de limite mathématique considérée du point de vue psychologique » (NT: Algumas palavras sobre a idéia de limite matemático considerado do ponto de vista psicológico), in *La Revue philosophique de la France et de l'étranger*, tomo xcvi, 1923, p. 321-339; *Essai sur le mécanisme psychologique des opérations de mathématique purê* (NT: Ensaio sobre o mecanismo psicológico das operações de matemática pura), Paris, Felix Alcan, 1926.

^{8.}Chaslin P., Ensaio sobre o mecanismo psicológico das operações de matemática pura, op. cit., p. 41.

^{9.}Cf. Chaslin P. "Algumas palavras sobre a ideia de limite matemático considerado do ponto de vista psicológico", op. cit.

^{10.}Russel B., The Principles of Mathematics (NT: Princípios das Matemáticas), Cambridge, University Press, 1903.

^{11.0} paradoxo de Russel foi descoberto em torno de 1901, antes da publicação de seu livro em 1903.

^{12.}Cf. Chaslin P., Ensaio sobre o mecanismo psicológico das operações de matemática pura, op. cit., p. 202.

^{13.} Chaslin P., "A psicologia do raciocínio de Eugenio Rigano", op. cit., p. 157.

^{14.}Cf. Chaslin P., Elementos de semiologia e de clinica mentais, op. cit., p. 772 & sq.

DISCORDÂNCIA E CÁLCULO CEGO

P. Chaslin é conduzido a postular a existência de um distúrbio central: a discordância. De onde um novo tipo clínico, a loucura discordante verbal¹⁵, ou linguagem do papagaio (psitacismo): "acontece que há independência entre a inteligência e a linguagem; a linguagem e a inteligência se separam". 16 Trata-se da impossibilidade de entender, em uma sintaxe correta, o sentido de um discurso que parece não reenviar a alguma coisa de representável mas antes a um indescritível": é o psitacismo, a linguagem fora de sentido. A loucura discordante verbal é colocada ao lado da loucura discordante delirante, de onde ele se pergunta se o delírio não é antes uma expressão puramente verbal – "o delírio da forma delirante é bem profundo e não seria uma expressão quase verbal?"17

O conceito de psitacismo toma um valor capital porque a discordância verbal repousa essencialmente sobre ele. P. Chaslin se apoia na tese de Lucien Cotard, "Contribuição ao estudo semiológico do psitacismo e de seus diversos aspectos na clínica psiguiátrica". 18 L. Cotard se apoiava nos trabalhos de Ludovic Dugas, "O psitacismo e o pensamento simbólico, psicologia do nominalismo". Esse último assinala imediatamente que "Desde de Leibnitz, o termo psitacismo (linguagem de papagaio) é consagrado na língua filosófica para designar o emprego de palavras vazias de sentido"19, enquanto que para L. Cotard, "Falar sem pensar, (...) é (...) a significação da palavra psitacismo que nos aparece como um distúrbio da função linguagem."20 Para ele, o psitacismo é a caricatura de um fato psicológico normal, nomeado por Leibnitz como "pensamento cego ou simbólico"21, um pensamento verbal que L. Dugas distingue duas formas: "o psitacismo ilógico, ou linguagem que se substitui indevidamente ao pensamento, e o *psitacismo lógico*, ou linguagem que preenche de um modo regular e normal as funções do pensamento"²². O psitacismo exprime o fato de que o "pensamento simbólico" de Leibnitz não é exatamente um pensamento, embora esteja conforme às leis lógicas e conversíveis em pensamento."²³

Ora, Michel Serfati nos informa em *La révolution symbolique*"²⁴ que Leibnitz é o primeiro a utilizar, com o que ele chama a Arte combinatória, as substituições de letras, o cálculo fora de sentido. "A arte combinatória, tanto para Leibniz como para todos que o sucederam, comporta os dois tempos obrigados da gênese e do controle (ou sanção). Em um primeiro tempo, é necessário dispor de um meio de produzir automaticamente as fórmulas independentemente da sua significação (...). Num segundo tempo, é o autor, ou a comunidade dos geômetras que vieram sancionar, cortar, escolher e eliminar no *après-coup*, quer dizer, após examinar as produções cegas da combinatória".²⁵

Esse salto da invenção puramente combinatória, que excede toda dedução a partir da aquisição conceitual, permanece inconcebível para P. Chaslin. Seu preconceito empirista vai impedi-lo de efetuar esse movimento de refundação da clínica que ele havia começado desenvolver a partir dos tipos, porque a teoria lhe fazia falta.

L. Cotard considera que o primeiro papel da palavra na linguagem é evocar as representações mentais e que o segundo é o de supri-las: "A palavra deve ainda servir à suplência dessas representações no curso das diferentes operações mentais que constituem o raciocínio. A palavra constitui então um signo tendo o mesmo valor na linguagem falada que as letras algébricas na linguagem matemática. Pensamos com a ajuda de palavras assim como raciocinamos com a ajuda de letras algébricas". ²⁶ O que L. Cotard cha-

```
15.Ibid., p. 803 & sq.
```

^{16.} Ibid., p. 194.

^{17.}*Ibid.*, p. 803.

^{17.} Cotard L., Contribuição ao estudo semiológico de psitacismo e seus vários aspectos em clínica psiquiátrica, Paris, G. Steinheil, 1908.

^{19.} Dugas L., O psitacismo e o pensamento simbólico. Psicologia do nominalismo, Paris, Felix Alcan, 1896, p. 1

^{20.}Cotard L., op. cit., p. 9.

^{21.} Dugas L., op. cit., p. 4-5.

^{22.} Ibid., p. 5.

^{23.}*Ibid*.

^{24.} Serfati M., La révolution symbolique. La constitution de l'écriture symbolique mathématique (NT: A revolução simbólica. A constituição da escrita matemática simbólica), Paris, Petra, 2005, p. 321.

ma psitacismo lógico é um funcionamento literal que está abaixo da Arte combinatória de Leibnitz que, por sua vez, faz surgir um novo sentido, um resultado inesperado. O que releva Chaslin nessa linguagem de papagaio, é que existe, segundo ele, uma linguagem puramente automática. Pode-se supor então que ele adota uma perspectiva mecanicista. No entanto, o interesse que ele concede ao "mecanismo psicológico das operações da matemática pura"27 orientam seu olhar para uma outra direção. Com efeito, o psitacismo é um termo recoberto pelo de discordância entre a função literária e o sentido. O psitacismo se manifesta no domínio da patologia como uma disfunção do ato da palavra, mas no domínio da lógica simbólica ele é da ordem da invenção matemática, a forma anterior ao sentido.

O ENIGMA DO OBJETO MATEMÁTICO

Um antigo desejo, uma preocupação que ele julga intempestiva, porque "não compreendida por ninguém"²⁸ leva Chaslin a querer conhecer a natureza exata das operações matemáticas. Essa reflexão, de longa data, vai levar à publicação, pouco antes de sua morte, de alguns artigos e uma obra sobre as matemáticas²⁹. A intenção confessa é de examinar "o que se pode tirar, do ponto de vista psicológico das definições que foram dadas à ciência matemática"30. Ele espera atualizar "o raciocínio procurando nas fórmulas abstratas da lógica as operações realmente feitas pela mente", compreender o modelo do funcionamento normal, e assim poder encontrar "a fórmula rigorosa exprimindo o funcionamento concreto da mente"31. O estudo do modo operatório da matemática forneceria então um modelo ideal de pura racionalidade que ele espera encontrar na figura do matemático.

Assim como Edmond Goblot³², uma de suas principais referências, ele aproxima a lógica à psicologia. Seu interesse pelas matemáticas e pela clínica convergem aqui apesar de seus asmente distintos. Elas são, na

verdade, as duas faces de um mesmo problema, dois campos de investigação que focalizam um real enigmático recoberto pela nocão de psitacismo. O pensamento matemático de vanguarda, o qual ele se confronta, interpela-o pela estranheza do que pode ser seu "conteúdo real". Ele conclui: "psicologicamente (...) a representação, nesse caso, é puramente constituída pelos símbolos e o jogo desses símbolos, com esse sentimento especial de "compreender" que acompanha as palavras familiares. O matemático que se dedica à análise se ampara inteiramente sobre esses símbolos e esquece sua significação de operações intelectuais efetuadas primitivamente sobre as coleções concretas dos objetos. Conduzido por essa tendência natural, ele não mais se inquieta em saber se esses símbolos representam verdadeiramente qualquer operação real."33

Assim, como o louco, o matemático luta contra o conteúdo vazio da letra; existe ali o emprego de uma linguagem fora de sentido. No entanto, P. Chaslin não faz uma aproximação explicita entre as duas. Ele só fez uma referência discreta, por um lado, quando evoca a crença dos matemáticos nos "seres matemáticos" 34, tais como os cantorianos que acreditavam no infinito atual e nos transfinitos e, por outro lado, guando ele faz referência ao sentimento de estranheza compartilhado entre o matemático e o psicastênico. A respeito desta crença dos matemáticos, P. Chaslin, assim como Louis Rougier, retoma o que ele chama de "sentimento de objetividade" ou "sentimento de estranheza", que ele considera próximo do sentimento do "mistério místico"35. Ele questiona esta forma de crença do matemático em "seres matemáticos" e se pergunta como funciona esse pensamento simbólico.

P. Chaslin, empirista, critica esses matemáticos que acreditam nos objetos que fabricam. É o que L. Rougier chama o processo psicológico, que resulta no realismo em matemática³⁶, oferecendo-lhe um ponto de apoio consistente.

As interrogações de P. Chaslin, Pierre Bou-

^{26.}Cotard L., op. cit., p. 13.

^{27.}Chaslin P, "Algumas palavras sobre a ideia de limite matemático considerado do ponto de vista psicológico", op. cit., p. 673-694.

^{28.}Chaslin P., Ensaio sobre o mecanismo psicológico das operações de matemática pura, op. cit., p. 6.

^{29.}Cf. artigos e obras supra-citadas.

^{30.}Lantéri-Laura G., Gros M., op. cit., p. 104.

^{31.} Chaslin P., « "O raciocínio por recorrência e o rigor em matemática do ponto de vista psicológico", op. cit., p. 120.

^{32.} Goblot E., Traité de logique (NT: Tratado de logica), Paris, Armand Colin, 1941.

^{33.}Chaslin P., "Ensaio sobre o mecanismo psicológico das operações de matemática pura", op. cit., p. 79.

^{34.} Ibid., p. 80.

^{35.} Ibid., p. 240.

troux³⁷ e L. Rougier, cada um à sua vez, são relativas à relação do matemático ao objeto matemático, construído no posteriormente ao seu jogo combinatório sobre a letra "às cegas". A existência deste objeto que escapa à vontade do matemático seria provada num sentimento de estranheza, um distúrbio da personalidade. Em suma, trata-se deste estado limite no qual a forma mais avançada da inteligência humana parece reunir-se ao termo extremo da abordagem da discordância na clínica: a dissociação da sintaxe e do sentido na fala do louco que reorienta a questão do próprio sentido do delírio.

Seguindo na direção da anomalia em relação aos sistemas de classificação da nosografia, P. Chaslin foi conduzido a tomar como paradigma a discordância, e ele desloca esse problema no enigma colocado pela invenção do objeto matemático, mas sem tirar as consequências. Devido aos seus pressupostos empiristas, ele não devia tomar uma posição de exterioridade em relação a esse vínculo especial entre a clínica e a matemática, posição que teria sido necessária ao engajamento de uma nova problemática que abre a uma reversão epistemológica.

Com um olhar retrospectivo, podemos considerar que a recusa de P. Chaslin em fazer "metafísica", fazer teoria, o impedira de levar até o seu termo esse movimento de torsão que teria refundado o saber clínico.

UM SABER NO REAL

Pragmático e empirista, ele só pode conceber a intuição do matemático enquanto que aplicada à realidade empírica e assim, como tal, imaginária. Gilles Chatenay, pra dar conta das invenções que não são necessárias por um saber matemático instituído, evoca uma intuição simbólica. É preciso romper com a intuição imaginária que encontra sua referência na unidade imaginária do corpo, suporte da unidade suposta do corpo das matemáticas. A intuição imaginária é referencial, o que não é o caso da intuição simbólica, "se na invenção,

existe intuição, é de uma outra intuição que se trata, uma intuição que se efetua no que chamamos o cálculo. Chamemo-la uma "intuição" simbólica"³⁸. Esta intuição simbólica que se efetua na invenção do cálculo só pode existir porque o corpo simbólico do saber matemático é incompleto, ou inconsistente. "A matemática é incompleta: ela não é toda."³⁹

Naturalmente, foi isso que não podia conceber P. Chaslin. Seguindo a via da anomalia na nosografia de seu tempo, ele encontrou um ponto de real em relação à psicose: o enigma de uma cadeia significante cuja integridade sintáxica é mantida numa fuga do sentido que torna problemática a existência de um referente. Em torno de um tal ponto de real se problematiza a invenção matemática cuja função literal preside a construção de um objeto cujo referente tem o valor de paradoxo.⁴⁰

Assim de um ponto de vista arqueológico, coloquemos P. Chaslin em uma constelação de pesquisadores na qual se esboça o delineamento de um real que não é mais aquele da realidade empírica, mas aquele que emerge no seio mesmo do simbólico na forma de um paradoxo. Esse paradoxo convoca à refundação do saber para o qual ele constitui algo a se alcançar. Assim, Alexandre Koyré constata que a "atitude filosófica que com o tempo se mostra boa, não é a do empirismo positivista ou pragmático, mas, ao contrário, é a do realismo matemático" É a invenção de uma teoria que viria esclarecer a prática do diagnóstico que teria permitido a P. Chaslin operar o fundamento que ele almejava.

Quando Lacan trás o nó borromeo, ele se encontra em posição de refundar a clínica. Sua posição é comparável àquela da pesquisa dos "tipos", mas ela é orientada em direção à configuração dos nós como função lógica – a partir do postulado, como tal, teórico, da estrutura do sujeito como enodamento do real, do simbólico e do imaginário. O enodamento como saber no real precede então a prática do diagnóstico. Esse novo compromisso no trabalho do clínico, Lacan nos deixou como legado.

^{37.}Cf. Boutroux P., Les principes de l'analyse mathématique (NT: Os princípios da analise matemática), tomes I & II, Paris, A. Hermann & fils, 1914.

^{38.} Chatenay G., « Le réel en jeu dans la formalisation même » (NT: O real em jogo na formalização), in Cartier P., Charraud N. (s./dir.), Le réel en mathématiques, Paris, Agalma, 2004, p. 220.

^{39.}*Ibid.*, p. 222.

^{40.}Cf. Charraud N., « La soutenable légèreté de la lettre: Lacan et Leibniz » (NT: A sustentável leveza da letra), in La Cause freudienne, n° 63, 2006, p. 149-156.

^{41.} Koyré A., Études d'histoire de la pensée philosophique (NT: Estudos da história do pensamento filosófico), Paris, Gallimard, 1971, p. 267.

Creusioni Figueredo dos Santos *, Bruno Oliveira de Veras ** e Yago Queiroz dos Santos ***

Análise qualitativa e quantitativa de proteínas totais e H-Ras em escherichia coli recombinante cultivada sob diferentes concentrações de MgSO4 correlacionando com o IPTG (Isopropil beta-D Galactosídio)

RESUMO:

A indução da expressão proteica nos microrganismo é uma problemática, pois, muitas vezes, é um processo oneroso e com alguns problemas em relação aos compostos. Com base nessa problemática, foi realizado um estudo correlacionando a expressão de proteínas em E. coli, em diferentes concentrações de MgSO4, correlacionando com o IPTG. Os resultados sugerem que o sulfato de magnésio apresenta-se como um melhor indutor da expressão das proteínas em comparação com IPTG (Isopropil beta-D Galactosídio) nas concentrações de 0.05, 0.16 e 0.26 ou 0.5 M, o qual pode ser proposto como um indutor alternativo.

Palavras-chave: IPTG; Sulfato de Magnésio; Indução de Proteína; E. Coli.

ABSTRACT:

The induction of protein expression in microrganisms is problematic because it often becomes a costly and some problems in relation to compound this problem through the study was conducted to correlate the expression of proteins in $E.\ coli$ in various MgSO $_4$ concentration correlated with IPTG, the results suggest that magnesium sulfate is presented as a better inducer of the expression of proteins compared to IPTG (Isopropyl beta-D Galactosíde) at concentrations of 0.05, 0. 16 or 0.26 or 0.5 M, which can be proposed as an alternative inductor.

Keywords: IPTG. Magnesium Sulfate. Protein Induction. E. coli.

^(*) Professora, Doutora em Bioquímica e Imunologia e pesquisadora lotada no DBM,CCEN ,UFPB, Campus; (**) e (***) alunos de iniciação científica do Departamento de Biologia Molecular. E-mail:csantos30@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A escherichia coli é a primeira célula de microrganismo hospedeiro amplamente utilizada para a produção de proteínas recombinantes (SWARTZ, 2001). Muitas das proteínas por *E. coli* são produzidas em materiais insolúveis, biologicamente inativos, ou com baixa atividade biológica, que passam por processos complicados de produção, o que aumenta os custos e inviabiliza a produtividade (VILLAVERDE; CARRIO, 2003).

Vários estudos sobre sistemas de cultivo celular têm sido publicados, mostrando quais as melhores composições de meios de cultura, fatores como o pH, temperatura, quantidade de oxigênio e indutores de expressão gênica, que afetam a tradução do mRNA, e os níveis de expressão proteolítica nos microrganismos (BIRD, et al, 2004; CORISDEO; WANG, 2004), uma vez que a expressão de proteínas recombinantes resulta de respostas rápidas de mudanças no metabolismo dos microrganismos (DONG, et al, 1995; RINAS, 1996).

Atualmente, o IPTG é um dos indutores mais usados em vários sistemas de alta expressão. Apesar de sua eficácia como um catalisador em vários sistemas de expressão, um dos grandes inconvenientes para utilizá-lo é o fato de ser tóxico para a maioria das células. Isso limita sua utilização em sistemas de produção proteica em larga escala (HUMBERTO; SILVA, 2006). Portanto, a descoberta de novos indutores menos tóxicos que o IPTG é de grande utilidade para a produção de proteínas (HUMBERTO; SILVA, 2006).

Os minerais estão envolvidos no funcionamento do corpo, como componentes-chave no metabolismo celular, desde o nível mais baixo de funcionamento de organismos até os mais complexos (BURGER, M.M, 2008). O magnésio é o segundo mais abundante intracelular que serve como um cofator para mais de 300 diferentes reações enzimáticas, incluindo carboidratos, gorduras, metabolismo eletrolítico, condução nervosa, contratilidade muscular, síntese de proteínas e integridade (BURGER, 2008). É considerado como um grupo de micronutrientes minerais classificados como "major mineral" (mineral essencial para a vida) e o quarto elemento mais abundante no órgão mó, intracelular mas está em segundo lugar, apenas superado pelo potássio, que o torna um nutriente mineral que tem algumas importantes implicações em funções metabólicas essenciais (NIELSEN, 2006; LAI-RES, 1991).

A proteína H-ras tem 188 aminoácidos e pode ser encontrada em todos os tecidos, sejam eles adultos ou fetais. Estima-se que haja, aproximadamente, 3 x 10⁵ moléculas por célula e que células tumorais podem expressar até seis vezes mais a proteína H-ras (LOWY; WILLUMSEN, 1993).

Baseado nas dificuldades de se produzirem proteínas utilizando como indutor o IPTG (Isopropil beta-D Galactosídio), o presente estudo visa avaliar a expressão de proteínas totais do grupo das H-ras selvagem e mutada em cepas de *E. coli* W110 em diferentes concentrações de sulfato de magnésio (MgSO₄), em comparação com IPTG.

MATERIAIS E MÉTODOS

Cultura celular

Foram realizadas culturas em meio Luria -Bertani-Agar (LB), com cepas de *E. coli* W110 contendo o plasmídeo pTACRas, com 5262 pares de bases, e o pDMI.1, com 3740 pares de bases com gene que codifica a proteína H-ras selvagem . Outra cultura foi feita utilizando-se *E. coli W110* recombinante portadora do plasmídeo pTACRas codificante da proteína a H-ras Mutada, com uma cisteína substituindo uma glicina na posição 12, e o plasmídeo pDMI.1, de acordo com Santos (1999).

Colônias foram selecionadas e submetidas à cultura em 5 mL do de meio LB na presença de antibióticos, com o intuito de promover a seleção das colônias de bactérias resistentes. As culturas foram incubadas sob a agitação a 160 RPM (Controlled Environment Incubator Shaker, New Brunswick Scientific) por 24 horas a 37°C.

Teste de indução

Depois do período de incubação, 30 µl das culturas foram transferidas para tubos individuais contendo 3 ml de LB com o MgSO₄ ou IPTG, em concentrações de 0,05 M, 0,16 M, 0,25 M ou 0,5 M. As culturas foram mantidas sob agitação durante 8 horas a 37 ° C.

EXTRAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE PROTEÍNAS TOTAIS

Para a extração, foram separados microtubos previamente pesados, onde foi adicionado tampão de Lise (Tris-HCl 20 mM, Lisozima 1 mg/mL, pH 7,0), na proporção de 0,2g/mL, onde foi tomada uma mesma massa celular, 50mg, para todas as experiências. Inicialmente, os microtubos contendo as células foram imersos em gelo e, em seguida, em tampão de Lise. Posteriormente, as biomassas foram submetidas ao processo de lise por ultrassom (HD2070, Bandelin Sonoplus) em seis ciclos de 12 segundos, com potência máxima de 40%. Essa mistura foi centrifugada por 10 minutos a 4 °C e 12000 RPM, e os sobrenadantes foram transferidos para novos microtubos para serem analisados.

Para qualificar as proteínas totais, foi realizada eletroforese com 100µl dos sobrenadantes, que foram separados e precipitados com acetona durante 30 minutos e, em seguida, centrifugados a 15000 RPM a 4 °C por 15 minutos. O precipitado foi aplicado em SDS-PAGE 12,5 %.

A dosagem de proteínas totais foi feita a partir do sobrenadante inicial de acordo com a metodologia de Bradford em A_{595} (BRADFORD, 1976). Os resultados foram analisados aplicando-se os valores das leituras na equação y = 0,0087x + 0,0025 e R^2 = 0,9954. As experiências foram realizadas em triplicatas e foi adotada a média dos valores para a quantificação proteica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados mostraram que as culturas de E. coli portadora do gene H-ras mutada mostraram um maior crescimento nas concentrações de 0.05 a 0.25 M de sulfato de magnésio (MgSO₄), em comparação com as outras concentrações, e de controlo negativo, na ausência desse coposto. Nas concentrações de 0.16 a 0.5M de MgSO₄ observa-se melhor expressão proteica em relação às culturas induzidas com IPTG e às demais concentrações de MgSO4, dados confirmados em eletroforese (Figura 1), e por quantificação proteica pelo método de Bradford (Gráfico 1). Na concentração de 0.16M de MgSO, as culturas mostraram uma concentração proteica melhor, em relação às demais, na presença do MgSO₄ e em relação às em presença do IPTG, dados visualizados em eletroforese e por dosagem de proteínas totais (Figura 1 e Gráfico 1). Os resultados sugerem que, nessas concentrações, o MgSO, pode atuar como um promotor de crescimento e expressão de proteína H-Ras mutada e totais. Como a maior parte das proteínas é acumulada na porção intracelular da E. coli recombinante, a produtividade é proporcional à densidade final de célula (BA-BAEIPOUR et al., 2007). Para desviar dessa variável, todas as experiências foram padronizadas em uma mesma quantidade de biomassa celular. O uso de sulfato de magnésio na composição do meio de cultivo desempenha papel

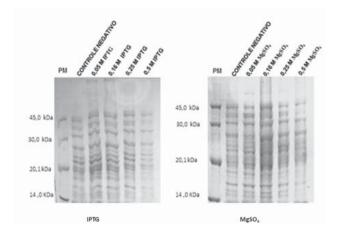


Figura 1- Eletroforese de proteínas totais (µg/ml) de *E. coli* que transportam o gene H-ras mutada em diferentes concentrações de MgSO_A.

importante no metabolismo celular. O íons Mg²⁺ e Cu²⁺ apresentam papel importante para o ser vivo (BURGER, 2008; PROHASKA, 2004). O sulfato de magnésio é incorporado como uma fonte de íon magnésio, que é necessário em uma

variedade de reações enzimáticas, incluindo a replicação de DNA (BIOSYSTEMS, 2009; EX-PRESSION TECHNOLOGIES INC., 2003), o que interfere, de forma direta e quantitativamente, na expressão proteica da cultura celular.

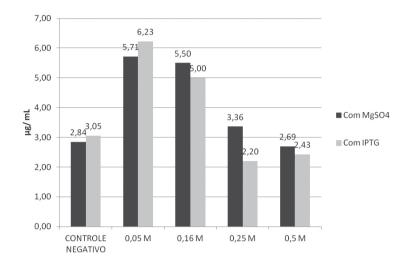


Gráfico 1- Dosagem de proteínas totais (μg/ml) de E. coli transportadora do gene de H-ras mutada em diferentes concentrações de MgSO4.

Em culturas que transportam o gene H-ras selvagem, o comportamento não é muito distante do que carreia o gene H-ras mutada. Nas culturas portadoras do gene selvagem, observou-se uma boa expressão proteica nas concentrações entre 0.05 a 0.5 M (MgSO₄), e nas culturas portadoras do gene mutado, observou-se melhor expressão em 0.25 a 0.5 M (MgSO₄), em relação às

culturas induzidas com IPTG. Esses resultados podem ser visualizados em eletroforese e dosagem de proteínas totais da soma das proteínas bacterianas e das recombinantes provenientes dos genes H-ras selvagem e mutodo (Figura 1 e Gráfico 1). Nas culturas portadoras do gene selvagem, as diferenças foram proporcionais (Figura 2 e Gráfico 2).

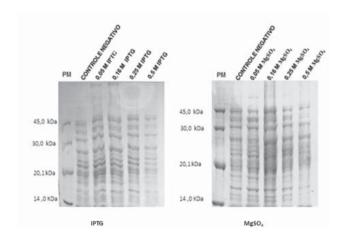


Figura 2- Eletroforese de proteínas totais (µg/ml) de E. coli que transportam o gene de H-ras selvagem em diferentes concentrações de MgSO4.

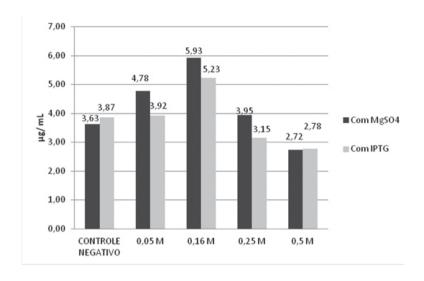


Gráfico 2- Dosagem de proteínas totais (µg/ml) de E. coli transportadora do gene H-ras selvagem em diferentes concentrações de MgSO4.

CONCLUSÕES

O sulfato de magnésio apresentou-se como o melhor indutor da expressão da proteína mutada em comparação com IPTG (Isopropil-beta Galactosídio D) nas concentrações 0.16, 0.25 e 0.5M de MgSO₄, e na expressão da proteína selvagem, nas concentrações 0.05, 0.16 e 0.25M em comparação com a expressão com IPTG (Isopropil-beta Galactosídio D), em cepas de *E. coli*.

Sugere-se MgSO₄ como um indutor alternativo nessas condições, por apresentar baixo custo, baixa toxicidade celular e excelente expressão proteica. A diferença na quantificação proteica pode ser proveniente das proteínas bacterianas, mas também da proteína recombinante expressa, como mostrado nos resultados. A diferença na escala do poder de indução da expressão entre a proteína mutada e a selvagem pode estar relacionada à estrutura do gene inserido.

Elza Regis de Oliveira *

Sobre o livro de Walter Laqueur "Os últimos dias da Europa": epitáfio para um velho continente"

Este trabalho se propõe fazer uma análise das razões da decadência da Europa, tendo como fonte o livro de Walter Laqueur "Os últimos dias da Europa: epitáfio para um velho continente" (Lexikon, 2007). É considerado um livro polêmico, por algumas das questões abordadas. Preferimos empregar as palavras decadência e declínio em vez de epitáfio, que indica morte. Este prognóstico é arriscado, uma vez que pode não se concretizar pelo exposto abaixo.

A Europa, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, fora devastada por mortes de milhões de vítimas civis e militares, fome e doenças. Registre-se também o trauma da inflação. Apesar de todas essas vicissitudes, a Europa foi capaz de reerguer-se e encontrar o caminho do desenvolvimento. A recuperação não foi somente econômica mas também social, tendo em vista a criação do Estado de Bem-Estar Social, após a Segunda Guerra Mundial, com padrão de qualidade na saúde e na educação, além de outros servicos.

Entre outras causas da decadência do velho continente, Laqueur cita as seguintes:

- Declínio demográfico
- Descontrole da imigração por parte dos governos.

- Perda de competitividade, em face da emergência de novas potências econômicas no cenário mundial, e baixo crescimento.
- Imensos gastos para se financiar o Estado de Bem-Estar Social.
 - Dívida dos países da União Europeia.
 - · Desemprego alto.

DEMOGRAFIA

Existe uma relação entre demografia e desenvolvimento econômico, fato que se vem observando no decorrer da História. Não existe sociedade que apresente um desenvolvimento sem demografia. Por outro lado, nada impede que sociedades tenham-se desenvolvido sem crescimento populacional, mas o que constatamos é que, nas sociedades primitivas, agrícolas e industriais, houve desenvolvimento econômico e crescimento populacional. Tudo indica que esses elementos caminham paralelamente (Oliveira, Teoria, História e Memória, p.81-82).

No século XIX, a média de filhos na família europeia era a de cinco, número esse que decresceu até ficar abaixo da taxa de reprodução de 2,2% antes da Primeira Guerra Mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, a taxa de natalidade foi além de 2,2%, taxa mínima de reposição. Em alguns países, chegou a 3,0%, como foi o caso de Portugal. Essa taxa não chegou a se manter por uma década. No final da década de 1950, o declínio se acentuou, ficando a taxa em torno de 1,37% (LAQUEUR, 2007, p.27).

Na década de 1970, a demografia começou a apresentar sinais de perigo em face da situação econômica instável. Na de 1980, a Europa continuava com "sinais alarmantes de declínio populacional mas as autoridades não deram a devida atenção." Na mesma década, a Europa continuava com declínio populacional (Laqueur, 2007, p. 20-21).

Há na Europa uma mudança cultural de valores e de prioridades com a formação profissional e com o emprego, ficando em segundo plano a constituição de uma família. As mulheres queriam galgar posições e não desejavam interromper a carreira para cuidar de filhos. "Famílias transformavam-se em algo démodé" (LAQUEUR, 2007, p.29), apesar da política de incentivos dos governos, sobretudo a da França e a da Suécia para se terem filhos: ampliação da licença-maternidade antes e depois do nascimento da criança (LAQUEUR, 2007, p.35), garantia de emprego em meio expediente, além de outros benefícios. Há uma previsão de que o declínio da natalidade continuará até meados do século XXI.

Na Europa, encontramos taxa de crescimento populacional de 0,1% e de 0,3% e na Rússia -0,5% ao ano entre 2000 e 2010. Na Grécia, a taxa de natalidade caiu para 1,43% filhos por mulher em 2011 e continua em queda, chegando a 1,27% e menos do que isso, em face da crise econômica. O declínio da taxa de natalidade na Europa é preocupante porque não está havendo taxa de reposição da população, taxa essa que é a de 2,2%, como já nos referimos acima. Há uma relação intrínseca entre crise econômica e declínio populacional na Europa. São exemplos disso a Espanha, Portugal, Grécia, entre outros países. Também a questão da crise da dívida se reflete na taxa de natalidade, no crescimento populacional.

A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO

Depois da Segunda Guerra Mundial, temos migrações (dentro da própria Europa) de italianos e iugoslavos para a Alemanha e de espanhóis e portugueses para a França. Quando a situação melhorava nos países de origem, eles retornavam (Laqueur, 2007, p.37).

O descontrole da imigração sem o planejamento dos governos acarretou não só problemas mas aprofundou a crise. Entre as razões da imigração, temos: refúgio, exílio e melhores condições de vida para eles e suas famílias. Os imigrantes muçulmanos distribuíam-se nas seguintes capitais europeias, entre outras: Londres, Paris, Berlim e Madri. Na França esses imigrantes ficavam nos subúrbios (banlieues) da Grande Paris. O maior número de muçulmanos na Europa concentra-se na França, procedentes da Argélia e de Marrocos devido à colonização francesa no norte da África.

Afirma Walter Laqueur: "A questão dos imigrantes muçulmanos se transformou num problema político de maior importância [...]. A imigração descontrolada não foi a única razão do declínio da Europa. Entretanto, considerada junto com outras desgraças continentais, ela remete a uma crise profunda; será preciso um milagre para tirar a Europa desses apuros." (Laqueur, 2007, p.149-152).

Não deixa de ser preocupante o fato de mais de 50% das crianças que nascem por ano, na Europa, serem filhos de imigrantes. O autor de Os últimos dias da Europa, comenta a imigração: "Hoje aos poucos vai-se percebendo como isso afetará o futuro da Europa juntamente com outras ameaças com que o continente depara. Isso significa o fim da Europa como protagonista nos assuntos mundiais." (Laqueur, 2007, p. 151).

O grande problema que a Europa Ocidental enfrenta está na segunda e terceira gerações de jovens imigrantes. Não integraram a sociedade dos países que os receberam. "Entre as razões das insatisfações estão: pobreza, moradia inadequada, guetização, desemprego e baixa escolaridade." (Laqueur, 2007, p.43).

Tanto em Londres como em Paris, explodiram manifestações de insatisfação não só contra as condições precárias de vida mas contra o desemprego. Na França e na Alemanha, o desemprego ficava em torno de 30% a 40% (Laqueur, 2007 p.45). Em Paris, dominava a violência e a destruição, com uma enorme quantidade de veículos incendiados em 2005 e um verdadeiro estado de guerra. O racismo dos franceses, dos alemães ou dos britânicos era a principal causa

dos distúrbios de imigrantes.

Esses distúrbios contaminaram outras regiões da França. "O presidente Chirac decretou estado de emergência e forças policiais de reserva foram convocadas [...]. Esses eventos causaram consternação e mesmo um choque na França e no restante do mundo." (Laqueur, 2007, p. 56). Os manifestantes eram jovens e tinham 12 e 13 anos, o que causou problema para a Polícia e Justiça por serem menores de idade. As gangues cometiam crimes, furtos e depredações. Além dos distúrbios de 2005, outros ocorreram em 2012 e 2013.

"No ano 2000 cerca de uma centena de zonas vedadas à presença da polícia foram criadas nos bairros de imigrantes - salvo é claro, os guardas-civis regulares.[...] Existem mais zonas de acesso restrito na França do que na Grã- Bretanha, e cientistas políticos acreditam que a França enfrentará a balcanização em um futuro não muito distante. Balcanização – ou seja, a emergência de Estados ou de regiões autônomas em solo francês [...] nas quais os muçulmanos constituem maioria." (Laqueur, 2007, p.51,164).

ECONOMIA

Alega Walter Laqueur: "por volta da primeira crise do petróleo (1973), o desempenho da economia europeia era excelente com taxas que cresciam normalmente de 5% a 8% na Alemanha, de 4% a 5% na França e 5% na Itália; só o Reino Unido, com 2,5% estava ficando para trás. Em meados dos anos 1970 ocorreu uma substancial reviravolta; a inflação subiu a mais de 10%, e o desemprego aumentou e permaneceu em níveis relativamente elevados." (LAQUEUR, 2007, p.113).

Na década de 1980, a Europa enfrentou a estagflação – estagnação mais inflação. Em 1990 a situação melhorou mas logo depois voltou a declinar com desemprego alto superando 10,% nas principais economias europeias. Depois de 1955, o crescimento na Europa era muito baixo, um pouco mais de 2,%; o desemprego aumentou e em 2013 a Espanha chegou a uma taxa de 26%; a Grécia com taxa de 27% e a Itália com 25%. No ano de 2013, a Europa entrou em recessão, ou seja, crescimento zero só escapando a Alemanha.

Em 1995, o crescimento da Alemanha foi

lento, ficando com 1% e 3% ao ano. É de se perguntar que ocorreu. Walter Laqueur cita os altos custos da reunificação com a transferência da capital da Alemanha Ocidental para a Oriental, custando 4% do PIB na década de 1990, além da sua dívida soberana.

Acrescente-se a falta de competitividade da economia europeia, em razão dos tigres asiáticos. A Alemanha transferiu fábricas para o exterior, o que os Estados Unidos já fizeram, em razão da mão de obra mais barata; a emergência de novas potências econômicas na Ásia: Coréia do Sul, Taiwan. Em seguida, China e Índia. Os dados de crescimento da China e Índia são impressionantes. A China com uma taxa de crescimento superior a 10%; a Índia com uma taxa de 7,3%. Em 2013 a China desacelerou em matéria de crescimento, ficando com uma taxa de 7,5% em razão da crise na Europa e nos Estados Unidos. Já não exporta para esses países como anteriormente.

Sobre os vários aspectos dessa crise o professor Raghuram Rajan, da Universidade de Chicago, diz: "Nos Estados Unidos e na Europa há uma combinação de baixo crescimento com distribuição desigual de renda [...] Nos Estados Unidos, os incentivos para a ampliação do endividamento das pessoas, especialmente utilizando a casa própria como garantia foram uma das causas da crise imobiliária. Da mesma forma, na Europa a disposição de governos para tomar dinheiro emprestado e gastar sem limite é em parte responsável pelas dificuldades da Grécia, apenas para dar um exemplo extremo." (Revista Veja, 16/05/12).

O endividamento dos Estados Unidos é a questão central da crise mundial. Em 2008, aproveitando as facilidades de crédito, os americanos começaram a comprar mais, inclusive, imóveis. As pessoas não puderam pagar as hipotecas, ficando inadimplentes, tendo de devolver os imóveis aos bancos. Em poucas semanas, a crise se instalou na Europa. Essa crise econômico-financeira teve seus desdobramentos gerando a crise da dívida europeia.

CRISE DOS BANCOS

Walter Laqueur não se refere à crise dos bancos porque escreveu o seu livro antes de 2008, mas vamos tecer algumas considerações para poder melhor dimensioná-la.

Além da crise da dívida dos países europeus, veio a dos bancos. Em 2008, um dos primeiros bancos a falir foi o Lehman Brothers (banco americano), falência essa que contaminou o sistema financeiro internacional. (Jornal Globo, 09/06/2012)

Em decorrência da crise dos bancos, a Espanha pediu ajuda à União Europeia para recapitalizar os bancos do país. Teve sua nota de crédito soberano reduzida em três pontos pela agência de classificação de risco Fitch. Em 2012, em apenas um ano, assistiu à fuga de capitais no valor de 200 bilhões de euros. O Bankia, o terceiro maior banco do país, foi estatizado. (Folha de S.Paulo, 10/05/2012). A agência de classificação Fitch reduziu o rating (nota) do Santander espanhola de "A" para BBB+. "A dívida pública espanhola no primeiro trimestre de 2012 atingiu a cifra de 774,549 bilhões o equivalente a 72,1% do PIB."

O Dexia (banco estatal franco-belga), em razão das dívidas da Grécia e de Portugal, está com problemas de liquidez. A agência de classificação Standard & Poor's reduziu a nota do referido banco. Já a agência Moody's anunciou revisão de rating (nota) da instituição pelas dificuldades que o banco tem de obter financiamento no mercado.

Além dos bancos dos citados países, os de Portugal, Grécia, Itália enfrentam problemas semelhantes.

Société Générale, banco francês, um dos maiores da Europa "em 2008, foi vítima de um grande esquema de fraude financeira, arquitetado por um dos seus funcionários." Além desses prejuízos, teve de pagar uma multa milionária. Adotou um programa de demissões em torno de 1000 funcionários. (Wikipédia).

Nem os bancos alemães escaparam da crise na zona do euro. A agência Moody's rebaixou a nota de seis instituições financeiras da Alemanha: o Deutsche Bank, o maior banco da Alemanha, o Commerzbank, segundo maior banco, Deka Bank, Dz Bank, Landesbank, Norddentshe. (Jornal Globo, 07/06/2012).

GASTOS COM O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O Estado de Bem-Estar "como agente da promoção protetor e defensor" garante serviços públicos a alguns segmentos da população. "Os gastos com os serviços em 2001 representaram 27% a 29% do PIB na Dinamarca, na Suécia, na França, na Alemanha e na Bélgica. Outros países, 20%." Quando havia crescimento econômico, esses programas eram financiados pelos governos mas, com a crise, houve cortes na Espanha, Portugal, Grécia, Itália, França etc. (Laqueur, p. 118).

Para manterem o Estado de Bem-Estar Social, os governos se endividaram cada vez mais. Esse estado excluía amplos setores da população. Houve resistência às mudanças, com greves, manifestações de rua, sobretudo em Paris. A crise econômica levou os governos dos mencionados países a cortes substanciais na Saúde, na Educação, aposentadorias e salários (Folha de São Paulo. 30/05/2012).

A Comunidade Econômica Europeia, o Mercado Comum Europeu e depois a União Europeia estão entre as mais significativas conquistas do após-guerra. Nasciam em 1950-1951 mas hoje ninguém duvida que seu futuro está em jogo. Para Walter Laqueur, "a União Europeia não avançou nada, ou muito pouco, nos últimos dez anos, a opinião pública está alienada em relação ao problema." (Laqueur, p.99, 102).

VISÃO PESSIMISTA DO AUTOR DE "OS ÚLTIMOS DIAS DA EUROPA: EPITÁFIO PARA UM VELHO CONTINENTE"

"Dada a retração de sua população, é possível que a Europa, ou pelo menos consideráveis partes dela, se transforme num parque temático cultural, uma espécie de Disneylândia com um certo nível de sofisticação para turistas bem de vida da China e da Índia, algo como Bruges, Veneza, Versalhes [...]." (Laqueur, p. 17)).

O turismo em diversos países europeus significa entrada de divisas para a economia. "Setenta e cinco milhões de turistas visitam a França a cada ano, 52 milhões vão para a Espanha, quarenta milhões preferem a Itália – e isso traz para os países anfitriões entre 30 e 45 bilhões de dólares. Isso nos leva ao nosso ponto de partida: o futuro potencial da Europa como um gigantesco museu." (Laqueur, p.131).

Qualquer prognóstico sobre o destino da Europa é arriscado, mesmo porque as previsões catastróficas após a Segunda Guerra Mundial não se concretizaram [...]. A Europa, "em vez de morrer, conheceu um novo começo."

A CONSCIÊNCIA DA CRISE

A consciência dos europeus diante da crise e da decadência se manifesta não só no cotidiano das pessoas mas também através dos escritos sobre o assunto. Esse declínio data de várias décadas e não apenas de 2008, com a crise imobiliária dos Estados Unidos, depois com a crise econômico-financeira, e enfim, com a crise da dívida que se instalou nos países da Europa.

Oswald Spengler publicou um livro: A decadência do ocidente. Temos outros livros: La France qui tombe (A França em queda), The Decline and fall of Europa (Declínio e queda da Europa), 2006, entre tantos outros. Também foi publicado um artigo de Robert Samuelson, intitulado: The end of Europa (o fim da Europa).

Enfim, a História é testemunha da "[...] ascensão e queda das civilizações, prosperidade e decadência das grandes potências e muitas desapareceram." (Laqueur, p.147). A nosso ver, a Europa não estará condenada a esse destino inexorável.

Escreva para a revista Conceitos.

Normas para inscrição de artigos podem ser acessadas no site da ADUFPB www.adufpb.org.br





CREDUNI

UNICRED #

COOPERATIVA DE CRÉDITO - UFCG I UFPB I UEPB

5000 COOPERADOS FAÇA PARTE VOCÊ TAMBÉM!

O QUE É A CREDUNI?

A CREDUNI é a Cooperativa de Crédito dos Servidores das Universidades Públicas do Estado da Paraíba: UFCG, UFPB e UEPB. Com mais de 5.000 cooperados é considerada a 4ª maior Cooperativa de Crédito do Norte/Nordeste.